

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

MESTRADO EM COMUNICAÇÃO

DESEMPENHO TARJA PRETA:
Medicalização da vida
e espírito empresarial na sociedade contemporânea

Marianna Ferreira Jorge

Niterói

2014

MARIANNA FERREIRA JORGE

DESEMPENHO TARJA PRETA:
Medicalização da vida
e espírito empresarial na sociedade contemporânea

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Orientador (a): Profa. Dra. Maria Paula Sibilia
Linha de pesquisa: Tecnologias e Estéticas da Comunicação

Niterói
2014

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

J82 Jorge, Marianna Ferreira.
*Desempenho tarja preta: medicalização da vida e espírito
empresarial na sociedade contemporânea / Marianna Ferreira Jorge. –
2014.*
169 f. : il.
Orientadora: Maria Paula Sibilía.
Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal
Fluminense, Instituto de Arte e Comunicação Social, 2014.
Bibliografia: f. 165-169.

1. Uso de medicamento. 2. Estratégia empresarial. 3. Subjetividade.
4. Trabalho. 5. Competição. I. Sibilía, Maria Paula. II. Universidade
Federal Fluminense. Instituto de Arte e Comunicação Social.
III. Título.

CDD 339.486151

MARIANNA FERREIRA JORGE

DESEMPENHO TARJA PRETA:

Medicalização da vida e espírito empresarial na sociedade contemporânea

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Aprovada em 25 de agosto de 2015.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Maria Paula Sibilia - Universidade Federal Fluminense
(orientadora)

Prof^a. Dr^a. Andréa Araújo do Vale - Universidade Federal Fluminense
(membro)

Prof^a. Dr^a. Maria Cristina Franco Ferraz - Universidade Federal do Rio de Janeiro
(membro)

Prof. Dr. Paulo Roberto Gibaldi Vaz - Universidade Federal do Rio de Janeiro
(membro)

Niterói

2014

*Para minha querida avó Ory,
que participou de todas as etapas da minha vida,
mas não desta.*

AGRADECIMENTOS

À Paula Sibilia, por tudo. Por ter sido a orientadora mais querida e companheira que eu poderia ter. Pela grande amizade, cumplicidade e parceria em tantos momentos e em tantas "coisas e coisinhas". Mais do que isso, pela leitura cuidadosa e pelos toques sempre mágicos; pela inspiração, pelos ensinamentos, pela paciência e generosidade e, sobretudo, por me mostrar, diariamente, que humildade e brilhantismo caminham juntos.

À Maria Cristina Franco Ferraz, pelas privilegiadas contribuições na minha qualificação e na minha vida acadêmica, pelo carinho, pelos ensinamentos potentes e pelas palavras doces e inspiradoras.

Ao Paulo Vaz, pela disponibilidade e generosidade, pelos conhecimentos compartilhados e por uma das melhores e mais afetivas aulas que já assisti.

À Simone Pereira de Sá, pelo nosso "clubinho da esquina" e pela amizade quase que instantânea. Por todo acolhimento, pela parceria e cumplicidade de sempre e, ainda, pelas inúmeras e fundamentais conversas e discussões musicais.

Aos professores que tive a honra de conhecer e de contar com os ensinamentos durante o mestrado. Em especial: Andréa Vale, Beatriz Jaguaribe, Bruno Campanella, Carla Barros, Ieda Tucherman, João Freire Filho e Marco Roxo.

À minha mãe, pela certeza de nunca estar só. Pela "fé que não costuma falhar", pelo amor infinito, pela confiança, dedicação, orações e pelos esforços desmedidos para que esta e todas as outras etapas da minha vida fossem possíveis.

À toda minha família, pelo carinho e torcida, principalmente, aos meus irmãos, Eder e Danilo, pelo incentivo, amizade e por toda sorte de contribuições, e ao meu pai, pela ajuda financeira.

À Thaianne Oliveira e ao Jefferson de Oliveira, pelas infindáveis conversas, pelas inúmeras madrugadas produtivas, pelo companheirismo diário, pelos conselhos e conforto em momentos, por vezes, tão turbulentos. Enfim, por terem sido fundamentais, além de os melhores e mais compreensivos amigos durante toda esta jornada.

Aos amigos queridos, em especial: Alexandre Mendonça, Brunella Muniz, Gabriela Bhering, Grécia Falcão, Julia Salgado, Katia Moreira, Louise Carvalho, Tatiana Maffra, Tatiane Mendes e Vanessa Torres, pelos afetos de sempre, pelas colaborações, pela força e pela compreensão por tantas ausências.

Ao Programa de Pós-graduação em Comunicação da UFF, por ter me proporcionado grandes amigos que espero que me acompanhem por toda vida, especialmente: Fernanda Cupolillo, Júlia Silveira, Manuela Galindo, Mariana Florito e Patrícia Matos.

Aos meus afilhados Marcelo Garcia e Simone Evangelista, por tantos momentos juntos, pelas angústias compartilhadas e, principalmente, pela grande amizade.

À Vanessa Maia, pelas palavras encorajadoras, sensíveis e fundamentais pra minha decisão de me mudar pro Rio de Janeiro na tentativa de seguir o sonho da vida acadêmica.

À Patrícia Saldanha e à Beatrice Boechat, pela recepção calorosa e pelo amparo logo que cheguei em terras cariocas. E, ainda, pelas imprescindíveis contribuições, pela torcida, pela força e por todo o cuidado e incentivo.

À Luciane Lucas, pelos conselhos valiosos, pelas conversas férteis e generosas.

À música e aos bons músicos, pelos "tons, os mil tons, seus sons e seus dons geniais", por me acompanharem em todos os momentos.

Ao CNPq, pelo auxílio financeiro que possibilitou a realização desta dissertação.

RESUMO

JORGE, Marianna Ferreira. *Desempenho tarja preta: medicalização da vida e espírito empresarial na sociedade contemporânea*. Niterói: UFF, 2014.

Esta pesquisa busca examinar algumas características privilegiadas nas subjetividades mais cotadas pelo mercado de trabalho na sociedade contemporânea, características essas que são produzidas em contato com os discursos e valores que nela se propagam. Numa época que estimula o empreendedorismo e o gerenciamento de si, de acordo com a lógica empresarial, bem como o “culto ao corpo” e a medicalização da vida sob uma permanente gestão dos riscos, cabe-nos atentar para os discursos midiáticos que produzem e disseminam um conjunto de valores morais com vigência na atualidade. Nesse sentido, os discursos que constituem o foco desta pesquisa exaltam certos atributos, habilidades e atitudes correspondentes às demandas empresariais do início do século XXI, tais como a competitividade, a superação de si, a autoestima, a autonomia, a propensão ao risco e à mudança constante, a conexão e os contatos, a imagem e a visibilidade; e, sobretudo, o que se considera um alto desempenho em todos os âmbitos. Assim, abundam na atual produção midiática as alusões ao “culto à performance”, com a decorrente vergonha pela responsabilidade que implica não atingir os parâmetros usualmente demandados, além da estigmatização ou “exclusão” daqueles que não conseguem alcançá-los. Portanto, se por um lado essa incitação ao aumento da performance pode resultar numa busca incessante pela extensão dos próprios limites, por outro lado, costuma derivar numa patologização dos esforços malsucedidos. Em ambos os casos, sugere-se uma possível resolução desses conflitos: o recurso à medicalização. Considerando esse pano de fundo, há duas principais vertentes a serem investigadas nesta dissertação: a) o crescente consumo de tecnologias de biorregulação do corpo e da mente por pessoas saudáveis que buscam aperfeiçoar seu desempenho e, conseqüentemente, atender às expectativas do “espírito empresarial” nos mais diversos aspectos da vida; e b) a incitação midiática para que os sujeitos contemporâneos se concebam como doentes, contribuindo para um alargamento nos diagnósticos e um conseqüente aumento no uso de medicamentos. Num contexto em que os sujeitos são instados a se construírem como empreendedores que exploram a si mesmos em sua condição de fontes de rendimento, sendo concebidos e gerenciados como “capital humano”, a hipótese aqui apresentada é que há uma proliferação dos transtornos mentais e um uso concomitante de medicamentos para tratá-los, um quadro que afeta particularmente aqueles que buscam ganhar espaço no exigente mercado laboral do início do século XXI.

Palavras-chave: medicalização; performance; espírito empresarial; subjetividade; trabalho

ABSTRACT

JORGE, Marianna Ferreira. *Black Label Performance: the medicalization of life and the entrepreneurial spirit in contemporary society*. Niterói: UFF, 2014.

This research seeks to examine some of the characteristics listed in the most wanted subjectivity models in the contemporary employment market. Such characteristics are produced in close contact with the discourses and values that are being propagated in current society. In a time period in which entrepreneurship, the management of oneself, “the cult of the body” and the medicalization of life under permanent risk management are highly stimulated according to business logic, it’s our role to pay attention to the media discourses that produce and disseminate such group of moral values that are effective nowadays. In this sense, the discourses that constitute the focal point of this research tend to exalt certain attributes, skills and behaviors that correspond to the entrepreneurial demands from the beginning of the 21st century, such as: competitiveness, overachievement, self-esteem, autonomy, openness to risk and constant change, connectivity and contacts, image and visibility; and; above all, to always display what is considered to be a high performance standard, in all aspects of life. Therefore, current media is abundant in references to the “performance cult”, as well as the ongoing shame for the responsibility of not accomplishing the usual standards, along with the stigmatization or “exclusion” of those that cannot reach them. So, if on the one hand the incitement for improved performance can result in an endless search for the extension of one’s own limits, on the other hand, the practice usually derives into the pathologization of unsuccessful efforts. For both cases, there’s a suggestion for a possible solution to the conflicts: the recourse to medicalization. Considering this backdrop, there are two main aspects to be investigated in this thesis: a) the growing usage of bioregulation technologies, for both the body and the mind, by healthy people that seek to improve their performance and, consequently, fulfill the “entrepreneurial spirit” expectations in most areas of life; and b) the media’s incitement of contemporary subjects to conceive themselves as sick, contributing to a widening of the diagnosis and a consequent increase in the use of medications. In a context where people are continuously incited to become entrepreneurs that exploit themselves as a source of profit, being conceived and managed as “human capital”, the hypothesis presented here is that there is a proliferation of mental disorders and a concomitant usage of medication to treat them. This paints a picture that particularly affects those who seek to gain space in the demanding labor market of the beginning of the 21st century.

Keywords: Medicalization; Performance; Entrepreneurial Spirit; Subjectivity; Work

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. CAPITALISMO	14
1.1 O trabalho e o trabalhador nos diversos “espíritos” do capitalismo.....	16
1.2 Do produtor confinado ao consumidor conectado: o “espírito empresarial”.....	28
2. SUBJETIVIDADE	36
2.1 A moral prescritiva midiática: a edificação de subjetividades bem cotadas.....	37
2.1.1 Os valores em voga.....	39
2.1.2 Em busca do trabalhador ideal.....	44
2.2 O culto ao corpo e o descrédito de si.....	53
2.2.1 O peso de estar acima do peso.....	64
2.2.3 Os imperativos de (in)felicidade.....	76
2.2.2 Qualidade de vida para que(m)?.....	79
3. MEDICALIZAÇÃO	86
3.1 Que seja eterno (e produtivo) enquanto dure: biopolítica e biotecnologias.....	89
3.1.1 A remediação dos malestares: os medicamentos de venda livre.....	109
3.1.2 O adestramento cerebral: técnicas de otimização da performance.....	111
3.2 Medicalizar trabalhadores, prescrever performances: os profissionais tarja preta.....	125
3.2.1 A <i>Rita</i> faz emergir o poder da nossa mente.....	129
3.2.2 Sonos azuis.....	133
3.2.3 O <i>Rivotril</i> esconde o que você não quer ter.....	140
3.2.4 É que Narciso acha feio o que não é espelho.....	157
4. CONCLUSÕES	160
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	166

INTRODUÇÃO

O que é necessário, hoje em dia, para "ser alguém"? Quais são as qualidades pessoais mais valorizadas na era atual? Os meios de comunicação oferecem uma infinidade de discursos a partir dos quais é possível inferir quais seriam esses atributos; particularmente no que concerne às características mais cotadas pelo mercado de trabalho na sociedade contemporânea, que constituem o foco deste estudo.

Nas últimas décadas, sobretudo a partir dos anos 1990, com a ascensão do novo espírito do capitalismo, os sujeitos têm sido cada vez mais estimulados, através dos discursos midiáticos, a construir a si mesmos de maneira altamente performática e vendável, atendendo aos valores e às atitudes compatíveis com a lógica empresarial, que serve de inspiração e de preceito para as mais diversas dinâmicas do mundo atual.

Nossa época, não por acaso, é denominada por muitos pesquisadores do contemporâneo como a “era da performance”, por se tratar de um momento histórico que “registra pressões inéditas sobre os corpos e as subjetividades”, como postula a pesquisadora Paula Sibilia (2014), instando-os a superar os próprios desempenhos constantemente, sempre em busca da excelência em todas as instâncias da vida. Neste sentido, numa breve consulta pelo termo no site de buscas *Google*, encontramos um amplo arsenal de reportagens onde a palavra *performance* é cultuada e celebrada. Performance, assim, aparece como um termo mágico, um elixir do sucesso, da produtividade, da autorrealização e da felicidade. Ou seja, uma espécie de ideal de conduta, que deve ser almejado, seguido e conquistado. Por tudo isso, a expressão compõe, nas duas últimas décadas, os títulos dos mais diversos segmentos editoriais¹, desde manuais sobre administração de empresas e recursos humanos, até livros

¹ *Família de Alta Performance: conceitos contemporâneos na educação* (2009); *Pais e educadores de alta performance* (2011); *Coaching para performance – aprimorando pessoas, desempenhos e resultados* (2006); *O Cérebro de Alta Performance* (2013); *Gestão da Performance* (2010); *Performance, Recepção, Leitura* (2007); *Alta Performance: o representante médico e suas ferramentas* (2004); *Analisando Problemas de Performance* (2001); *Muito Além da Hierarquia: revolucione sua performance como gestor de pessoas* (2001); *Administração e Alta Performance* (1997); *Orientação Para o Mercado e Performance* (2004); *Performance Total: compromisso com o desempenho* (2007); *Coaching para alta performance e excelência na vida pessoal* (2014); *A arte da performance* (2013); *A vida como performance* (2004); *A Genética do Esporte: como a biologia determina a alta performance esportiva* (2014); *Ferramentas de avaliação de performance com foco em competências* (2010).

sobre artes, educação física, sonoridades, desempenho cerebral, orientação pessoal, familiar e educacional. Todos esses parecem apresentar o mesmo objetivo: prescrever modelos de gestão e de alto desempenho específicos para cada uma dessas competências, compatíveis com as exigências atuais.

Os apelos midiáticos e mercadológicos não ficam por aí. De cursos de formação continuada a academias de ginástica, de *gadgets* eletrônicos a carros e viagens: a associação entre o ideal de alta *performance* e os produtos de consumo se dissemina também nos mais variados discursos publicitários. Além disso, as reportagens dos meios impressos, audiovisuais e interativos parecem dizer, em coro: nunca, em nenhuma hipótese, os sujeitos contemporâneos deveriam permitir que o seu desempenho e a sua capacidade de adaptação a diferentes circunstâncias ou atividades sejam comprometidos. Qualquer que seja o âmbito de ação de que se trate, sempre é preciso ser proativo, autônomo, dinâmico, fluido, volátil, aberto às diferentes demandas e apto a contornar os problemas que surgirem. Mais do que isso, é preciso ainda ter uma boa aparência, adquirir uma aptidão ao risco e à concorrência, buscar a superação constante de si e, principalmente, a satisfação e a alta performance em tudo o que fazem. O sujeito pode até cair ou perder alguma dessas batalhas cotidianas, mas é preciso saber sempre se reerguer e dar a famosa “volta por cima”.

A mídia opera propagando crenças e ideais de conduta – muitas vezes apoiada num discurso cientificista –, com efeitos de verdade, sobre o que devemos ser e sobre como devemos nos conceber, sendo eles compatíveis com as demandas empresariais vigentes. Esses discursos não se limitam apenas a descrever o perfil desejado; eles também costumam prescrever e aconselhar a respeito de sua obtenção, algo sempre considerado ao alcance de todos e de qualquer um.

No entanto, nem todos podem participar dessa atmosfera consumista, nem tem o mesmo êxito nessa tão ardilosa empreitada de construir a si de forma desejável e eficiente. Assim, muitos são tomados por uma infinidade de malestares, dissabores e culpabilizações individuais, que podem provocar uma ansiedade generalizada e uma variedade de distúrbios típicos do mundo atual, tais como depressão, síndrome do pânico, anorexia, bulimia e um leque de comportamentos obsessivos e compulsivos.

Por outro lado, em busca de valorizar seu biocapital e de se enquadrar em tais demandas produtivas e performáticas, os indivíduos contemporâneos vêm lançando mão de outros artifícios além de esportes, terapias, *coaching* e “leituras empoderadoras”. Trata-se de

medicamentos controlados, indicados para tratar patologias específicas, e que estão sendo apropriados por sujeitos aparentemente saudáveis em busca de tonificar capacidades e revigorar a disposição para a expansão constante dos limites.

Em ambos os casos descritos acima, a solução disponível parece ser a mesma: o recurso à medicalização. Diante disso, a hipótese aqui esboçada é que esse entorpecimento social se apoia numa retórica mercadológica que prescreve investimentos constantes no “capital humano”, rotulando como patológico qualquer comportamento que seja considerado falho ou desviante com relação às exigências do sistema de produção atual. Em suma, tanto o surgimento de algumas doenças como o alto consumo de drogas lícitas visando à otimização do desempenho seriam efeitos de certas práticas discursivas e dos mecanismos de poder específicos da nossa época.

O objetivo deste estudo, portanto, é examinar que tipos de profissionais estão sendo requeridos hoje e quais são as implicações dessas demandas nos corpos e nas subjetividades contemporâneos. Para isso, faz-se fundamental analisar os aspectos socioculturais, econômicos e políticos que conformam tais configurações históricas, em busca de compreender como nelas operam as relações de poder hoje vigentes. A finalidade é a de “desnaturalizar” certas concepções atuais a partir do método genealógico, desenvolvido por Michel Foucault, analisando os valores e as ideias cristalizados no senso comum ou que estão se tornando hegemônicos, na tentativa de enxergar as práticas e os vetores históricos que os constituem.

Para tanto, o percurso dessa análise será composto por três capítulos. No primeiro, intitulado "Capitalismo", serão estudadas algumas transformações, sobretudo no campo do trabalho e da produção, que possibilitaram a emergência da atual formatação histórica, conformando um novo regime de saber e de poder, marcado pelo declínio da sociedade industrial e pela disseminação da ética empresarial em todo o tecido social, o que acaba por conformar outros tipos de corpos e de subjetividades. É o que Gilles Deleuze denominou como “sociedade de controle”, também caracterizada por Luc Boltanski e Ève Chiapello como o “novo espírito do capitalismo”.

No segundo capítulo, intitulado “Subjetividade”, a intenção é analisar quais são os modos de ser e estar no mundo que são requeridos na atual sociedade. Para isso, buscaremos atentar para uma variedade de discursos midiáticos que reforçam e incitam os valores e perfis ideais que devem ser seguidos e almejados em detrimento de outras condutas não mais valorizadas, a fim de atender as demandas socialmente requeridas pelo mercado. Para além

disso, busca-se compreender como esses atuais imperativos produzem uma infinidade de sofrimentos, estigmas e descréditos de si nos dias atuais, conduzindo os sujeitos, cada vez mais, a se conceberem enquanto doentes ou a buscarem variados tipos de ajuda especializada para reverter um quadro negativo, o que contribui para um crescente consumo de medicamentos. Tais desdobramentos e soluções técnicas, por sua vez, serão tratadas no terceiro capítulo, intitulado “Medicalização”.

Este último capítulo será dividido em duas partes: na primeira, a intenção é fazer uma breve contextualização acerca de alguns deslocamentos ocorridos na concepção sobre a vida e sobre a saúde, a fim de delinear o pano de fundo que possibilitou e estimulou, na contemporaneidade, o recurso à medicalização. Esta etapa da pesquisa visa, também, analisar alguns dos sentidos da presente aliança tácita entre a tecnociência, a mídia e o mercado, bem como seus desdobramentos nos modos de viver atualmente dominantes. Já na segunda parte, são expostos e problematizados os resultados de doze entrevistas em profundidade realizadas entre 2013 e 2014, com profissionais residentes no Brasil, que fazem uso de medicamentos prescritos com receita médica para aguentar as pressões do dia a dia ou para otimizar o desempenho.

O desafio que se impõe neste estudo é o de examinar, através de um amplo leque de discursos sociais e midiáticos que circulam por todo o corpo social – além de um oportuno material bibliográfico para o embasamento teórico –, alguns dos impactos do atravessamento do espírito empresarial e dos discursos científicistas nas subjetividades contemporâneas, a fim de levantar pistas do que estamos nos tornando.

1. CAPITALISMO

As instituições, as capacitações e os padrões de consumo mudaram. O meu ponto de vista é que essas mudanças não libertaram as pessoas.

Richard Sennett

Enrico e Rico, pai e filho. Dois personagens centrais cujas histórias foram narradas pelo sociólogo estadunidense Richard Sennett, em 1999, no livro intitulado *A corrosão do caráter*. Vinculados pelo laço sanguíneo e por relações de afeto, suas trajetórias em nada se parecem. Sinal dos tempos, há quem diga – não sem razão. A incompatibilidade de suas histórias, por um lado, e a incompreensão mútua com os rumos que cada um dava à vida, por outro, nos servem aqui como ponto de partida para ilustrar algumas mutações e rupturas históricas no que tange às produções de subjetividade, particularmente no que concerne ao capitalismo e à relação com o trabalho, que serão tratados neste capítulo da dissertação.

Em meados dos anos 1970, quando o filho ainda era adolescente, Enrico já estava por duas décadas trabalhando como faxineiro num prédio comercial. Cerca de um quarto de século depois, Rico, formado em engenharia elétrica, casado e com filhos, computava quatro trocas de emprego em quatorze anos de trabalho. Para um, o tempo era linear, conforme à lógica disciplinar, além de ser o “senhor da experiência”. Para o outro, o tempo – ou melhor, a falta de controle sobre ele – constituiria o grande temor e um dos maiores problemas a serem enfrentados.

Dia após dia, Enrico fazia a sua história, acumulava experiências e sentia-se autor de sua própria vida. Mesmo com todas as limitações que esse percurso lhe impusera, orgulhava-se de suas conquistas e considerava que aquilo que ele tinha se tornado era digno de respeito. Graças ao uso disciplinado do tempo e às vantagens de contar com um emprego fixo, juntava suas economias para atingir seu grande objetivo: servir à família e garantir a educação do filho. Afinal, era sobretudo para isso que lhe servia a atividade laboral de todos os dias. Protegido pelas leis trabalhistas e pelos sindicatos, sabia exatamente quando iria se aposentar e os benefícios que conquistaria. Tinha uma rotina sólida e segura, sem grandes variações. Seus companheiros de trabalho e vizinhos eram os mesmos durante longos anos. Por tudo

isso, o senso de comunidade prevalecera em sua vida, perpetuando e desfrutando de valores como lealdade, confiança, solidariedade e companheirismo.

Seu filho Rico, por outro lado, vivia um dia de cada vez, sem a possibilidade de idealizar grandes planos e sem perspectivas para o longo prazo. Aliás, “longo prazo” era um termo abolido de sua vida, assim como da de seus colegas da mesma geração. Desde os tempos da faculdade, foi capacitado para se adaptar a todo tipo de mudanças e atuar em diversas funções, sem se apegar a nenhuma rotina estável, e assim o fez. Em poucos anos, acumulou quatro trocas de emprego e quatro mudanças de cidade. A incerteza e a aptidão para lidar com riscos tornaram-se constantes em sua vida, dois fatores que o acompanhavam cotidianamente.

As amizades de Rico, geralmente relacionadas aos ambientes de trabalho, mudaram muito com o passar do tempo. Em virtude das constantes transições suas e de seus colegas, o ciclo desses relacionamentos se renovava permanentemente. O contato com eles, embora mantido para além da proximidade física devido às facilidades dos serviços on-line que foram proliferando nos últimos anos, parecia ir perdendo gradativamente um pouco de sua força e sua importância. As conversas eram cada vez mais apressadas e pontuais, quase vazias, e as “novidades” tornavam-se antigas com muita velocidade, uma vez que não eram vividas em conjunto ou prontamente compartilhadas. Todas essas características se distanciam muito do senso de comunidade nutrido por Enrico e seus amigos.

Se o patriarca encarara com vergonha o fato de a esposa ter que trabalhar, em determinado momento, para complementar a renda da família, Rico não apenas tratou com naturalidade o emprego da mulher, Jeanette, como se adaptou a ele e chegou a priorizá-lo em ocasiões, como quando pediu demissão para acompanhá-la porque ela conquistara um emprego mais conveniente em outro Estado. Não obtendo a mesma sorte que ela, porém, pouco depois ele foi demitido de seu novo cargo. O casal, então, decidiu se mudar novamente em busca de melhores condições financeiras para ambos. Jeanette passou a dirigir uma equipe de contadores e Rico abriu o seu próprio negócio: uma empresa de consultoria. O que aparentemente lhe significou uma conquista de liberdade e autonomia, contudo, acabou gerando nele um temor ainda maior de perda de controle sobre seu tempo e, conseqüentemente, sobre a falta de “rédeas” para comandar sua própria vida. Assim, nessa nova experiência, ele se ocupava tanto das fotocópias como do atendimento aos clientes, dos telefonemas ao email: tudo passava por ele. Não havia um cargo fixo, específico, que lhe

exigisse uma habilidade determinada. Ao contrário disso, as funções eram múltiplas e o objetivo parecia um só: “estar a serviço do cliente”, do jeito que for e em todo momento.

Diante dessa rápida comparação entre as vidas de Enrico e seu filho Rico, dois casos abordados exhaustivamente pela análise de Sennett (1999), cabe-nos fazer algumas perguntas, que constituirão os eixos deste capítulo. Quais pistas estes dois casos nos oferecem para compreendermos as transformações que têm ocorrido, nas últimas décadas, no campo do trabalho e da produção? Quais deslocamentos históricos, culturais e sociais possibilitaram tais mudanças? De que modo eles se plasmaram nas subjetividades? E qual é o sentido dessas transformações históricas?

1.1 O trabalho e o trabalhador nos diversos “espíritos” do capitalismo

*Seu sonho é sua vida e vida é trabalho
E sem o seu trabalho o homem não tem honra
E sem a sua honra, se morre, se mata
Não dá pra ser feliz*

Gonzaguinha

Em busca de delinear possíveis respostas para as complexas questões apresentadas no final do parágrafo precedente, que perpassarão toda esta pesquisa, iniciaremos uma viagem histórica recorrendo às reflexões dos pensadores franceses Luc Boltanski e Ève Chiapello (2009). Sua obra *O novo espírito do capitalismo*, que tem como objeto de estudo certas mudanças associadas às transformações que afetaram esse sistema econômico nos últimos dois séculos até os dias atuais, fornece um rico arsenal para examinar tais questionamentos.

Para começarmos esse percurso, portanto, uma indagação emerge: sendo o capitalismo um sistema aparentemente absurdo em sua prática, uma vez que os trabalhadores abrem mão do que produzem e da possibilidade de conduzirem suas vidas para além da subordinação ao capital, o que leva as pessoas a se engajarem na consolidação desse regime? Em outras palavras: o que faz com que os trabalhadores se sintam *motivados* e tenham uma *adesão ativa* às premissas básicas de seus trabalhos? Uma possível resposta oferecida pelos autores desse livro remete ao “espírito do capitalismo”, interpretado por eles como “o conjunto de crenças

associadas à ordem capitalista que contribuem para justificar e sustentar essa ordem, legitimando os modos de ação e as disposições coerentes com ela” (2009, p.42). Ou seja, como uma espécie de “ideologia” que justifica esse engajamento. Vale esclarecer, aqui, que Boltanski e Chiapello se valem do conceito de ideologia adotado por Louis Dumont, que corresponde a um “conjunto de crenças compartilhadas, inscritas em instituições, implicadas em ações e, portanto, ancoradas na realidade” (apud Boltanski & Chiapello, 2009, p. 33).

Essas ressonâncias remontam ao sociólogo alemão Max Weber, que em seu clássico livro *A ética protestante e o espírito do capitalismo moderno*, de 1920, justificava tais motivações, sobretudo, por meio das crenças religiosas. Para esse autor, os sujeitos que habitavam aqueles tempos de mudanças, há cerca de dois séculos, tinham razões *morais* para se engajarem no capitalismo. Tais justificações estariam relacionadas às influências da “ética protestante” sobre as ações econômicas, um tecido de crenças e valores que acabaria instaurando relações morais de novo tipo com as práticas laborais. De acordo com essa mitologia então inovadora, o trabalho tornou-se um *Beruf* – palavra de origem alemã que significa “missão dada por Deus” –, ou seja, um *dever*, uma vocação, um fim absoluto em si mesmo, sendo tratado como o *único* meio de agradar o divino e de atingir o estado de graça. Era necessário, portanto, ser leal e dedicado a essas atividades temporais e intramundanas, aceitá-las independente das condições produtivas e salariais oferecidas pelos empregadores e sem considerar os interesses próprios de cada um. “Esta e somente esta é a vontade de Deus e, por isso, toda profissão lícita simplesmente vale muito e vale igual perante Deus” (Weber, 2004, p.73).

Para Weber, essa *ascese* tipicamente protestante produziu “aquilo que importava” para o deslanchar e para a consolidação das engrenagens do capitalismo: “o estímulo psicológico” (idem, p.162). Sendo a atividade lucrativa encarada com uma vocação profissional, os empresários tinham motivações suficientes para se engajarem, incansavelmente, na busca pelo sucesso de seus negócios, perseguindo o lucro máximo e a acumulação ilimitada do capital. Os proletários, por sua vez, conformavam-se com suas funções subsidiárias, tornando-se corpos “dóceis e úteis” ao sistema capitalista, como os denominaria depois Michel Foucault. Imbuídos de tais crenças, entende-se por quê boa parte desses sujeitos trabalhava com dedicação e disciplina, sem maiores questionamentos. Afinal, aos “olhos de Deus”, seus trabalhos eram tão dignos quanto os de seus superiores, garantindo-lhes a mesma graça, caso

fossem desempenhados com vocação e afincos: a benção divina e, conseqüentemente, a passagem para o reino dos céus.

No entanto, não foi apenas no campo religioso que essa ideologia se instaurou: o “espírito do capitalismo” se espalhou por amplos territórios e impregnou todas as camadas da sociedade, fazendo parte até mesmo de discursos isentos de qualquer cunho religioso. Como exemplo dessa expansão, Weber cita a obra intitulada *Necessary hints to those that would be rich*, escrita por Benjamin Franklin em 1736, que dizia o seguinte: “Vês um homem exímio em sua profissão? Digno ele é de apresentar-se perante os reis” (*apud* Weber, 2004, p. 47). As concepções de vida, então, baseavam-se numa “filosofia da avareza”, tendo como figura ideal o “homem honrado *digno de crédito*”; e, como traço próprio, o *dever* do indivíduo de acumular posses. Assim, valores morais como honestidade, pontualidade, presteza e frugalidade, tornaram-se virtudes nos primórdios do capitalismo moderno, visto que eram encarados como ferramentas úteis para alcançar os novos ideais. Mais uma vez, os escritos de Franklin — cujo rosto hoje ilustra as notas de cem dólares — servem de apoio para identificar tais preceitos:

Lembra-te que – como diz o ditado – um bom pagador é senhor da bolsa alheia. Quem é conhecido por pagar pontualmente na data combinada pode a qualquer momento pedir emprestado todo o dinheiro que seus amigos não gastam (*apud* Weber, p. 43).

Numa vertente interpretativa diferente da de Weber, o economista alemão Albert Hirschman (*apud* Boltanski e Chiapello, 2009) aponta que, durante séculos, atividades lucrativas como o comércio e o banco eram consideradas amaldiçoadas e indecentes, uma vez que despertavam valores então repudiados, tais como a avareza e o amor ao ganho. O autor problematiza essa mudança nas crenças e na moralidade, perguntando-se o seguinte: o que as tornou honrosas em determinado momento da época moderna? Enquanto o pensamento weberiano se apoiaria nas razões individuais que impulsionaram o capitalismo para responder tal questão, Hirschman recorre às justificações voltadas para o bem comum. Para o autor, a partir da instauração do pensamento laico iluminista, ao longo do século XVIII, as atividades lucrativas foram vistas de forma positiva devido às vantagens sociopolíticas que suscitavam, sendo percebidas como um “bem comum” para a sociedade como um todo.

Inspirados por essas duas interpretações, diferentes porém complementares, Boltanski e Chiapello abarcaram em suas análises ambas as dimensões: por um lado, as justificações

individuais propostas por Weber, baseadas nas motivações que teriam levado as pessoas a se empenharem na empresa capitalista; e, por outro lado, as justificações *gerais*, caras à obra de Hirschman, apoiadas nas justificativas a partir do bem comum. Em suas análises, os autores franceses deixaram de lado as questões weberianas relativas à influência da religião sobre as práticas econômicas e privilegiaram, sobretudo, as ideias relacionadas às razões morais que levavam as pessoas a se aliarem ao capitalismo. Além disso, mantiveram-se fiéis ao método do “tipo ideal” weberiano, que sistematiza e ressalta o que é específico de uma época em oposição aos momentos históricos precedentes. Tal método lhes serviu para ressaltar as transformações do “espírito do capitalismo” e compreender como ele, ainda hoje, consegue angariar os atores necessários para a busca dos lucros (idem, p.42).

Contrariando algumas teorias marxistas que previam a derrocada do sistema na passagem do século XIX para o XX, foi exatamente através das críticas e dos embates que o capitalismo conseguiu absorver essas resistências e se fortalecer com elas, revelando uma alta capacidade de se metamorfosear e se reestruturar talvez ilimitadamente, incorporando assim “parte dos valores em nome dos quais era criticado” (idem, p.63). Foi a partir da reprodução da ordem social que o sistema tornou-se eficaz e duradouro, uma vez que, segundo Boltanski e Chiapello, “a maioria dos participantes no processo, tanto os fortes como os fracos, apoia-se nos mesmos esquemas para representar o funcionamento, as vantagens e as servidões da ordem na qual estão mergulhados” (2009, p. 42). Para que isso possa ocorrer, as “injunções sistêmicas” próprias de cada época precisariam ser interiorizadas e justificadas, possibilitando, assim, que seus membros adiram ao estilo de vida oferecido pelo capitalismo em cada momento histórico, tornando-o aceitável e desejável. Desse modo, ele passa a ser até mesmo naturalizado, pois é interpretado como a única ordem de mundo possível. Em troca por essa adesão quase religiosa, o “espírito do capitalismo” tem o papel de fornecer “perspectivas sedutoras e *estimulantes* de vida”, oferecendo ao mesmo tempo *garantias mínimas* de segurança para cada um e para seus filhos, bem como razões morais que assegurem o *bem comum* associado a certo senso de *justiça* social.

Essas três principais dádivas que o capitalismo promete fornecer a seus fiéis – estímulo, garantias mínimas e bem comum – seriam os pilares de sua sustentação em todas as etapas pelas quais se configurou até agora. Contudo, longe de oferecer insumos rígidos e permanentes, cada um desses elementos é flexível, apto a se adequar e se reestruturar em diversas situações em função das transformações históricas, oferecendo assim diferentes

respostas para as diversas expectativas da sociedade em tempos distintos. Essas variações são analisadas por Boltanski e Chiapello, a partir de três estados históricos do “espírito do capitalismo”, que tiveram seu auge ao longo dos últimos dois séculos.

O primeiro espírito do capitalismo – cuja ascensão se deu em fins do século XIX – caracteriza-se essencialmente como um modelo *familiar*, centrado na figura do burguês empreendedor e nos valores da “moral burguesa”. Essa fase do capitalismo é marcada pela separação entre as esferas doméstica ou privada e a profissional, ou seja, entre a casa e a empresa; e, por sua vez, entre o trabalhador e os meios de produção. Graças ao desenvolvimento dos meios de comunicação que tiveram sua expansão naquela época (como os jornais, os telefones e o telégrafo) e do trabalho assalariado, também em apogeu no período, os jovens começaram a dar seus primeiros passos rumo a certa emancipação e libertação – sobretudo espacial e geográfica, neste momento inicial – com relação à família, à comunidade e à terra. Eles conseguiam isso se deslocando das pequenas cidades e dos guetos e fugindo das tradicionais formas de dependência pessoal.

A partir do século XIX, a mobilidade social passou a estar predominantemente relacionada a “resultados objetivos, capital intelectual, rotatividade de emprego e sucesso” (Barbosa, 2003, p. 25). As ideias de progresso e de enriquecimento pessoal, que até o século precedente eram, sobretudo, associadas à participação cívica, conquistada a partir da boa execução de um trabalho útil para a sociedade, de contribuições para o bem estar geral e para a felicidade das futuras gerações, começaram a ganhar novas concepções e relacionavam-se também ao ganho material e ao status social, estando intimamente ligadas à noção de sucesso individual (*idem*). A busca pelo sucesso, no entanto, não tinha como ênfase a ideia de competição, uma vez que o progresso de cada um não era medido em comparação ao progresso do outro, mas a partir de um ideal abstrato de disciplina, abnegação e comedimento (Lasch, 1983). O autodesenvolvimento, por outro lado, era realizado a partir de uma série de cuidados e de treinamentos que fizessem uma manutenção constante do corpo e da mente, por meio da leitura de “bons livros” e do desenvolvimento do caráter.

A tônica desta primeira fase era baseada no risco, na inovação e na especulação. Nessa etapa, o conjunto de ideias relacionadas ao *bem comum* estava ancorado nas crenças no progresso, naquilo que um futuro promissor iria trazer, com ênfase nas possibilidades da técnica e nos benefícios da indústria. O elemento *segurança*, por sua vez, fazia parte da moral burguesa, abordada por Weber, através de combinações de valores discrepantes e até mesmo

incompatíveis, tais como “sede de lucro e moralismo, avareza e caridade, cientificismo e tradicionalismo familiar” (Boltanski & Chiapello, 2009, p. 50). Todas essas associações costumavam ser interpretadas como *hipocrisia* pelos críticos da época, uma vez que tamanha preocupação com as “boas maneiras” resultava numa aparente falta de autenticidade, proveniente da ausência de “sinceridade” nos relacionamentos e, também, de certa falta de “verdade” em relação aos sentimentos.

As relações de trabalho típicas deste primeiro espírito do capitalismo eram marcadas por um caráter paternal e familiar: as contratações tinham como base o critério de proximidade e de pessoalidade; além disso, a subordinação ao emprego era isenta de leis trabalhistas e de jornadas fixas de trabalho, por exemplo. A pessoalidade predominava neste contexto: os patrões conheciam seus funcionários pessoalmente e as firmas eram o patrimônio de uma determinada família. Assim, é curioso – quase paradoxal – que nessa primeira fase os destinos das empresas e das famílias fossem ligados, ao passo que existia uma separação mais nítida entre os âmbitos profissional e doméstico. Não havia, no entanto, busca pelas ordens de grandeza e pelo gigantismo, tal como ocorreria na etapa seguinte.

Antes disso, porém, já na metade do século XIX, as críticas a esse regime começaram a despontar, sobretudo seguindo duas vertentes principais. A primeira delas estava relacionada aos efeitos disciplinares do capitalismo, que iam de encontro às promessas de libertação oferecidas pelos discursos a ele associados, produzindo, assim, novas formas de dominação e “escravidão”. O incentivo desse “espírito” ao desenraizamento e à emancipação da sociedade tradicional, por exemplo, acabou provocando uma ausência de proteção e vinculação, subordinando ainda mais as pessoas aos tentáculos do mercado e à disciplina das fábricas. Desamparadas e sem melhores alternativas de vida, elas concorriam entre si para vender suas forças de trabalho sob condições pouco dignas, sujeitando-se, assim, a diversas outras formas de precarização.

Entre o conjunto de reivindicações dessa época, portanto, destaca-se a redução da jornada laboral, sem que para isso o salário sofresse alterações, bem como a necessidade de dias e horários fixos de trabalho, de tal modo que os operários tivessem acesso a uma pluralização de práticas e pudessem desenvolver atividades desvinculadas das obrigações mercantis, tais como a vida familiar, o acesso à educação, etc. Já a segunda vertente das críticas que se desenvolveram neste período estava relacionada ao desejo de construção de uma ordem social alternativa que pudesse se tornar viável, organizada através da “formação

de coletividades capazes de exercer ação normativa sobre os apetites e os egoísmos individuais” (Boltanski e Chiapello, p. 428). E, ao mesmo tempo, consolidava-se certa busca de autorrealização e autonomia. Com a proliferação dessas resistências, foi se configurando um novo espírito do capitalismo, sempre de acordo com a perspectiva de Boltanski e Chiapello.

Esse “segundo espírito” teve sua ascensão na primeira metade do século XX, principalmente, entre as décadas de 1930 e 60, uma época marcada também pelo apogeu da “sociedade disciplinar” caracterizada pelo filósofo francês Michel Foucault. O foco desta segunda fase do capitalismo se desloca do antigo empreendedor individual e recai sobre as organizações, seguindo o modelo de empresa industrial, piramidal, centralizada e burocrática – denominada “jaula de ferro” por Max Weber. As figuras heroicas daqueles tempos eram os diretores e os administradores assalariados: em busca da acumulação de lucros e do desenvolvimento ilimitado das empresas, estes atuavam em direção a atingir o gigantismo tão desejado, ligado à produção de massa, à padronização dos produtos e à racionalização do tempo de trabalho. Tais fatores foram viabilizados, sobretudo, a partir da difusão do modelo tayloriano de organização da produção e, conseqüentemente, da ampliação e capacitação da mão-de-obra, através da contratação de quadros de funcionários tecnicamente qualificados e supervisores com diplomas universitários.

Nesta fase, o culto ao sucesso passou por transformações e começou a estar fortemente associado à vontade de vencer e, por conseguinte, à competição entre os pares com similares competências em busca de conquistar um número limitado de postos, bem como a preferência de seus superiores. O progresso estava associado “à força de vontade, autoconfiança, energia, e iniciativa” (Lasch, 1983, p. 85). A possibilidade de ascensão de cargo na hierarquia organizacional das empresas, as perspectivas de avançar na carreira, bem como o direito de participação na liturgia consumista, tornaram-se fatores de estímulo e de mobilização entre os jovens diplomados daquela época. Diante do desenvolvimento das empresas, do crescimento econômico, da difusão do crédito e da democratização daquilo que então se denominava “bens duráveis” – tais como automóveis, televisão, eletrodomésticos, etc –, os trabalhadores mais qualificados deste segundo espírito do capitalismo tiveram acesso a um modo de vida antes destinado apenas às elites da sociedade.

Novas áreas de conhecimento, como o marketing e a publicidade, foram desenvolvidas nesse momento – principalmente após a Segunda Guerra Mundial. Essas

técnicas e esses saberes seriam utilizados como fontes de estímulo para fomentar o consumo e, com essa meta, colonizar o desejo das massas. Uma vez padronizada a produção em massa dos mais diversos bens e serviços, tais ferramentas mercadológicas tiveram como princípios atender às necessidades dos consumidores e despertar neles os desejos de compra (Lipovetsky, 2007). O grande problema, *grosso modo*, foi que diante de tamanho investimento na produção, permitido graças às jornadas laborais instáveis e às precárias condições de trabalho de boa parte da população, os operários não tinham tempo, disposição nem dinheiro para desfrutar dos bens materiais que eles próprios produziam. Portanto, se por um lado participavam do sistema capitalista ativamente na condição de produtores, por outro, tornavam-se consumidores falhos e não conseguiam alavancar o lucro das empresas, desacelerando as engrenagens do sistema capitalista.

Em busca de proporcionar melhorias nas condições de vida dos assalariados e como forma de resistência a esses e outros conflitos, surgiram os sindicatos e outros mecanismos reivindicadores, que acabaram desenvolvendo a legislação trabalhista, acarretando mudanças profundas no capitalismo. Deslançam-se assim várias conquistas: plano de carreira, aposentadoria, férias, remuneração e horas de trabalho bem definidas, que se tornaram as grandes fontes de *estímulo* e de *garantias* oferecidas pelas corporações e pelo Estado aos profissionais deste segundo espírito do capitalismo. Desse modo foi gerada uma “era de relativa estabilidade”, através da combinação entre “sindicatos fortes, garantias do estado assistencialista e empresas em grande escala” (Sennett, 1999, p. 23). Instaurou-se, assim, uma racionalização e planificação de longo prazo, na qual os trabalhadores, animados pelo senso de justiça social, sentiam-se de certa forma seguros e protegidos, passando a encarar suas vidas como narrativas lineares e previsíveis.

Fabricar o maior número de produtos no menor período de tempo possível tornou-se o grande ditame e a fórmula de sucesso implementada pelas empresas de então. No intuito de garantir a máxima eficiência dos operários, com a finalidade de obter uma produção em série e em alta escala, diversas técnicas disciplinares foram postas em prática nas fábricas: os empregados eram submetidos a controles internos (cartões de ponto e de troca de turno e, posteriormente, câmeras de vigilância, etc), bem como a uma fiscalização contínua de seus supervisores. Outra característica marcante desta fase do capitalismo é a fronteira muito bem definida entre a vida privada (casa) e a vida profissional (fábrica), de modo que o fim do expediente também significava o término das preocupações com o trabalho durante aquele

resto de dia. Assim, após uma longa e exaustiva jornada laboral, os operários iam para suas casas com a sensação de dever cumprido, prontos para encarar as responsabilidades domésticas e se distrair com outros assuntos.

Qualquer semelhança entre a realidade dos trabalhadores que participaram do segundo espírito do capitalismo e a história de Enrico – brevemente narrada no início deste capítulo –, não é mera coincidência. Enrico é um exemplo típico desses corpos adestrados, disciplinados, padronizados e úteis ao sistema capitalista industrial: um corpo treinado para se tornar apto à lógica mecânica, espacial, analógica e serializada das sociedades disciplinares. Seus horários de trabalho eram fixos e as atividades laborais que desenvolvia eram repetitivas e rotineiras. Tais comportamentos se perpetuavam também na esfera familiar: sua vida e seus valores se organizavam na perspectiva do longo prazo. Dia após dia, o trabalhador e sua família faziam economias para acumular o “ganha-pão” do mês, garantindo a educação dos filhos e o bem-estar do conjunto nuclear. Vivia-se, então, sem grandes aventuras e oscilações de acontecimentos, mas também sem muitos riscos ou inseguranças. “A rotina pode degradar, mas também proteger, pode decompor o trabalho, mas também compor uma vida”, ressalta Sennett (1999, p. 49).

Valores como a honra, a honestidade, o compromisso mútuo, a confiança, a solidariedade e a lealdade – frutos da experiência acumulada a longo prazo –, eram construídos e fortalecidos diariamente através dos laços duráveis estabelecidos com os parceiros de trabalho, bem como com os familiares e os vizinhos. Assim, o caráter do trabalhador era formado de uma vez e para sempre, apenas acumulando camadas de sucessivas confirmações ao longo de sua existência, mas sempre sob a mesma lógica e sem se desviar dos eixos. Durante os vinte anos que levou trabalhando como faxineiro, Enrico obedecia a um conjunto de orientações burocráticas e normativas, de modo a organizar seu tempo e seus afazeres de acordo com regras universais. Ele encarava seu emprego sem entusiasmo, mas também sem contestação; afinal, as fronteiras do trabalho eram claras e estavam dissociadas daquelas do lazer.

As fábricas, diferentemente do modelo de empresa edificado na terceira etapa do capitalismo, não tinham como função, nem como requisito ou expectativa, oferecer prazer e entretenimento aos seus funcionários. Por isso, embora marcado pelo tédio da rotina, pelo conformismo com a vida que levava e com o cargo que ocupava, o pai de Rico aprendeu a conviver com os sacrifícios da autodisciplina e tinha orgulho da pessoa que ele se tornara,

bem como da experiência que acumulara ao longo dos anos. "O faxineiro sentia que se tornava o autor de sua vida e, embora fosse um homem inferior na escala social, essa narrativa lhe dava um senso de respeito próprio" (Sennett, 1999, p. 14). Entretanto, Enrico não desejava para o seu filho, Rico, o mesmo destino que ele tivera. Afinal, quando estava fora de sua comunidade, onde havia conquistado o reconhecimento e o respeito de seus pares, ele se sentia ressentido e inferiorizado pela baixa educação que conseguira acumular e pela condição de trabalhador braçal que sustentava. Tinha a sensação de que as pessoas o olhavam com desprezo e insignificância. O ressentimento era ainda mais agravado pelo medo, nutrido por ele, de que aqueles que estavam melhor alocados na escala social tivessem um direito secreto de agirem como se realmente fossem superiores.

Desse tipo de insatisfação é que surgiram as fortes críticas a essa segunda etapa do capitalismo: os operários das linhas de montagem eram desprovidos de qualquer tipo de singularidade, num meio que estimulava cada vez mais esses valores. Por causa das tarefas mecânicas e serializadas que deviam realizar todos os dias, características desse modelo burocrático de organização do trabalho, qualquer funcionário tornava-se facilmente substituível e descartável em sua função. A crítica dos anos 1930 aos 60, portanto, concentrava-se na perda de autenticidade que afetava os sujeitos submetidos a esses modos de vida, associada principalmente à homogeneização e à massificação dos indivíduos. Essa uniformização decorria não apenas do trabalho fabril, mas também dos próprios objetos por eles produzidos em série para o consumo da população. Numa tentativa de abolir as diferenças e padronizar os comportamentos de compra, a cultura de massa, através das ferramentas mercadológicas, açambarcou até mesmo aquilo que o ser humano tinha de mais íntimo e singular: o desejo, essa força enigmática que era fruto de sua interioridade sufocada e, ao mesmo tempo, enaltecida.

Nas décadas de 1950 e 60, essa insatisfação cresceu e a crítica foi intensificada, atingindo principalmente os meios de comunicação, sobretudo a televisão. Pensadores como Theodor Adorno e Max Horkheimer, da Escola de Frankfurt, acusavam esses meios de uniformizar e condicionar os consumidores dos produtos culturais de massa, transformando-os em receptores passivos de uma mensagem padronizada. Tornavam-se, assim, sujeitos alienados, predispostos a adotar sem nenhuma perspectiva crítica as ideologias que lhes eram impostas de cima para baixo. Os motivos de indignação eram diversos e, por vezes, até mesmo incompatíveis e conflitantes, visto que decorriam de "fontes ideológicas e emocionais

diferentes” (Boltanski e Chiapello, 2009, p. 74). No entanto, de acordo com Boltanski e Chiapello, suas bases eram essencialmente as mesmas e tinham duas principais vertentes.

Por um lado, estava a *crítica estética*, representada, em sua maioria, por artistas e intelectuais livres de vínculos, que “viam a ausência de produção (exceto a sua própria produção) e a cultura da incerteza como ideais insuperáveis” (idem, ibidem). Tal julgamento acusava o capitalismo de ser uma fonte de desencanto, inautenticidade e opressão, uma vez que, de modo concomitante à padronização dos produtos e dos indivíduos, o sistema apontava para um aniquilamento da liberdade, da autonomia e da criatividade de seus membros. Assim, subordinava-os gradativamente às dimensões mercantis e à dominação de racionalidades instrumentais, privando-os de serem gestores de seus próprios negócios. Em outras palavras, o sistema capitalista, ao mesmo tempo em que estimulava a participação ativa na produção, pressupondo uma falsa ideia de liberdade, oprimia qualquer espécie de trabalho ou de crescimento autônomo. “Essa crítica asseverava a perda de sentido e, em especial, a perda do sentido do belo e do grandioso, decorrente da padronização e mercantilização generalizada” (idem, p. 74) e atingia não apenas os produtos cotidianos, como também as obras de arte e os próprios seres humanos. Por isso, a denúncia estava centrada na alienação, na burocracia, na hierarquia, na massificação e no autoritarismo. Já as reivindicações se alinhavam em torno da autenticidade, da criatividade, da liberdade, da singularidade e da autonomia.

Por outro lado, além dessa vertente que impugnava o capitalismo pelo lado *estético*, havia a *crítica social*, que apontava para fatores suscitados pelo desenvolvimento do capitalismo e pela ascensão da burguesia, tais como a miséria, a desigualdade social, o oportunismo, a desumanização do mundo e o egoísmo. Esta última denúncia se respaldava na moral e estava intimamente ligada à influência do pensamento socialista e, posteriormente, do marxismo. Tinha como principais motivos de indignação aqueles provenientes da exploração do homem pelo homem, o individualismo e a preservação dos interesses privados da classe burguesa em detrimento das classes populares. Em meio a tamanha produção de riqueza e à crescente acumulação de capital, os níveis de pobreza se tornavam cada vez mais extremos e sem precedentes, degradando ainda mais os vínculos sociais solidários e comunitários ora vitais. Este tipo de reivindicações, portanto, centrava-se na busca por justiça e igualdade.

A associação entre esses dois tipos de críticas – de ordem *estética* e *social* – foi fonte de inúmeros movimentos revolucionários entre a segunda metade do século XIX e início do século XX. No entanto, segundo Boltanski e Chiapello (2009), foi com as manifestações

ocorridas em maio de 1968 que essas reivindicações ecoaram decisivamente no corpo social. As revoltas e indignações, em sua maioria protagonizadas pelos jovens diplomados e pelos operários da época, acarretaram uma crise profunda que pôs em risco o próprio funcionamento do capitalismo. No entanto, isso acabou revelando, posteriormente, a grande capacidade que o sistema tem de digerir e desarmar toda sorte de acusações ou descontentamentos. Isso porque, aproveitando-se da profusão reivindicatória, o capitalismo terminou cooptando as novas demandas com perspicácia e conseguiu se reinventar ao adaptá-las, propondo novas formas de engajamento e outros modos de viver ou de trabalhar. Essas novidades eram compatíveis com as aspirações de alguns de seus críticos mais exaltados e, por isso mesmo, com a realidade social vigente na época.

Nesse momento de clivagem, a crítica estética, que até então contava com poucos adeptos e era alvo de acusações devido ao enaltecimento de um estilo de vida “artístico”, teve os estudantes como principais porta-vozes e foi colocada como base de contestação pelo movimento de 68. Assim, muitos dos valores que outrora eram rejeitados e condenados, tornaram-se alvo de desejo e de militância popular, passando, posteriormente, a ser requisitos básicos das condições de vida sob o capitalismo, sustentando modelos exemplares de conduta e de conquista.

No que concerne às esferas do trabalho e da produção, a denúncia predominante daquela época estava relacionada ao “‘poder hierarquizado’, ao paternalismo, ao autoritarismo, aos horários impostos, às tarefas prescritas, à separação tayloriana entre concepção e execução e, de modo mais geral, à divisão do trabalho” (Boltanski e Chiapello, 2009, p. 201). Por isso, na pauta de reivindicações destacavam-se as “exigências de autonomia e autogestão, bem como a promessa de liberação ilimitada da criatividade humana” (idem, ibidem). Contudo, e talvez paradoxalmente se considerarmos o desejo de autonomia e a busca de novas formas de trabalho, os jovens diplomados daquela época não queriam perder suas condições de assalariados e, no intuito de estabelecer garantias de emprego e de carreira, buscavam vínculos sólidos com as grandes corporações.

Nasceu, então, no magma da crise das décadas de 1960 e 70, o terceiro espírito do capitalismo, que ganharia contornos nítidos a partir de 1990, passando a requerer e produzir outros tipos de corpos e de subjetividades. O filósofo francês Gilles Deleuze, dando continuidade ao pensamento foucaultiano acerca das sociedades disciplinares, em seu breve e denso texto *Postscriptum sobre a sociedade de controle*, de 1990, elucidou a implantação de

um novo regime de poder nesse período. Os modos de viver e trabalhar que então se gestariam seriam marcados por uma sociedade informatizada, afetada pela crise dos meios de confinamento (tais como a fábrica, a escola, a prisão e os hospitais) e atravessada por mecanismos de dominação ainda mais sutis e eficazes do que aqueles implementados anteriormente. Afinal, conforme apontou Richard Sennett (1999, p. 54), a “repulsa à rotina burocrática e a busca da flexibilidade produziram novas estruturas de poder e controle, em vez de criarem condições que nos libertam”. A esse novo tipo de formação social, Deleuze denominou “sociedade de controle”, cujas características abordaremos a seguir.

1.2 Do produtor confinado ao consumidor conectado: o “espírito empresarial”

No segundo “espírito do capitalismo”, a disciplina se organizava por meio de técnicas e de dispositivos que operavam com a finalidade de moldar os corpos e as subjetividades no intuito de normatizá-los e torná-los produtivos. Dessa forma, buscava-se conquistar o objetivo principal desse projeto socioeconômico e político: alimentar as engrenagens da produção fabril e produzir cidadãos capazes de defender o Estado nacional ao qual pertencia. Essa dinâmica laboral suscitava, entretanto, uma fronteira entre a esfera profissional e a vida privada, o que acabava por gerar um engajamento parcial dos empregados. Isso ocorria porque o emprego era tratado como uma negociação, firmada e quitada a partir do cumprimento do compromisso acordado entre cada contratante e cada funcionário. Em suma, tratava-se da troca de uma prestação de serviço, baseada em contratos com regras claras e tarefas delimitadas previamente pela corporação; pelo pagamento de um salário fixo e padrão referente a cada função. Quando horas extras de trabalho se faziam necessárias, um novo valor era estabelecido, proporcional à quantidade de tempo excedente. O trabalho, nessa fase do capitalismo, era quantitativo e materializado através da produção e da serialização, enquanto a relação patrão-funcionário tinha dois eixos muito bem definidos: cada qual sabia exatamente o seu papel e as regras do pacto estabelecido.

Também por esse motivo, as instituições proporcionavam certa sensação de “quitação aparente” aos seus membros, uma vez que eles estavam constantemente começando e terminando um ciclo, passando de uma etapa a outra, ou melhor, transitando de um confinamento ao outro. Tal como acontecia com Enrico quando ele saía da fábrica: sentia-se

em dia com suas obrigações laborais e estava pronto para assumir as tarefas familiares. Analisando esses processos num plano mais geral, podemos pensar, hipoteticamente, na trajetória de vida dele e de seus companheiros de trabalho: possivelmente, eles passaram por uma instituição escolar antes, onde cumpriram com os requisitos de uma formação básica. Posteriormente, deixaram de ser estudantes, constituíram uma família, tornaram-se operários e, após anos trabalhando na mesma fábrica, quitariam suas obrigações laborais e conquistariam a aposentadoria. Assim, os sujeitos modernos transitavam entre esses e outros meios de confinamento.

Sair ou escapar desses sistemas fechados significava, também, livrar-se dos mecanismos de dominação das disciplinas, mesmo que parcialmente, ao transitar pelos interstícios que o próprio sistema deixava “livres”. As possibilidades de resistência a tais ferramentas eram identificáveis através da oposição organizada a seus diversos entraves, materializada na ação dos sindicatos, no boicote à produção, nas passeatas e manifestações populares, bem como nas diversas formas de fuga desses espaços fechados que eram os meios de confinamento.

Na atual sociedade pós-industrial, por sua vez, o controle açambarcou os corpos em sua totalidade, abrangendo todos os tempos e espaços das diversas atividades vitais. As novas relações de poder penetram no dia a dia dos indivíduos e atravessam as interações sociais. Nessa mutação, a fábrica é substituída pela empresa, que é “um gás” e tem a capacidade de envolver todo o tecido social, quase o asfixiando ao mesmo tempo em que lhe oferece todo um leque inédito de novas possibilidades, criando infiltrações nos muros de toda e qualquer instituição. A crise, então, está instaurada. Os espaços fechados, antes fundamentais para fazer funcionar as engrenagens do capitalismo, hoje embora ainda existentes, tornam-se cada vez mais incompatíveis com os modos mais “eficazes” de viver e trabalhar, que estão em constante processo de readaptação. O “espírito empresarial” triunfou e está em todos os lugares, inclusive no gerenciamento dos corpos e das subjetividades daqueles que trabalham.

Na sociedade contemporânea, de alguma maneira, nada parece poder fugir ao controle; algo que pode soar paradoxal, mas que revela como o impulso por liberdade e por espontaneidade foi capturado. “A lógica de funcionamento associada aos novos dispositivos de poder é total e constante, opera velozmente e em curto prazo”, descreve Paula Sibilia, acrescentando que “desconhece as fronteiras: atravessa todos os espaços e todos os tempos, engolindo o ‘fora’” (2002, p. 29). Cada sociedade, entretanto, desenvolve suas próprias forças

no que concerne às liberdades e aos aprisionamentos. Mesmo nesta nova modalidade de formatação que tudo parece abarcar, há resistências; pois, afinal, elas são intrínsecas ao poder em qualquer manifestação. Tais linhas de fuga, por sua vez, são cada vez mais sutis e de difícil identificação. Para nos ajudar a desvendá-las, Deleuze deixou as seguintes pistas: para resistir nestas novas condições, “não cabe temer ou esperar, mas buscar novas armas” (1992, p. 220). Agora também, portanto, embora de outros modos, é preciso criar brechas, novos circuitos e possibilidades.

Enquanto o funcionamento disciplinar está ancorado em espaços fechados, nos moldes, na serialização, na lógica mecânica, analógica e descontínua, o controle se organiza ao ar livre, operando sobre o tempo em sua fluidez, propondo modulações e flexibilidades. A lógica deste novo regime de poder é aberta e contínua, inspirada no paradigma digital. O novo espírito do capitalismo é globalizado e pós-industrial, marcado pela ascensão das multinacionais, pela quebra de barreiras geográficas e por um desenvolvimento sem precedentes das tecnologias, particularmente dos meios de comunicação e informação. Destacam-se, ainda, o poder do capital financeiro e a acentuada desregulamentação do mercado.

Neste quadro, saem de cena as organizações piramidais e burocráticas, enquanto surgem novas formas de administração baseadas num modelo em rede, dinâmico, horizontal e flexível. Os centros de comando rígidos e centralizados são dissolvidos e os cargos ganham novos contornos. As terminologias empresariais se metamorforizam e, numa espécie de eufemismo, as funções são relativizadas e ganham um menor peso, dissociando a ideia de uma simples e “engessada” prestação de serviços hierarquizada, passando a acompanhar os ritmos característicos da sociedade atual. O contingente dos assalariados, em consequência, não é mais composto por “funcionários”, mas por “colaboradores”.² Os profissionais deixam de ser meros empregados, com funções, obrigações, direitos e deveres sempre bem delimitados ou restritos; graças às ideologias e às práticas de gestão empresarial implementadas neste terceiro espírito do capitalismo, esses sujeitos passam a se sentir mais

² Em busca de saber com mais precisão sobre a diferença entre os termos, realizei uma breve busca no dicionário digital Houaiss. Nele, a definição de funcionário é “1) aquele que exerce, desempenha funções; 2) aquele que tem ocupação permanente e retribuída; empregado”. Já no âmbito coletivo do termo, as palavras apontadas são: “funcionalismo, funcionarismo, pessoal, quadro, setor”. O termo colaborador, por outro lado, tem por definição: “1) que ou o que colabora ou que ajuda outrem em suas funções. 2) que ou quem produz com outro(s) qualquer trabalho ou obra; coautor; 3) que ou aquele que escreve artigos para uma publicação periódica sem pertencer ao corpo permanente de seus redatores.” (2009) Nota-se que estas últimas são características que refletem bastante o espírito empreendido num modelo de empresa fluido, flexível, em equipe e transitório.

autônomos nos ambientes corporativos da atualidade. Esse sentimento de liberdade, que costuma ser comemorado pelos analistas do presente, entretanto, é contraditório, já que hoje o tempo de trabalho se tornou incomensurável em sua “imaterialidade”, sendo capaz de penetrar em todas as esferas da vida.

Várias características conformam as novas condutas empresariais: ausência de marcador de ponto, valorização do trabalho em equipe, horários flexíveis, desenvolvimento de tarefas por projetos e por metas, bem como a integração do processo intelectual e criativo na produção. Estas novas modalidades foram possibilitadas, sobretudo, e logo reforçadas, pelo desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação, tais como celulares, laptops, *tablets*, redes sem fio, etc.

Nestas organizações flexíveis que hoje proliferam, novas maneiras de engajamento e novos contratos de trabalho ganham forma. A identificação com o emprego deixa de ser uma relação apenas assalariada, com obrigações e limites bem estabelecidos, e passa a ser uma “relação de associação” (Gorz, 2005) baseada em recompensas por projetos, promoções por méritos individuais e participação nos lucros das empresas. Essas novas formas de vínculo empregatício fazem com que as corporações se tornem "parceiras" e sócias de cada um de seus "colaboradores". Como consequência, “rompem-se as fronteiras entre o público e o privado, o trabalho e o afetivo” (Freire Filho, 2011, p. 26), fazendo com que a vida pessoal e o trabalho se conectem e se entrelacem. Tudo isso impulsiona certa substituição do controle pelo autocontrole, “repassando o peso da organização para os assalariados” (Boltanski & Chiapello, 2009, p. 225), que são induzidos a cumprir metas cada vez mais de difícil alcance e a assumir, livre e plenamente – numa servidão cada vez mais voluntária –, as tarefas que antes lhes eram prescritas. Tal estratégia, além de acirrar a competitividade com os colegas, também demarca a desigualdade imperante no mundo empresarial, e ilustra o crescente grau de "elegância" ou sutileza unidas à eficácia das relações de poder nas sociedades capitalistas.

A sobrecarga administrativa de pequenos grupos de trabalho com tarefas diversas é uma característica frequente da ‘reorganização empresarial’, de modo que à economia da desigualdade, a nova ordem acrescenta assim novas formas de poder desigual, arbitrário, dentro da organização (Sennett, 1999, p.64).

Em vez de chefe, que remete à hierarquia e à autoridade, neste novo modelo de firma, surge a figura do líder ou mesmo do “guru”; ou seja, aquele que agora é encarregado não mais de dar ordens, mas de motivar, integrar, mediar e incentivar a equipe, extraindo o

máximo proveito de seus desempenhos. A ênfase, nesta nova fase, sai do produtor-disciplinado para recair no consumidor-conectado, pondo em evidência não mais a produção, mas a sobreprodução, ou seja, os setores de serviço e, sobretudo, o marketing e o consumo. Numa sociedade conformada prioritariamente por consumidores, os verdadeiros “patrões” são os clientes e os acionistas. A empresa tem que estar à disposição deles para satisfazer seus desejos, mesmo que por um curto período de tempo, e sempre visando a criar atualizações e a suscitar neles novos tipos de demandas (através de uma especialização flexível da produção), visto que os apetites consumistas nunca podem nem devem ser saciados por completo. Para isso, um vasto repertório com estratégias mercadológicas de abordagem e de fidelização de clientes é produzido e posto em circulação, sendo constantemente renovado com táticas cada vez mais audazes. E um emaranhado de serviços e dispositivos é criado com vistas a rastrear os perfis dos clientes em potencial para, posteriormente, enquadrá-los em bancos de dados, nichos de mercado e segmentação do público.

A preocupação com a construção identitária das marcas também reflete estas mudanças nas prioridades das empresas. O foco se desviou da produção e se voltou para os aspectos subjetivos e imateriais a serem criados e fortalecidos nos consumidores, uma vez que “as empresas não devem gastar seus recursos finitos em fábricas que exigirão manutenção física, em máquinas que sofrerão corrosão ou funcionários que certamente envelhecerão e morrerão” (Klein, 2002, p. 220). Seguindo esses preceitos, grandes empresas que simbolizam a atualidade, como Nike, Adidas e Disney, fecharam suas fábricas e não são mais responsáveis pela produção de seus produtos. Em vez disso, terceirizam a mão-de-obra em plantas produtoras localizadas em outros países, conhecidas como *maquiladoras*, com custos mais baixos e leis trabalhistas flexíveis ou até mesmo inexistentes. Dessa forma, essas corporações recusam qualquer vínculo com esses funcionários e se livram das antigas responsabilidades empregatícias, reduzindo ao máximo seu quadro de empregos e maximizando os lucros.

As demissões em massa tornaram-se estrategicamente justificadas e tecnicamente legitimadas com rótulos como *downsizing* ou terceirização, tanto por parte das corporações quanto pelo conformismo de boa parte dos (des)empregados; pois, afinal, entende-se que as empresas precisam operar sob as condições que lhes permitam uma perspectiva de máximo lucro e melhor custo-benefício. Em contrapartida, os sujeitos das fábricas que ainda alavancam a produção agora se tornaram meros coadjuvantes do sistema capitalista, e nesse

processo são invisibilizados por terem suas competências ainda mais desvalorizadas e desqualificadas. Diante disso, contam com duas restritas opções, na maioria das vezes: ou se submetem a trabalhos instáveis, inseguros, informais e precários; ou encaram as dores da exclusão e do desemprego.

Por todos esses motivos, aquela vida apoiada na segurança do longo prazo, antes possibilitada pelas corporações fortalecidas sob o Estado de bem-estar social, na sociedade atual se tornou fonte de lamúrias e saudosismo para os mais nostálgicos. “O capitalismo flexível bloqueou a estrada reta de carreira”, constata Sennett (1999, p. 9). Não surpreende, nesse quadro, que aqueles que tentam se aproveitar dos rastros da estabilidade que ainda permanecem em certos nichos da sociedade contemporânea, estudem horas a fio e se preparem arduamente para os mais diversos tipos de concursos públicos ora vigentes, chegando a disputar uma vaga com milhares de outros sedentos em penetrar nos resquícios das velhas lógicas disciplinares para se livrar, mesmo que ilusoriamente, das armadilhas do controle.

Essa última alternativa, no entanto, não fazia parte dos desejos e nem dos esforços do filho de Enrico. O jovem Rico, fruto do terceiro “espírito do capitalismo”, desde cedo inconformava-se com a rotina de trabalho do pai e com a vida pacata por ele levada. Em sintonia com certo clima de época que se propagou no final do século XX, o rapaz queixava-se da organização minuciosa – quase religiosa – do tempo e do dinheiro, praticada não apenas por sua família como também pela maioria daqueles que o cercavam. Nutria, então, um sentimento de desprezo pelos “conformistas e outros protegidos pela armadura da burocracia” (Sennett, p.17). Entre as suas ambições, destacavam-se o desejo de viver as aventuras do risco e das mudanças constantes, afinal, foi para isso que a escola o preparou junto com seus colegas. Naqueles tempos da infância e da adolescência, porém, eles não contavam com as dificuldades e os desafios que este novo estilo de vida implicava. Sobre isso, Deleuze alertara:

Muitos jovens pedem estranhamente para serem “motivados”, e solicitam novos estágios e formação permanente; cabe a eles descobrir a que estão sendo levados a servir, assim como seus antecessores descobriram, não sem dor, a finalidade das disciplinas. (1992, p. 226)

Com Rico não foi diferente, e as consequências dessas contradições logo apareceram. Com o passar do tempo, ele foi percebendo que o preço, referente à participação nos novos coeficientes estimulados pela sociedade de controle, estava ficando cada vez mais

alto. Após se formar em Engenharia Elétrica numa universidade de Boston, Rico deixou essa cidade para ingressar na escola de comércio em Nova York, onde se especializou em busca de aperfeiçoar suas capacidades – até porque, nos dias atuais, já não é mais suficiente ter apenas um título de graduação no ensino superior. Na ocasião, conheceu sua esposa Jeanette, com quem se casou e teve filhos. Após quatorze anos, ele já computava quatro trocas de emprego e quatro mudanças de cidade. O grande desafio do casal passou a ser o de conciliar entre eles uma boa posição profissional.

O caminho da independência escolhido por Enrico, através do sedutor empreendedorismo privado, no entanto, acabou sendo muito menos feliz do que ele previa e do que lhe fora sedutoramente prometido. Como chefe e gerente de si mesmo, ele era o encarregado não apenas de mergulhar no fluxo das redes para responder todos os e-mails e telefonemas, como também de ter o conhecimento total do seu negócio e estar à disposição dos interessados, seja qual for o horário do dia. Como precisava mantê-los para ganhar dinheiro, tinha que sucumbir a todos os caprichos e vontades dos clientes. Os contratos de trabalho, quando estabelecidos, eram apenas por protocolo, já que em busca da satisfação do consumidor e, conseqüentemente, do recebimento dos pagamentos, as burocracias eram deixadas de lado.

Rico começou a se enxergar, então, como alguém que perdera o controle de seu próprio tempo, algo que acabaria por se tornar seu grande temor e seu maior desafio. Essas preocupações com a falta de controle do tempo, contudo, iam muito além da esfera específica do trabalho, afetando também sua vida pessoal e a de sua família. Devido a seus horários desregrados e às tarefas irregulares (realizadas por demandas e por projetos), em meses mais asoberbados ele tinha a sensação de que não conhecia mais seus próprios filhos, como ele próprio relatou. De fato, as crianças viviam abandonadas, sem a supervisão nem a autoridade dos pais, que estavam demasiadamente atarefados para se ocupar deles. Então, ele passou a perceber que se a vigilância severa de Enrico o deixara furioso e o sufocara em sua juventude, a falta de disciplina e o excesso de liberdade que agora imperavam em sua família também o inquietavam. O sistema organizacional flexível, característico da “sociedade de controle”, parecia também marcar presença em seu lar, propiciando uma impressão paradoxal de desorganização e descontrole.

Mas os problemas não paravam por aí. O que mais incomodava Rico era saber que o modo como ele conduzia o lado profissional de sua existência não poderia ser um bom

exemplo de vida ética para seus filhos. “As qualidades do bom trabalho não são as mesmas do bom caráter” (Sennett, 1999, p. 21). Isso ocorre porque o lema dos modos de viver e trabalhar na atualidade é que “não há longo prazo”. Consequentemente, as ações e os valores que são provenientes da maturidade e da experiência perdem o sentido para se tornarem abstrações pouco convincentes. Assim, as novas maneiras de organizar o tempo corroem e afrouxam os valores morais que antes eram fundamentais nas tessituras das instituições, tais como a confiança, a lealdade e o compromisso mútuo. A flexibilidade requisitada na sociedade contemporânea, portanto, não faz parte apenas do sistema de produção e dos novos imperativos presentes no mundo do trabalho e no consumo, mas configura e molda também os valores que constituem a personalidade de cada um, como abordaremos mais adiante.

Assim, instado a viver e trabalhar num mundo delineado sob a perspectiva do curto prazo, o indivíduo contemporâneo torna-se um “coleccionador de instantâneos” (Bauman, 1998). A procrastinação e o adiamento da satisfação, outrora valorizados, deixam então de fazer sentido. Permeado pela necessidade de mudança e adaptação constantes, pelos imperativos de gozo imediato e pela “obsolescência programada” dos mais diversos produtos que é estimulado a adquirir, o sujeito confinado das sociedades disciplinares dá lugar agora a um sujeito endividado (Deleuze, 1992). Despido do sentimento de satisfação e do conformismo com o rumo de sua vida, o protagonista da contemporaneidade parece estar sempre um passo atrás em relação às novidades do consumo, bem como às novas competências e exigências do mercado, à formação contínua e ilimitada, ao fluxo de informações irrestrito que circula pelas redes, e aos diversos papéis sociais que cada um desempenha sempre em busca da alta performance que lhe é exigida (e quase nunca alcançada) em todos os âmbitos da vida. No próximo capítulo serão examinadas algumas vertentes desse conflito, visando a compreender quais são as subjetividades solicitadas e valorizadas hoje e os possíveis desdobramentos desses novos imperativos.

2. SUBJETIVIDADE³

Alta performance produtiva: esta expressão, que não há muito tempo estava quase completamente circunscrita ao meio industrial, aludindo à eficácia de equipamentos, processos e plantas fabris, hoje se dissemina em variados discursos. Nas revistas, na televisão, no cinema ou nas conversas entre amigos: falar sobre produtividade, desempenho ou *performance* deixa de ter como sujeito de enunciação a máquina e passa a se referir, predominantemente, aos seres humanos. As questões que giram em torno a essa ideia são múltiplas. Como ser mais produtivo? Como fazer alguém render mais? Como ter um desempenho melhor (que si mesmo e que os outros) na escola, na faculdade, no trabalho? Tais preocupações acompanham as recentes e ubíquas injunções sociais no sentido de alcançar um desempenho crescente, trazendo a “superação de si” da arena heroica dos esportes para a vida corriqueira de qualquer um e de todos nós (Ehrenberg, 2010). Por outro lado, a exigência de se atingir tal perfil altamente performático não se restringe ao campo da produção: invade as mais diversas áreas pessoais e afetivas dos indivíduos, demandando alta eficiência também nos relacionamentos, no cuidado do corpo e no consumo em geral (Bezerra, 2002, Sibilia, 2011, Lipovetsky, 2007).

Nesta pesquisa, porém, privilegiamos os discursos midiáticos que associam ideais de alto desempenho produtivo às subjetividades dos profissionais. Com esse objetivo, procuraremos identificar como a mídia estimula uma ressignificação do *status* social, conferindo mais valor aos sujeitos que possuem determinadas características: jovens, bem-sucedidos, empreendedores, competitivos, proativos e belos. Mas esses discursos midiáticos não se limitam a descrever o perfil desejado; além disso, costuma prescrever e aconselhar a respeito de sua obtenção, algo sempre considerado ao alcance de qualquer um. Contudo, tanto para conseguir como para manter tais aptidões em voga, demandam-se vultosos esforços e uma considerável dedicação. E, para isso, surge como aliado um variado conjunto de substâncias químicas “empoderadoras”, que se consideram capazes de aumentar o rendimento físico e mental daqueles em busca dessa excelência tão exigida nos mais diversos campos.

³ Parte das reflexões contidas nos capítulos 2 e 3 desta dissertação foram desenvolvidas no artigo “Em busca da alta performance: a remediação dos mal-estares nos discursos de consumo”, escrito em coautoria com Julia Salgado e apresentado no “Seminário Internacional Brasil & Portugal: jovens, subjetividades e novos horizontes”, posteriormente, selecionado para compor a coletânea do evento, cuja previsão de lançamento é para o segundo semestre de 2014.

Enquanto as questões que nortearam o primeiro capítulo estavam relacionadas às transformações no capitalismo e aos motivos que fizeram com que esse modo de produção continuasse vigente ao longo de três séculos e até hoje, nesta segunda parte da dissertação, daremos continuidade a tais reflexões priorizando outro eixo: o que se refere à produção de subjetividades. Para começar, lançaremos mão de algumas questões presentes no pensamento do filósofo Baruch Spinoza que, no ano 1670, em seu inacabado *Tratado teológico-político*, ousou indagar por que os homens lutam pela sua escravidão como se fosse por sua liberdade. Em outras palavras, a pergunta seria a seguinte: por que boa parte das pessoas batalha pela submissão de seus corpos aos valores morais em voga, desejando-os para si e os valorizando, em vez de buscarem novas armas e resistências para viver de outras formas?

Com a intenção de analisarmos tais questões, ainda muito atuais e diretamente relacionadas com a proposta desta pesquisa, propomos uma reflexão acerca de certas abordagens que estão presentes em muitos discursos emitidos pelos *media* contemporâneos, e que participam na produção dos modos de ser e estar no mundo próprios da era atual.

2.1 A moral prescritiva midiática: a edificação de subjetividades bem cotadas

Tanto na sociedade moderna dos séculos XIX e XX como na contemporaneidade, os meios de comunicação, por meio de seus discursos, costumam contribuir para reforçar e estimular a produção das subjetividades socialmente requeridas pelo mercado da época. É o que se constata, por exemplo, quando analisamos as reportagens de revistas e jornais dedicadas a tematizar o perfil dos jovens profissionais da atualidade.⁴ Esses textos costumam deslegitimar certas características atribuídas às gerações passadas e que, de acordo com os mesmos textos, considera-se que deveriam ficar nesse passado, tais como a vagarosidade, a rigidez, a passividade e a timidez, por exemplo. Em compensação, da juventude atual se exigem atitudes e valores compatíveis com a lógica empresarial: agilidade, administração de contatos, aptidão ao risco e à concorrência e, acima de tudo, alta *performance* em todos os campos da existência.

⁴ Dentre vários exemplos possíveis, podemos citar a reportagem *Como estar na mira das empresas*, cuja chamada é: “Pesquisa exclusiva com as 100 maiores companhias do país aponta quais as características mais valorizadas pelos empresários nos jovens profissionais que eles querem contratar.”, veiculada na revista *Veja*, em 2000. Disponível em: http://veja.abril.com.br/especiais/carreiras/p_016.html. Acesso em: 20 de maio de 2014.

Os meios de comunicação, nesse sentido, funcionam como indicativos dos perfis socialmente desejados neste terceiro "espírito do capitalismo". Num momento em que se constata uma perda das tradicionais referências institucionais, a mídia aparece como um lugar de instrução sobre os modos mais adequados de ser e estar no mundo na contemporaneidade. Esse panorama explica também a proliferação de "intermediários culturais" – recorrendo a um conceito de Pierre Bourdieu (2007) –, como a própria mídia e a publicidade ou, mais especificamente, as revistas, os livros de autoajuda e os programas ou reportagens sobre moda, estética, saúde, ciência e empregabilidade. Todos estes *media* atuam através de prescrições de comportamentos, atitudes e cuidados de si, oferecendo conselhos para administrar conflitos e resolver as mais diversas situações, contribuindo assim para moldar as subjetividades e para disseminar certas visões de mundo. Assim, os leitores e espectadores buscam, recorrendo a revistas, jornais, filmes e outros meios de comunicação, ter acesso a uma “pedagogia de vida” que já não está mais tão disponível em outros lugares, aqueles que antes costumavam ser fonte desse tipo de orientações.

As matérias, quando observadas em conjunto, podem, portanto, oferecer um retrato significativo daquilo que nos pauta e nos leva a ser como somos, tanto no plano individual como no coletivo. Cabe esclarecer que não se trata, entretanto, de uma relação determinista ou teleológica – de causa e consequência linear ou facilmente identificável – entre os meios de comunicação e as transformações socioculturais. Recorrer a tais explicações simplificadoras seria fechar os olhos para as complexidades, ambiguidades, multiplicidades, contradições e descontinuidades presentes em todos esses discursos e no complexo tecido social. Por isso, lançando mão das pistas deixadas por Michel Foucault no primeiro volume de *A história da sexualidade*, intitulado *A vontade de saber*, optamos por pensar que isso ocorre numa relação de “efeito-instrumento”. Ou seja: os discursos são, ao mesmo tempo, efeitos e instrumentos de poder. Em outras palavras, eles contribuem para construir os modos de vida históricos e, ao mesmo tempo, são por estes produzidos porque eles também decorrem dos valores vigentes.

Nesse mesmo sentido, Foucault caracteriza as relações de poder como “intencionais e não subjetivas”. De acordo com o filósofo, trata-se de relações “atravessadas de fora a fora por um cálculo”, uma vez que “não há poder que se exerça sem uma série de miras e objetivos” (Foucault, 2012, p.105). No entanto, mesmo sendo intencionais, essas estratégias e táticas são anônimas, sem rostos nem nomes concretos que lhes sejam imprescindíveis, desprovidas de um centro de comando que possa ser identificado e responsabilizado em sua

totalidade. Embora seja evidente que há agentes e autores dos diversos movimentos, não cabe aqui buscar alguém que esteja "por trás" dos discursos ou orquestrando as ações, e portanto submetendo ou enganando os outros; pelo menos, isso não é importante no nível de análise almejado nesta pesquisa. De acordo com esta perspectiva, o sujeito não é "dono" do que fala, mas ele se apropria de certos sentidos socialmente construídos para elaborar tais "verdades", e o que nos interessa são estas últimas.

O quadro que se pretende desvendar é muito complexo. Habitado por múltiplas resistências, o poder permeia todas as camadas da vida; e não age apenas reprimindo ou obrigando, mas também suscitando vontades e desejos. Trata-se de um jogo instável de correlações de forças que, através de lutas e confrontos infindáveis, atravessam o corpo social inteiro – por meio das práticas e dos discursos – e instituem saberes provisórios com efeitos de verdade. Entre eles, por exemplo, estão aqueles que constituem o foco deste estudo. Os *media*, portanto, podem ser interpretados como um *locus* de disputas de poder e de seleção estratégica de saberes. Eles atuam incitando determinados tipos de subjetividade, produzindo visibilidades e ocultamentos, priorizando certos enunciados e silenciando outros. Algumas arestas desse jogo serão examinadas a seguir, com a intenção de delinear uma face primordial da subjetividade contemporânea.

2.1.1 Os valores em voga

Seguindo as premissas explicitadas nas páginas precedentes, as capas de revistas *Veja* – que é o semanário de maior tiragem no Brasil⁵ – podem fornecer pistas sobre certos padrões que orientam as subjetividades contemporâneas. Por isso, analisamos as 27 primeiras edições dessa revista publicadas em 2012. Nesse estudo, atentamos para as chamadas de capa que aludissem, difundissem ou incentivassem valores destacados nos trabalhadores, nos corpos e nas sociabilidades. Das 27 revistas editadas no primeiro semestre de 2012, 11 delas – ou cerca de 40% – apresentam reportagens principais cujas narrativas se referem a trajetórias de

⁵ Segundo dados divulgados pela Editora Abril, a revista *Veja* tem uma tiragem semanal de 1.221.712 exemplares e uma circulação líquida de 1.070.564. Ainda segundo a PubliAbril, o total de leitores da revista chega a quase nove milhões de pessoas. Disponível em: <http://publicidade.abril.com.br/marcas/veja/revista/informacoes-gerais>. Acesso em 13 de julho 2012.

sucesso, vitória e enriquecimento ou, ainda, debatem temas ligados à *performance* corporal e mental.

Em 11 de janeiro de 2012, por exemplo, a reportagem intitulada “O estouro do silicone” traz à tona o debate sobre a “cirurgia cosmética mais popular entre as mulheres”. Hesitando entre tons propagandistas e um posicionamento questionador sobre o uso dessa técnica, a reportagem pergunta: “Que mulher já não fez, pensou em fazer ou conhece alguém que tenha feito a cirurgia que aumenta e projeta os seios?”. Um longo *box* horizontal se estende nas seis páginas seguintes, dispondo imagens de belas mulheres famosas e “siliconadas”, enquanto seu título atesta que “O exemplo vem de cima”. E *em cima* estão atrizes e modelos como Grazi Massafera, Isabeli Fontana, Deborah Secco e Fernanda Lima, insinuando assim uma ilustração bastante clara do tipo corporal que se busca, incentiva e celebra atualmente.



Mas não só de seios turbinados se constrói o corpo performático contemporâneo, de acordo com os ensinamentos da mesma revista. Em 25 de abril de 2012, a matéria de capa intitulada “Do alto tudo é melhor: A ‘evolução tecnofísica’ explica por que as pessoas mais

altas são mais saudáveis e tendem a ser mais bem-sucedidas”, alude ao “estirão que vale poder e dinheiro”. Baseando-se em pesquisas estadunidenses e australianas, bastante distantes do perfil do mercado e da população brasileiros, *Veja* afirma:



A altura está associada também à produtividade, ao poder e ao sucesso. Pessoas mais altas são consideradas mais inteligentes e conseguem aumento de salário com mais facilidade do que as mais baixas. Medir 5 centímetros a mais do que os colegas de trabalho *garante* um salário 1,5% maior, ou 950 dólares suplementares no fim do ano (*Veja*, 25/04/2012, p. 134, grifo nosso).



Para aqueles que não são tão altos – e, evidentemente, também são incapazes de alterar tal característica física –, bem como para todos os outros, duas edições depois (em 23 de maio de 2012), a revista traz na capa uma espécie de mapa da mina do emprego. A manchete diz o seguinte: “Contratado! Como fazer o emprego correr atrás de você. Os perfis mais cobiçados segundo 70 líderes de mercado ouvidos por *Veja*”. Na reportagem, profissionais requisitados por empresas e *headhunters* contam como obter constante interesse do mercado e corroboram o perfil dos profissionais de sucesso: trata-se de indivíduos em constante busca por altos salários e cargos de prestígio. Aqueles que se inscrevem nessa descrição são, recorrendo a uma expressão do sociólogo francês antes citado, Alain Ehrenberg, os “atletas da ascensão social” (2010, p. 46).



Referências à conquista de somas milionárias (ou bilionárias) também permeiam as capas de *Veja*, demonstrando a ascensão de novos valores e protagonistas. Eike Batista,⁶ Mark Zuckerberg,⁷ Mike Krieger⁸ e Eduardo Saverin⁹ são as estrelas de reportagens principais do período analisado, cujas chamadas revelam não apenas as fortunas acumuladas e o prestígio social dessas figuras, mas também as características pessoais que lhes possibilitaram atingir tamanha riqueza sendo ainda jovens. Entre elas, destacam-se as seguintes: espírito empreendedor, competitividade, criatividade, trabalho exaustivo e vontade de sucesso. Idolatrados, "curtidos" e vanguardistas, os jovens empreendedores parecem ser o modelo heroico dileto da grande mídia na contemporaneidade (Salgado, 2011).



A vontade de sucesso – e como fazer para atingi-lo – é o tema da edição de 2 de maio de 2012 da revista. O título da matéria de capa é “As lições das chefonas: 8 presidentes de grandes empresas no Brasil e 12 especialistas em carreira ensinam como chegar ao topo sem abrir mão da vida pessoal”. Em tons pedagógicos semelhantes aos textos de autoajuda empresarial, a reportagem oferece os “conselhos de oito mulheres que chegaram ao topo sem abrir mão da maternidade e das horas de lazer”. Ter ambição, pulso firme e coragem para assumir riscos seria, segundo esses depoimentos, algo compatível com uma personalidade feminina, maternal e emotiva. Vale até chorar em momentos de emoção, mas “de maneira alguma em momentos de pressão, ou quando defrontada com uma nova meta ou desafio’,

⁶ “Eike Xiaoping. A nova leva de milionários brasileiros tem Eike Batista como ídolo, trabalha muito, compete honestamente, orgulha-se de gerar empregos e não se envergonha de riqueza”, *Veja*, 18/01/2012.

⁷ “100 bilhões de dólares. Curtiu? Mark Zuckerberg, 27 anos, criador do Facebook”, *Veja*, 08/02/2012.

⁸ “Os filhos da inovação. Os jovens brasileiros que estão na vanguarda da revolução digital contam como vencer no mercado mais competitivo do mundo. O paulistano Mike Krieger, 26 anos, criador do Instagram, aplicativo que vale meio bilhão de dólares”, *Veja*, 11/4/2012.

⁹ “Fim do mistério. *Veja* foi a Singapura conversar com Eduardo Saverin, o brasileiro que ajudou a criar o Facebook, ficou bilionário, renegou a cidadania americana e se recusava a contar sua história”, *Veja*, 30/5/2012.

afirma o paulista Sérgio Averbach, da consultoria Korn/Ferry, especializada na formação de líderes”.



Em muitas das reportagens estudadas, atributos considerados extremamente desejáveis na contemporaneidade como o triunfo, a notoriedade e a conquista de vitórias, são medidos em termos de número de fãs, quantidade de público ou nível de vendas. Esses valores distintivos retornam em outras capas da publicação, tais como as protagonizadas por Anderson Silva¹⁰, Salman Khan¹¹ e Marcelo Rossi¹², para citar apenas alguns exemplos.



¹⁰ “O gladiador tranquilo: Anderson Silva, o brasileiro campeão das artes marciais, é o maior ídolo do esporte que mais cresce no mundo, apesar da violência – ou por causa dela” (14 de março de 2012).

¹¹ “O melhor professor do mundo: Agora em português, as aulas do fenômeno Salman Khan, que tornou o aprendizado mais atraente, satisfatório, interessante, produtivo e ensina 4 milhões de alunos na internet” (1º de fevereiro de 2012).

¹² “Ágape. O milagre da leitura: o livro Ágape, do padre Marcelo Rossi, já vendeu 7,5 milhões de exemplares. Quem são os outros campeões das livrarias em Espiritualidade, Autoajuda, Entretenimento, História, Biografia, Adolescência e Ciência” (29 de fevereiro de 2012).

O perfil do jovem ideal contemporâneo, de acordo com os valores reverenciados pela revista aqui em foco, é apontado na junção desses discursos. Não é difícil compreender que ele deve ser um "empreendedor", à semelhança de Eike Batista, Mark Zuckerberg, Eduardo Saverin e Mike Krieger, arriscando-se desde cedo no mundo dos negócios com disposição e talento para faturar fortunas. Além disso, algumas características físicas também se repetem. Seu corpo deve ser alto, por exemplo, pois assim se tem mais sucesso, além de magro e bem torneado (como as milhares de mulheres "siliconadas" que proliferam no Brasil e no mundo) e preparado para ter um alto rendimento. Isso vale não apenas para atletas profissionais como Anderson Silva, mas também para milhões de praticantes amadores de esportes que, superando-se diariamente, dedicam-se a maratonas, triatlons e esportes.

Igualmente apreciados são os objetivos que norteiam a vida dos personagens retratados nas diversas matérias: fama, sucesso e notoriedade. Isso parece comprovado pelas cifras apontadas nas mesmas reportagens: quatro milhões de alunos para um professor ou sete milhões e meio de livros vendidos por um padre, por exemplo. Competitividade, produtividade e eficiência também não podem ficar de fora da fórmula destacada pela revista *Veja*, sendo traços apresentados como ingredientes essenciais ao sucesso e à vitória dos futuros empreendedores milionários, funcionários exemplares ou figuras exitosas de um modo geral.

2.1.2 Em busca do profissional ideal

Na tentativa de aprofundar o entendimento sobre esse constructo que está sendo edificado em torno do profissional contemporâneo considerado ideal, partimos para o exame de produtos midiáticos mais direcionados a esse público. Assim, examinamos algumas edições recentes de uma publicação especializada em mercado laboral, *Você S/A*, procurando reportagens sobre a relação entre juventude e trabalho. A intenção é detectar se aqueles ideais delineados nas matérias analisadas na revista *Veja* – como competitividade, obstinação por obter bons resultados, superação de si, empreendedorismo, riqueza, sucesso e beleza – aparecem também em outras mídias, endossando (ou não) um discurso que legitima o alto desempenho profissional como um objetivo caro à cultura contemporânea. Uma meta que parece ser mais valiosa que todas as outras.

Competitividade é, certamente, um dos termos mais recorrentes nas revistas especializadas em mercado de trabalho e negócios. Em *Você S/A*, por exemplo, nenhuma edição sequer chega às bancas sem que alguma reportagem aborde a competitividade, seja de maneira prescritiva – a necessidade dos profissionais em tê-la e aprimorá-la – seja de modo noticioso, mostrando a conquista ou a falta de competitividade de uma determinada empresa ou mesmo de um país. Oriundo da arena esportiva, a predominância atual desse substantivo no universo do trabalho reflete uma tendência mais ampla de intercâmbio entre práticas, lógicas e léxicos esportivos e laborais, que vem ocorrendo desde as últimas décadas do século XX. Para o já mencionado Ehrenberg (2010, p. 21), “o valor referencial do esporte está a tal ponto dilatado que se transformou num lugar onde se tem a legitimidade para falar de outra coisa”. Mas, assim como no esporte, a competitividade ilustrada nas capas e nas reportagens de revistas empresariais parece ser sempre positiva, benéfica e até mesmo saudável.

Na edição de janeiro de 2010, *Você S/A* dá destaque à reportagem “O segredo dos campeões: Executivos que foram atletas profissionais revelam como a experiência esportiva ajuda a obter alto desempenho na carreira”. Inspirada no livro do *headhunter* norte-americano James Citrin, *The dynamic path*, que busca entender o que atletas de alto desempenho poderiam ensinar a outros profissionais, a reportagem utiliza o método pedagógico que consiste em instruir por meio de exemplos alheios. Para isso, escolhe quatro trajetórias de carreiras duplamente bem-sucedidas, como a de Gil, ex-jogador do time de futebol PSV Eindhoven, na Holanda, e hoje diretor-executivo de uma empresa de recrutamento.

Para Gil, ter sido um atleta de ponta permite a ele lidar bem com a competição do mundo corporativo. O jogador entende desde cedo que existe uma seleção de quem entra e quem fica de fora, diz. Você se torna muito persistente. Outra experiência proporcionada pelo esporte é aprender a reagir após uma derrota, o que pode ser entendido como resiliência. No futebol ou no trabalho, você pode passar por um período ruim, avalia Gil. Você entende que isso pode acontecer e que é importante reunir forças para se levantar sozinho.¹³

Outro exemplo edificante, num sentido semelhante, vem do ex-jogador de polo aquático Luís Guilherme Prates, hoje diretor comercial de uma das principais empresas de *call center* do país.

¹³ Disponível em <<http://vocesa.abril.com.br/desenvolva-sua-carreira/materia/segredo-campeoes-523652.shtml#>> Acesso em 18 de julho de 2012.

Competir em alto nível, diz Luís Guilherme, faz com que o profissional aprenda a lidar com a frustração da derrota e a se restabelecer emocionalmente após sofrer um viés. O atleta profissional tem altas doses de inconformismo, diz Luís Guilherme. Você não conquista nada se não continuar acreditando que dá para vencer a próxima. Para quem trabalha na área de vendas, isso é um componente fundamental. A obrigação de vencer na piscina ensinou Luís Guilherme a lidar com a pressão do mundo executivo. (idem)

O esporte se apresenta, assim, como um eficaz instrumento cognitivo para todos nós, que somos impelidos a incorporar a competitividade em nossas vidas. Age como uma “pedagogia virtuosa”, ensinando-nos a lidar com a “pressão do mundo executivo” e a “reunir forças para se levantar sozinho”. Aos incapazes de tal força autônoma, suportes medicamentosos se apresentam como uma alternativa incitada pelo imperativo à *performance* e estimulada pelo consumo, como veremos mais adiante. Por ora, resta compreender que na lógica de uma “sociedade do possível”, na qual todos podem alcançar fama e fortuna através de seu próprio mérito, a disputa e a rivalidade inerentes a toda competição ganham ares de justiça, fazendo-se pensar que a “justiça [é] o produto da concorrência” (Ehrenberg, 2010, p. 25).

Ainda sobre o leque de habilidades valorizadas nos sujeitos contemporâneos que se dispõem a concorrer nos diversos mercados da atualidade, deparamo-nos com a reportagem “Uma questão de fibra”. Esse é o título de uma matéria de comportamento veiculada na revista *Você S/A*, em abril de 2012. Não se trata de um texto sobre alimentação saudável ou artesanato, porém pretende destacar a “principal competência da primeira metade do século 21”, que seria a resiliência.

Conceito emprestado pela física à psicologia do trabalho, a resiliência é a capacidade de resistir às adversidades e reagir diante de uma nova situação. Um profissional pode precisar dela tanto para encarar a pressão e a competição do mercado quanto para atravessar momentos difíceis, como crises econômicas e acidentes.¹⁴

A foto de uma atleta amadora pedalando pelas ruas de São Paulo, com a fisionomia que expressa sua capacidade de constante superação do cansaço físico, ilustra a reportagem. Vânia Maria, 42 anos, é uma gerente de empresa que se prepara para participar de uma prova de *Ironman*. Para encarar 3,8 km de natação, 180,2 km de ciclismo e 42,2 km de corrida, ela

¹⁴ Disponível em <<http://vocesa.abril.com.br/desenvolva-sua-carreira/materia/carreira-comportamento-questao-fibra-688749.shtml>> Acesso em 18 de julho de 2012.

lança mão de muita perseverança, além de tenacidade, flexibilidade e proatividade. Esses seriam, segundo estudos da FGV/SP, alguns dos componentes da resiliência:

A resiliência é um fator crítico para enfrentar os desafios desta primeira metade do século', diz Paulo Yazigi Sabbag, professor da escola de Administração de empresas da FGV de São Paulo e idealizador da primeira escala nacional para avaliar o nível de resiliência de profissionais adultos. (idem)

Tal escala envolve a medição de nove fatores do comportamento individual: autoeficácia, solução de problemas, temperança, empatia, proatividade, competência social, tenacidade, otimismo e flexibilidade mental. A reportagem segue oferecendo outros exemplos de profissionais resilientes e, ao final, um *box* informativo explica o que constitui cada um desses nove componentes, e como fazer para adquiri-los. Apesar da extensão da citação a seguir, julgamos interessante atentar para as definições de tais prescrições, que mais do que somente compõem uma escala de medição das capacidades profissionais, têm sido progressivamente usadas nos mais variados discursos, contribuindo para tornar ainda mais complexa a carga subjetiva lançada sobre o profissional do futuro – ou seja, os jovens.

1. Autoeficácia. O que é: crença na própria capacidade de organizar e executar ações requeridas para produzir resultados desejados. Associada à autoconfiança, transforma-se em “combustível” para a proatividade e para a solução de problemas. **Como adquirir:** são necessários treinos específicos para perceber melhor as situações, tomar consciência de qual conceito faz de si mesmo e de qual é seu padrão habitual de atitudes. A psicoterapia pode ajudar muito nesse caso, assim como a realização de projetos de forma sistemática e planejada.

2. Competência social. O que é: capacidade de ir em busca de apoio externo em momentos de estresse. Engloba tanto a abertura para receber apoio quanto a busca proativa de ajuda. **Como adquirir:** todo treinamento oferecido para desenvolver liderança, comportamento ético e melhoria de relações é válido. Pode-se praticar também a “escuta empática”, que convida o outro a falar e oferecer maiores detalhes, adiando julgamentos críticos; e a “escuta ativa”, um processo de indagação orientada. Envolver-se em projetos sociais ajuda a desenvolver a consciência moral.

3. Empatia. O que é: habilidade promotora tanto da competência social quanto da solução de problemas. Significa colocar-se no lugar do outro, compreender a pessoa a partir do quadro de referência dela. **Como adquirir:** a leitura, sobretudo de livros de literatura e biografias, ajuda a pessoa a se imaginar no lugar do outro. Nos filmes, observe a psicologia de personagens, a trama e o contexto. Trabalhos sociais voluntários também desenvolvem esse aspecto.

4. Flexibilidade. O que é: está relacionada à maior tolerância à ambiguidade e à maior criatividade. O pessimismo faz com que o indivíduo de baixa resiliência insista teimosamente em atitudes pouco efetivas. Já o resiliente, em oposição, é flexível. Pensa em opções, age e, se a ação não é efetiva, escolhe outra opção e persiste. **Como**

adquirir: pense de imediato em aulas de ioga ou dança de salão, por exemplo. “A flexibilidade do corpo se associa à da mente”, diz Paulo Sabbag, da FGV. No longo prazo, vá atrás de treinamentos de desenvolvimento de criatividade, que desbloqueiam e permitem “pensar fora da caixa”.

5. Tenacidade. O que é: trata-se da persistência e da capacidade de aguentar situações incômodas ou adversas. **Como adquirir:** indivíduos com baixa tenacidade desistem facilmente. A prática esportiva ajuda, pois aprimora a disciplina e expõe os limites do corpo. É o indivíduo que regularmente faz uma hora de esteira porque sabe que é importante, e não porque gosta.

6. Solução de problemas. O que é: característica dos agentes de mudança, indivíduos preparados para diagnosticar problemas, planejar soluções e agir, sem perder o controle das emoções. Atitude que mobiliza para a ação. **Como adquirir:** um bom conselho, para começar, é entreter-se com jogos de estratégia, aqueles que fazem pensar em soluções, como o xadrez. Mas, para desenvolver plenamente esse fator, a melhor solução é mesmo a dedicação para colocar projetos de pé – pessoais ou profissionais.

7. Proatividade. O que é: está associada a desafios, a conviver com incertezas e ambiguidades. Refere-se à propensão a agir e à busca de soluções novas. Reativos tendem a esperar pelos impactos de adversidades; proativos tomam iniciativas. **Como adquirir:** uma solução é procurar um serviço de coaching. A orientação de profissionais mais experientes pode ensinar como ser ágil e dar respostas certas.

8. Temperança. O que é: está associada ao controle da impulsividade e da raiva. Significa maior capacidade de regular emoções, mantendo a serenidade em situações difíceis. **Como adquirir:** medidas paliativas, como ouvir uma música, se afastar um pouco e jogar água no rosto, são válidas. No longo prazo, meditação, condicionamento físico e psicoterapia para resolver problemas de autoestima.

9. Otimismo. O que é: na escala de resiliência, o otimismo é uma competência resultante da união de três outras: a competência social, a proatividade e a autoeficácia. **Como adquirir:** todas as atividades recomendadas para competência social, proatividade e autoeficácia são úteis nesse caso. De resto, é ter uma atitude positiva diante da vida. (idem)

As normas comportamentais delineadas nessa reportagem como sendo indispensáveis para o alcance da resiliência – e, portanto, do sucesso –, condensam os discursos de revistas como *Você S/A*. Constrói-se, assim, o perfil do tipo de profissional que deve ser voltado para a produção de resultados, bem como a tolerância com relação às ambiguidades e às situações adversas, incertezas ou pressões. Destaca-se, ainda, a manutenção de uma atitude sempre ativa e positiva diante dos percalços da vida, superando-se indefinidamente. Após essa rápida descrição, não é difícil perceber o quanto essa atitude sempre proativa e altamente produtiva exige, física e mentalmente, do sujeito fadado a ser produtivo.

A vida, como se constata, tornou-se um capital (Sibilia, 2011; Pelbart, 2010). E, nesse sentido, passou a ter como princípio a mesma dinâmica mercadológica deste: o cálculo e, conseqüentemente, a necessidade de investimento para mantê-la valorizada, com alta cotação, com boas condições de funcionamento e com duração prolongada, além de apta à volatilidade das demandas sociais e mercadológicas. Cada um, portanto, há de ter uma engenhosa capacidade administrativa para investir rentavelmente em si, de modo a evitar, até as últimas conseqüências, a sua própria descapitalização. Para tanto, cada sujeito necessita “travar uma batalha diária pela sobrevivência [e visibilidade], uma batalha que é nua e crua”, como assinala Joel Birman (2010, p. 37).

Em decorrência disso, os demais "atletas sociais" com os quais se compete, transformam-se em adversários – e, em última instância, em inimigos –, que tem que ser combatidos, ultrapassados e vencidos. Aderindo a esta lógica, a Fundação Getúlio Vargas lançou, em dezembro de 2008, a campanha publicitária *Índice Você*, com o seguinte mote: “Suas escolhas fazem um importante índice subir: o Índice-Você”. A proposta era “ajudar os profissionais a medirem sua cotação no mercado”. A partir de dados fornecidos por cada usuário, “o sistema é capaz de fornecer um índice representativo da colocação desse profissional diante de seus potenciais concorrentes”.¹⁵ Não é de se estranhar, inclusive, que a mesma FGV, em 1997, tenha iniciado uma parceria com a escola de negócios denominada *Capital Humano*, cuja proposta consiste em “desenvolver pessoas através de treinamentos empresariais”.¹⁶

Competitividade e busca pela alta performance são princípios individuais que vigoram numa coletividade submetida, de modo inexorável e nos mais diversos âmbitos, à dinâmica concorrencial, particularmente no campo laboral. A sociedade globalizada de inícios do século XXI, guiada pela “ética neoliberal” e regulada pelos mecanismos do mercado, caracteriza-se pelo atravessamento do espírito empresarial em todas as esferas e pressupõe uma reformulação social radical, tendo como base o modelo da empresa (Freire Filho, 2011). Neste novo regime, acontece algo digno de nota no aspecto aqui focalizado: cada sujeito deixa de ser uma “força de trabalho” para se tornar um “capital-competência”. Cada um deve se tornar um empresário de si, “sendo ele próprio o seu capital, sendo para si mesmo seu produtor, sendo para si mesmo a fonte de [sua] renda” (Foucault, 2008a, p. 311). Não

¹⁵ Disponível em <<http://www.cps.fgv.br/ibrecps/IV/indice/oindice.asp>>. Acesso em 29 de julho de 2012.

¹⁶ Disponível em <<http://www.capitalhumano-fgv.com.br/>> Acesso em 28 de abril de 2014.

surpreende, portanto, que os sujeitos contemporâneos se auto tematizem como empreendedores que exploram a si mesmos como fonte de rendimento, em busca de satisfação e pertencimento, conseguindo valorizar desse modo seu “capital humano”. Assim, o que (e quem) ele é, depende de como ele age e de como administra o seu capital.

Nesse sentido, André Gorz enfatiza que no lugar “daquele que depende de salário, deve estar o empresário da força de trabalho, que providencia sua própria formação, aperfeiçoamento, plano de saúde etc.” (2005, p. 10). Contando apenas com o auxílio de si mesmo para sobreviver nos diversos mercados, o indivíduo passa a ser compreendido como uma empresa que age em múltiplas frentes. “No lugar da exploração, entram a autoexploração e a autocomercialização do ‘Eu S/A’, que rendem lucros às grandes empresas, que são as clientes do auto-empresário” (idem).

Há, desse modo, um inédito espraiamento da racionalidade mercadológica para além das barreiras das ciências econômicas e das estruturas das empresas, espalhando-se por todos os domínios da vida humana. É assim que entra em cena o indivíduo empresário de si, dotado de talentos inatos ou adquiridos, cujas ações são norteadas pelos cálculos de “custo-benefício”, pelas avaliações de oferta e procura, e pelo ranqueamento das competências próprias e alheias. Os objetivos e desejos desse tipo de sujeito são atravessados por uma lógica utilitarista e pragmática, mobilizada por atividades e aprendizados que possam agregar valor a si mesmo, garantindo-lhe rentabilidade, bons investimentos e uma melhor colocação frente aos demais concorrentes. Em suma: a mais alta performance. Tais pesos e medidas, por sua vez, parecem permear todos os campos da sociedade e são aplicados nas relações estabelecidas “consigo mesmo, com o tempo, com o seu círculo de amizades, com o futuro, com o grupo social e com o familiar” (Foucault, 2008a, p. 247).

Nesta lógica neoliberal, parece que a pergunta “o que vou ganhar com isso?” tornou-se balizadora de todas as decisões e de toda e qualquer corrida por recompensas e lucratividade. Em paralelo, a sensação de “perda de tempo” se constitui como um dos piores pesadelos contemporâneos, seja esse sentimento atribuído a uma relação malsucedida entre amigos, familiares ou namorados, ou mesmo a uma aliança profissional que chegou (ou deveria chegar) ao fim. Tal incômodo pode ocorrer, e até se agravar, também naqueles casos em que os relacionamentos duraram anos e foram contemplados com diversos momentos de satisfação. Isso acontece porque as relações pessoais também estão inseridas nessa racionalidade econômica e, portanto, tornaram-se investimentos que devem ser sempre

lucrativos, proporcionando aos seus investidores o máximo de retorno a curto ou a longo prazo, bem como o mais alto padrão de excelência.

Podemos encontrar exemplos desses discursos que estimulam o gerenciamento da vida e das relações, tendo como eixo a lógica empresarial, no livro *Casamento blindado: o seu casamento à prova de divórcio*, do casal Renato e Cristiane Cardoso (2012), cujo prefácio é oportunamente de autoria do consagrado esportista Oscar Schmidt; bem como nas obras *Família de alta performance* (2009), problematizado pelo pesquisador João Freire Filho no livro intitulado *A promoção do capital humano* (2012), e *Pais e educadores de alta performance* (2011), ambos pertencentes ao segmento de autoajuda e escritos pelo psiquiatra brasileiro Içami Tiba, autor do best-seller *Quem ama, educa*, que vendeu mais de cinco milhões de exemplares em todo o Brasil. De acordo com Tiba (2009), “as famílias atualmente estão em descompasso com a alta performance que o mundo precisa”¹⁷. Diante dessa falência, o escritor destaca a importância de suas publicações como um guia para enfrentar essas situações, seguindo à risca os conceitos e as estratégias do mundo corporativo. Segundo trechos da obra de Tiba, citados por Freire Filho (2011) na análise acima mencionada,

Há adolescentes que não querem mais estudar, querem trabalhar. Achrom que estão bem de finanças, pois têm algum dinheiro para gastar como quiserem. Entretanto qual é [sic] custo mensal para a manutenção desse adolescente? Alguns milhares de reais? Economicamente, o filho só está aumentando o prejuízo da família, pois ganha menos do que custa. E o pior, não está se preparando para ganhar mais no futuro. Baixíssima performance. Tudo o que ele ganha deveria passar para os pais para amortizar a dívida com sua manutenção. Mesmo pagando uma parte, sua dívida seria sempre crescente (Tiba, 2009, p. 108).

Um profissional recebe um aumento de salário não por insistir no pedido, mas porque melhora sua performance. É a meritocracia. Portanto os pais/professores/patrões que atenderem as malandragens dos seus filhos/alunos/empregados, além de não educarem estão se tornando reféns dessas manobras relacionais. [...] Um filho com virtuosa obstinação agrega valor no próximo pedido, melhora sua proposta. Convince os pais a aceitarem o seu pedido. [...] A virtuosa obstinação é a que forja os campeões, que estimula o cientista e o inventor a darem um passo além. Um recordista esportivo tem essa obstinação. [...] Não é com insistência malandra, mas com virtuosa obstinação que se faz a Alta Performance (Tiba, 2009, p. 66 e 67)

Mesmo que possam parecer caricatos, tais discursos e condutas são sintomáticos da nossa época. Na sociedade contemporânea, os imaginários de sucesso e de alta performance estão intimamente associados à meritocracia, ou seja, a um conjunto de valores segundo os

¹⁷ Disponível em <<http://educacao.uol.com.br/colunas/icami-tiba/2009/09/01/o-que-e-familia-de-alta-performance-por-que-e-necessario-que-no-mundo-globalizado-ela-exista.htm>> Acesso em: 28 de abril de 2014.

quais as posições sociais e os ganhos dos sujeitos devem ser consequências de seus méritos e esforços individuais. De acordo com a antropóloga brasileira Livia Barbosa (2003), a lógica da meritocracia pode ser compreendida a partir de duas dimensões: uma negativa e outra afirmativa.

A primeira refere-se às discussões de cunho político e organizacional. Trata-se de um conjunto de valores que rejeita qualquer tipo de privilégio hereditário ou corporativo e que avalia os indivíduos “independentemente de suas trajetórias e biografias sociais” (Barbosa, 2003, p. 22). Assim, quando as pessoas forem competir entre elas reivindicando posições ou direitos, não serão levados em consideração fatores relacionados a variáveis como origem, posição social, econômica ou política, apenas serão tomadas em conta suas habilidades individuais. Essa “aristocracia de talentos” angariou um relativo consenso na cultura moderna, em termos de representações, visto que é um sistema sedutor, que parece trazer benefícios e promover uma importante ruptura com as sociedades pautadas nos privilégios hereditários. Do ponto de vista histórico, essa dimensão, desde a Revolução Francesa, serviu de base à democracia, como um “critério fundamental em nome do qual se lutou contra todas as formas de discriminação social” (idem, p. 22).

Por outro lado, há a dimensão afirmativa do termo, que se impõe quando a meritocracia aparece nas discussões como fundamento da organização social. Em outras palavras, a ideia de que as pessoas devem ser julgadas e recompensadas na sociedade, sobretudo, a partir do seu conjunto de talentos, habilidades e esforços individuais, provoca uma série de insatisfações e incompatibilidades de opinião. Podemos citar, por exemplo, as divergências acerca das interpretações possíveis sobre cada uma dessas competências (talentos, habilidades, esforços individuais). A avaliação por desempenho, segundo Barbosa (2003), não se configura como um problema em si, mas sim as formas de mensuração de tais atributos, ou seja, a definição do que é cada uma dessas variáveis, bem como do que deve ser avaliado e computado, e de como isso deve ser feito.

Diante de todos esses questionamentos, tal lógica suscita ainda mais paradoxos e divergências, visto que as discrepâncias sociais – que, *per se*, já constituem outro problema grave e polêmico – ferem a ideia de igualdade de condições e, por sua vez, levantam uma gama de outras questões que envolvem ética, justiça, política, etc. Em meio a essa falta de consenso, a meritocracia perde a sua potência como um mecanismo de combate à discriminação social inquestionável, e passa a ser um critério de diferenciação, classificação e

exclusão. Ainda mais no contexto do "neoliberalismo" de final do século XX e início do XXI, em que foram desmontados certos mecanismos de proteção institucional que, sob a tutela do Estado, visavam a compensar as crueldades da pura competição mercadológica, num cenário de globalização econômica e sociocultural em que os antigos lemas de igualdade e fraternidade perderam até mesmo sua condição de ideais.

2.2 Culto ao corpo e o descrédito de si

Evito lavar louça como evito pegar mulher feia.

Diego Grossi, participante do BBB14

Para se adequar aos valores em voga, não basta preencher apenas os requisitos abordados nos subcapítulos precedentes – como competição, resiliência, produtividade, etc. Boa aparência e espetacularização do corpo também figuram entre as exigências da sociedade contemporânea e, portanto, do mercado de trabalho. Michel Foucault já alertara sobre tais ditames pós-disciplinares, numa entrevista de 1975: “fique nu... mas seja magro, bonito, bronzeado!” (2010, p. 148), ilustrou o filósofo. Caso não se reúnam essas características ligadas ao aspecto físico, tal exibição de si pode ser ainda considerada imoral, visto como um erro a ser evitado ou corrigido, recorrendo à "reprogramação corporal" o mais depressa possível (Sibilia, 2011). Ou, caso se persista no desrespeito à "moral da boa forma", qualquer exposição mais explícita da superfície corporal deverá ser evitada, uma vez que os desvios da boa imagem do corpo correm o risco de agredir o olhar alheio e poderão ser duramente julgados.

As tentativas de mascaramento genético e a exaltação a um modelo de *eu* ideal pautado na aparência, tem ganhado contornos assustadores e podem chegar a consequências extremas, como ocorreu na China em meados de 2012, quando Jian Feng processou a sua ex-mulher após o nascimento da primeira filha do casal. Segundo reportagens veiculadas em vários *media*¹⁸, a “feiúra” da menina o deixou tão horrorizado que ele acreditava ser

¹⁸ Como, por exemplo, nas seguintes matérias: “Chinês processo ex-mulher por ela ter lhe dado filhos feios”, veiculada no portal *R7 Notícias*, no dia 08 de novembro de 2013, disponível em: <<http://noticias.r7.com/internacional/chines-processa-ex-mulher-por-ela-ter-lhe-dado-filhos-feios-08112013>>

improvável que a criança tivesse herdado algum de seus genes. Inconformado com a situação, descobriu-se vítima de uma armadilha – ou, pelo menos, assim o julgou. Feng soube, tardiamente, que sua esposa havia sido "muito feia" no passado e que, em busca de reverter tal quadro e driblar suas composições genéticas indesejáveis, ela se submeteu a diversos procedimentos cirúrgicos para adquirir uma aparência corporal mais condizente com os padrões estéticos em voga. A ilusão de que sua esposa sempre fora bonita e que seus filhos receberiam tal DNA “privilegiado” da mãe – e, portanto, nasceriam belos – foi motivo suficiente não apenas para o fim do casamento como também para que Feng movesse uma ação judicial contra a ex-esposa, que foi condenada a indenizá-lo, em cerca de R\$ 270 mil, por ter lhe dado uma filha feia contra o seu consentimento. Tal fato nos faz constatar que “cada vez mais, corpo – e tão somente corpo – é *tudo* o que somos”, como sublinha Paula Sibilia (2012, p. 93).

Mesmo sendo esse um caso extremo e até um tanto bizarro, as ressonâncias dessa constatação também estão presentes no âmbito profissional, e são bem mais corriqueiras, chegando inclusive a parecer banais. As repercussões relacionadas aos atuais imperativos de beleza ressaltam algumas das aberrações condenáveis na atualidade, por transgredirem “a moral da boa forma” e, desse modo, ferirem a imagem das empresas. Um exemplo é o que ocorreu com a estagiária Ester Elisa da Silva Cesário, de 19 anos, em meados de 2013, na Escola Internacional Anhembi Morumbi, localizada em São Paulo, um fato também noticiado em vários meios de comunicação¹⁹. Os cabelos crespos da moça geravam inconformismo em sua chefe que, em busca de medidas para resolver o problema, tentou forçá-la a alisar os cachos sob o argumento de que a funcionária deveria “preservar a boa aparência” da instituição. Segundo o relato da jovem, que se sentiu discriminada e vítima de racismo, a diretora lhe dizia o seguinte: “como você pode representar o colégio com esse tipo de cabelo? O padrão daqui é cabelo liso”. Outra fonte de descontentamento da direção eram as blusas usadas pela estagiária, mas não porque as roupas fossem indecentes ou impróprias para uso no ambiente corporativo: seus comprimentos eram insuficientes para esconder a indesejável saliência dos quadris da menina, considerados desproporcionais para o padrão requerido

Acesso: 14 de maio de 2014; “Chinês processa mulher que fez plástica para ficar bonita”, veiculada no site do jornal O Globo, no dia 29 de outubro de 2012. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/blogs/pagenotfound/posts/2012/10/29/chines-processa-mulher-que-fez-plastica-para-ficar-bonita-472626.asp>> Acesso em: 14 de maio de 2014.

¹⁹ Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2011/12/funcionaria-diz-ter-sido-discriminada-por-cabelo-crespo-em-colegio-de-sp.html>> Acesso em: 05 de maio de 2014;

naquele local. Como tais falhas na aparência não foram corrigidas, a solicitação da diretoria era de que a moça evitasse circular pelos corredores da escola, visto que sua má imagem seria prejudicial para a reputação da instituição e incompatível com os valores que ela pretendia projetar.

Nessa mesma direção, outro caso polêmico teve como protagonista a loja de departamento C&A de Curitiba (PR), que desembocou nos tribunais sob acusações de assédio moral e, pelo mesmo motivo, repercutiu em algumas matérias jornalísticas²⁰. Em 2008, os representantes da loja demitiram uma funcionária após oito anos de prestação de serviço para a empresa, alegando que ela “era bonita do pescoço pra cima, e que do pescoço pra baixo era feia”. Além desse agravante, a mulher que tinha 38 anos na época, já era considerada pelos supervisores como uma pessoa “idososa”, que deveria ser substituída por uma moça mais jovem. Diante de tais testemunhos e acusações, porém, a empresa foi condenada a pagar uma indenização no valor de R\$ 30 mil para a ex-funcionária.

Esses casos podem parecer exagerados, e de fato o são, mas eles parecem revelar algumas pistas importantes sobre os conflitantes imperativos em voga na moral contemporânea, que não são tão privilegiados e problematizados nas pautas midiáticas. Estas, por sua vez, atuam no sentido de estimular e naturalizar muitas das exigências performáticas, bem como de incitar ao enquadramento em determinados padrões de beleza e de comportamento. Diversas são as reportagens que ressaltam a importância da boa aparência para ser bem sucedido nas mais variadas carreiras, e o fazem sem se preocupar com as possíveis consequências e problematizações acerca de tais questões.²¹ Mas essas não apenas estimulam a realização de certas transformações no visual com o intuito de se aproximar dos modelos considerados "perfeitos", como também condenam e censuram todos aqueles que se apresentam de maneira imprópria. Os meios de comunicação dão inúmeras dicas de como se

²⁰ Disponível em: <<http://noticias.bol.uol.com.br/economia/2008/09/05/ca-e-condenada-por-demitir-empregada-considerada-feia-e-idosa.jhtm>> Acesso em: 05 de maio de 2014.

²¹ Neste sentido, podemos citar a capa da já mencionada revista *Veja*, de 26 de setembro de 2011, que teve a seguinte chamada: “A importância da beleza no trabalho: novos estudos mostram que a aparência é fator determinante no sucesso profissional - e que não há nada de errado em usá-la”. Outras matérias também chamam atenção pelo seu tom pedagógico e pelo estilo semelhante ao mencionado acima; como exemplos podemos citar a reportagem “Sucesso feito sob medida: na era da superexposição da imagem não basta ser competente, é preciso projetar uma convincente marca pessoal”, publicada pela mesma revista, no dia 27 de junho de 2007; ou ainda as reportagens das revistas *Pense Emprego*: “Maquiagem corporativa valoriza a imagem no trabalho: saiba como em apenas 4 passos”; e *Istoé*, com a seguinte chamada: “Quem disse que beleza não põe mesa? Pesquisa revela que pessoas feias tem salário menor, são mais tímidas e se casam com parceiros com menos dinheiro” (19 de novembro de 2008).

exibir de forma vendável, pressupondo não apenas que todos partilham (ou deveriam partilhar) daqueles ideais ali valorizados, bem como que têm interesse e condições de adquiri-los.

Cabe ressaltar, assim, que a boa aparência aqui estudada não é aquela beleza apreciada de acordo com as preferências individuais e com uma variedade estética pouco codificada, mas ela apresenta um cardápio de traços específicos e adaptáveis. Em boa medida, eles estariam disponíveis no mercado de consumo – graças, sobretudo, aos avanços da tecnociência, com a imprescindível ajuda dos meios de comunicação. Por tudo isso, o uso de diversas ferramentas técnicas e práticas terapêuticas – tais como cirurgias plásticas, as dietas e os exercícios – é cada vez mais recorrente no cotidiano dos sujeitos contemporâneos, que buscam potencializar as próprias forças vitais para aprimorar a aparência e modelar o corpo, procurando mantê-lo com semblante sempre jovem, esguio e saudável. Ou seja, um corpo performático, atrativo e atuante conforme as exigências do capitalismo mais atual.

Tratando-se de um capital, porém, não basta apenas investir em tais atributos e cultivá-los, é preciso também mensurá-los, cotá-los e exibi-los no mercado das aparências. Diante disso, a já mencionada revista *Veja* de 11 de janeiro de 2011 trouxe em sua capa a matéria intitulada “O QI da beleza”, com a seguinte chamada: “A ciência já sabe como avaliar e ativar os fatores biológicos e comportamentais que determinam a aparência e a saúde”. A revista não apenas anunciava a descoberta, como também disponibilizava para os seus leitores o “teste de quociente de beleza”, desenvolvido pelo cirurgião plástico americano Robert Tornambe. O teste “é dividido em três seções com pontuações e respostas específicas para cada uma delas: genética, autoimagem e hábitos, e estilo”²². Ciente de que ninguém chegaria ao topo da escala e que, provavelmente, todos precisariam de mais alguns (ou muitos) esforços para atribuir um melhor valor ao seu capital humano, a reportagem oferecia dicas e orientações de como otimizar o próprio rendimento e alcançar pontos a mais no *ranking*. Por fim, e para fins comparativos, a revista apresentava o resultado de algumas celebridades que o fizeram, e foi ainda mais além: disponibilizou o teste também em seu site, oferecendo aos usuários a possibilidade de divulgar os resultados em seus perfis particulares nas redes sociais, exibindo-os e comparando-os com os de seus amigos.

²² Disponível em <<http://veja.abril.com.br/multimedia/infograficos/teste-de-quociente-de-beleza>> Acesso em: 29 de abril de 2014.

Assim, se o protagonista da era industrial era o "homem confinado" nas instituições disciplinares, como o definira Michel Foucault, na atual sociedade de controle vigora o "homem endividado", conforme postulou Deleuze (1992). Esse tipo de sujeito está sempre um passo atrás com relação a todos os degraus de excelência e de satisfação que deveria cumprir. Além dessa figura, hoje deparamo-nos também com o "homem avaliado" a que se refere José Gil (2013), sobretudo a partir do século XXI, no sentido de ter seu corpo e sua subjetividade, o tempo todo, medidos, categorizados e hierarquizados em graus infinitos de aprimoramento e autoexame.

Segundo o psicanalista Joel Birman (2010), na Antiguidade, as promessas de proteção do indivíduo contra todos os males e infortúnios, bem como o controle do acaso e do imprevisível, ficavam a cargo das providências divinas e da moral de salvação, ou, mais especificamente, se ancoravam nas mãos dos deuses, das forças sobrenaturais e do cristianismo. A partir do Renascimento, por sua vez, com o início do processo de desencantamento do mundo – conforme postulado por Weber (2004) –, a racionalidade científica e instrumental começou a impor a lógica da calculabilidade e o discurso da ciência, tanto na interpretação das relações e dos acontecimentos do mundo como de si mesmo. O intuito era o de antecipar e controlar o que estava por vir e de aumentar o poder do homem sobre a natureza. Tal perspectiva teve contornos mais acentuados a partir do século XVIII, com os ideais iluministas pautados no progresso e na racionalidade, e parecem atingir seu ápice no século vigente.

Numa era em que a racionalidade instrumental se impõe como uma linguagem universal, sistemas diversos de controle de avaliação permeiam não apenas o âmbito educacional, mas todo o tecido social. Podemos incluir aí esferas tão diversas como as da saúde, da aparência, do trabalho, da cidadania, da inclusão social e da sexualidade. Assim, toda sorte de desempenhos, atributos e competências dos sujeitos são calculados, quantificados e classificados para, posteriormente, serem premiados, exaltados e recompensados ou, então, depreciados e castigados (Birman, 2014). Em todos os ramos mensuráveis, não basta apenas avaliar ou se autoavaliar, parece ser necessário também compartilhar os resultados e as próprias impressões, levando-os ao conhecimento de todos e exibindo-os aos olhares alheios. Estabelecem-se, dessa forma, outros tipos de hierarquias, de sociabilidades e relações de poder, cujos padrões se homogeneízam e valem para todos. "O preço por essa tecnologia biopolítica é, evidentemente, a mutilação de uma vida mais rica, a

diminuição brutal dos possíveis, a restrição do aleatório, do acaso, da imprevisibilidade”, analisa Gil (2013, p. 52).

Neste sentido, podemos destacar a expressiva proliferação de testes e aplicativos de mensuração contínua das mais variadas competências e qualidades, que constantemente são divulgados pelos meios de comunicação ou disponibilizados na internet. Desde aqueles relacionados com a saúde e com os fatores de riscos²³, até os que se associam aos ideais de beleza e de produtividade em diversos segmentos. Podemos mencionar ainda, os dispositivos que tem como objetivo avaliar e “dedurar” intimidades alheias, tais como o desempenho sexual de parceiros afetivos atuais ou do passado²⁴, antecipando futuras impressões e, muitas vezes, inibindo ou limitando suas ocorrências; ou, ainda, gerando expectativas que ferem os fatores únicos de cada circunstância. A pesquisadora Maria Cristina Franco Ferraz (2014, p. 3) ressalta que “essa mensuração exige parâmetros comparativos que implicam, por sua vez, modelos de corpo e de vida” compatíveis com os atuais valores neoliberais. A autora atenta que tal diagrama de avaliação introjeta e reafirma a disseminação do espírito empresarial na sociedade: “utilizar tais aplicativos equivale a ir literalmente incorporando todas essas lógicas, valores e sentidos, de modo em geral irrefletido” (idem).

Isso não ocorre porque os sujeitos são passivos diante desses discursos e aparatos tecnológicos que os submetem à avaliação e ao julgamento constante; ao contrário, há algo aparentemente "proativo" nessas atitudes. Muitos são os que desejam e festejam tais dispositivos performáticos e avaliativos, pedindo e buscando de bom grado a submissão de seus corpos, bem como a sua inserção nessa lógica de controle e espetacularização. Em outras palavras, ocorre uma espécie de “servidão voluntária”, como a denominara, no longínquo século XVI, o filósofo francês Étienne de La Boétie. Inconformado com tamanha doação das pessoas aos valores sociais e políticos daquela época, o autor enfatizara o seguinte: “incrível

²³ Como por exemplo, os aplicativos para queimar calorias, os de personal trainer e os de cálculos de desempenhos e rendimento diversos.

²⁴ Podemos citar como exemplo o polêmico aplicativo Lulu, disponível para Android e Iphone, em que as mulheres classificam os homens em categorias – namorado, ex-namorado, paquera, atual, sexo casual, amigo ou parente – e, posteriormente, respondem a um questionário de múltipla escolha que, por sua vez, gerará uma nota de 0 a 10, que será exibida no perfil de cada homem avaliado. “As mulheres (depois de comprovarem que são mulheres usando suas credenciais de login do Facebook) acrescentam *hashtags* rosa ao perfil de um homem que variam de boas (#TaradoDoJeitoCerto) a ruins (#NuncaPassaANoite) e horríveis (#FormadoEmPornografia)”. (Folha S.Paulo, 22 de novembro de 2013). Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/tec/2013/11/1375112-aplicativo-lulu-permite-a-mulheres-dar-nota-a-amigos-homens-do-facebook.shtml>> Acesso em: 15 de maio de 2014.

coisa é ver o povo, uma vez subjugado, cair em tão profundo esquecimento da liberdade que não desperta nem a recupera; antes começa a servir com tanta prontidão e boa vontade que parece ter perdido não a liberdade, mas a servidão” (La Boétie, 2009, p. 12). Em seu famoso *Discurso sobre a servidão voluntária*, La Boétie destacou que os costumes e os valores disseminados socialmente e nutridos em cada um “nos ensinam a servir e a engolir tudo, até que deixamos de sentir o amargor do veneno da servidão” (idem). Essas questões também afligiam o filósofo holandês Baruch Spinoza que, em 1760 – dois séculos após a publicação do texto do autor francês –, também inconformava-se com a luta dos homens em prol de sua escravidão como se fosse por sua liberdade, como mencionado no início deste capítulo.

Quase cinco séculos se passaram desde o escrito de La Boétie e, mesmo após diversas transformações socioculturais, econômicas e políticas, percebemos que suas ressonâncias continuaram a produzir ecos e sentidos ao longo da história até os dias atuais. Ao analisar a submissão do povo aos tiranos do século XVI, por exemplo, o autor fez a seguinte comparação: “atrair o pássaro com o apito ou o peixe com a isca do anzol é mais difícil que atrair o povo para a servidão, pois [para isto] basta passar-lhes junto à boca um engodo insignificante. É espantoso como eles se deixam levar pelas cócegas” (La Boétie, 2009, p. 19). Os engodos da época referidos pelo filósofo eram os teatros, os jogos, as farsas, os espetáculos, as medalhas e “outras bugigangas”. Estes serviam ao povo como passatempo, meios de prazer e, ao mesmo tempo, de submissão, levando-os a se habituarem a “servir com simplicidade igual, se bem que mais nociva, à das crianças, que aprendem a ler atraídas pelas figuras coloridas dos livros iluminados” (idem).

Na contemporaneidade, os sistemas de avaliação e de alta performance não deixam de ser novas e reluzentes espécies de engodos tirânicos. Estes operam, por vezes, como dispositivos de entretenimento, de afirmação dos valores ora vigentes e de exclusões em variados graus. Pois, na ausência de uma meta fixa, objetiva e estável a ser atingida, os competidores deste novo jogo social estarão sempre aquém na escala infinita de desempenhos a serem superados. É permanentemente nutrida, portanto, a ideia de que cada um tem uma ou várias dívidas, elevando à última potência o “homem endividado” que caracteriza a sociedade de controle. Em consequência, “esses padrões [que] estabelecem graus máximos, virtualmente infinitos, de competência, induzem necessariamente sentimentos de impotência, insatisfação, angústia e inferioridade” (Franco Ferraz, 2014, p. 6).

Diante de todo o exposto e voltando à discussão sobre a aparência, percebemos que ela também se capitalizou e agora faz parte do rol de competências que devem ser valorizadas e, posteriormente, mensuradas, quantificadas e rentáveis. A "boa forma" também foi inserida, assim, na longa escala de alta performance a que cada gladiador precisa se submeter para ser bem-sucedido e tornar-se um súdito fiel da lógica empresarial que impera na atual sociedade. Segundo a socióloga inglesa Catherine Hakim, autora do livro *Honey money: the power of erotic capital*²⁵, lançado em 2011: homens com maior “capital erótico”²⁶ chegam a ganhar até 30% a mais do que aqueles desprovidos desses atributos. As mulheres, por outro lado, podem ter um salário 20% superior àqueles recebidos pelas menos atraentes. Sobre isso, a autora é enfática: “inteligência e beleza são duas habilidades necessárias para o sucesso e muito semelhantes entre si: metade é hereditária, metade é resultado de investimentos de tempo e esforço. Não existe diferença *moral* entre a aparência e a inteligência” (idem, grifo nosso). É por isso que Hakim, em entrevista para a revista *Veja*, veiculada no dia 27 de julho de 2012, declarou achar justo que os mais belos ganhem mais e, ancorada na polêmica concepção de meritocracia, apresentou o seguinte argumento:

É frequente presumir que quaisquer benefícios concedidos a pessoas atraentes são desmerecidos e injustos. Quando se fala em sucesso, ninguém duvida do mérito dos inteligentes nem questiona a exclusão dos ignorantes. Por que não recompensar também quem se destaca pela aparência, sendo ela natural ou conquistada? (Veja, 2012)

Entretanto, de acordo com o tipo de discursos aqui focalizados, a aparência não é apenas recompensada como se fosse um atrativo a mais, um bônus, mas pode chegar a ser a principal competência requisitada em diversos âmbitos, inclusive o laboral. Isso foi evidenciado nos casos mencionados acima e, também, na reportagem intitulada “A aparência é a arma para conseguir emprego”, da *Catho*, uma importante empresa brasileira de recrutamento e recursos humanos. Na matéria publicada no *blog* da firma no dia 25 de junho de 2012,²⁷ entre as experiências narradas na postagem, chama a atenção o fato de que a maioria delas é de pessoas que atribuem a si e aos seus corpos, aparentemente defeituosos ou

²⁵ "Capital Erótico: pessoas atraentes são mais bem sucedidas – a ciência garante, título da versão brasileira". Nessa mesma direção temática, em 2013, foi lançado o livro *Beauty pays: why attractive people are more successful* (A beleza rende: por que as pessoas atraentes têm mais sucesso, livre tradução), do economista estadunidense Daniel Hamermesh.

²⁶ Por “capital erótico”, a autora compreende fatores como beleza, charme, desenvoltura, elegância, carisma e sensualidade.

²⁷ Reportagem veiculada no blog: <<http://blog.catho.com.br/2010/05/12/aparencia-e-arma-para-conseguir-um-emprego/>> Acesso em: 25 de junho de 2012.

envelhecidos, a culpa pelo desemprego. Tudo isso ocorre sem qualquer questionamento ou indignação por parte desses profissionais, insinuando uma assimilação da responsabilidade moral de cada um nessa questão. Numa clara concordância com tais valores e como forma de aconselhamento para todos aqueles que se identificarem com o problema, a reportagem aponta como essas pessoas conseguiram dar a volta por cima e conquistaram seu almejado lugar no mercado laboral. Johnny Gunglasse, de 58 anos, é um dos exemplos mencionados. Após ficar um longo tempo desempregado, ele declarou o seguinte: “depois que fiz cirurgia para retirar bolsas de gordura debaixo dos olhos, consegui um emprego em um mês”. Este, entretanto, não seria um caso isolado. Ainda na mesma reportagem, de acordo com o cirurgião plástico Wagner Montenegro, a cada dez pacientes do gênero masculino que vão ao seu consultório em busca de melhorar a aparência, quatro deles relatam que o motivo para tal necessidade de aperfeiçoamento estético é a vontade de se sentirem mais preparados para conquistar melhores oportunidades de trabalho.

Se, por um lado, a busca por um corpo que responda aos parâmetros irradiados pela mídia é valorizada, por outro, certas competências profissionais que até pouco tempo atrás eram consideradas fundamentais, tais como uma sólida formação e longa experiência na área específica, não apenas deixam de ser enfatizadas, como são menosprezadas nesta mesma matéria jornalística. Percebemos isso no depoimento de Sandra Deco, de 48 anos, que diz o seguinte: “estou há 30 anos no mercado de trabalho. Acredito que nunca fui escolhida pela experiência – acho que sempre foi mais pela aparência. Por isso, agora me sinto mais preparada para concorrer à vaga de secretária executiva” (idem). Tratando-se de um blog de uma empresa de reconhecimento nacional, cujo serviço prestado é o de consultoria e de encaminhamento profissional, o posicionamento surpreende, sobretudo pelo tom prescritivo e legitimador da reportagem e pela total isenção de qualquer problematização acerca das questões abordadas.

Cabe deduzir, então, que se nos dois primeiros "espíritos" do capitalismo o desemprego era, sobretudo, interpretado como uma consequência social de decisões tomadas com responsabilidade coletiva, através de modelos de bem-estar providos pelo Estado; nesta terceira fase, principalmente a partir dos anos 1980, com a fragilização das instituições políticas e com a fragmentação do espaço social – tendências impulsionadas pelo neoliberalismo –, a falta de emprego se transformou numa espécie de atestado de fracasso ou de incapacidade pessoais (Gautié, 1998; Lipovetsky, 2007). Tais sentimentos, por sua vez,

podem gerar de má reputação e baixa autoestima a transtornos psíquicos, como a depressão e a síndrome do pânico — ou podem, ao menos, se enquadrar nas atuais prevalências de seus diagnósticos, como veremos no próximo capítulo. No desempregado crônico, portanto, não é raro que surja certa culpabilidade individual pela qual o sujeito “pode internalizar o preconceito e ter uma visão negativa sobre si mesmo, uma baixa autoestima, o que limita sua capacidade de ser e agir”, enfatiza Paulo Vaz (2010, p. 155).

Por tudo isso, é importante atentar para as armadilhas dos discursos midiáticos. Neles, como visto acima, a boa aparência e a exigência de alta performance são anunciadas como se fossem bens disponíveis no mercado cujas aquisições dependessem inteiramente da vontade de cada um e de seus vultuosos esforços individuais. No entanto, esse senso de igualdade social está longe de se dar num cenário de justa competição, visto que tal direito igualitário é restrito apenas ao campo legal e civil, não sendo extensivo às condições de acesso. Diferentemente do que ocorria na época do *apartheid* na África do Sul e da aplicação de leis suntuárias em vários países do mundo no decorrer dos séculos, em que havia um rígido controle governamental em relação ao consumo, sendo ele restrito a poucos grupos sociais; na sociedade contemporânea todos têm o direito de participar das mais diversas competições. No entanto, é de responsabilidade de cada um conquistar as armas necessárias para entrar no jogo; ao Estado resta apenas o papel de assegurar que as regras gerais sejam cumpridas (Barbosa, 2003).

Em outras palavras, numa sociedade guiada pelo regime neoliberal, o governo não opera por meio de restrições e limitações da liberdade individual ou mediante um controle direto sobre os corpos dos indivíduos – neste sentido, todos estão em igualdade de direitos. A atuação do Estado se dá, sobretudo, através da organização do campo social e da concessão de atribuições de liberdade e autonomia específicas aos sujeitos, para que, assim, eles possam governar a si mesmos e assumir suas próprias responsabilidades. Persegue-se, dessa forma e cada vez mais, a noção de um Estado mínimo, cujo lema é “governar menos, para ter eficiência máxima, em função da naturalidade dos fenômenos com que se tem de lidar” (Foucault, 2008a, p. 442). O governo neoliberal, portanto,

é aquele que leva os indivíduos, através de restrições específicas do aparelho de suporte que definia o Estado de bem-estar social, a assumir responsabilidades específicas no governo de si mesmos. Para atingir este propósito são centrais, para qualquer aparelho de governo neoliberal, as linguagens ou os quadros críticos por meio dos quais os indivíduos refletem sobre si, avaliam seu potencial e aptidões para a

conduta independente e trabalham para otimizar as competências que lhes permitem chamar a si mesmos de atores livres e responsáveis por si (Binkley, 2010, p. 92).

No entanto, outro fator é silenciado nesse vasto mercado das aparências e da performance. O discurso centrado na liberdade e na autonomia, que é ofertado aos quatro cantos aos leitores e espectadores midiáticos, é apenas mais uma das peças do tabuleiro que configura o novo espírito do capitalismo. E, ao mesmo tempo, ele omite a sujeição e a precarização que também caracterizam a atual configuração social, principalmente no que tange ao mercado de trabalho. Trata-se de uma faca de dois gumes: o mercado “pede aos trabalhadores que se ponham de acordo, que reflitam, que prevejam, que discutam o que fazem, que sejam sujeitos autônomos da produção, mas que confinem, contudo, sua autonomia aos limites pré-estabelecidos a serviço de finalidades pré-determinadas” (Gorz, 2004, p. 50). Isso vale também para toda as outras relações guiadas pela ética neoliberal. Por tudo isso, se no segundo espírito do capitalismo havia no plano coletivo uma gama de reivindicações contra uma ordem social repressora e a favor da conquista do exercício de autonomia, da realização pessoal, da afirmação da singularidade e da busca do prazer; na era atual, a autonomia se tornou um imperativo, um valor central, “um padrão em relação ao qual o sucessos e fracassos, desvios e déficits são mensurados e ganham significação” (Bezerra, 2010, p. 118-9).

Assim, parece um diagnóstico óbvio que, numa sociedade marcada por um sistema de concorrência – ou seja, de classificação e diferenciação social –, cujos lemas são “cada um por si” e “salve-se quem puder”, nem todos contam com os mesmos recursos para atender as múltiplas e flutuantes demandas mercadológicas. E nem todos têm possibilidades de construir a si mesmo através da aquisição de uma sorte de "identidades prêt-à-porter" bem cotadas em cada momento, que são sucessivamente demandadas e ofertadas pelo mercado de personalidades em vigor num mundo globalizado e em aceleração constante (Rolnik, 1997). Em suma: a produção de subjetividade no complexo contexto contemporâneo, longe de ser livre e autônoma, está a serviço do capital, sendo moldada em boa medida a partir dos insaciáveis apetites das corporações (Gorz, 2004), visando a se adaptar “ao sabor dos movimentos do mercado e com igual velocidade” (Rolnik, 1997, p. 1).

2.2.1 O peso de estar acima do peso

Quem tem bastante no seu interior, pouco precisa de fora.

Johann Goethe

Só decorador gosta de beleza interior.

José Simão

Tendo em vista a importância da imagem idealizada do corpo, a obesidade conquistou uma conotação moral negativa, com consequências e desdobramentos que até pouco tempo atrás eram inéditos. A revista *Istoé*²⁸ de 11 fevereiro de 2011, por exemplo, lançou a chamada: “O peso do preconceito: Gordos são rejeitados no mercado de trabalho e vetados em concursos públicos, num tipo de discriminação que cresce na mesma velocidade que os índices de obesidade”. Um dos casos destacados pela reportagem é o da fisioterapeuta Bruna Luiza dos Santos, de 27 anos, que, mesmo tendo todas as qualificações para ocupar as vagas disponíveis, seus quase noventa quilos impediam que suas qualidades profissionais fossem enxergadas pelos recrutadores. As constantes rejeições geraram nela um quadro de depressão e, em consequência, um ganho ainda maior de peso, já que era na comida que ela descontava o sofrimento proveniente dessa situação.

Após três anos de procura por uma colocação no mercado e já com 116 quilos, a jovem entrevistada na reportagem contou que se viu sem saída, encontrando na cirurgia bariátrica (de redução de estômago) a única solução para voltar ao mercado e se “reconstruir”. Após o procedimento, chegou a pesar sessenta quilos, motivo pelo qual conseguiu conquistar o “emprego que sempre sonhou” e “nunca mais sofreu com o afastamento dos amigos e com os olhares de desprezo ou pena”. Em sintonia com essa matéria, numa rápida busca na internet, encontramos diversas outras reportagens que apontam casos de pessoas que têm oportunidades de trabalho negadas por conta da expressiva circunferência de seus corpos²⁹.

²⁸ Disponível em <http://www.istoec.com.br/reportagens/123968_O+PESO+DO+PRECONCEITO.> Acessada em: 02 de julho de 2012

²⁹ Além da matéria da revista *Istoé*, acima mencionada, podemos destacar as reportagens “O verdadeiro peso de estar acima do peso”, veiculada na edição de dezembro de 2011 da revista *SuperInteressante* e “Minoria da pesada: Pesquisa atesta contra preconceito contra obesos, que ganham menos e penam para arrumar emprego”, publicada na revista *Veja* em 22 de novembro de 2000. Disponível em:

Sobre o fardo da obesidade na contemporaneidade, a historiadora Denise Santana afirma que “é uma lógica econômica, porque um corpo magro é sinônimo de agilidade, enquanto o gordo, de ócio e improdutividade, características condenadas pelo capitalismo”. A autora ainda acrescenta que “nossa época elegeu o obeso como o novo monstro”, e “ninguém fala que não gosta de gordos, mas os tratam com repugnância” (*Istoé*, 11 de fevereiro de 2011). Numa sociedade em que os valores do mercado são norteadores de todas as relações, o sujeito que não é capaz de administrar com competência seu próprio “capital humano”, particularmente seu “capital corporal”, considera-se que não pode ser confiável para cuidar dos negócios alheios. Ele, *per se*, já se configura como uma empresa falida, que não cumpriu com o seu papel social e que, portanto, não tem direito a crédito na praça. Conforme postula o psiquiatra Benilton Bezerra (2002, p. 234), de acordo com os atuais valores morais, “comportar-se de modo a exibir uma imagem saudável significa apresentar-se, a si e aos demais, como sujeito independente, responsável, confiável, dotado de vontade e autoestima”. Em contrapartida, “recusar esse imperativo ou simplesmente deixar de privilegiá-lo em relação a outros é expor-se à reprovação moral e ao sentimento de desvio, insuficiência pessoal ou fracasso existencial” (*idem*).

Neste sentido, os motivos que levaram a publicação da ilustração abaixo, nesta mesma reportagem de *Istoé*, ficam mais do que evidentes:



Imagem extraída da reportagem “O peso do preconceito”, revista *Istoé*, 11 de fevereiro de 2011.

<<http://super.abril.com.br/saude/verdadeiro-peso-estar-acima-peso-656148.shtml>> Acessado em: 05 de maio de 2014.

Segundo Georges Vigarello, autor do livro *As metamorfoses do gordo*, de 2012, desde o século XVIII a figura do obeso – aquele que tem um grau bastante elevado de gordura corporal – é associada à medicina e pressupõe alguma desordem. No entanto, sua relação com questões mórbidas como os problemas respiratórios, digestivos e circulatórios, foram ganhando destaque a partir do século XIX. Engana-se, contudo, quem pensa que o gordo sempre foi repudiado e encarado de forma pejorativa e que a “boa aparência sempre foi a *alma* do negócio”, ou sequer que a gordura fosse inextricavelmente ligada à feiúra. No mesmo século XIX, os corpos roliços das senhoras burguesas costumavam ser aclamados, configurando-se como o padrão de beleza e de riqueza da época. Entre outros motivos, porque elas podiam se dar o luxo de acumular dobras corporais e medidas horizontais, já que não precisavam trabalhar e, na fartura do novo conforto urbano, ficavam longe das penúrias da antiga vida rural.

Inclusive já no menos distante século XX, entre as décadas de 1920 e 40, particularmente no Brasil, a aparência volumosa também seguia tais preceitos, não sendo apenas admirada nas damas e nos cavalheiros, como também almejada e vista como sinônimo de saúde e bem-estar. O corpo magro, por sua vez, costumava ser associado a fatores negativos como cansaço, fraqueza, doença e esgotamento. Não à toa, em 1924, foi publicado um anúncio no jornal *Estadão* [Figura 1] com o seguinte texto: “Todo homem deleita-se que a sua mulher seja forte, robusta e carinhosa e somente abundante saúde pode dar estas qualidades. Si esta saúde falta, ahí está a famosa fonte de robustez para os debilitados, a justamente famosa ‘Emulsão de Scott’”.



[Figura 1]: 16 de abril de 1924.

Nessa mesma direção, doze anos depois, os famosos tônicos *Bayer* [Figura 2] e *Biotônico Fontoura* [Figura 3] também ganharam as páginas desse mesmo jornal com associações semelhantes. Segundo o próprio *Biotônico*, em anúncio veiculado no ano 1936: “o Brasil quer(ia) gente forte!”.



[Figura 2]: 11 de junho de 1936



[Figura 3]: 06 de fevereiro de 1936

O medicamento *Vikelp* foi ainda além, ao veicular uma série de anúncios no mesmo jornal que prometiam liquidar de vez problemas como a “magreza de nascença” [Figura 4] e “o complexo de magreza” [Figuras 5 e 6], sendo capaz de transformar aqueles seres desprovidos de uns quilos a mais em “criaturas fortes e cheias de vida”. Sobre o fardo da aparência esguia naqueles tempos, a publicidade diagnostica: “Cuidado com essa magreza!” – Dia a dia essas palavras ferem a sua sensibilidade, tornando a sua vida um fardo insuportável, V. deixa de ir às praias... usa roupas fechadas... adquire o ‘complexo de magreza’”. Como forma de combatê-lo, o anúncio garante a eficácia dos comprimidos da seguinte forma: “em poucos dias você verá carnes rijas vencerem a magreza do seu corpo, voltando as forças, a energia e a confiança em si mesmo”. Se num prazo de uma semana o consumidor não adquirisse ao menos dois quilos, a devolução do dinheiro era dada como certa pelo anunciante.

SOU MAGRA DE NASCENÇA... NUNCA PASSAREI DISTO!

OS "MAGROS DE NASCENÇA"

podem agora ganhar 2 quilos numa semana e ter um aspecto melhor.

Um novo concentrado de minerais, extrahido de plantas marinhas e lento de droga, rico em IODO ASSIMILAVEL, ferro, cobre, phosphato de calcio e vitamina B, está restaurando milhares de pessoas nervosas, magras ja esgotadas, que usaram sem resultados outros productos.

Ela uma boa noticia para as pesadas "magras de nascença" que, embora bem alimentadas, não conseguem augmento de peso, por menor que seja. Foi descoberto um novo metodo de obter varios kilos de carnes rijas que cubram as silencias e depressões que tanto enleiam as pesadas magras de ambos os sexos, mesmo daquellas que durante varios annos tiveram o peso muito abaixo do normal. Garante-se um augmento de 1 1/2 a 2 1/2 kilos numa semana, conquanto não sejam raros os casos do triplicio de 3 a 7 kilos no mesmo espaço de tempo.

Essa nova descoberta, cujo nome é Vikelp, oferece agora praticamente, numa forma concentrada, todos os minerais de importancia vital na alimentação. Esses minerais, tão necessarios á digestão de gorduras e amilacos, elementos da paz nas suas refeições diarias, são proporcionados ao organismo em combinação com uma dose de IODO NATURAL.

O IODO NATURAL ASSIMILAVEL de Vikelp atua nas glandulas internas controladoras da assimilação, processo que converte os alimentos digeridos em carnes solidas e firmes. Além disso, Vikelp contém a dose diaria do ferro, cobre e phosphato de calcio, bem como da importante vitamina B, de que carece o organismo.

Use Vikelp durante uma semana e veja a diferença. Si V.S. não lucrar ao menos 2 kilos, devolveremos o seu dinheiro. Vikelp custa pouco e encontra-se á venda em todas as farmacias e drograrias.

LABORATORIOS ASSOCIADOS DO BRASIL, LTDA.
Rua Paulino Fernandes, 49 — Rio de Janeiro

Comprimidos VIKELP

[Figura 4]: 07 de abril de 1940

livre-se do
COMPLEXO DA MAGREZA

Vikelp combate a magreza, o cansaço e o esgotamento

Se Você é magrinho e tem vontade de mostrar seu físico ao luar... Se os homens masculinos e saudáveis lhe causam despeito e inveja, isto significa que Você é mais uma vítima do complexo da magreza! Vikelp faz com que Você seja mais forte e saudável, mais cheio de vida e energia. Este poderoso concentrado vegetal assimilável contém sais minerais, vitaminas e todo o complexo de minerais necessários para a construção do organismo. Vikelp atua nas glândulas, revigora o sangue, dá mais firmeza e sustentação ao corpo. Comece a tomar hoje.

COMPRIMIDOS VIKELP

Distribuidores: COMPANHIA INDUSTRIAL FARMACÉUTICA - Caixa Postal 3764 - Rio de Janeiro
www.casadoposter.com.br

[Figura 5]

livre-se do
COMPLEXO DA MAGREZA

Vikelp transforma os magros de nascença em criaturas fortes e cheias de vida

Cuidado com essa magreza! Dia a dia, essas palavras foram a sua sensibilidade, tornando sua vida um fardo insuportável. V. deixa de ir às praias... usa roupas fechadas... adquire o complexo da magreza. Vikelp trouxe novo alento aos magros de nascença. É um poderoso concentrado vegetal assimilável, a base de sais minerais, vitaminas e iodo natural extraído da alga marinha "kelp". A sua ação tônica e restauradora sobre glândulas, músculos e nervos é extraordinária. Em poucos dias Você verá carnes rijas vencerem a magreza do seu corpo, voltando as forças, a energia e a confiança em si mesmo. Comece a tomar Vikelp hoje mesmo.

COMPRIMIDOS

VIKELP

Distribuidores: COMPANHIA INDUSTRIAL FARMACÊUTICA - Caixa Postal 3786 - Rio de Janeiro

[Figura 6]

Ainda sobre o medicamento *Vikelp*, o reclame do dia 06 de novembro de 1938 [Figura 7], trazia o testemunho de uma das consumidoras do produto, endossando a sua qualidade e relatando a vergonha que sentia quando estava fora dos padrões corporais da época:

**ACANHAVA-SE DE USAR
ROUPA DE BANHO
-ERA TÃO MAGRA!**

... porém, com o primeiro vidro de
Vikelp engordou 3 kilos!...

Tornou-se atraente e sente-se magnificamente bem!

Leia esta carta, cujo original se encontra em nosso arquivo:

"Tinha 1 metro e 85 cm. de altura. Quando solteira, pesava 59 kilos. Não era muito, porém algo mais do que os 43 kilos que pesava a pesar depois que nasceu o meu primeiro filho, há cinco anos.

Sempre gostei de esportes e dança, mas depois conheci-lhes que, ultimamente, converteu-se-me de usar um vestido de bafo ou uma roupa de bafo. Por ter emagrecido demasiado, tive que sacrificar até as minhas lindas diálozes.

No mês de Agosto passei uma temporada em casa de minha sogra. Ahí, certa vez, fui almoçar ao ar livre, com um vestido decotado, deuses próprios para banhos de sol. Tinha as espaldas nuas, sem alicha transpassando os ombros. Uma das convidadas, a Sra. H., depois de olháreme, disse: "se eu tivesse as espaldas e os ombros assim, usaria um maillot fechado". VV. SS. podem avaliar como me senti intimamente vexada com essa observação. Felizmente, o verão passou e eu pude novamente usar roupas fechadas, que ocultavam melhor minha magreza.

*Graças a Vikelp, no entanto, estou agora ansiosa por que chegue a primavera. Bastaram 100 comprimidos para que eu eu-"

solte-se 3 kilos. Três kilos, em 16 dias! Sinto-me outra, e minhas amigas agora, até gabam minha excelente aparência. Pena não ter tomado Vikelp antes. É o melhor preparado para tornar as mulheres bellas e atraentes" (mas) Sra. F. H. Coimbra, Ilhéus, Estados Unidos. Vikelp te" (mas) Sra. F. H. Coimbra, Ilhéus, Estados Unidos. Vikelp te" (mas) Sra. F. H. Coimbra, Ilhéus, Estados Unidos. Vikelp te" (mas) Sra. F. H. Coimbra, Ilhéus, Estados Unidos.

LABORATORIOS ASSOCIADOS DO BRASIL, LTDA.
Rua Paulino Ferraz, 49 - Ilhéus do Janeiro

Comprimidos VIKELP

COMO OS MINERAIS PRECISOS DE VIKELP AUMENTAM O PESO E MELHORAM A SAÚDE!	
Taxa	Benefício
Alcance	Diapirita, inodoro, ácido, pelo macerado.
Alcance	Alcance, de cálcio, cálcio, cálcio.
Alcance	Alcance, de cálcio, cálcio, cálcio.
Alcance	Alcance, de cálcio, cálcio, cálcio.
Alcance	Alcance, de cálcio, cálcio, cálcio.
Alcance	Alcance, de cálcio, cálcio, cálcio.
Alcance	Alcance, de cálcio, cálcio, cálcio.
Alcance	Alcance, de cálcio, cálcio, cálcio.
Alcance	Alcance, de cálcio, cálcio, cálcio.
Alcance	Alcance, de cálcio, cálcio, cálcio.
Alcance	Alcance, de cálcio, cálcio, cálcio.
Alcance	Alcance, de cálcio, cálcio, cálcio.
Alcance	Alcance, de cálcio, cálcio, cálcio.

[Figura 7]

"No mês de agosto passei uma temporada em casa da minha sogra. Ah, certa vez fui almoçar ao ar livre, com um vestidinho decotado, desses próprios para banho de sol. Tinha as espaldas nuas, com alças transpassando os ombros. Uma das convidadas, a Sra. H., depois de olhar-me, disse: "se eu tivesse as espaldas e os ombros assim, usaria um maillot fechado". VV. SS. podem avaliar como me senti intimamente vexada com essa observação. Felizmente, o verão passou e eu pude novamente usar roupas fechadas, que ocultavam melhor minha magreza. Graças a Vikelp, no entanto, estou ansiosa por que chegue a primavera. Bastaram 100 comprimidos para que eu engordasse 3 kilos. Três kilos em 16 dias! Minhas amigas agora até gabam minha excelente aparência. Pena não ter tomado Vikelp antes. É o melhor preparado para tornar as mulheres bellas e atraentes" (idem).

Embora a preocupação com o corpo e com a boa aparência já permeasse o imaginário social de então, desviar destes ideais não parecia figurar na sociedade daquela época entre os maiores pecados a serem cometidos por alguém, nem mesmo parecia algo capaz de pôr em xeque o caráter e a competência daqueles desprovidos de um corpo considerado desejável. Ou, ao menos, essa não era uma conduta condizente com a moral daquela época, que focalizava com mais rigor outros aspectos hoje menos severamente regulados. A preocupação com a beleza, então, ficava mais restrita às mulheres jovens e solteiras, ou seja, aquelas que ainda precisavam usar de artifícios para conseguir um bom marido no casamento.

O excesso de “ vaidade ” não apenas deixava de ser exaltado naquele contexto, como também não era algo bem visto socialmente, isso porque tal comportamento correspondia a uma conduta frívola, dada a frescuras e leviandades, não digna das mulheres de bem. Além disso, tal zelo com a aparência era encarado como uma farsa, já que não era considerado lícito se valer de meios artificiais para alterar demasiadamente a própria aparência, escondendo assim a face real e sendo infiel à essência de cada um. Afinal, a “ verdadeira ” beleza não era aquela que se expunha aos olhares alheios, nem se pensava que fosse acessível ao julgamento de todos. Ela encontrava-se resguardada no sólido plano íntimo e privado dos sujeitos, naquela “ interioridade ” onde se encontrava o núcleo de cada um, hospedando uma identidade considerada fixa e estável. Era nesse âmago oculto onde se ancorava a autenticidade de cada indivíduo, ou seja, a sua essência peculiar e única, seu “ eu verdadeiro ” e sua “ beleza interior ”.

Até poucas décadas atrás, provérbios populares como “ quem vê cara não vê coração ”, “ as aparências enganam ” e “ beleza não põe mesa ” eram proferidos a duras repetições pelos filhos da modernidade que, por sua vez, as pronunciavam com a voz sábia da experiência, da razão e dos bons conselhos. Certos de suas crenças, estes os repassavam de geração em geração, mostrando que os maiores valores dos seres humanos eram aqueles que figuravam o caráter e estavam habitados nas profundezas de cada um. Ainda hoje, esses e outros provérbios, tais como “ quem ama o feio, bonito lhe parece ”, “ a beleza está nos olhos de quem vê ” e “ o essencial é invisível aos olhos ”, são reproduzidos pelos mais velhos como lições de vida; embora estejam, gradativamente, perdendo o seu sentido e tornando-se credices para os mais jovens.

Em sua condição de filhos e reprodutores de um mundo centrado nos prazeres instantâneos oferecidos pelo consumo e pelas promessas da tecnociência, que nunca cessam de anunciar as possibilidades de aperfeiçoamento de todo e qualquer incômodo, os jovens de

hoje estão imersos num contexto marcado pelo fenômeno conhecido como “culto ao corpo”. Enquanto aquela interioridade da era moderna continua a perder seu peso e seu valor, a superfície visível dos corpos se constitui como uma interface, um espaço de *display*, uma tela na qual cada um deve mostrar, à flor da pele, o que é ou o que gostaria de aparentar ser. No entanto, é evidente que nem todos os corpos são cultuados e reverenciados do mesmo modo.

É nesse sentido que, segundo o psicanalista Benilton Bezerra Jr. (2002), estaríamos vivendo numa época marcada pela “crise da interioridade psicológica”. Num complexo processo que vem se desenvolvendo nas últimas décadas, estaria “se esvaziando aquele espaço secreto, íntimo e privado, que se considerava localizado ‘dentro’ de cada indivíduo, onde costumava se acolher a essência de cada um de acordo com as crenças modernas”, como ressalta Paula Sibilia (2011, p. 9); por isso, “agora a aparência corporal delata o que somos”. Se os valores que imperaram de modo hegemônico na cultura ocidental entre os séculos XIX e meados do XX eram aqueles que constituíam o “caráter” de cada um e insuflavam a “vida interior” dos sujeitos, tais como a honra, a lealdade, a austeridade, a integridade, as obrigações cívicas e a solidariedade; na sociedade atual, eles estão corroídos e se tornaram abstrações cada vez mais falaciosas.

Em seu lugar, atributos como “força, rigidez, juventude, longevidade, saúde, beleza são os novos critérios que avaliam o valor da pessoa e condicionam suas ações” (Ortega, 2008, p. 34). Nesta nova configuração social, os modos de ser e estar no mundo se constituem cada vez mais a partir de um eixo deslocado do “interior” em direção ao que se vê. As subjetividades que hoje proliferam, se edificam de forma epidérmica, exteriorizada, fluida e mutante. É assim como “os homens [que] buscam o tipo de aprovação que aplaude não suas ações, mas seus atributos pessoais”, e que “desejam não tanto ser estimados, mas sim admirados”, conforme ressaltou Christopher Lasch em seu livro intitulado *A cultura do narcisismo* (1983, p.87). O autor acrescenta, ainda, algo que sem dúvida soaria estranho para a moral oitocentista: estes mesmo homens “querem antes ser invejados, do que respeitados”.

Entre meados do século XIX e o início do XX, o narcisismo e o exibicionismo que hoje proliferam seriam vistos como uma vergonhosa falta de decoro. Podiam ocorrer como atos isolados, resultantes de comportamentos arredios e extravagantes, pouco comuns na vida cotidiana daqueles que presavam pelos valores da moral burguesa, com seus ideais de discrição e elegância (Sibilia, 2014b). Em séculos precedentes, tais preceitos morais também pareciam imperar. No distante século XVI, por exemplo, La Boétie, em seu já mencionado

Discurso sobre a servidão voluntária – que foi escrito em 1571 para o seu amigo Michel de Montaigne –, ao citar um de seus próprios versos no texto, tratou de justificar essa deselegante autopromoção em busca de evitar qualquer má interpretação. Nesse sentido, o autor alegou o seguinte: “não receio, escrevendo-te em particular, citar versos meus, coisa que nunca faço; como tens mostrado gostar deles, não me acusarás de ser pretencioso” (2009, p. 10).

Nas décadas mais recentes, porém, o desejo de visibilidade e as estratégias de autopromoção perderam boa parte de suas conotações negativas e impregnam os modos de subjetivação característicos do presente momento histórico. Uma época que se aproxima cada vez mais do que Guy Debord, em 1967, caracterizou como “sociedade do espetáculo” – uma sociedade individualizada, mediada por imagens e representações, baseada nas prerrogativas da visibilidade e da aparência. Nesse modo de vida que vem se instaurando no mundo ocidental, o *parecer* perpassa o *ter* e o *ser*, sendo os valores (e até mesmo a existência individual e coletiva) pautados a partir do que se vê e de como os sujeitos são vistos e expostos. Nesse contexto, aqueles sujeitos não agraciados pelos genes privilegiados da beleza e/ou pela tendência à boa forma corporal, precisam correr atrás do prejuízo e se enquadrar nos ideais do *eu* espetacularizado para, assim, terem condições de participar, com certa vantagem competitiva, do concorrido mercado das aparências, disputando a possibilidade de ser *alguém* diante dos vigilantes (e exigentes) olhares alheios. Afinal, como dizia outro provérbio popular: “quem não é [bem] visto, não é lembrado”, ou poderíamos ir mais além e acrescentar que, agora, “quem não é [bem] visto, não é sequer existente”.

Isso porque, neste terceiro espírito do capitalismo, marcado tão fortemente pelo “espírito empresarial”, pelo consumo e por uma crescente participação dos meios de comunicação de massa audiovisuais – como o cinema e a televisão – na vida de cada um, somando-se aos novos meios interativos, outros modos de autoconstrução e de sociabilidade vêm sendo convocados e estimulados, propiciando uma transformação nas subjetividades que vem se gestando nas últimas décadas. Conforme sugeriu o sociólogo estadunidense David Riesman em 1950, em seu livro *A multidão solitária*, o eixo em torno do qual se edifica o que se é tem se deslocado de “dentro de si”, ou seja, do *caráter* “introduzido”, para uma *personalidade* cada vez mais “alterdirigida”, ou seja constituída na visibilidade, produzida em contato direto com o olhar do outro. Assim, cada um passa a ser aquilo que ele mostra e que os outros enxergam, por isso, mais uma vez, a importância de se construir a si mesmo de maneira vendável.

Os valores performáticos, que estimulam e valorizam a venda de si, o *marketing* pessoal e a autopromoção, estão impregnados não apenas nas publicidades, no mercado editorial, no jornalismo e nas corporações; esses saberes são difundidos e constituídos como verdade também nos meios audiovisuais de comunicação de massa e invadem as casas dos telespectadores ao longo do dia e, sobretudo, nos horários que convocam maiores audiência. Para citar apenas um exemplo, dentre vários outros possíveis, podemos mencionar o sucesso dos reality-shows *Aprendiz* – atualmente na 10ª edição –, da Rede Record, e *Big Brother Brasil* – em sua 14ª edição –, emitido pela Rede Globo. Embora com dinâmicas e propostas diferentes, ambos os programas de televisão são marcados pela propagação e até mesmo pela naturalização de certos valores neoliberais, tais como competição, empreendedorismo, liderança, boa aparência, meritocracia, conexões, resiliência e alta performance. Nos dois casos, o grande vencedor das competições costuma ser aquele que consegue se autopromover e se "vender" melhor como personagem, que conquista mais aliados no jogo, que é capaz de vencer obstáculos e de convencer quem o assiste e o avalia de que ele é "o melhor". Em outras palavras: costuma vencer o que melhor *performa* e o que mais consegue atribuir valor ao seu capital.

Um dos momentos mais aguardados e de maior audiência desse tipo de programa é quando vai ocorrer a eliminação de algum participante. Os discursos sempre emblemáticos e repletos de reflexões e de tons pedagógicos de Pedro Bial, por exemplo, o apresentador do *Big Brother Brasil*, servem de lição de vida não apenas para os "confinados" na casa "mais vigiada do país", mas também para cada um dos espectadores que acompanham a edição. O sucesso dos discursos é tamanho que, minutos depois de serem declamados na televisão de modo poético e enfático – quase que religioso –, eles são disseminados na internet e, inclusive, disponibilizados pela produção da emissora no site do próprio *reality*, que oferece um link de compartilhamento do texto nas redes sociais. Alguns fãs, por sua vez, vão ainda mais além e tentam interpretar cada uma das frases elaboradas pelo apresentador para, posteriormente, compartilhar suas impressões em blogs voltados para a cobertura do programa. A repercussão dos discursos é tanta que eles "são apropriados e utilizados em cerimônias, formaturas, festas de 15 anos e até batizado"³⁰. Aproveitando todo esse sucesso, o

³⁰ Disponível em: <http://www.purepeople.com.br/noticia/pedro-bial-lanca-livro-com-discursos-do-bbb-o-objetivo-deles-e-confundir_a18115/6#6. > Acesso em 30 de abril de 2014.

apresentador fez um compilado de seus melhores textos, proferidos ao longo das quatorze edições do programa, lançando o livro *Uma mensagem aos Brothers* (2014).

Por tudo isso, é digno de nota aqui o discurso de eliminação da participante Aline, personagem da edição número treze do *Big Brother Brasil*, proferido pelo apresentador Pedro Bial no dia 15 de janeiro de 2013. A participante foi eliminada com 77% dos votos, logo na primeira semana do jogo, devido ao seu comportamento considerado "explosivo e indomável". A jovem carioca, de uma família de escassos recursos e com pouca formação escolar, não se poupava de dizer o que pensava em qualquer ocasião, levando a sua sinceridade até as últimas consequências e condenando, nos demais colegas de confinamento, qualquer tipo de comportamento que lhe parecia falso, forçado ou desnecessário. Ela se considerava uma pessoa de personalidade forte e autêntica. Diante de todo o exposto, a pergunta é: por que tal comportamento incomodou tanto o público do programa, causando tal rejeição? De acordo com o diagnóstico de Pedro Bial, seguindo analogias empresariais próprias dos discursos aqui focalizados, o motivo foi o seguinte:

Cada um de vocês aí dentro tem um produto para vender, e querem convencer quem assiste a comprar esse produto. E mais, querem que essa negociação de compra e venda seja a maior diversão. Não querem só vender o produto. Querem que a gente goste de comprar. E o que é que vocês vendem? Qual é o produto que vocês oferecem? Ora, vocês são este produto.

Cada um de vocês é o produto e o publicitário desse produto. E o que precisa fazer o publicitário: convencer. Só vence quem convence. Vence com, vence junto. É isso que faz o campeão. Consegue persuadir a gente. Vence o mais convincente [...] Sim, a verdade pode vencer, mas para que seja verdade, alguém tem que acreditar nela. E para alguém acreditar na sua verdade, é preciso que alguém escute. E para que alguém escute, é preciso que você desperte o interesse. Para ser interessante, há que ter imaginação.

Hoje é isso. Vamos à primeira eliminação do BBB13. Acabei de dizer que vence o mais convincente. Convencimento e persuasão são as armas. Quem tenta se impor e pronto, corre grande riscos. Ninguém compra nada por imposição. Talvez esse tenha sido isso o grande pecado do eliminado de hoje. Pecado sem perdão: Aline.

Em outras palavras, o apresentador quis dizer que para conquistar o afeto e a visibilidade do público, não basta *ser* espontâneo e autêntico, é preciso *parecer* como tal, tornar essa exibição favorável a si e rentável; e, o mais difícil de tudo, é necessário torná-la *real*. A autenticidade, portanto, não parece se localizar mais naquela interioridade que constituía os abismos do ser, mas no plano do visível, onde a performance se constitui e se projeta. Por isso, para se vender de modo satisfatório, o sujeito tem que ser um competente

ator e encenar o papel que pareça mais "real" e convincente. Mas tal encenação, proveniente do campo das artes performáticas, agora não fica mais restrita apenas aos meios audiovisuais e aos reality-shows, ela já faz parte da vida de todos, sejam eles famosos ou anônimos, artistas ou não, e está intimamente ou *extimamente* – recorrendo a um neologismo utilizado por Paula Sibilia no livro *O show do eu* (2008) – relacionada às subjetividades próprias da era atual. Para Richard Schechner (2003), por exemplo, professor de artes dramáticas da Universidade de Nova Iorque, as pessoas, como nunca antes, têm vivido suas vidas através de infinitas *performances*.

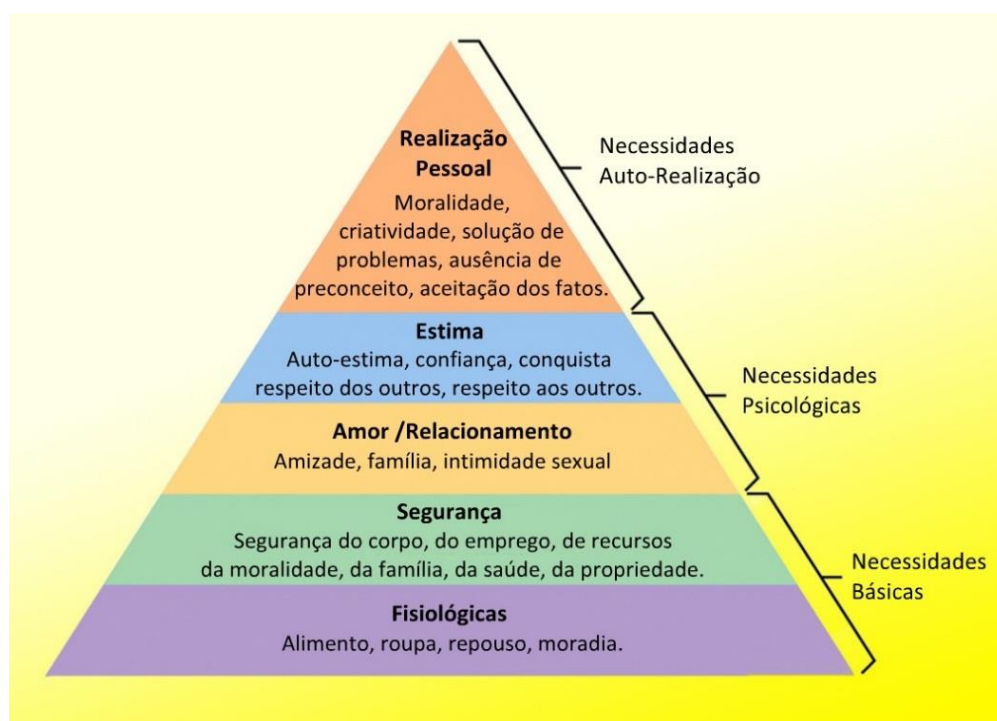
Cabe ressaltar que estamos nos referindo aqui não apenas a uma interpretação desse termo restrita a ideia de “alto desempenho”, mas também relacionada com suas demais concepções, sobretudo, no que se refere à interpretação artística. Essa expressão ganhou destaque no campo das artes nos anos 1970, sendo apropriada para nomear um tipo de manifestação artística surgida na época. A novidade tinha como proposta acolher múltiplas expressões híbridas – como, por exemplo, dança e teatro, música e poesia e outras experimentações apresentadas em versões renovadas –, que ficavam à margem dos cânones estabelecidos nas disciplinas artísticas tradicionais. Em suma, porém, trata-se de uma encenação, ou seja, de um ato qualquer protagonizado por um ou mais artistas, que pode ser realizado tanto em espaços públicos como privados. A condição para que seja considerada uma performance, contudo, é que alguém assuma que está realizando-a e que, por outro lado, um outro alguém saiba que o que está observando é, de fato, uma performance (Sibilia, 2014b).

Nos anos mais recentes, porém, essa noção foi abandonando o campo exclusivamente artístico para se espalhar por todo o tecido social e ganhar a vida cotidiana de todos e de qualquer um. Performances, assim, são “comportamentos marcados, emoldurados ou acentuados”, de acordo com uma das definições mais famosas do mencionado Richard Schechner (2003, p.25). Aos efeitos desta dissertação, poderíamos afirmar que se trata da junção “desempenho + atuação visíveis”. Assim, *performar*, na vida cotidiana, “é ser exibido ao extremo, sublinhando uma ação para aqueles que a assistem” (2003, p. 23). Podemos compreender tal concepção, lançando mão, novamente, de mais um elucidativo discurso do apresentador Pedro Bial, no programa *Big Brother Brasil*, que em março de 2014 disse o seguinte diante das câmeras:

Quem não atua? Quando alguém faz do lugar de vítima o seu papel, isso não é atuar? Quando alguém incorpora o personagem do carente profissional, isso não é atuar? Quando alguém monopoliza o papel de palhaço, isso não é atuar? Quando alguém se refugia no papel de loura burra, isso não é atuar? Quando alguém usa uma suposta transgressão pra se destacar, isso não é atuar? Quando alguém não toma partido entre partidos, isso não é tomar partido, atuar? Quando alguém marca posição de que não atua nunca, isso também não é atuar? E eu aqui, deitando regra, não tô atuando? (Bial, 11 de março de 2014)

2.3 Os imperativos de (in)felicidade

Em meados da década de 1950 – época do apogeu do segundo espírito do capitalismo, voltado para a produção industrial e atravessado pela lógica da sociedade disciplinar –, o psicológico estadunidense Abram Maslow formulou, em seu livro *Motivation and personality* (1954), uma pirâmide conhecida como “hierarquia de necessidades básicas” [Figura 8], que logo foi bastante utilizada nos estudos de administração, marketing e psicologia, cuja constituição veremos na ilustração abaixo.³¹



[Figura 8]

³¹ Tanto na edição de 1954 como na de 1970, não há figura ilustrativa da pirâmide, ela é apenas descrita.

Segundo Maslow (1954), as necessidades prioritárias de consumo a serem supridas pelos sujeitos – e que, portanto, devem constituir seus principais investimentos e motivações – estão expostas de baixo pra cima na pirâmide. Os fatores fisiológicos, seguidos da busca por segurança, deveriam ser os primeiros passos para a sobrevivência e para a autorrealização de cada um, bem como os pilares fundamentais a serem construídos e fortalecidos a fim de possibilitar a conquista e o alcance dos demais degraus, cada qual a seu tempo. Assim, somente a partir do momento em que o sujeito cumprir com uma das etapas, ele terá motivações e condições para conquistar a seguinte, sem almejar pular a ordem dos fatores antes de se sentir apto para o novo passo. A incessante busca pela felicidade, por sua vez, só seria finalmente alcançada na última etapa do processo, como recompensa de um esforço contínuo, extenuante e disciplinado.

Tal hierarquização, entretanto, perdeu o sentido e tornou-se obsoleta no novo espírito do capitalismo. Isso se deve a um contexto em que o mercado é quem dita as regras e que só tem direito à *existência* – em outras palavras, à sobrevivência e à visibilidade – aqueles que cumprem os pré-requisitos necessários para participar da atual dinâmica social. A alta performance em todos os âmbitos, bem como o autoempresariamento, passou a ser a base para a conquista de todas as necessidades e o padrão de conduta a ser adotado por todos. Assim, o sujeito primeiramente precisa construir a si mesmo de forma vendável para, então, atribuir valor ao seu capital e obter as demais conquistas, inclusive as fisiológicas. Afinal, numa sociedade cada vez mais pautada pelas aparências, as pessoas são julgadas por aquilo que elas mostram de si no plano visível. Diante disso, como conquistar trabalho e dinheiro com o fim de suprir as necessidades básicas, se suas figuras são dignas de descrédito e repugnância?

As exigências vão ainda além: agora espera-se de um sujeito performático, gerente e empreendedor de si, que todos esses pilares da pirâmide sejam conquistados simultaneamente e, de preferência, de imediato. Ou seja, não mais configurado numa hierarquia de prioridades e de conquistas a longo prazo, mas sim numa estrutura horizontalizada, em rede, conectiva e acelerada, uma vez que todos esses fatores se fundem e se entrelaçam. Assim, não é mais possível discernir o início e o término de cada uma dessas demandas. Aqueles que não conseguem alcançar tais imperativos, constroem uma má performance de si e estão fadados à insatisfação e ao julgamento social, podendo ser visto como fracassados, acomodados ou incapazes. Tornam-se “consumidores-falhos”, nas palavras de Zygmunt Bauman (1998). Tal

estigma pode levá-los a serem considerados "o Outro" da sociedade atual, aquele não digno de atenção e credibilidade, para quem as portas devem ser fechadas e as oportunidades negadas.

A felicidade, por outro lado, que era uma meta inatingível ou a grande aspiração de cada um, que devia ser conquistada a passos lentos e com vitórias difíceis, tornou-se – principalmente a partir de 1990, com a ascensão do novo espírito do capitalismo – uma expressão corriqueira nos discursos, nas cobranças e no “estado emocional” daqueles que agora são aparentemente livres para trilharem seus próprios caminhos e construir seus estilos de vida desejados. Deixando de ser um sentimento internalizado e muitas vezes guardado para si, o permanente estado de bem-estar transformou-se numa obrigação, numa oferta constante nas prateleiras mercadológicas e nos anúncios publicitários, inclusive naqueles veiculados pelas indústrias farmacêuticas, sendo uma “espécie de sensação manipulável de bem-estar” (Vaz e Portugal, 2012, p 2). Com a reivindicação das liberdades individuais, a felicidade tornou-se um direito pleiteado, assim como o direito à saúde (Birman, 2010). Aqueles não contemplados com as dádivas da felicidade sentem-se injustiçados e excluídos socialmente, vítimas de uma condição humilhante, ofensiva e até mesmo patológica.

Capturada pelo espírito empresarial, a felicidade também foi instrumentalizada e passou a fazer parte dos atributos performáticos a serem conquistados, mensurados e espetacularizados para construir uma subjetividade bem-sucedida. Mais do que isso, ela serve como um recurso estratégico, na cultura atual, para otimizar a saúde, o bem-estar e a produtividade (Freire Filho, 2010). Assim, ela não é mais concebida como um estado de exceção ou como um horizonte utópico a ser sempre perseguido embora jamais completamente alcançado, uma vez que agora pode ser “vivenciada ininterruptamente, amplificada indefinidamente e prolongada até o fim de nossa existência”, de acordo com o pesquisador João Freire Filho (2010, p. 55). Ela "está atrelada, apenas e tão somente, à livre determinação moral do indivíduo para engajar-se em sua reforma e em seu crescimento pessoal” (idem). Tudo isso, claro, sem levar em consideração a precariedade dos recursos econômicos, educacionais e culturais de que o sujeito dispõe, como ressalta o mesmo autor.

A felicidade é a negação da atitude dependente derivada do Estado de bem-estar social; é concebida em termos de potenciais vitais do indivíduo, valorizada como capital humano – uma força vital que abastece uma vontade de progresso pessoal em um campo competitivo, cuja maximização e livre-troca num mercado aberto prometem retornos específicos para o indivíduo (Binkley, 2010, p. 93).

Cabe a cada um, portanto, *performar* com as suas próprias armas e atingir a excelência necessária para ser digno de tamanho benefício. Ainda segundo Freire Filho, “na era da felicidade compulsiva e compulsória, convém aparentar-se bem adaptado ao ambiente, irradiando confiança e entusiasmo, alardeando uma personalidade desembaraçada, extrovertida e dinâmica” (2010, p. 17). Em suma: vivemos numa sociedade postulada pela *performance*, pela espetacularização do *eu* e por um mercado de aparências cada vez mais competitivo, onde até mesmo a felicidade – para além de um estado emocional a ser atingido – tornou-se um imperativo, uma obrigação que deve ser exibida e vista permanentemente, na tentativa de alcançar o “ideal de eu” requerido pela sociedade.

O grande paradoxo, portanto, é que, num contexto no qual a felicidade tornou-se uma sorte de obrigação constante, a ansiedade e o sofrimento parecem cada vez mais presentes. Numa sociedade em que as pessoas são educadas segundo uma liturgia consumista e devem ser responsáveis pelo gerenciamento de si, aqueles impedidos de participar dos prazeres oferecidos pela atmosfera do consumo e que não se enquadram nos coeficientes de produtividade, tendem a ser vítimas da vergonha, da frustração e do sentimento de inferioridade. Diante disso recorrem, cada vez mais, aos “estimulantes de alegrias obrigatórias” (Ferrer, 2010, p. 166), oferecidos pelo mercado farmacêutico.

2.4 Qualidade de vida para que(m)?

*Nem todas as empresas precisam investir em qualidade de vida,
promoção de saúde ou coisa parecida.
Só aquelas que querem ser competitivas no século XXI.*

Robert Karch

Adequar-se ou não aos novos imperativos corporais em voga não está atrelado apenas a um julgamento moral relacionado à estética e à boa forma. Os estímulos à prática de exercícios físicos, dietas e cirurgias reparadoras se entrelaçam também com os ideais de saúde e bem-estar e se desdobram nos processos de subjetivação que vigoram na atualidade. Assim, optar por fazer uso de ferramentas modeladoras e práticas bioascéticas (manuais, terapias, *fitness*) faz com que as pessoas tomem para si a responsabilidade sobre sua saúde e as possíveis consequências de suas escolhas comportamentais. Os sujeitos, então, assumem um

compromisso que outrora ficava a cargo das políticas públicas e das legislações trabalhistas, e passam a se sentir cada vez mais deslegitimados para recorrer a tais instâncias, bem como para exercer pressões sobre elas em busca de melhorias (Ortega, 2008). Trata-se, portanto, de uma privatização das biopolíticas, como veremos com mais profundidade no capítulo seguinte.

Numa sociedade onde esse tipo de individualismo radical impera, a lógica que prevalece é que cada um tem (ou deveria ter) autonomia e competência pra cuidar de si e para administrar seus riscos. Tais liberdade e autonomia, contudo, são restritas e dirigidas, guiadas pelos imperativos de autovigilância, autocontrole e autoconhecimento, que faz com que todos sejam os seus próprios peritos e gestores. Nesse sentido, se na modernidade o sujeito desviante – que fugia dos padrões de normalidade – estava relacionado ao criminoso, ao louco e ao perverso sexual (Foucault, 2002), hoje, os "inadequados" são, sobretudo, aqueles que não alcançam o padrão de corpo ideal e não gozam de boa saúde (Birman, 2007; Ortega, 2008; Sibilia, 2007). Em casos mais graves, eles são considerados fardos que, ao não darem conta de seus afazeres, transferem suas responsabilidades aos demais, tornando-se dependentes de cuidados e de diversos outros tipos de assistência. Como uma das consequências de todo esse descrédito, uma série de medicamentos e de distúrbios típicos do mundo atual – tais como anorexia, bulimia, depressão, síndrome do pânico e transtornos obsessivos e compulsivos – tem sido recorrente nos dias atuais e, muitas vezes, capitalizam ou são resultantes dos pesares causados pelo preconceito alheio e pela própria falta de autoestima.

Diante dessa imagem idealizada da saúde – que também supõe-se que deve ser espetacularizada e exibida à flor da pele –, a aderência a um estilo de vida “saudável”, tornou-se outro requisito para conquistar (e manter) uma vaga no mercado de trabalho. Sob a atual lógica empresarial, onde o cálculo do “custo-benefício” torna-se o norteador de todas as ações, o estímulo quase impositivo em direção a um cuidado de si nesse sentido está diretamente associado a um melhor rendimento em todos os âmbitos. Particularmente, no trabalho. E, em consequência, é associado a maiores lucros, visto que serão dispendidos menores gastos com assistência médica e haverá uma redução nos prejuízos relacionados à ausência dos trabalhadores por motivos de saúde.

Por tudo isso, algumas empresas resolveram dar um passo a mais e levaram as academias de ginástica para os escritórios. Assim, enquanto trabalham, os funcionários se exercitam, combatem o sedentarismo e ainda sentem-se valorizados (e gratos) pela

preocupação demonstrada pela corporação. Consequentemente, e em retribuição, esses mesmos funcionários ficam satisfeitos, dispostos e estimulados a realizar um bom trabalho. Assim, a saúde é transformada em dinheiro, tornando possível o desenvolvimento da simples equação almejada pelas empresas, que prioriza o que realmente interessa: “Funcionário feliz = lucro maior”, conforme enfatiza, em letras garrafais, a capa da revista *Exame*, publicada no dia 15 de setembro de 2004.

Por outro lado, segundo a reportagem do jornal *O Globo*³² veiculada no dia 16 de fevereiro de 2013, a nova filosofia das empresas tem sido “mova-se enquanto trabalha”. Tal ordem já foi implementada na Salo, empresa de seleção de funcionário de Minneapolis, nos Estados Unidos: “Numa das salas de reuniões, a Salo instalou quatro mesas sobre esteiras, com uma superfície de trabalho de altura ajustável. As mesas ficam umas em frente às outras, de maneira que as pessoas possam caminhar e cuidar ao mesmo tempo de suas tarefas” (*O Globo*, 2013). Uma outra sala é equipada com mesas e computadores sobre esteiras para que seja possível realizar “uma sessão de trabalho em movimento”.

No Brasil, algumas artimanhas visando à promoção da qualidade de vida também têm sido fortemente utilizadas por diversos líderes corporativos. Estes oferecem aos seus colaboradores uma gama de atividades físicas (como academias de ginástica, yoga, grupos de corrida, etc) e de palestras ou cursos motivacionais (Salgado; Portugal, 2012). A intenção é a de orientá-los nos mais variados aspectos de suas vidas, em busca de garantir que todos alcancem a boa saúde e a felicidade considerada ideal. Ou seja: o bem-estar necessário para torná-los motivados, autorrealizados, entusiasmados, bem dispostos e, assim, mais produtivos. Entre as vantagens de todo esse treinamento físico e mental, os funcionários cultivam também o sabor pela vitória e pelos desafios; exercitam o espírito competitivo; mantêm a autodisciplina e a necessidade de superação constante dos limites – atributos fundamentais e indispensáveis para todos aqueles que desejam triunfar no mercado de trabalho contemporâneo, como vimos anteriormente.

A felicidade se insinua, no imaginário popular e científico, como um projeto de engenharia individual, orientado por uma legião de especialistas na reprogramação da mente, na turbinagem do cérebro ou no retoque da aparência. Várias são as rotas mapeadas pelos missionários do bem-estar subjetivo e pelos apologistas da potencialização da performance – cabe ao consumidor escolher as estratégias que se ajustam melhor às suas inclinações e aos seus interesses (Freire Filho, 2010, p. 14).

³² Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/emprego/escritorios-com-cara-de-academia-de-ginastica-7591517#ixzz2wmELictn>. Acesso em: 30 de abril de 2014.

Cabe ressaltar, no entanto, que as corporações que discursam em prol da “qualidade de vida” e do equilíbrio entre as esferas profissional e privada, são, por vezes, as mesmas que impedem que esses valores sejam postos em prática, ou, ao menos, que sejam praticados fora de seus comandos. De fato, são geralmente essas as empresas que mantêm os trabalhadores dia e noite à sua disposição e que atuam na tentativa de transformar todos os momentos que deveriam ser “livres”, em tempos dispendidos à firma, sejam eles investidos entre as paredes do escritório ou em *resorts* e viagens de trabalho. Nestes últimos, muitas vezes, a ida da família é também financiada, assim, enquanto os filhos se entretêm, os pais se dividem entre o trabalho e o lazer... e todos são felizes.

As empresas, como se percebe, têm se preocupado cada vez mais em se adaptar às demandas de seus colaboradores com o intuito de convertê-las em produtividade e lucro. Tudo elas tentam abarcar e de tudo procuram se apropriar: do trabalho ao lazer, dos momentos com a família aos cuidados de si. Mas o preço por tudo isso é alto, embora não tão óbvio, nem de fácil mensuração e percepção. A troca, neste sentido, é perspicaz, perigosa e discreta. De um lado, estão os benefícios oferecidos pela corporação, do outro, o controle sobre a vida dos funcionários e a garantia de suas mais altas performances. Essas condições de pagamento são tão sutis e sorrateiras, que, por vezes, não são enxergadas pelos trabalhadores, nem percebidas como parte do contrato de trabalho, mas sim como uma dádiva oferecida a eles, uma ação altruísta que deve ser retribuída não porque assim lhes foi requisitado ou imposto, mas porque assim deve ser, visto que é de bom grado que tamanha benevolência seja reconhecida e gratificada. Afinal, apenas uma pequena elite assalariada conta com tamanhos privilégios e tem a sorte de ter sido selecionada para essas tão cobiçadas vagas. Diante de tal apreço, os corpos que, implicitamente, sempre fizeram parte da negociação, são oferecidos às empresas quase que voluntariamente, através da mais nobre devoção e dedicação.

Como exemplo máximo desse processo, podemos citar a companhia estadunidense Google, cuja filosofia de trabalho faz parte do sonho de muitos profissionais e serve de modelo para as corporações que buscam ser inovadoras e competitivas no atual cenário empresarial. Em 2013, a empresa foi eleita, pelo 4º ano consecutivo, a melhor multinacional para se trabalhar pelo *Great Place to Work* (GPTW)³³ e, no mesmo ano, uma de suas sedes foi

³³ Disponível em: <<http://www.greatplacetowork.com.br/publicacoes-e-eventos/blogs-e-noticias/820-google-e-tetracampea-como-melhor-empresa-para-trabalhar-gptw-ti-a-telecom>> Acesso em: 14 de maio de 2014.

pano de fundo da comédia *The Internship* (Os Estagiários, 2013). O filme é uma grande, porém sutil, autopromoção da empresa. Através de muito humor e de lições constantes acerca de todo o leque de competências valorizados pela corporação, o estilo de trabalho adotado no Google, bem como todos os benefícios oferecidos pela empresa, permeou o imaginário de milhões de espectadores em todo o mundo, servindo de lição e de inspiração para muitos. Em sua sede no Vale do Silício, entre as inúmeras vantagens oferecidas aos seus súditos colaboradores, o grande destaque fica por conta das refeições – que incluem lanches, doces e sucos – preparadas por *chefs gourmet* e disponibilizadas, gratuitamente, para todos. Os profissionais ainda têm acesso a serviços como lavanderia, lavagem de carro, corte de cabelo e massagistas. O objetivo é facilitar a vida da equipe, conforme revela o atual presidente do conselho da empresa, Eric Schmidt:

Queremos eliminar tudo aquilo que fica no caminho dos nossos empregados. Vamos encarar a realidade: programadores querem fazer programação de computadores e não lavar a sua roupa suja. Assim [colocando uma lavanderia em seu local de trabalho] deixamos mais fácil para ele fazer [sic] as duas coisas.³⁴

Para combater todas as outras barreiras que possam atrapalhar o produtivo tempo dedicado ao trabalho – como as doenças e o estresse, por exemplo –, são disponibilizadas diversas possibilidades de práticas de exercícios físicos e de atividades coletivas, tais como academias de ginástica, piscinas, aulas de yoga e de pilates, salas de jogos e quadras poliesportivas. Já quando o objetivo é estimular a sociabilidade entre os membros da corporação, *happy hours* semanais, competições e outros eventos periódicos são algumas das opções. Ter filhos pequenos também não parece ser um problema para os funcionários dessa companhia, já que ela disponibiliza creches gratuitas e ainda conta com médicos, terapeutas e quiropraxistas de plantão durante todo o turno de trabalho.

Todo esse conglomerado de vantagens, porém, localizam-se dentro do “mundo Google”. Assim, a empresa consegue abarcar dentro de seus muros – ou melhor, em suas redes, sendo mais compatível com a era atual e com as intenções da multinacional – versões repaginadas das velhas instituições modernas e disciplinares, ora em crise. Assim, variantes inovadoras e adaptáveis do hospital, da escola, do exército e da caserna são transportadas para o interior da empresa e ressignificadas. Suas funções, neste caso, não têm mais como objetivo a formação de cidadãos dóceis para suprir o sistema de produção fabril e úteis aos diversos

³⁴ Disponível em: <<http://epocanegocios.globo.com/Revista/Common/0,,ERT292232-16349,00.html>>. Acesso em: 14 de maio de 2014.

Estados Nacionais. Em vez disso, seus recursos são, sobretudo, utilizados como forma de prestação de serviço, no intuito de potencializar o “prossumidor”, que tem que ser constantemente motivado e avaliado para produzir cada vez mais e melhor, enquanto nunca deixa de consumir.

Ou seja, trata-se de ferramentas que estão a serviço da empresa e que funcionam como sistemas de controle e vigilância – seja da saúde, da aparência, do bem-estar – e de otimização do tempo dos trabalhadores. Não podemos ignorar que tais apropriações estimulam a geração de determinados tipos de corpos e de subjetividades, voltados para a alta performance exigida pelo mundo globalizado e, ao mesmo tempo, obedientes aos múltiplos estímulos mercadológicos, sobretudo no que concerne aos próprios interesses da corporação. Em troca de todas as regalias oferecidas e das práticas edificantes que emanam desse ambiente considerado modelo, os funcionários têm que atingir metas cada vez mais desafiadoras e estressantes para poder nele se manterem. Essas demandas acabam por reduzir, drasticamente, o tempo disponível para usufruir os tantos benefícios que lhes são oferecidos. Ademais, eles trabalham todos os dias da semana, com direito a apenas doze feriados no ano e férias anuais que, dependendo dos anos de contrato, variam entre 15 e 25 dias. Fora isso, “cada funcionário do Google tem cerca de 20% do tempo livre para desenvolver projetos pessoais. Isso significa um dia por semana sem precisar prestar contas do que se está fazendo”³⁵. No entanto, o tempo livre também é de domínio da empresa, uma vez que qualquer produção que seja realizada nesse período é da Google, por direito legal.

André Gorz, em seu livro *Misérias do presente, riquezas do possível*, de 2004, ressalta que quanto maiores forem a produtividade e a dedicação individual ao trabalho, maiores também serão os problemas sociais como o desemprego, a desigualdade, a marginalização e a pobreza, que atualmente crescem provavelmente, num ritmo tão expressivo quanto as taxas de lucro das empresas. Em outras palavras, quanto mais as pessoas se identificam com o trabalho e com o sucesso de suas corporações, “mais contribuem para produzir e reproduzir as condições de sua própria sujeição, para intensificar a concorrência entre as firmas e, portanto, para tornar mortífera a corrida ao rendimento”, ressalta o autor (2004, p. 57). Em consequência, mais pesadas são as “ameaças que pairam sobre o emprego de todos – o deles inclusive” (idem).

³⁵ Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDG75964-6012,00-VIAGEM+AO+PLANETA+GOOGLE.html>> Acesso em: 14 de maio de 2014.

Tendo em vista todo o quadro exposto no decorrer deste capítulo, não surpreende que as técnicas medicamentosas tenham se tornado uma alternativa cada vez mais presente na ambição e no consumo daqueles que não conseguem resolver tais conflitos, e se veem ameaçados pelo fracasso na concorrência com os demais ou embebedos pela ânsia da produtividade. Assim, diversos tipos de drogas passam a ser apropriadas na cotidianidade desses sujeitos, provocando uma “toxicomania generalizada” e, de certa forma, “anestesiando a vibratibilidade do corpo ao mundo” (Rolnik, 1997), como veremos no próximo capítulo.

3. MEDICALIZAÇÃO

Somos feitos de carne, mas temos de viver como se fôssemos de ferro.

Sigmund Freud

Livraram-se deles. Sim, é bem o modo dos senhores procederem. Livrar-se de tudo o que é desagradável, em vez de aprender a suportá-lo. Se é mais nobre para a alma sofrer os golpes de funda e as flechas da fortuna adversa, ou pegar em armas contra um oceano de desgraças e, fazendo-lhes frente, destruí-las... Mas os senhores não fazem nem uma coisa nem outra. Não sofrem e não enfrentam. Suprimem, simplesmente, as pedras e as flechas.

Aldous Huxley

Fim de tarde, navegando pela rede social *Facebook*, eis que me deparo com uma imagem “curtida” por alguns amigos e que muito me chamou atenção: diferentemente de fotos em tons mais intimistas postadas na rede social, ali figurava um homem em meio a uma vegetação e um lindo céu azul. Aparentemente entregue àquele momento, de braços abertos e em clara alusão a uma sensação de liberdade e tranquilidade – que também podia ser lida como “livre de problemas” –, o rapaz parecia respirar o mais puro dos ares e viver a vida em sua condição plena e natural. Ao lado, um pequeno texto dizia: “Ficamos felizes por fazer parte do seu dia a dia. Obrigada pelos 100 mil *likes*”.

Não se tratava de nenhuma propaganda de um produto “natureba”, de uma campanha contra a alta emissão de gás carbônico ou mesmo o uso de agrotóxicos, mas de uma ação do medicamento *Dorflex* (analgésico e relaxante muscular). O novo “amigo da galera” no *Facebook* atingiu a marca de 726³⁶ mil *curtidas* na rede e, em menção aparentemente ambígua, orgulhava-se explicitamente por estar presente no cotidiano das pessoas. Estrela de comerciais de televisão e dos apelos publicitários, o medicamento de venda livre encontra-se presente nas gôndolas das farmácias, ao fácil alcance dos olhos e das mãos, e é indicado no “alívio da dor associada a contraturas musculares decorrentes de processos traumáticos ou inflamatórios e em dores de cabeça tensionais”.

³⁶ Acesso em: 21 de abril de 2013. Na mesma ocasião, o Facebook apontava que durante aqueles dias, 14.732 pessoas falavam sobre o medicamento na rede. Ao entrar novamente neste link, no dia 03 de setembro de 2013, o número de *curtidas* já havia atingido a marca de 1 milhão, mais precisamente, 1.082.523, tal conquista rendeu à *fanpage* uma capa especial, com uma imagem de várias mãos para cima – em alusão clara à celebração – e com a seguinte chamada: “Vamos comemorar, somos 1 milhão de fãs”.

Oferecendo sempre soluções “remediadoras” e reforçando o *modus operandi* social, qualquer tipo de indagação problematizando a causa de tais incômodos ou valores morais parecem ficar fora de cogitação para todos esses “seguidores”. Na página do remédio no *Facebook*³⁷, não encontramos nenhuma menção a doenças, questionamentos sociais ou explicações mais detalhadas sobre o uso do fármaco e possíveis contra-indicações. Em vez disso, há centenas de dicas de bem-estar, receitas gastronômicas, prescrições sobre como se vestir, comemorações pela chegada da “tão esperada sexta-feira”, etc. Todas elas com a logomarca de *Dorflex*, recordando aos “parceiros” que, muito além de um medicamento, *Dorflex* é um generoso “amigo”. Como tal, o remédio se preocupa em estar presente em todos os momentos da vida de cada um e faz questão de lembrá-los sobre sua gratificante e agradável companhia, colocando-se à disposição para eventuais (ou constantes) incômodos e tensões. Eis um retrato preocupante das tais “alegrias do marketing” pronunciadas por Gilles Deleuze, em 1992, em seu ensaio já citado aqui, *Postscriptum sobre as sociedades de controle*.

Pelo que apontam as pesquisas, não apenas nas redes sociais *Dorflex* faz sucesso e desempenha alta performance. Segundo reportagem da revista *Istoé*³⁸, durante dois anos consecutivos, respectivamente 2010 e 2011, o fármaco foi considerado o medicamento mais vendido do Brasil, gerando, num ano, um lucro de R\$ 338 milhões para Sanofi Aventis, o laboratório farmacêutico que o produz. Encabeçando a lista dos dez remédios mais vendidos no país, está também o ansiolítico tarja preta *Rivotril*. Segundo reportagem veiculada em julho de 2010 na revista *Superinteressante*³⁹, o medicamento ocupou a segunda posição no ranking – à frente da pomada antiassaduras *Hipoglós* e do remédio *Buscopam Composto*, ambos de venda livre –, atribuindo ao Brasil o título de maior consumidor do calmante no mundo. Sobre o motivo desse consumo exacerbado, a reportagem explica:

Rivotril é prescrito por psiquiatras e pacientes em crise de ansiedade - nos casos em que o sofrimento tenha causa bem definida. Mas tem sido usado pelos brasileiros como elixir contra as pressões banais do dia a dia: insônia, prazos, conflitos em relacionamentos. Um aqui-inimigo dos dilemas do mundo moderno.

³⁷Disponível em: <<https://www.facebook.com/DorflexOficial?fref=ts>>. Acesso em 14 de março de 2013

³⁸Disponível em: <http://www.istoe.com.br/colunas-e-blogs/coluna/193181_E+BI+>. Acesso em: 14 de março de 2013

³⁹Disponível em: <http://super.abril.com.br/saude/nacao-rivotril-587755.shtml>>. Acesso em: 14 de março de 2013.

Se com o *Rivotril* o Brasil lidera o ranking mundial, com a *Ritalina* – indicada para o tratamento de TDAH (Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade) — o país ocupa a vice-liderança, perdendo apenas para os Estados Unidos. Os motivos parecem não se diferenciar muito daqueles relatados acima: para além do consumo por parte de pacientes diagnosticados com o transtorno, o composto a base de metilfenidato também está sendo apropriado por pessoas supostamente saudáveis, que buscam melhorar o seu desempenho ou aguentar com mais forças as pressões e demandas do dia a dia.

Diante dessa constatação, cabe-nos perguntar algo que constitui o cerne desta dissertação: qual a relação desses exemplos citados acima com as subjetividades produzidas na sociedade ocidental contemporânea e com as atuais exigências do mercado de trabalho? De que maneira tais discursos relacionados à saúde nutrem uma construção de si voltada para uma crescente medicalização? Quais fatores históricos, econômicos e culturais contribuem para essa crescente patologização de uma série de condutas que, durante os dois primeiros "espíritos" do capitalismo, eram consideradas naturais ou inerentes à condição humana?

Para delinear possíveis respostas a essas inquietações, este terceiro capítulo está dividido em duas partes. Na primeira, a intenção é fazer uma breve contextualização acerca de algumas transformações na concepção sobre a vida e sobre a saúde, com o intuito de delinear o pano de fundo que possibilitou e estimulou, na contemporaneidade, o recurso à medicalização. Através da análise de diversos discursos midiáticos, visaremos também a compreender alguns dos sentidos da presente articulação entre a tecnociência, a mídia e o mercado, bem como seus desdobramentos nos modos de viver atualmente hegemônicos. Já na segunda parte deste capítulo, são expostos e problematizados os resultados de doze entrevistas em profundidade realizadas entre 2013 e 2014, com profissionais liberais e acadêmicos da área de Comunicação Social, residentes no Brasil, e que se declararam consumidores do tipo de produtos farmacêuticos aqui focalizados. Foram selecionados apenas aqueles indivíduos que fazem uso habitual de substâncias controladas por receitas médicas. A proposta dessa pesquisa empírica é examinar a partir desse outro prisma o impacto do atravessamento do “espírito empresarial”, bem como do discurso científico – ou do “mito científicista” –, nas subjetividades contemporâneas.

3.1 Que seja eterno (e produtivo) enquanto dure: biopolítica e biotecnologias

“As vidas humanas são constituídas, de formas variadas, pelos saberes e poderes que vigoram numa determinada época” (Sibilia, 2014a, p. 141). Diante dessa constatação, em busca de oferecermos possíveis respostas para as questões apontadas acima, faz-se fundamental realizar uma breve historicização de tais processos em diferentes regimes de poder e saber, no intuito de identificar algumas práticas – e sentidos a elas associadas – que são próprias da era atual, sobretudo, no que concerne à medicalização dos comportamentos e ao espírito empresarial que atravessa certas definições das subjetividades.

No livro *A história da sexualidade: A vontade de saber*, Michel Foucault lança mão de importantes pistas para compreendermos alguns deslocamentos na concepção de vida ocorrido desde a Idade Média até meados do século XX, fornecendo valiosos instrumentos para pensar no contemporâneo. Segundo o autor, pelo menos desde o regime vigente nas sociedades pré-modernas que ele nomeia "soberanas", a vida e a morte não são consideradas como fenômenos naturais nem exteriores ao campo político. Elas sempre se inscrevem na ordem do poder. Nas organizações feudais, por exemplo, cabia ao monarca o direito sobre a vida de cada um dos seus súditos, a decisão acerca de quem poderia viver e quem deveria morrer. Assim, ele podia prescrever a morte de parte dos indivíduos, bem como conceder a alguns outros o direito de dispor de sua existência. Esse domínio sobre os corpos, entretanto, não ocorria de forma totalmente arbitrária ou sem sentido, mas pretendia desempenhar o papel de uma sorte de lição de conduta exemplar para todos e, ao mesmo tempo, servia como um meio de punição para aqueles que desrespeitavam as leis ou que ameaçavam, de alguma forma, a vida do soberano – que detinha direito de se defender e de pedir que os outros o defendessem. Nesse tipo de sociedade, portanto, o poder atuava na tentativa de açambarcar os corpos e ostentava a capacidade de suprimi-los, sempre que fosse necessário, com o objetivo de proteger a soberania de um Estado (Pelbart, 2003).

No entanto, a partir do século XVII, sobretudo com o triunfo da Revolução Francesa, os mecanismos de poder passaram por intensas transformações, tendo o seu foco não mais no confisco da vida, mas na sua gestão. O poder, então, começou a ser administrado, de modo cada vez mais sistemático e racional, no intuito de fazer com que os corpos se mantivessem com vida e que apenas se deixasse morrer aqueles cuja existência oferecesse algum risco aos demais; ou, então, quando o seu fim fosse inevitável. Em suma, ao contrário do que ocorria no

regime soberano, na sociedade moderna o poder se destinou a “produzir forças, fazê-las crescer e a ordená-las mais do que a barrá-las, dobrá-las ou destruí-las”, conforme ressalta Foucault (2012, p. 148). Assim, o poder tornou-se positivo, pois tinha como foco “fazer viver” e, nesse quadro, a vida ganhou uma nova concepção: a existência deixou de ser algo de ordem jurídica (um direito do monarca) passando a constituir um fenômeno biológico. A vida, no regime moderno, articulou um leque de novos poderes e saberes normalizadores, que estimularam o desenvolvimento de um conjunto de técnicas para controlá-la e moldá-la. A população, a partir daí, tornou-se uma preocupação política e econômica dos governos nacionais, uma entidade complexa que deveria ser administrada pelas diversas instituições públicas, cabendo a cada Estado o papel de garantir a sua sobrevivência (Pelbart, 2003).

Esse poder sobre a vida, denominado por Foucault (2012) com o termo *biopoder*, foi fundamental para o desenvolvimento do capitalismo, sendo constituído por dois polos: o da *disciplina* e o da *biopolítica*. O primeiro, desenvolvido no início do século XVII, concentrava-se nos corpos individualizados a partir da metáfora da máquina, que deveriam ser produtivos, obedientes e utilitários ao sistema vigente. Com tal objetivo, a disciplina implicou uma "anátomo-política dos corpos", realizada por meio dos grandes aparelhos de Estado – isto é, das instituições médicas, administrativas e educacionais –, que foram articulados na época para agir em todo o tecido social. Com o intuito de adestrar os indivíduos – e, conseqüentemente, de sujeitá-los a interesses específicos –, a proposta dos aparatos produtivos era distribuir os corpos-máquina no espaço, ordená-los no tempo, ampliar suas aptidões e controlar suas forças. A meta era potencializar a força útil, com fins econômicos, e reduzir aquelas de ordem política, de resistência, com a finalidade de docilizar os corpos e domesticar as almas, visando à produtividade e à docilização (Sibilia, 2014a). Cabia as instituições disciplinares, portanto, produzir sujeitos "dóceis e úteis", recorrendo a um conjunto de mecanismos de poder que procuravam fazer com que cada sujeito interiorizasse uma certa vigilância sobre si, orquestrada por uma série de instrumentos capaz de ministrar punições e gratificações normalizadoras.

O segundo polo do biopoder, por sua vez, denominado *biopolítica* por Foucault, ganhou forma pouco tempo depois, no século XVIII, e tinha impulsos massificantes e totalizantes. Este agia por meio de um conjunto de técnicas e saberes específicos, cujo objetivo era o de garantir uma política sobre o planejamento, a regulação e a prevenção das populações em diversos segmentos, impondo-lhes certas normas a serviço dos interesses que

guiavam os projetos nacionais e industriais da época. Seu foco apontava para o corpo-espécie, procurando azeitar o funcionamento dos mecanismos do ser vivo e controlar seus processos biológicos. Assim, enquanto a disciplina se encarregava da ortopedia corporal, garantindo o seu bom desempenho, a biopolítica se ocupava de questões que atravessavam o conjunto de seres vivos que passaram a constituir a população, tais como a saúde, a higiene, a natalidade, a longevidade, a raça. “O homem ocidental aprende pouco a pouco o que é ser uma espécie viva num mundo vivo, ter um corpo, condições de existência, probabilidade de vida, saúde individual e coletiva, forças que se podem modificar, e um espaço em que se pode reparti-las de modo ótimo” (Foucault, 2012, p. 155).

A norma, e conseqüentemente a normalização dos sujeitos, tornou-se a finalidade do poder atuante nas sociedades ocidentais da era moderna: com a ajuda dos rudimentos tecnocientíficos desenvolvidos até então, ela podia ser aplicada tanto ao corpo individual a ser disciplinado (anatômico), quanto ao corpo da população a ser regularizada (biológico). Cabia às instituições disciplinares – através do exame, da confissão e da observação – o papel de hierarquizar, diagnosticar e classificar permanentemente os indivíduos, a fim de homogeneizá-los e de estabelecer fronteiras bem definidas – e frequentemente dicotômicas – entre o que era considerado um comportamento normal e aqueles classificados como anormais ou desviantes. Estes últimos eram os que ficavam à margem ou se desviavam do padrão idealizado e definido como normal.

Em síntese: o objetivo da biopolítica consistia em “organizar a vida no plano coletivo, cultivá-la, protegê-la, garanti-la, multiplicá-la, regulá-la” (Sibilia, 2014a, p. 144) e, assim, “controlar e compensar suas contingências delimitando suas possibilidades biológicas ao encaixá-las num formato pré-estabelecido e definido como normal” (idem). Para isso, as sociedades industriais contaram com o suporte valioso e inovador das ciências humanas e sociais, bem como dos instrumentos de cálculos estatísticos e demográficos, que possibilitaram uma compreensão e um controle sobre as doenças e uma aplicação de leis e regulamentações sanitárias. A intenção era a de prolongar a vida e garantir que os corpos se mantivessem limpos e saudáveis, aptos a participar ativamente das engrenagens serializadas e mecânicas do capitalismo em plena ascensão.

Contudo, as políticas de higienização e de planejamento urbano, até então inéditas, foram vistas com estranhamento pelas populações da época, e tiveram que ser implementadas com certa violência sobre o corpo social. Isso desencadeou as mais variadas resistências nos

diversos cantos do mundo Ocidental, como por exemplo a “revolta da vacina”, ocorrida no Rio de Janeiro, em 1904, cuja repercussão foi descrita deste modo por um jornal da época, o *Gazeta de Notícias*:

Tiros, gritaria, engarrafamento de trânsito, comércio fechado, transporte público assaltado e queimado, lampiões quebrados às pedradas, destruição de fachadas dos edifícios públicos e privados, árvores derrubadas: o povo do Rio de Janeiro se revolta contra o projeto de vacinação obrigatório proposto pelo sanitarista Oswaldo Cruz (*Gazeta de Notícias*, 14 de novembro de 1904).

A medicina, portanto, especialmente a partir dos séculos XVIII e XIX, propôs-se a controlar as aleatoriedades relativas aos fatores orgânicos e biológicos dos seres humanos, combatendo as patologias e impondo seus modelos normalizadores a serviço dos interesses da sociedade industrial (Sibilia, 2014a). Nesta época, a normalidade era considerada a condição humana que abrangia a maioria da população, pois para se considerar saudável bastava ter uma sensação básica de vitalidade e a ausência de sintomas de qualquer doença. A preocupação com a saúde, por outro lado, só surgia e fazia sentido quando alguma enfermidade se manifestasse (Vaz, 2010). Ainda assim, no final do século XIX, as companhias farmacêuticas já se configuravam entre as mais bem sucedidas anunciantes publicitárias, sendo as clientes das agências de propaganda que mais investiam para disseminar os seus produtos (Vaz e Portugal, 2012a). Através de variadas estratégias mercadológicas, elas prometiam revitalizar os corpos, curando as doenças e possibilitando o retorno dos enfermos ao seio da sociedade e do sistema produtivo.

Indo ao encontro dessas estratégias biopolíticas, em 1914, no Brasil, o fazendeiro e escritor Monteiro Lobato se indignava com as secas e com as queimadas que assolavam a sua região. Diante disso, resolveu escrever uma série de textos para o jornal *Folha de São Paulo*, com enorme repercussão nacional, fazendo pesadas críticas àquela situação e reivindicando melhorias. Ao longo dos anos, já consagrado, o polêmico escritor continuava a censurar o descaso das elites brasileiras e das políticas públicas que, em sua visão, privilegiavam restaurar bibliotecas belgas e teatros municipais em vez de reverter as péssimas condições do saneamento básico no país, aumentando gradativamente os índices de doenças como chagas, malária e ancilostomose.⁴⁰

⁴⁰ Disponível em: <<http://www.invivo.fiocruz.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=1035&sid=7>> Acesso em: 25 de junho de 2014.

De fato, como resultado das fortes revoltas e outros conflitos da época, o governo brasileiro foi pressionado a desdobrar campanhas de saneamento básico e a transformar o código sanitário em lei. Mas, ainda assim, Lobato não se sentia satisfeito com essas medidas e quis ir além na tentativa de conscientizar a sociedade e mobilizar a população. Como estratégia, o escritor resolveu mudar os rumos da história do seu já famoso personagem Jeca Tatu, que em sua versão original chegou a ser caracterizado por outro escritor contemporâneo dele, Rui Barbosa, como "símbolo de preguiça e fatalismo, de sonolência e imprevisão, de esterilidade e tristeza, de subserviência e embotamento".⁴¹ Tais traços comportamentais, bem como a sua recusa ao trabalho, que até então eram tidos como características de sua personalidade e não se relacionavam a nenhuma anomalia, começaram a ser associados, propositalmente pelo seu próprio autor, a sintomas de uma doença. A intenção dessa virada era impactar a sociedade e estimular mudanças nas condutas: tanto um maior cuidado de si por parte dos indivíduos como pressões sob o governo para que melhorassem as condições de saúde da população. Como primeiro passo dessa empreitada, Lobato escreveu o seguinte no prefácio à quarta edição de seu livro *Urupês*, de 1918:

Eu ignorava que eras assim, meu caro Jeca, por motivo de doenças tremendas. Está provado que tens no sangue e nas tripas todo um jardim zoológico da pior espécie. É essa bicharia cruel que te faz papudo, feio, molenga, inerte.

Mas, na opinião do próprio ficcionista, só isso não bastava para causar o efeito que ele desejava, uma vez que o alcance da literatura restringia-se, em sua maioria, às elites brasileiras, sem conseguir chegar ao público que mais o interessava: aqueles que eram as principais vítimas das precárias situações socioeconômicas, por um lado, e as crianças em geral, por outro. O autor decidiu, portanto, expandir mais os novos rumos do seu personagem e popularizar aquele diagnóstico por ele atribuído. Assim, a convite do laboratório *Fontoura*, responsável pelo remédio destinado a tratar a ancilostomíase⁴², conhecida popularmente como amarelão, o escritor escreveu uma nova história para o personagem, intitulada *Jeca Tatu: A ressurreição*⁴³, com distribuição nacional e em forma de almanaque publicitário. O texto indicava aqueles traços como sendo os sintomas da doença e, por fim, oferecendo o remédio

⁴¹ Disponível em: <<http://www.invivo.fiocruz.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=1035&sid=7>> Acesso em: 25 de junho de 2014.

⁴² Trata-se de uma doença parasitária infecciosa causada pelos nematodas relacionados à *Ancylostomona duodenale*, que são uma espécie de vermes parasitas.

⁴³ Disponível em: <http://lobato.globo.com/misc_jeca.asp> Acesso em: 25 de junho de 2014.

como forma de cura. No novo conto, o personagem que sempre foi considerado “preguiçoso, bêbado e idiota por todos”, ao ser consultado pelo médico, descobriu que na verdade ele sofria de amarelão, como poderemos ver nos trechos seguintes:

Jeca só queria beber pinga e espichar-se ao sol no terreiro. Ali ficava horas, com o cachorrinho rente; cochilando. A vida que rodasse, o mato que crescesse na roça, a casa que caísse. Jeca não queria saber de nada. Trabalhar não era com ele.

Um dia um doutor portou lá por causa da chuva e espantou-se de tanta miséria. Vendo o caboclo tão amarelo e chucro, resolveu examiná-lo.

- Amigo Jeca, o que você tem é doença.

- Pode ser. Sinto uma cansaça sem fim, e dor de cabeça, e uma pontada aqui no peito que responde na cacunda.

- Isso mesmo. Você sofre de anquilostomíase.

- Anqui... o quê?

- Sofre de amarelão, entende? [...]

Jeca ficou cismando. Não acreditava muito nas palavras da ciência, mas por fim resolveu comprar os remédios, e também um par de botinas ringideiras. Nos primeiros dias foi um horror. Ele andava pisando em ovos. Mas acostumou-se, afinal [...]

Quando o doutor reapareceu, Jeca estava bem melhor, graças ao remédio tomado. O doutor mostrou-lhe com uma lente o que tinha saído das suas tripas.

- Pois é isso, são Jeca, e daqui por diante não duvide mais do que a ciência disser.

- Nunca mais! Daqui por diante nha ciência está dizendo e Jeca está jurando em cima!

Tudo o que o doutor disse aconteceu direitinho! Três meses depois ninguém mais conhecia o Jeca. A ANKILOSTOMINA curou-o do Amarelão. O BIOTÔNICO deixou-o bonito, corado, forte como um touro. A preguiça desapareceu. Quando ele agarrava no machado, as árvores tremiam de pavor. [...]

Jeca, cheio de coragem, botou abaixo um capoeirão para fazer uma roça de três alqueires. E plantou eucaliptos nas terras que não se prestavam para cultura. E consertou todos os buracos da casa. E fez um chiqueiro para os porcos. E um galinheiro para as aves. O homem não parava, vivia a trabalhar com fúria que espantou até o seu vizinho italiano.

- Descanse um pouco, homem! Assim você arrebenta... diziam os passantes.

- Quero ganhar o tempo perdido, respondia ele sem largar do machado.

E Jeca já não plantava rocinhas como antigamente. Só queria saber de roças grandes, cada vez maiores, que fizessem inveja no bairro.

E se alguém lhe perguntava: Mas para que tanta roça, homem?

Ele respondia: É que agora quero ficar rico. Não me contento com trabalhar para viver. Quero cultivar todas as minhas terras, e depois formar aqui uma enorme fazenda. E hei de ser até coronel [...] Quero mostrar a esta paulama quanto vale um homem que tomou remédio de Nha Ciência, que usa botina cantadeira e não bebe nem um só martelinho de cachaça. [...]

Por esse tempo, o doutor passou por lá e ficou admiradíssimo com a transformação de seu doente. Esperara que ele sarasse, mas não contara com tal mudança.

Em pouco tempo os resultados foram maravilhosos. A porcada aumentou de tal modo, que vinha gente de longe admirar aquilo. Jeca adquiriu um caminhão, e em vez de conduzir os porcos ao mercado pelo sistema antigo, levava-os de auto, num instantinho, buzinando pela estrada afora, fon-fon! Fon-fon! ... As estradas eram péssimas; mas ele consertou-as à sua custa. Jeca parecia um doido. Só pensava em melhoramentos, progressos, coisas americanas.

O folheto circulou no Brasil durante décadas e, em 1982, sua tiragem ultrapassou os cem milhões de exemplares⁴⁴, sendo considerada a peça de maior sucesso da história da propaganda brasileira. O texto terminava com a seguinte mensagem:

Meninos: nunca se esqueçam desta história; e, quando crescerem, tratem de imitar o Jeca. Se forem fazendeiros, procurem curar os camaradas. Além de ser para eles um grande benefício, é para você um alto negócio. Você verá o trabalho dessa gente produzir três vezes mais. Um país não vale pelo tamanho, nem pela quantidade de habitantes. Vale pelo trabalho que realiza e pela qualidade da sua gente. Ora, ter mais saúde é a grande qualidade de um povo. Tudo mais vem daí. E o grande remédio que combate o amarelão, esse mal terrível que tantos braços preciosos rouba ao trabalho, é a ANKILOSTOMINA. Assim como o grande conservador da saúde, que produz energia, força e vigor, chama-se BIOTÔNICO FONTOURA.

Ancorada num discurso científico, a campanha acabou contribuindo para produzir um imaginário de que tais comportamentos ora considerados negativos, longe de serem normais ou de constituírem traços inerentes à personalidade de alguém, deviam-se a uma doença que poderia ser facilmente curada. E, mais do que isso, fomentou-se a crença de que, ao serem medicadas, as pessoas passariam por profundas transformações e melhorias em suas vidas, sobretudo em termos produtivos (Vaz e Portugal, 2012a). Cabe supor, portanto, que desde então já há indícios das estratégias persuasivas das indústrias farmacêuticas para recrutar clientes em potencial e ampliar seu mercado: através de estratégias múltiplas, a ideia é fazer com que as pessoas se concebiam como doentes para, posteriormente, oferecer uma cura para aquela doença. No entanto, apesar das aparentes continuidades dessas práticas narradas acima nos dias atuais (que, de fato, são existentes), há também algumas rupturas em seus sentidos, como será percebido mais pra frente. O que cabe adiantar por ora é que, o que este conto destaca é a necessidade de "corrigir" um corpo indisciplinado, considerado não só indesejável, mas sobretudo "anormal". Isso é algo que se percebe, inclusive, no uso de (cidadãos) proletários, camponeses e pobres em geral tanto no decorrer do texto de Monteiro Lobato, quanto nas ilustrações que veremos a seguir. Tais indícios são notórios também no próprio comentário do autor sobre a necessidade de atingir, com este almanaque, principalmente os pobres e as crianças.

Diante do sucesso da campanha do Biotônico em parceria com Lobato, ela foi adaptada e reproduzida em diversos anúncios publicitários do laboratório, veiculados nos jornais de maior circulação no país entre as décadas de 1930 e 40.

⁴⁴ Disponível em: <http://lobato.globo.com/misc_jeca.asp> Acesso em: 25 de junho de 2014.

PREGUIÇA?



- NÃO!

O POBRE JE'CA É UM DOENTE! SE ESTA ANEMICO, ENFEZADO, DESANIMADO, E' PORQUE SOFRE DE AMARELLÃO (ou opilação), TERRIVEL DOENÇA QUE PÓDE SER FACILMENTE CURADA COM A

ANKILOSTOMINA FONTOURA

- Jeca, porque não trabalhas?

Pergunta Monteiro Lobato, o autor de Urupês, a Jéca Tatú

— Não é preguiça "seu" Lobato. É uma dôr na cacunda, palpitação, uma canceira que não acaba nunca!..

— Sim, eu sei, Jéca Tatú amigo. Sofres de AMARELLÃO (ou opilação). Tens no sangue e nas tripas um jardim zoologico da peor especie. É essa bicharia que te faz papudo, feio, molengo e inerte. Só tens um remedio, o verdadeiro especifico do amarellão:

ANKILOSTOMINA FONTOURA

Em 1936, foi veiculado, no jornal *Estadão*, outro anúncio do medicamento cujo título dizia: "Imprestável para o trabalho!". Entretanto, a peça não era mais protagonizada pelo personagem Jeca Tatu, mas pela figura de um proletário qualquer; contudo, os sintomas e comportamentos anteriormente atribuídos ao personagem, continuavam como próprios da doença batizada amarellão, como poderemos ver a seguir:

IMPRESTAVEL para o trabalho!



SEMPRE cansado e sem disposição alguma. O corpo não quer trabalho. Seu rosto, magro e amarello, denuncia um estado doentio. Não tenha duvidas — o Snr. está muito doente. Consulte um medico. Esse brazeiro na bocca do estomago, essa preguiça sem fim e essa pallidez da pelle são indícios de amarellão ou opilação. A molestia é terrivel, mas curavel prontamente com a Ankilostomina Fontoura que é recommendada por todos os medicos.

Comece hoje vida nova!

Inicie, agora, vida nova! Faça na pharmacia mais perto e compre Ankilostomina Fontoura — medicamento acertado para a cura do amarellão ou opilação. Livre-se dos vermes que infestam seus intestinos!



Sempre cansado e sem disposição alguma. O corpo não quer trabalho. Seu rosto, magro e amarello, denuncia um estado doentio. Não tenha dúvidas: O Snr. está muito doente. Consulte um médico. Esse brazeiro na bocca do estômago, essa preguiça sem fim e essa pallidez da pelle, são indícios de amarellão ou opilação. A moléstia é terrível, mas curada prontamente com a Ankilostomia Fontoura, que é recommendada por todos os médicos.

GRATIS! SRS. FONTOURA & C. - S.P. - Rua 11 de Agosto, 11 B - SÉ P U O

Quem remeter este folheto explicativo da como se evita e se cura o amarellão, para o endereço de cima:

Nome _____

Rua _____

Cidade _____ Est. _____

ANKILOSTOMINA FONTOURA

Como ilustra este caso, as intervenções médicas e farmacológicas propostas nessa época tinham como fim a cura de patologias, a retificação de desvios de um modelo de funcionamento desejável, ou visavam a promover estratégias biopolíticas por meio de alterações nos estilos de vida (Rose, 2013). Tudo isso, sempre tendo como objetivo o enquadramento dos sujeitos nas demandas produtivas de seu tempo, adestrando-os nas maquinarias fabris e formatando seus corpos e subjetividades para um trabalho que também não era natural para essas populações nem intrínseco à condição humana (Sibilia, 2014a).

“Tudo o que a medicina era capaz de esperar era deter a anormalidade, restabelecer a norma vital natural e a normatividade do corpo que o mantinha” (Rose, 2013, p. 33). O cidadão, por outro lado, não agia como um receptor passivo das políticas estatais e intervenções sociais; que cabia a ele também – e, sobretudo, às mulheres – a obrigação de cuidar do próprio corpo, garantindo o mesmo cuidado para toda a família e propiciando o bem de todos, incluindo o das gerações futuras de sua linhagem ou da nação.

Aos poucos, portanto, o que tinha sido considerado uma violência e uma imposição, foi se introjetando nas subjetividades modernas, fazendo com que os cidadãos passassem a clamar pela intervenção do Estado em seus corpos, reivindicando políticas públicas que atentassem às suas vidas. Mas, para que isso ocorresse e para que os mecanismos disciplinadores e biopolíticos tivessem sucesso, foi preciso realizar um engenhoso trabalho, através de um arguto e afinado conjunto de práticas, discursos e crenças, estimulando a produção de novas subjetividades compatíveis com aquele projeto de mundo. Um quadro que vigorou, sem que os conflitos e resistências conseguissem abalá-lo, pelo menos até meados do século XX (Sibilia, 2014a).

A partir de 1960, no entanto, com as transformações que se delineavam e começavam a se azeitar na sociedade – marcadas, principalmente, pela emergência do neoliberalismo e pela gradativa proliferação da “ética empresarial” –, o poder deixou de agir como uma forma de “controle-repressão” – como ocorria nos rígidos e meticulosos regimes disciplinares – para dar lugar ao “controle-estimulação”, como caracterizou o próprio Foucault numa entrevista de 1975 (2008b). Assim, com a crescente saturação das teias políticas do mundo moderno, a rede de poder passou a enredar os corpos e as subjetividades de forma muito mais tênue, intensa e sofisticada, contando agora com uma aparelhagem informática e digital, e abarcando toda a tessitura social em suas flexíveis e flutuantes malhas, não deixando praticamente nada de fora.

Agora, novas práticas e saberes se delineiam e ganham cada vez mais legitimidade, contribuindo para a crise dos meios de confinamento e dos Estados nacionais, bem como das antigas maquinarias mecânicas e analógicas. Nessa transição, três pilares tornam-se fundamentais para delinear os horizontes biopolíticos: o mercado, a mídia e a tecnociência.

A vida, neste novo regime de poder, “torna-se, em todas as suas dimensões, matéria de reflexão e decisão pessoais”, como aponta Benilton Bezerra Jr (2010, p. 118), não sendo mais conduzida por roteiros pré-determinados e por técnicas repressivas, verticalizadas e normatizadoras de adestramento corporal. Assim, qualquer autoridade passou a ser questionável, as relações de pertencimento tornaram-se mutáveis e os sujeitos são instados a viver de forma autônoma. Em meio a um futuro incerto e sem garantias, os indivíduos são estimulados constantemente a se munir de condutas preventivas e antecipatórias através de uma “promoção do trabalho de cada um sobre si próprio de uma maneira contínua” (Rabinow, 1999, p. 144), a fim de se construir de maneira eficiente e adaptável às vicissitudes sociais, orgânicas e mercadológicas.

Para isso, variados “kits de perfis-padrão” (Rolnik, 1997, p.19) são ofertados de forma atraente pela mídia, através de uma aliança tácita com o mercado e com a tecnociência, sobretudo com as indústrias farmacêuticas (Sibilia, 2014a). Esses três vetores atuam em conjunto oferecendo produtos e soluções técnicas e comportamentais, bem como aconselhamentos e crenças de todos os tipos, na tentativa de compatibilizar os corpos e as subjetividades contemporâneas aos voláteis sabores mercadológicos e às exigentes demandas performáticas.

Assim, se por um lado os deleites do consumo servem como orientação para os sujeitos que devem lidar com as incertezas contemporâneas, por outro lado, as ciências biológicas também desempenham muito bem este papel. Com o declínio do plano transcendente no que concerne às explicações sobre a vida e sobre o mundo, o discurso científico ganhou uma legitimidade até há pouco inédita, sendo portador de uma verdade bem menos aberta à discussão, como ocorre com os demais preceitos ora em crise. Isso facilitou bastante a sua propagação como fonte de referência, fazendo prevalecer cada vez mais a crença nessas novas verdades produzidas pelas ciências da vida (entre elas, as neurociências), com apoio na intensa divulgação e autenticação midiática desses novos valores. Esses discursos, por sua vez, invadem o cotidiano dos sujeitos contemporâneos, fomentando e difundindo certas promessas no sentido de que a medicina tudo pode explicar e resolver,

penetrando no imaginário social e, conseqüentemente, nas visões de cada um acerca de si mesmo e dos outros.

Trata-se de uma espécie de “autonomia assistida”, nas palavras de Alain Ehrenberg (2010), uma vez que paradoxalmente a essa cultura que tem como valores máximos a liberdade e a autonomia, os sujeitos do século XXI tornam-se cada vez mais desamparados e dependentes de todo tipo de ajuda especializada. As vidas atuais são ancoradas por um intenso processo de autoexame, autorregulação e autoaprimoramento, que, por sua vez, dão espaço para novas formas de controle social e de assujeitamento.

A contrapartida de uma maior autonomia dos indivíduos numa sociedade menos repressora é que a reivindicação de autocriação, a reivindicação de singularidade, tornou-se uma espécie de exigência para todo mundo, e isso faz com que a ideia de normalidade seja vista como sinônimo de algo a ser superado (Bezerra, 2014, p. 14).

Enquanto a sociedade disciplinar tinha como objetivo a produção de bons cidadãos, a sociedade de controle se alicerça na construção de consumidores perfeitos. Assim, a ênfase sai da produção e recai cada vez mais nos serviços e, principalmente, no consumo e no marketing. Os indivíduos, por sua vez, deixam de pertencer a uma massa e tornam-se amostras e perfis – classificados e segmentados em nichos de mercado, mineração de dados, segmentação de público –, com finalidades mercadológicas, específicas e restritas (Deleuze, 1992). Com o progressivo desmantelamento do Estado de bem-estar social e com o alastramento do espírito empresarial em todas as instâncias, a biopolítica se desloca dos tentáculos estatais e das políticas públicas massificantes e passa a ser administrada cada vez mais pelas corporações privadas que, através de novas modalidades tecnocientíficas e biotecnológicas – que atendem a diversos gostos, públicos e bolsos –, desempenham um papel fundamental na edificação e na manutenção vital dos corpos e das subjetividades.

Para além desse viés biopolítico, propaga-se a ideia de que cabe a cada indivíduo o papel não apenas de administrar as doenças, como também de gerenciar, através de um controle contínuo, qualquer espécie de risco à sua saúde, reduzindo as patologias e buscando otimizar de forma constante e ilimitada seus próprios recursos corporais (Bezerra, 2002). Nesse contexto se impõe o conceito de fator de risco, que faz da normalidade algo cada vez mais difícil de ser alcançado, chegando a ser até mesmo inatingível, uma vez que todo sujeito passa a se definir como doente em potencial. Isto é, alguém que precisa adaptar suas práticas restringindo determinados prazeres e, conseqüentemente, admitindo certos sofrimentos, de modo a reduzir suas probabilidades de adoecer (Vaz, 2010). Ou seja, num contexto em que os

sujeitos são instados a se construírem como empreendedores que exploram a si mesmos como fontes de rendimento, constituindo-se como um "capital humano", cabe a eles a responsabilização pela gestão do "cuidado de si" (Foucault, 2008).

Neste compasso, conforme aponta Nikolas Rose (2013), a medicina que antes era limitada a tratar acidentes, enfermidades e doenças, estendeu-se para um tipo de saber que aponta para a detecção e a administração de doenças crônicas, da morte, da reprodução, do risco. E, também, tem como meta o controle e a otimização dos corpos individuais. A manutenção da saúde tornou-se a base da autoadministração de si e da família, por meio de um conjunto de técnicas que vão de dietas e exercícios físicos até o consumo de suplementos alimentares e outros medicamentos. Nesse movimento, os indivíduos deixam de ser meros pacientes, dependentes passivos da manifestação de uma doença e de um diagnóstico médico, para se tornarem consumidores ativos, sedentos por informações e técnicas que possibilitem que eles próprios façam sua autoprevenção, dispondo de um maior controle sobre sua saúde, sua longevidade e suas capacidades físicas ou cognitivas.

Aproveitando-se desse importante nicho de mercado que se formou em anos recentes, bem como da privatização das bipolíticas, as mídias em geral e as emissoras televisivas em particular vêm incorporando em suas grades, com crescente frequência, programas voltados para a saúde. Valendo-se do entretenimento e de tons entusiásticos e estimulantes, tais programas atuam no intuito de nortear a vida dos espectadores nesse sentido, apresentando variados problemas e riscos que atingem a vida humana e, imediatamente, oferecendo soluções para evitá-los ou contorná-los. Tudo isso se efetua através de discursos com tons cientificistas que são endossados e legitimados pelos depoimentos de diversos especialistas. Além disso, oferecem-se recursos interativos e exemplos edificantes de pessoas que se encontravam no estado apresentado como negativo, e que conseguiram superá-lo graças a algumas mudanças em seus hábitos e à consequente melhoria em sua qualidade de vida.

Nessa proposta, na televisão brasileira atual, destacam-se o programa diário intitulado *Bem-estar*, que vai ao ar de segunda a sexta pela TV Globo, os quadros do famoso médico Dr. Drauzio Varella, no *Fantástico*, da mesma emissora, e o reality-show “Até quando você quer viver?”, da GNT. Este último analisa o estilo de vida considerado pouco saudável dos participantes, calculando quanto tempo mais eles podem viver se mantiverem seus hábitos. Assim, propondo uma série de mudanças – sobretudo pautadas numa rigorosa dieta e em exercícios físicos –, o programa acompanha as transformações dos participantes em suas novas

atitudes, recalculando periodicamente suas expectativas de vida. A intenção consiste em demonstrar a importância de determinadas privações e de certos sofrimentos no dia a dia, ilustrando como elas impactam de forma positiva, não apenas na longevidade dos sujeitos, mas principalmente na conquista do conjunto de atributos que se consideram desejáveis e, portanto, são valorizados na cultura globalizada da contemporaneidade.

Por um lado, esses materiais midiáticos provam e reforçam a legitimidade do saber científico e produzem, a partir deles, novas crenças e verdades apoiadas em sua eficácia. Por outro lado, porém, eles incutem no imaginário social o perfil ideal de sujeito que cada um deve almejar para si e que todos deveriam tentar conquistar, sugerindo que o bem-estar, a alta performance produtiva e a felicidade estão disponíveis para todos, embora caiba a cada um correr atrás de sua conquista. Juntamente a isso, as mesmas reportagens costumam reprovar e tratar como desviantes aqueles sujeitos cujas condutas ou aparências não se enquadram nos valores em voga, contribuindo para reforçar tais estigmas na população e os concomitantes descréditos de si nos indivíduos.

Além da variedade de programas de televisão pautados na saúde e no bem-estar, há também um intenso fluxo de matérias jornalísticas disponíveis na internet, que apresentam informações sobre um amplíssimo leque de doenças e oferecem aos leitores ou espectadores uma variedade de medicamentos para fins diversos. Com todas essas facilidades, os sujeitos começam a incorporar os vocabulários científicos na linguagem coloquial, passando a se sentirem aptos a prescrever seus próprios diagnósticos e a aconselhar os demais. Para além disso, ao chegarem nos consultórios médicos, muitos apresentam suas demandas e, conforme o que lhes é dito e prescrito, avaliam e até mesmo desafiam o saber médico a partir das informações de que já dispõem. As clínicas e os profissionais da saúde tornam-se, assim, apenas mais um dos intermediários para o cuidado de si, fornecendo uma segunda opinião acerca dos problemas. Outra de suas funções é a de se converterem em meras fontes para conseguir receitas de medicamentos controlados, que se tornam cada vez mais familiares no cotidiano da sociedade atual – seja para tratar possíveis patologias ou para otimizar o desempenho produtivo em seus diversos aspectos.

Com essa perda do monopólio do olhar médico, a medicina precisa se reinventar constantemente, ampliando suas competências e áreas de atuação, inebriando-se também por uma perspectiva biologicista e sintomatológica que é compatível com as novas tendências de controle e de reprogramação corporal (Sibilia, 2014a). Trata-se agora de uma

“tecnomedicina”, como a qualifica Rose (2013), cuja credibilidade se tornou altamente dependente de sofisticados equipamentos para o diagnóstico e para a manutenção da saúde, carecendo de apresentar aos pacientes evidências e provas pragmáticas e objetivas acerca dos (possíveis) problemas de cada um, baseadas em cálculos, imagens e taxas diversas.

Nos Estados Unidos, por exemplo, de acordo com uma matéria publicada no site da revista *Galileu*, no dia 08 de julho de 2014⁴⁵, os pacientes do grupo Carolinas HealthCare System – que conta com mais de novecentas clínicas localizadas em Carolina do Norte e Carolina do Sul – são rigidamente monitorados através das compras de seus cartões de crédito. As informações assim são obtidas por mineradores de dados, que armazenam e analisam todos os hábitos de consumo de cerca de dois milhões de pacientes e, posteriormente, repassam para o grupo, para que eles possam diagnosticar aqueles que estão sujeitos a riscos, antes mesmo que as doenças se manifestem e a partir de inferências baseadas em seus estilos de vida. Segundo Michal Dulin, executivo chefe dessas clínicas, tais dados são muito mais eficientes e completos daqueles que uma simples consulta ao médico poderia fornecer. A intenção declarada dessa empresa é que, num prazo de dois anos, todos os médicos e enfermeiros tenham acesso a esses bancos de dados, para que possam controlar mais diretamente a saúde de seus pacientes, e que as informações sejam cada vez mais personalizadas. “Por exemplo, se um paciente com asma chega no pronto socorro, é possível acessar a ficha dele e descobrir se ele está comprando os remédios que deve corretamente, se comprou cigarros ou se vive em uma área com muito pólen”. O controle pode ser ainda mais incisivo, regulando o número de acesso a academias, a frequência e o consumo em bares, etc.

É importante destacar que tudo isso não ocorre por imposição de instâncias de vigilância centralizadas, como acontecia nas sociedades disciplinares, mas acontece por livre vontade dos indivíduos – agora inseridos nas novas modalidades biopolíticas –, que dão o seu consentimento para que esse tipo de rastreamento seja feito, juntamente com a permissão de possíveis intervenções médicas em suas vidas cotidianas. Cabe ainda ressaltar – embora pareça óbvio na lógica contemporânea, orquestrada pelo mercado –, que o direito de acesso a esse exame e controle contínuos não tem fins massificantes e totalizantes; e, portanto, ele não se estende a toda população. Trata-se de um serviço privado e restrito, destinado a um público-alvo específico; ou seja, àqueles que tem condições financeiras de pagar por ele e que, nessa

⁴⁵ Disponível em: <<http://revistagalileu.globo.com/Tecnologia/noticia/2014/07/hospitais-americanos-usam-dados-de-cartoes-de-credito-para-prever-quem-vai-ficar-doente.html>> Acesso em 10 de julho de 2014.

condição, o escolhem "livremente". Tudo isso faz (ou pretende fazer) com que as ocorrências do acaso e a imprevisibilidade dos acontecimentos sejam cada vez mais restringidas (Birman, 2010). Em contrapartida, a responsabilização dos sujeitos por suas ações e pelos acontecimentos no mundo são ainda mais incrementadas, visto que o futuro se torna calculável e dependente da ação de cada um sobre si mesmo, através de um constante autoexame e autoaprimoramento.

A biopolítica, portanto, não mais se delimita aos polos de saúde e doença, e nem tem como foco a eliminação de patologias com o intuito de normalizar ou corrigir os cidadãos – como ocorreu no caso da história do personagem Jeca Tatu, por exemplo – e de proteger o destino da nação. Em seu lugar, principalmente a partir do século XXI, ela foi absorvida pelo espírito empresarial e pela lógica do mercado, e destina seus esforços às possibilidades de ampliar, controlar, remodelar e administrar as capacidades vitais dos sujeitos (Rose, 2013; Sibilia, 2014a). Estes são concebidos agora como biocapitais, que devem ser lucrativos e bem cotados nos flutuantes mercados em que atuam. A finalidade consiste em otimizar a vida e adaptá-la ao que cada um “quer” ou precisa ser. Para isso, foram cruciais as intensas transformações no ramo da psiquiatria e das neurociências, bem como a crescente participação das indústrias farmacêuticas nos modos de ser e de viver que se desdobram na contemporaneidade, todas tendências alinhadas com os preceitos da ética empresarial. Cabe lembrar que esta última deu o ritmo para essas demandas e transformações históricas, instaurando-se como o pano de fundo e a inspiração para as novas possibilidades de aprimoramento, gerenciamento e otimização das performances, da autoestima e do bem-estar, bem como de superação constante dos limites – todas premissas importantes deste novo regime de poder.

Até meados do segundo "espírito" do capitalismo, a psiquiatria agia de forma repressiva, visando a excluir os anormais e os desviantes, afastando-os do convívio social para tentar adequá-los à norma em instituições específicas. Já na atual sociedade de controle, com as transformações ocorridas em todos os planos que foram modulando novas torções no capitalismo e na própria psiquiatria, o impulso é o de uma tentativa de inclusão sem precedentes. A prática psiquiátrica deixou de se restringir a tratar um sofrimento e passou a atuar no sentido de promover a saúde e o bem-estar, através de um aprimoramento das capacidades cognitivas, afetivas e sensoriais. Nessa ambição de incluir a todos em seus projetos de intervenção e regulação, o que a psiquiatria deve excluir “é a própria ideia de

precariedade, imprevisibilidade, oscilação, inerente à vida bem vivida, em prol de um duvidoso ideal normativo de performance otimizada”, analisa Benilton Bezerra Jr (2014, p. 23). Por isso, nos tempos atuais, os receptores das intervenções médicas e farmacológicas são consumidores que têm acesso a uma gama de medicamentos e de técnicas de otimização, cujas escolhas são dadas tendo como base “desejos que parecem triviais, narcisísticos ou irracionais, modelados não por necessidade médica, mas pela cultura do mercado e pelo consumo” (Rose, 2013, p. 37).

Até meados do século XX, com as fortes influências da fenomenologia e da psicanálise, os sujeitos modernos costumavam compreender e avaliar a si mesmos norteados pela crença de que suas essências habitavam um profundo e misterioso espaço etéreo localizado em seu interior. Essa profundidade psicológica guardava a fonte dos desejos e a raiz secreta dos problemas e dos sofrimentos. Por isso, cabia a cada um desvendar constantemente essa complexa entidade, por meio do mergulho simbólico nas entranhas de si mesmo, algo que se realizava através de práticas diversas como psicoterapias, introspecção, leituras silenciosas e escrita de si, sempre privilegiando o silêncio e a solidão ou, como máximo, o diálogo intimista. A psiquiatria, nesta fase, era fundada principalmente numa terapia analítica pautada na concepção de que os sofrimentos psíquicos partiam de um conflito, um enigma a ser decifrado que se supunha decorrente da experiência individual e singular de cada sujeito com o meio em que ele vivia. Tratar um sintoma era, sobretudo, compreender, através de suas ações e narrativas, o que levou aquele sofrimento ao indivíduo, tentando elaborar suas complexidades que, em última instância, eram misteriosas por definição.

Com as descobertas científicas e os deslocamentos da psiquiatria – principalmente com a publicação do DMS-III, em 1980⁴⁶ –, novos jogos de saberes, poderes e verdades foram se configurando para permear o imaginário sociocultural, levando a um declínio do sujeito da ação e da narrativa que se pautava em justificativas simbólicas e, em consequência, apagando certa dimensão experiencial do sofrimento. Ao mesmo tempo, tais transformações possibilitaram a proliferação dos diagnósticos, bem como uma enorme ampliação nas possibilidades de intervenção e medicação dos processos vitais. Isso foi possível porque as ciências neurológicas e comportamentais ofereceram outras explicações e associações acerca da forma como conduzimos nossas vidas e como configuramos o que somos, deslocando-nos

⁴⁶ Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais (The Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders), que se transformou na "bíblia da psiquiatria".

de um “eu psicológico” para um “si mesmo neurológico” ou uma “invididualidade somática”, como caracteriza Nikolas Rose (2013).

Em 1953, uma grande descoberta contribuiu para delinear tais transformações e, progressivamente, mudou os rumos do mundo e a forma de lidar com o corpo: a estrutura da molécula de DNA. Com essa conquista, “o enigma da vida começava a ser decifrado: tratava-se de informação, texto codificado e inscrito num suporte biológico” (Sibilia, 2014a, p. 62). Tal perspectiva deu lugar a uma assustadora e impactante constatação: já que a vida é informação, é possível realizar alterações em seus códigos genéticos – por meios tecnológicos e artificiais –, com a finalidade de manipular os fatores indesejáveis e reprogramá-los em busca de alcançar efeitos específicos. “O DNA está conformando um forte dispositivo político, em torno ao qual se reorganiza o biopoder”, ressalta Paula Sibilia em seu livro *O homem pós-orgânico* (2014a, p. 65). Isso porque, graças à possibilidade inédita de reprogramação genética, celular ou cerebral, os impulsos da tecnociência apontam não apenas para a possibilidade de correção dos erros da estrutura humana com vistas a normalizá-la, mas também para a otimização dos desempenhos e o aprimoramento de qualquer falha que comprometa o bem-estar ou a boa performance produtiva.

A compreensão acerca do mundo, de nós mesmos e do outro, a partir daí, passa a se inscrever, cada vez mais, na biologia humana, ou seja, nas moléculas, nos genes, nas células, nos neurônios e nos neurotransmissores que nos compõem. Em outras palavras: o âmago do que somos não parece mais residir na alma ou na misteriosa e singular essência interior onde outrora habitava a essência de cada sujeito, mas sim em partículas físicas como o material genético de cada um, ou seja, em suas moléculas de DNA. Assim, “substitui-se a velha interioridade metafísica ou psicológica – a da alma, a mente ou do psiquismo analógicos que constituíram a âncora da subjetividade nos tempos modernos – por uma cintilante interioridade física, biológica ou tecnológica” (Sibilia, 2011, p. 139). Trata-se, portanto, não mais de uma interioridade psíquica, mas de uma interioridade dos genes, do cérebro e de seus moduladores. Algo que, embora permaneça oculto, torna-se cada vez mais visível, objetivável e digitalizável através das sofisticadas técnicas de visualização e imageamento corporal, que são convertidas em informações codificadas e que tendem a ser, gradativamente, manipuladas.

Com o desenvolvimento da aparelhagem digital neurocientífica, houve um intenso processo de popularização midiática de imagens e informações que associam a atividade

cerebral a quase todos os aspectos da vida, fomentado uma tendência cultural que enfatiza a percepção do cérebro como “detentor das propriedades e autor das ações que definem o que é ser alguém” (Ortega, 2008, p. 249). Os indivíduos passaram a se apropriar dos vocabulários psiquiátricos para se expressarem e conceberem a si mesmos, valendo-se desses termos para classificar certas experiências. Neste sentido, cada vez mais, as explicações acerca do bem-estar ou do mal-estar estão associadas ao funcionamento cerebral. Tornou-se habitual, por exemplo, que os meios de comunicação e os próprios indivíduos ressaltem a importância de praticar exercícios físicos para aliviar o estresse ou a ansiedade, bem como para se tornarem mais produtivos; isso porque, com tais esforços, o cérebro induz a liberação de neurotransmissores como a endorfina, a dopamina e a serotonina, provocando sensações de disposição e felicidade. O mesmo ocorre em relação às explicações acerca da alimentação, do uso de medicamentos e das próprias condutas e variações de humor, que agora costumam ser justificadas como efeitos de alterações na química cerebral, que precisam estar em equilíbrio e em constante manutenção para garantir um cuidado de si eficiente. “Os sujeitos são encarados como meros efeitos colaterais de seus organismos”, enfatizam Vaz e Portugal (2012a, p. 5). A tendência é esvaziar qualquer associação com o simbólico, que era voltado para uma experiência singular e pessoal, dando lugar a explicações de cunho fisicalista e biológico.

Há, portanto, uma “tendência crescente à redução da experiência humana em sua totalidade (pensamento, religiosidade, sentimentos, ética, etc) à materialidade de um corpo cientificamente objetivado, com ênfase no cérebro, nos hormônios e nos genes”, como pontua Maria Cristina Franco Ferraz (2012b, p. 165). Isso faz com que compreendamos as variações do nossos humores, pensamentos, sentimentos e vontades através de explicações neuroquímicas. Indo na direção dessas inclinações, encontramos uma variedade de quadros televisivos e de matérias midiáticas dedicados a explicações científicas acerca dos fenômenos humanos, que vão do envelhecimento⁴⁷ aos afetos, da inteligência ao talento para os esportes⁴⁸, fomentando, mais uma vez, a ideia de que a ciência tudo pode controlar e explicar.

⁴⁷ Ver matéria: “A cura do envelhecimento: Pílulas, células-tronco, dietas e tratamentos para evitar doenças e regenerar órgãos. Conheça as novas armas da ciência para nos manter com aparência jovem para sempre”. Disponível: <<http://revistagalileu.globo.com/Revista/Common/0,,ERT204682-17773,00.htm>> Acesso em: 20 de abril de 2014.

⁴⁸ Ver as matérias: “Neurologistas estudam cérebro de Neymar e descobrem: 'Ele joga em piloto automático'”. Disponível em: <http://espn.uol.com.br/noticia/427837_neurologistas-estudam-cerebro-de-neymar-e-descobrem-ele-joga-em-piloto-automatico>. Acesso em 25 de julho de 2014; “Da leitura do DNA ao ‘doping genético’: Artigo da CH apresenta pesquisa que busca descobrir se existe um ‘perfil genético’ para os grandes atletas. O uso de técnicas avançadas no estudo dos genes pode beneficiar esportistas de alto rendimento”. Disponível em:

Como exemplo, podemos citar a reportagem intitulada “O amor pode ter cura”⁴⁹, veiculada no dia 04 de abril de 2014, na revista *Istoé*. Comparando o sentimento a uma gripe, a matéria revela que já são disponibilizadas no mercado “biotecnologias antiamor”, conforme as nomeiam os neurocientistas ingleses responsáveis por tal façanha. De acordo com Brian Earp, da Universidade de Oxford, coordenador do grupo que estuda o tratamento, “a neurociência está nos apresentando um entendimento novo do amor”. Neste caso, não há espaço para romantismos: as emoções são consideradas respostas fisiológicas desencadeadas pelo cérebro em reação a um estímulo. Segundo explicações científicas, a química do amor é constituída por serotonina (responsável pela regulação do humor) e dopamina (composto químico da alegria). Tanto os apaixonados quanto aqueles que são portadores de Transtorno Obsessivo Compulsivo (TOC) têm baixa quantidade ou pouca disposição de serotonina, o que estimula a obsessão e o desequilíbrio mental. Por outro lado, a dopamina é acionada quando se vive algo que proporciona prazer, podendo portanto causar vício e dependência. Assim, o amor pode ser compreendido como algo que vicia, à medida que o parceiro é interpretado como uma fonte de prazer. “Portanto, se pensarmos que ele é algo que emerge da química cerebral, começa a fazer sentido falar em cura”, ressalta o cientista.

O que se observa, nesse tipo de discursos, é a presença de certo “mito cientificista” bastante recorrente em publicidades e reportagens dos meios de comunicação contemporâneos (Bezerra, 2002; Sibilía, 2012). Explicações de cunho técnico são utilizadas na apresentação de um produto ou serviço recém-descoberto, que promete desvendar e explicar os mistérios da natureza orgânica corporal, além de solucionar algum tipo de conflito demasiadamente humano, mantendo sob controle seus possíveis efeitos nocivos. Assim, o mito cientificista é alimentado por múltiplas crenças e valores que se apoiam na legitimidade do saber científico, visando a produzir saberes com efeito de verdade que atendam a interesses específicos do capitalismo e, sobretudo, das indústrias farmacêuticas. Característico do atual regime de poder, tal mito se ancora em certa racionalidade instrumental que é própria da ética empresarial, expandindo a lógica do cálculo, da técnica e das soluções farmacológicas para todos os âmbitos, apresentando-se como única fonte de verdade e solução para os mais diversos tipos de problemas. Há, portanto, uma valorização das pesquisas científicas – e das

<<http://cienciahoje.uol.com.br/revista-ch/2014/316/da-leitura-do-dna-ao-doping-genetico/view>> Acesso em: 13 de julho de 2014.

⁴⁹ Disponível em: <http://www.istoe.com.br/reportagens/356120_O+AMOR+PODE+TER+CURA> Acesso em: 15 de junho de 2014.

reportagens midiáticas que as divulgam – que privilegiam determinados modelos de conduta e de pensamento. Isso se produz em detrimento de outras fontes de sentido, que são desqualificadas, ignoradas ou silenciadas por não se adequarem ao projeto de mundo em voga e aos corpos e às subjetividades que hoje são estimulados. Nesse sentido, Paula Sibilia ressalta que,

em meio a uma expansão da lógica instrumental e à universalização da linguagem empresarial que preconiza a gestão de todos os riscos em nome da otimização dos benefícios – sempre medidos em termos econômicos e portanto quantificáveis – acreditamos que deveria ser possível prever, calcular e controlar, inclusive evitar, certos eventos outrora considerados incontroláveis. [...] Em suma: consideramos que qualquer tipo de mal-estar ou incômodo poderia (e deveria) ser tecnicamente evitado ou corrigido. (Sibilia, 2012, p. 179)

Sofrimentos, aflições, inquietações e comportamentos que, até meados do segundo "espírito" do capitalismo, eram vistos como condição natural da vida humana ou como características pessoais inerentes a determinado indivíduo, nas últimas décadas têm se reduzido a explicações de cunho biológico e estão se transformando gradativamente em patologias, transtornos, desvios e deficiências que precisam ser tratados, corrigidos e modelados tecnicamente, por meio de uma sorte de substâncias farmacológicas e outros aparatos biotecnológicos. Em suma, há um “processo de domesticação, neutralização e colonização do estranho” (Franco Ferraz, 2012a, p. 73), sendo rotulado como patológico qualquer comportamento que seja considerado falho ou desviante das exigências do sistema de produção atual. Isso torna as doenças mentais não mais uma exceção, mas uma propensão à qual toda a população pode estar submetida e que, por isso, deve ser medicalizada.

Além disso, graças à possibilidade de reprogramação corporal e otimização do desempenho, acredita-se que deve ser domado e eliminado qualquer comportamento e sentimento que seja incondizente (ou insuficiente) com os atuais roteiros de subjetivação prescritos e desejados na era atual. Portanto, se por um lado, a incitação ao aumento da performance pode resultar numa busca incessante pela extensão dos próprios limites, por outro, costuma derivar numa patologização dos esforços malsucedidos. Para ambas as situações, como veremos a seguir, a solução disponível é a mesma: o recurso à medicalização.

3.1.1 A remediação dos malestares: os medicamentos de venda livre

Em busca de valorizar seu biocapital e de corresponder às demandas por uma alta performance produtiva, os indivíduos contemporâneos vêm lançando mão de remédios que ajudam a tonificar capacidades e que permitem revigorar a disposição para a expansão constante de seus próprios limites. A medicalização se apresenta, assim, de forma naturalizada no cotidiano dos sujeitos contemporâneos, que tentam otimizar seus desempenhos para se enquadrarem nos ideais de bem-estar, felicidade, sucesso, beleza e produtividade que estão permeando o imaginário social. Tendo em vista essa situação, num primeiro momento, atentaremos aqui para o uso dos ideais de desempenho e superação de si na promoção de medicamentos de venda livre: aqueles disponíveis ao público sem a necessidade de apresentar uma receita médica e que, portanto, são liberados para serem promovidos por meio de comerciais e anúncios veiculados na mídia de massa.

No início do século XXI, os remédios para tratar incômodos corriqueiros como dor de cabeça, gripe e dores corporais – como *Neosaldina*, *Coristina D* e o próprio *Dorflex* antes mencionado – se inserem na lógica empresarial contemporânea e têm sido anunciados também como algo que levará ao “fim dos problemas e desconfortos”. No comercial intitulado “Balões”, de *Neosaldina*,⁵⁰ por exemplo, veiculado na televisão brasileira em 2011, uma mulher anda em direção a uma estátua gigante de sua própria cabeça. No caminho, ela diz ter acordado com dor de cabeça, mas “tomou uma Neusa”. Então ela insere a cartela do medicamento como uma chave que abre a parte superior da cabeça-estátua, liberando “balões amarrados a problemas”. Em seguida, a voz em *off* diz: “Eu descobri então o que estava me incomodando: taxa para pagar, meta para bater, chefe para cobrar, conta para fazer, o prazo, o atraso, o aumento, a data de vencimento”. Os balões liberados vão subindo ao céu, levando consigo contas, chefe, tensões e pressões... Assim, livre de tais empecilhos, o consumidor devidamente medicado pode persistir em sua busca por altos desempenhos profissionais e pessoais.

A tensão cotidiana – e a necessidade de ultrapassá-la – também é usada como argumento na série de comerciais intitulada “Robô”, de *Dorflex*.⁵¹ Em um deles vemos uma mulher lendo um livro no sofá de sua casa, enquanto ao fundo um barulhento grupo de jovens assiste a uma partida de futebol. A voz em *off* diz: “Eu não tenho dor de cabeça tensional com

⁵⁰Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=aKT2F6WRBCA>. Acesso em 15/06/2012.

⁵¹Disponível em <http://www.youtube.com/watch?feature=endscreen&v=X8mWz2xvtno&NR=1>. Acesso em 15 de junho de 2012.

barulho”. A cena muda e vemos a mesma mulher numa mesa de escritório, recebendo de seu chefe, aos gritos, uma pilha de papéis; algo que é facilmente interpretado como “mais trabalho”. A voz continua: “Eu não tenho dor de cabeça tensional com o trabalho”. Em seguida, a personagem tenta pegar um ônibus, mas não o alcança e a voz diz: “E nem com a correria do dia-a-dia”, e conclui: “Mas eu sou um robô. Para você que é humano, existe Dorflex P. Dorflex P tem fórmula exclusiva que age direto na dor de cabeça tensional”.

Apresentada como uma nova subcategoria da já tradicional dor de cabeça, aquela denominada “tensional” supostamente seria causada pela tensão e pelo estresse do dia a dia. Impossibilitado de ser um robô ou mesmo de fugir de tal irremediável tensão, o sujeito contemporâneo tem, em comprimidos como *Dorflex P*, uma funcionalidade (farmacológica) à disposição de sua estrutura (biológica). Assim, o consumidor adquire a capacidade de tolerar mais tensões e pressões, tornando-se mais “resiliente”. Embora o discurso publicitário enfatize o teor humano de seus consumidores, ao ressaltar que eles não são robôs, não seria exagerado dizer que o consumo de tal medicamento, entendido como *funcionalidade*, aproxima o humano de um novo tipo de máquina, operando como uma prótese bioquímica capaz de transformá-lo numa espécie de “ciborgue” (Haraway, 1991).

Finalmente, *Coristina D* é um medicamento usado para o combate e tratamento de gripes. No comercial do produto, veiculado na televisão brasileira em 2012, a atriz Cléo Pires diz em tom firme: “Essa nação que trabalha, que estuda e que batalha é a nação Coristina D”.⁵² Andando na rua ao lado de jovens com boa aparência e vestindo roupas de trabalho, ela continua dizendo o seguinte: “Como a Sílvia, que não pode parar por causa de uma gripe”. O comercial segue com outros exemplos de moças ou rapazes que seriam beneficiados em seus desempenhos laborais pela disposição corporal conferida pelo medicamento. E a peça se encerra com aquele que se tornou o atual *slogan* do produto: “Nação Coristina D: faz acontecer”. É evidente uma incitação para que o interlocutor faça parte dessa “nação” que, através de um trabalho incansável, é bonita, bem-sucedida, bem disposta e *faz acontecer*.

As substâncias químicas são oferecidas, através dos meios de comunicação e de um intenso trabalho de marketing, como uma possibilidade de resolução rápida e eficaz para aliviar um conjunto de dissabores recorrentes – em sua maioria associados aos imperativos do trabalho, da *performance* e do mundo do consumo. Apresentados como elementos “naturalizados” no dia a dia dos sujeitos contemporâneos, a funcionalidade oferecida pelos

⁵²Disponível em <<http://www.youtube.com/watch?v=KXDAALyZujo>>. Acesso em 15 de junho de 2012.

medicamentos promete remediar – embora sem solucionar definitivamente – os problemas gerados por um estilo de vida voltado para a alta *performance* produtiva e por uma medicalização sem precedentes. Questionamentos acerca dos motivos ou mesmo da necessidade de que tais tensões e estresses tenham se tornado tão angustiantes, também nestes casos permanecem fora de qualquer abordagem desse tipo. Explicações mercadológicas subjazem nesta evidência: enquanto for possível vender indefinidamente a remediação dos problemas, não convém às indústrias farmacêuticas estimular qualquer tipo de reflexão em busca de soluções que seriam tão menos lucrativas quanto mais definitivas fossem.

Neste sentido, cabe recorrermos aos outros variados discursos midiáticos que, aliados com o mercado e com a tecnociência – sobretudo as empresas de medicamentos –, penetram no imaginário social e contribuem para produzir mudanças nas subjetividades. Os materiais divulgados na mídia que serão analisados a seguir, apresentam possibilidades técnicas ainda mais sofisticadas, com promessas de eliminar – mesmo que provisoriamente – qualquer tipo de mal-estar, estimulando um modo de vida pautado na alta performance e na medicalização.

3.1.2 O adestramento cerebral: técnicas de otimização da performance

Quem nunca quis se livrar de uma lembrança dolorosa ou de um momento de grande trauma, tal como ocorre no filme *Brilho eterno de uma mente sem lembranças* (2004)? Ou então, quem nunca desejou alterar fatos indesejados, nem que seja tornando-os menos sofridos em suas memórias? Segundo a reportagem “A pílula do esquecimento”, veiculada na revista *Superinteressante* em outubro de 2012, tal possibilidade não estaria longe de ser viabilizada. Segundo descobertas do neurocientista egípcio-americano Karim Nader, “as nossas memórias são apenas relações de afinidade entre os neurônios” e “para que essa ‘amizade’ entre grupos de neurônios” se forme e produza informações, o cérebro precisa sintetizar determinadas proteínas. Portanto, ao bloquear essas ações de forma balanceada, lembranças específicas são apagadas e esquecidas permanentemente. Indo além, o neurologista Todd Sacktor, da Universidade de Columbia, propõe um método ainda mais sutil e ambicioso: a proposta é a de não apagar a lembrança, mas sim as emoções dela decorrentes. “Isso permitiria que uma pessoa pudesse se libertar do sofrimento associado a uma memória,

sem necessariamente esquecer que aquilo aconteceu”. A reportagem revela como seria possível consegui-lo:

Você iria a um consultório médico e, sob a supervisão de um terapeuta, lembraria um fato desagradável. Ao mesmo tempo, receberia a injeção de uma droga inibidora de proteínas. E, como que por mágica, aquela memória que sempre incomodou tanto deixaria de ser um trauma (idem).

A mesma matéria relata outra possibilidade também recentemente desvendada nessa área. Segundo descobertas dos cientistas da universidade McGill e da faculdade de medicina de Harvard, “o Propranolol, remédio usado para tratar pressão alta, tem um efeito colateral estranho: é capaz de alterar memórias armazenadas no cérebro”. Após ser constatada essa função imprevista, não restou muito para que a droga tivesse a sua função estendida e começasse a ser testada com o objetivo de “anestesiá-la” os incômodos psicológicos. Cabe ressaltar que esse tipo de pesquisa tecnocientífica, que visa agir no tecido neural dos indivíduos “em busca de alterar a sua carga informativa” (Sibilia, 2011), é condizente com uma cultura na qual as noções de conflito interior e de sofrimento são cada vez mais suprimidas em favor de um imperativo de gozo e de bem-estar ilimitado. Portanto, se as promessas de “faxina neuroquímica” e de “reprogramação genética” estão bem assentadas na sociedade atual – balizadas pelas articulações biopolíticas e biotecnológicas – e despertam tamanho interesse da tecnociência, do mercado e dos *media*, é porque infletem uma emergência historicamente construída, sendo ela compatível com os valores e com as crenças vigentes e, conseqüentemente, com os novos roteiros de subjetivação que estão sendo promovidos.

Entretanto, se por um lado a intenção é apagar ou alterar as lembranças indesejáveis, por outro, a proposta é ter uma recordação total de tudo já visto e vivido. Pelo menos é o que sugere o filme *Limitless* (Sem Limites, 2011), dirigido por Neil Burger, que chegou a ser líder de bilheteria nos cinemas dos Estados Unidos e vice-líder no Brasil⁵³. Na obra cinematográfica, o protagonista é um jovem escritor estadunidense cuja vida é marcada pelo fracasso em todas as instâncias. O personagem tem poucas habilidades sociais e uma aparência desleixada, e ainda sofre um bloqueio criativo que o impede de dar início à produção de seu primeiro livro. Esse conjunto de atributos socialmente desprezíveis tornaram-se intoleráveis também para sua namorada, que resolveu dar um fim ao relacionamento dos

⁵³ Disponível em: <<http://www.cinemarcado.com.br/2011/03/20/sem-limites-lidera-bilheteria-do-final-de-semana-nos-eua/>> Acesso em 20 de junho de 2014.

dois por julgá-lo uma pessoa desqualificada para se compartilhar uma vida de casal, já que ele não parecia oferecer nenhuma garantia de um bom futuro e nem apresentava perspectivas de mudanças. Assim, desesperado com os rumos de sua vida e impotente diante da imperdoável situação cognitiva de que se sentia vítima, porque o deixava diariamente sob pressão e ameaças da editora; de repente o protagonista viu sua vida dar uma reviravolta. Isso acontece como “num passe de mágica”, ao se encontrar casualmente com o seu ex-cunhado, que lhe forneceu uma droga revolucionária na promessa de que esse produto químico lhe proporcionaria 100% de aproveitamento da sua capacidade cerebral.

“Eu era cego, agora eu enxergo”, são as primeiras palavras pronunciadas pelo escritor ao sentir os efeitos iniciais da substância. A partir daquele momento, sua vida pareceu finalmente ganhar sentido e, assim, um novo mundo se abriu ao seu redor. Poucas horas foram suficientes para que ele conseguisse escrever seu livro e para que o fizesse com excelência, angariando elogios dos leitores e sucesso de vendas. Sob efeito da droga, o personagem se tornou alguém *sem limites*, tal como sugere o título do filme, e passou a se lembrar de tudo o que já viu, leu e viveu, como se tais saberes e práticas sempre tivessem constituído a sua vida. De repente, ele se descobriu falando novos idiomas, fazendo complexos cálculos matemáticos e até aplicando avançados golpes de lutas marciais, tudo isso somente por ter contemplado aquelas práticas alguma vez ao longo de sua vida. Com todos esses talentos, ele se transformou numa pessoa fascinante, admirável e autoconfiante. Mas, ao mesmo tempo, tornou-se altamente dependente do medicamento, uma vez que suas habilidades só se “revelavam” quando estava sob efeito da substância química.

Num breve período, ainda sob o consumo do psicoestimulante, o personagem se converteu num *guru* da bolsa de valores e ganhou forte destaque profissional. Bem-sucedido nos negócios, teve sua namorada de volta, conquistou amigos, visibilidade, boa aparência, dinheiro, bens de consumo e credibilidade. No entanto, por ser uma droga desconhecida da maioria da população e ainda não aprovada para o consumo, uma série de efeitos colaterais não previstos foram surgindo quando o personagem não estava medicalizado, dando ação à trama que se desenvolve em seguida. No entanto, no filme, tudo isso acontece sem grandes problematizações éticas e morais, acarretando um final instigante, em que o personagem mantém todo o seu sucesso e bem-estar, por conta de duas possíveis interpretações. A primeira seria a de que ele reverteu as consequências nocivas da pílula e continuou a consumi-la, aproveitando-se de todos os seus benefícios; a segunda, pressupõe que os efeitos do

fármaco alteraram a estrutura bioquímica do personagem e incorporou-se nele, transformando-o naquela subjetividade altamente performática e bem sucedida, sem mais depender do medicamento para isso. Nos dois casos, portanto, a ideia é a de que, mesmo com todos os problemas que aconteceram no decorrer da narrativa fílmica por conta do fármaco, seu uso continuou a ser estimulado, uma vez que seus grandes benefícios superaram os riscos; com perseverança e insistência no consumo, os efeitos negativos podem chegar a ser driblados ou mesmo anulados.

O que ainda é válido ressaltar, nesse filme, é que as habilidades adquiridas pelo protagonista não eram necessariamente decorrentes de uma inteligência conquistada com o medicamento, mas sim de uma memória própria que estava soterrada e foi plenamente resgatada pelo produto químico. Embora tal aproveitamento cerebral seja algo altamente demandado numa sociedade transpassada por fluxos intensos de informações e por uma constante busca pela alta performance – pressões que, por sua vez, podem acabar gerando certos bloqueios cognitivos e esquecimentos (Franco Ferraz, 2010) – sua proposta termina apresentando certo paradoxo com relação a alguns impulsos das neurociências contemporâneas, quando relacionados à experiência humana. Isso porque, como visto no exemplo anterior, a memória também propulsiona grandes incômodos na contemporaneidade, pois, dentre vários outros fatores, traz à tona os dissabores da vida e as lembranças traumáticas que se preferiria sufocar. Entretanto, no imaginário do filme, essas problematizações são completamente ignoradas e o total resgate mental tem uma reverberação inteiramente positiva.

Assim, as questões de ordem psicológica – ou seja, os conflitos e os outros afetos que o personagem vivenciou desde o seu nascimento – parecem não tê-lo insuflado, como se tais experiências nunca tivessem existido ou, então, como se elas não se configurassem de modo relevante para a sua subjetividade e para a sua atuação no mundo no presente. Por isso, elas podem ser automaticamente filtradas ou ignoradas pelo personagem. Outra possível explicação – que corrobora com os tais impulsos da tecnociência contemporânea citados anteriormente – é que, embora o remédio tenha oferecido pleno aproveitamento cerebral, as funções do fármaco também se encarregaram de anestesiarem todas as emoções negativas que essas memórias trouxeram, deixando apenas sua utilidade prática.

Nesse último sentido, a obra cinematográfica se mostra ainda mais sintomática da cultura atual, bem como de suas influências na produção de um *eu* biológico e somático

altamente produtivo, uma vez que todas as lembranças revividas e resgatadas pelo protagonista se inscrevem na ordem da alta performance em todas as instâncias, sendo nenhuma delas relacionadas a um viés psicológico, afetivo ou traumático. Afinal, o filme sugere que tudo o que o personagem “acumulou” durante a sua existência é formado por conhecimentos e experiências de ordem pragmática, que pareciam totalmente inerentes à sua vida, exteriores às suas vivências mais profundas. As únicas experiências aproveitáveis, portanto, são aqueles que lhe permitem otimizar o seu desempenho e, assim, obter sucesso, prestígio e alta capacidade cognitiva. Em momento algum o personagem se valeu daquele acesso privilegiado à mente humana para fazer uma análise de si ou para ter uma melhor compreensão acerca dos “mistérios de sua alma”, a fim de encontrar possíveis explicações para seus problemas e malestares e, assim, tentar convertê-los em melhorias para a sua vida de um modo geral. Essa ação, provavelmente, seria muito possível, e até mesmo prioritária, no regime de saber e poder como o moderno dos séculos XIX e boa parte do XX, em que as subjetividades se ancoravam numa interioridade psicológica sem base biológica claramente identificável.

Todo esse imaginário presente no filme acima comentado, no entanto, não se restringe apenas ao cinema. O uso de substâncias com a finalidade de aumentar a capacidade cerebral e produtiva vem alimentando há tempos a ambição de muita gente e permeando suas vidas cotidianas. Alain Ehrenberg (2010), em seu livro *O culto da performance*, atenta para alguns deslocamentos ocorridos no uso de drogas na sociedade ao longo das décadas. Nos anos 1960, época de crise do segundo “espírito” do capitalismo, drogas como os alucinógenos e as anfetaminas eram usadas, muitas vezes, como mecanismos políticos de resistência na contracultura e como ferramentas para a construção de um si-mesmo rebelde. Em prol de uma luta contra as sociedades burocráticas, sobretudo contra a massificação e a padronização dos indivíduos pelo consumo, essas substâncias serviam como meio de fuga da realidade, de exploração da consciência e de busca ilimitada por prazer, por autoconhecimento e por liberdade. Anos depois, porém, já impregnadas pelo novo espírito do capitalismo, drogas como o *ecstasy* ganharam propriedades psicoestimulantes, tornando-se aliadas dos profissionais das empresas tanto para a produção como para o contato com o outro. “Os alucinógenos, que antes serviam para a luta contra a sociedade, são hoje meios de uma gestão das relações interpessoais” (2010, p. 149), ressalta o autor.

Na década de 1980, em busca de alcançarem maiores níveis de potencialização das funções cognitivas e participação no mundo corporativo, os *yuppies*⁵⁴, não sem dor e consequências, descobriram substâncias como a *cocaína*. Associada à ambição e ao dinamismo, essa droga passou a ser consumida frequentemente pelos jovens executivos que se viam angustiados e pressionados pelo clima de intensa competição nos negócios. Seu uso se dava com a finalidade de fazê-los obter a sensação de aumento da capacidade intelectual, energia, disposição e autoestima. Assim, eles conseguiam dar seguimento a suas carreiras, suportar a pressão no trabalho e melhorar seus desempenhos, visando sempre a conquistar boas colocações, destaque e lucro naquele contexto de um capitalismo em plenitude⁵⁵. O consumo dessa droga também se tornou, então, um importante demarcador social e símbolo de sucesso, uma vez que, em decorrência de seu alto custo, só as elites possuíam condições financeiras de consumi-la, o que garantia seu status, sua desejobilidade e sua diferenciação perante os demais.

Tal quadro, no entanto, não parece muito distante nos dias atuais, ao passo que outros tipos de drogas aparecem e são rapidamente apropriadas por esses outros atores sociais, que lutam contra a sua invisibilidade e sua ameaça de inexistência. Referimo-nos agora não mais às drogas ilícitas, como a cocaína, mas sim às que são produto das mais pujantes biotecnologias: substâncias manipuladas cientificamente e prescritas por médicos especializados a fim de tratar um arsenal de doenças próprias do mundo contemporâneo. Tais drogas têm amplo alcance e boa aceitação, à medida que rompem com o imaginário de desvio, marginalidade e insegurança presentes na percepção social acerca das drogas ilícitas (Ehrenberg, 2010). E, nesse movimento, elas aparecem como uma solução de consumo para os indivíduos que querem se inserir socialmente, mas sentem-se cada vez mais endividados e inadequados aos níveis de excelência atuais. Dentre os fármacos desse tipo mais consumidos nos dias de hoje, destacam-se o metilfenidato – mais conhecido com seus nomes comerciais como *Ritalina* ou *Concerta*, e indicado para tratamento de distúrbios psíquicos como o

⁵⁴ *Young urban professionals* – Termo cunhado nos anos 1980 para representar os jovens profissionais bem sucedidos e integrados ao sistema de produção capitalista. Movimento ideologicamente oposto ao hippie, os *yuppies* eram ambiciosos jovens executivos da elite americana, individualistas, viviam em função do trabalho, da busca por status e dos prazeres proporcionados pelo consumo.

⁵⁵ Contexto de inflação, especulação financeira e de precariedade das economias industriais; consequentemente, precariedade dos empregos e grande índice de desempregos, principalmente para os jovens. Os *yuppies* se destacaram por sua notoriedade, ambição, sucesso profissional e participação no mundo através do consumo, fato raro e escasso naquela dada situação.

transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDA-H); o ansiolítico *Rivotril*, prescrito para controlar as crises de ansiedade; e o *Modafinil*, cujo fim era tratar a narcolepsia mas costuma ser usado para evitar o sono.

Na busca por felicidade, autossuperação e alta performance que hoje tanto se estimula, tais substâncias têm sido apropriadas por indivíduos saudáveis com o objetivo de alcançar o novo modelo de “sujeito ideal”. Embora se conceba como um *super-homem* em suas exigências, esse indivíduo, contudo, ainda está preso à sua condição humana. Em outras palavras, ainda é orgânico e falível em suas limitações: demasiadamente humano. Assim, o uso dessas substâncias seria uma tentativa de extensão dos próprios limites corporais, visando à inserção e ao atendimento das expectativas do espírito empresarial, incluindo aí às conexões e as novas dinâmicas que movimentam a sociedade ocidental. Nas palavras de Alain Ehrenberg:

O indivíduo sob perfusão é um aspecto da empresarização da vida. A obsessão de ganhar, de vencer, de ser alguém, e o consumo em massa de medicamentos psicotrópicos estão estreitamente ligados, pois uma nova cultura da conquista é, necessariamente, uma cultura da ansiedade, que é a face de sombra dela (Ehrenberg, 2010, p. 139).

A promessa de solução técnica — considerada rápida e eficaz — dos diversos problemas que afetam os corpos e as mentes dos sujeitos contemporâneos, tende a delatar as suas fragilidades orgânicas. Mesmo assim, essa atitude costuma levar a descartar outras formas de lidar com os problemas existenciais, contribuindo ainda mais para diminuir a capacidade de elaboração das próprias experiências e conduzindo também a uma certa erosão da esfera afetiva. Em vez dos malestares suscitarem reflexões sobre a vida, sobre os acontecimentos e sobre o mundo, a proposta é que eles sejam ignorados, de modo irrefletido, e adaptados quimicamente às pressões produtivas e aos imperativos de bem-estar. Tudo isso dá espaço a uma espécie de “alexitimia generalizada” (Seligmann-Silva, 2004), ou seja, a uma acentuada dificuldade de verbalizar as emoções e distinguir os sentimentos.

Sob uma lógica em que as metas de excelência devem ser alcançadas e constantemente estimuladas tanto dentro das empresas como em todo o espaço social, o sofrimento torna-se inadmissível, sendo um sinal de imperfeição mental ou de um desvio encarado com desconfiança pelos outros, uma vez que sua manifestação estaria perturbando um ambiente que deveria ser sempre feliz, produtivo e eficiente. Propagam-se fortemente, portanto, “os velhos preconceitos contra a ‘inconveniência’ dos sentimentos e das expressões emocionais,

que seriam ‘perturbadores’ da racionalidade em que deve funcionar o sistema”, como pontua a médica Edith Seligmann-Silva na coletânea *Cenários do trabalho* (2004, p. 54). Assim, dá-se luz ao que ela denomina “síndrome da insensibilidade”. Em contrapartida, numa cultura do contentamento, o entusiasmo pelo trabalho permanece no leque dos “sentimentos desejáveis”; aqueles que, em vez de bloqueados, devem ser cada vez mais estimulados, inclusive em detrimento de todos os outros.

Na reportagem “Você consegue viver sem drogas legais?”, veiculada no dia 05 de dezembro de 2011 no site da *Época*⁵⁶, o entrevistado Pedro⁵⁷ relata que, após ter sua vida devastada e paralisada devido à perda de um ente querido, começou a fazer uso de medicamentos para ter condições de se restabelecer emocionalmente e recuperar a capacidade de retornar ao trabalho o mais rapidamente possível sem “fracassar”. Sobre tal experiência, ele relata:

Eu só consigo fazer tudo o que faço porque tenho essa espécie de anabolizante. Sou um bombado psíquico. Vivo muitas experiências todo dia e não tenho nenhum tempo para elaborar essas experiências, como não tive tempo para elaborar o meu luto. É uma vida vertiginosa, mas é uma vida não sentida. Às vezes tenho experiências maravilhosas, mas, na semana seguinte, ou na mesma semana, já não me lembro delas, porque outras experiências se sobrepuseram àquela. E sei que só durmo porque engulo pílulas, só acordo porque engulo pílulas. Só suporto esse ritmo porque engulo pílulas. Até pouco tempo atrás eu achava que tudo bem, então eu ficaria tomando pílulas pelo resto da vida. Em vez de mudar meu cotidiano para que ele se tornasse possível, eu passei a esticar meus limites porque sabia que podia contar com os medicamentos e, se voltasse a cair, me iludia que bastaria aumentar a dose (idem).

No vasto *corpus* midiático analisado nesta dissertação, nota-se uma impressionante profusão de capas de revistas e matérias jornalísticas com imperativos como “turbine seu cérebro”⁵⁸ e “turbine sua memória”⁵⁹, ou termos como “drogas da inteligência”, “a pílula da

⁵⁶ Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Sociedade/noticia/2011/12/voce-consegue-viver-sem-drogas-legais.html>> Acesso em: 20 de maio de 2013.

⁵⁷ Nome fictício.

⁵⁸ Destaque para a matéria “Como turbinar seu cérebro”, da revista *Super Interessante*, edição de setembro de 2008. Disponível em: <<http://super.abril.com.br/saude/como-turbinar-seu-cerebro-447714.shtml>> Acesso em: 14 de julho de 2011.

⁵⁹ Destaque para a edição da revista *Galileu* de julho de 2011, com a capa “Turbine sua memória”. Disponível em: <<http://revistagalileu.globo.com/Revista/Common/0,,EMI252242-17773,00-MEMORIA+TURBINADA+TRECHO.html>> Acesso em 14 de julho de 2011.

inteligência”⁶⁰ “o viagra do cérebro”⁶¹ Essas chamadas, que já se tornaram clichês, não deixam de ser eficazes para despertar o interesse público e evocar adeptos à participação nos novos coeficientes de produtividade. Em sua edição de 23 de abril de 2008, por exemplo, a revista *Istoé* publicou uma matéria intitulada “A pílula dos cientistas: Por que os pesquisadores fazem uso de medicamento para hiperatividade na hora do trabalho”.⁶² Ao retratar a necessidade de produtividade dos desbravadores dos “mistérios da natureza e dos corpos humanos” em suas intensas jornadas de trabalho em laboratórios, centros de pesquisas e hospitais, a reportagem destaca os benefícios do uso da *Ritalina* como forma de autossuperação das forças vitais, pois “até para os gênios vale o ditado ‘ninguém é de ferro’”.

Em suma, não parece haver competência – ainda humana – que naturalmente alcance os patamares de eficácia exigidos aos corpos contemporâneos e que seja capaz de corresponder com sucesso às múltiplas demandas mercadológicas. Por isso, internalizando uma “anormalidade” ou uma “insuficiência” (Ehrenberg, 2010) historicamente produzidas, o indivíduo em busca dos padrões socialmente demandados – sucesso, felicidade, riqueza, beleza – costuma ter nos medicamentos o seu grande suporte. Sobre os efeitos colaterais, a última matéria citada aponta apenas a insônia como um possível risco, o que também não parece ser um problema para esses profissionais, já que “como gênio é gênio, até esse tempo noturno de vigília é empregado em estudos”. Como diria Foucault, trata-se de um “processo perpétuo de preenchimento estratégico” do dispositivo de alta *performance* (2008b).

As horas de sono, inclusive, parecem estar com os dias contados, visto que a vida tanto social como pessoal está cada vez mais configurada para acompanhar os fluxos contínuos do mercado e das redes de informação (Crary, 2013; Franco Ferraz, 2014). O sono, assim, se apresenta como um sintoma inconveniente, uma disfunção a ser reprogramada, na medida em que não há mais espaço para tal “atividade” na rotina dos sujeitos hiperestimulados da contemporaneidade. Estes, por sua vez, precisam se adequar às demandas do novo espírito do capitalismo, tornando-se sempre ligados, disponíveis, acessíveis e produtivos, compatibilizando seus corpos com o funcionamento do software dos computadores mais de

⁶⁰ Destaque para a capa e reportagem da revista *Super Interessante*, “A pílula da inteligência” de novembro de 2009. Disponível em <<http://super.abril.com.br/ciencia/pilula-inteligencia-625149.shtml>> Acesso em: 14 de julho de 2011.

⁶¹ Termo extraído da reportagem “A pílula da inteligência”, da revista *Super Interessante*, citada acima.

⁶² Disponível em: http://www.istoe.com.br/reportagens/2867_A+PILULA+DOS+CIENTISTAS?pathImagens=&path=&actualArea=internalPage. Acesso em: 26 de junho de 2012.

ponta. Em sintonia com essas demandas, as indústrias farmacêuticas oferecem propostas cada vez mais avançadas ou audazes, no intuito de colonizar o tempo através do bloqueio do sono, por exemplo, sem que isso afete a capacidade intelectual e a disposição para o trabalho ou para outros afazeres.

Nesse sentido, a matéria sob a manchete “Remédios para não dormir”, veiculada na *Istoé* no dia 13 de abril de 2006, aponta que a droga *modafinil*, lançada originalmente para tratar a narcolepsia, tem sido apropriada por pessoas que não sofrem desse distúrbio do sono, mas que visam a driblar o tempo de descanso que se apresenta como “horas jogadas fora” durante os agitados dias de hoje. O medicamento promete 16 horas em máximo estado de alerta e mais 24 horas em claro, sem sonolência. Com a popularização do remédio nos Estados Unidos graças a seus usos alternativos, as vendas da substância cresceram em termos financeiros, passando de render 25 milhões de dólares em 1999 para faturar 575 milhões em 2005, conforme aponta a reportagem.

A mesma *Istoé*, na edição de 12 de janeiro de 2009, publicou a reportagem intitulada “Aditivos para a mente”,⁶³ cuja chamada era: “Sem se preocupar com os efeitos colaterais, pessoas saudáveis usam remédios contra distúrbios psiquiátricos e até hipertensão para melhorar o funcionamento do cérebro” [Figura 9]. As páginas seguintes oferecem um “prato cheio” para os indivíduos saudáveis que têm dúvidas ou desconhecem os usos alternativos de medicamentos que prometem livrá-los das mazelas orgânicas do corpo e torná-los aptos a potencializar suas “necessidades produtivas”: aumento de concentração, sentimento de felicidade, diminuição da ansiedade, aumento de memória e combate ao sono e ao cansaço. Esses são alguns dos “superpoderes” hoje requeridos pelo mercado de trabalho, que ora se oferecem como conquistas possíveis de serem obtidas por meio do uso das tecnologias de biorregulação do corpo e da mente. Os leitores, na matéria, estão *servidos e medicados*: informações sobre o uso das substâncias, depoimentos de usuários, meios de acesso e argumentos a favor e contra o consumo são algumas das facilidades oferecidas aos potenciais gladiadores do mundo contemporâneo. Afinal, como os indivíduos são os gestores de si, de seus riscos e suas competências, “cada um sabe a dor e a delícia de ser o que é”, como diria Caetano Veloso nos versos de sua música *Dom de iludir*. Portanto, cabe a eles decidirem –

⁶³Disponível em: <http://www.istoe.com.br/reportagens/6040_ADITIVOS+PARA+A+MENTE?path=Imagens=&path=&actualArea=internalPage>. Acesso em: 26 de junho de 2012.

sobretudo em sua condição de consumidores – o que está em jogo em suas escolhas e qual o melhor caminho a ser seguido para atingir suas metas.



[Figura 9] Imagem extraída da reportagem.

Seguindo a mesma lógica, na matéria “Profissionais recorrem a remédios para lidarem com a pressão”, publicada na edição da Revista *Você S/A* de dezembro de 2012, são narrados diversos casos de executivos que fazem uso de ansiolíticos⁶⁴ e psicoestimulantes⁶⁵ em busca de “atender às altas demandas de trabalho” e com o intuito de combater o “estresse, a pressão por resultados e o medo de falhar”. Entre as experiências relatadas, está a de R.M., 31 anos, coordenadora de marketing de uma empresa de serviços de manutenção e limpeza do Rio de Janeiro. Após um significativo aumento de produtividade no trabalho e um melhor controle da ansiedade graças ao consumo de remédios, ela confessa o seguinte: “encarei o jeito *Rivotril* de ser: mais tranquila, leve e calma [...] em situações mais complicadas no trabalho, só consigo relaxar quando tomo um”. Já quando o assunto é a possível dependência do uso da medicalização, ela declara não ter medo de se viciar, “pois os benefícios do remédio são maiores”.

Na mesma reportagem, o psicanalista Olivan Liger, da Consultoria e Reabilitação em Dependência Química (Soma), de São Paulo, declara:

⁶⁴Tais como *Frontal*, *Rivotril*, *Lexotan* e *Valium*.

⁶⁵Tais como *Ritalina*, *Stavigile* e *Mix de anfetaminas*.

No mundo corporativo, é comum as pessoas tomarem benzodiazepínicos como o Rivotril e o Frontal, remédios normalmente ligados ao tratamento psiquiátrico de doenças como depressão, falta de sono e pânico, mas que no fundo tratam a competitividade que existe no dia a dia do escritório. (*Você S/A*, 2012, p.58)

Em meio à profusão e à naturalização, tanto das substâncias em questão como dos discursos que as acompanham e legitimam, esses saberes e poderes hoje vigentes dão forma a uma nova moral, sustentando outros valores e modos de vida. Estes novos preceitos, por sua vez, se tornam cada vez mais aceitos e pouco problematizados, incitando certos tipos de desenvolvimentos corporais e subjetivos, democratizando os diagnósticos e multiplicando o recurso à medicação como uma atitude cada vez menos questionável. A medicina, por sua vez, é vista agora como um agente solucionador de boa parte dos problemas possíveis, e não mais apenas como uma ciência capaz de devolver os sujeitos doentes ao estado de normalidade por meio da cura das patologias.

O processo de medicalização de praticamente todos os aspectos da vida chega a tornar plausível a crença de que toda insatisfação ou mal-estar é indicação de um desvio, e como tal deve ser suprimido. Transformada em ideologia, a saúde física ou mental é extraída do campo das interrogações filosóficas e políticas acerca da ‘boa vida’, para ingressar na esfera das habilidades e competências a serem demonstradas no mercado da subjetividade (Bezerra, 2002, p.5).

Entre os diversos fatores e demandas que vigoram neste terceiro espírito do capitalismo e que estão relacionadas ao uso generalizado de medicamentos, podemos perceber que a necessidade de “turbinar” o corpo e a mente é, também, despertada pela busca incessante por pertencimento a determinados grupos sociais. E, posteriormente, de diferenciação ou de destaque perante os demais – como aponta uma pesquisa desenvolvida pelo Instituto de Medicina Social (IMS) da UERJ⁶⁶ com jovens universitários, os pais desses estudantes, e profissionais de saúde. De acordo com o estudo, o uso de drogas como a *Ritalina* por pessoas saudáveis se justifica pela tentativa de o sujeito potencializar sua performance no intuito de ser mais produtivo, de atender à pressão mercadológica, de participar da esfera do consumo, bem como de ser socialmente requerido e aceito, de conquistar e manter empregos, cargos importantes, posições almeçadas, reputação,

⁶⁶Foram realizados sete grupos focais, com uma média de seis integrantes, sendo três grupos com universitários entre 18 e 25 anos, dois grupos com pais de universitários e dois grupos com profissionais de saúde (Ortega et al. *apud* Barros, 2010), com o objetivo de identificar as representações sociais desses grupos de pessoas em relação ao uso do metilfenidato para melhorar o desempenho acadêmico.

visibilidade, reconhecimento e credibilidade. Ou seja, de corresponder aos perfis socialmente valorizados na atualidade.

De acordo com essa pesquisa, a motivação e a justificativa mais explicitadas para o uso de aprimoramentos cognitivos farmacológicos, como a *Ritalina*, giram em torno da “pressão social para atuar”. Entre os entrevistados, “foi ressaltada a necessidade de realizar muito bem um grande número de tarefas em pouco tempo, o que exige das pessoas um comportamento sobre-humano, além do limite” (Ortega et al., 2010, p. 506). Em sintonia com essa constatação, uma jovem universitária expôs, em reportagem publicada no jornal norte-americano *The New York Times*, em 25 de maio de 2012, os motivos que a levaram a optar pelo consumo de *Ritalina*. Segundo ela, não foi uma decisão difícil:

A escolha foi: ‘quero dormir só quatro horas e ficar acabada, ir mal na prova e na partida de hóquei? Ou quero agradar os professores, o treinador, conseguir boas notas, entrar numa faculdade ótima e deixar meus pais felizes?’.⁶⁷

Contudo, a presunção de que o imperativo de alta performance está circunscrito a um *ethos* ocidental do capitalismo contemporâneo – dentro do qual os Estados Unidos seriam o lugar de maior proeminência de tais valores – configura uma conclusão antecipada e possivelmente errônea dos problemas aqui estudados. Indício disso são as recentes imagens, amplamente divulgadas pela internet [**Figura 10**], de alunos chineses que, em plena sala de aula e rodeados por pilhas de livros, recebem uma aplicação em suas veias de soro rico em aminoácidos. Segundo a reportagem *online* do jornal britânico *Mirror*, o representante da escola Xiaogangna, localizada na região central da China, afirmou que o uso das injeções é disseminado entre os estudantes, especialmente no período pré-vestibular. O soro ajudaria a “relaxar” os alunos, melhorando assim suas condições físicas para torná-los resistentes às intensas horas e às fortes demandas de estudos para alcançar o grande objetivo: passar no vestibular. A escola, portanto, estaria tão somente facilitando o acesso de seus alunos a mais um dispositivo promotor da alta performance diante de um contexto social em que “os exames de junho [vestibular] são amplamente considerados como um ‘vai ou racha’ que pode

⁶⁷Disponível em: <<http://www.revistapontocom.org.br/ultima-materia-4/jovens-consomem-drogas-para-estudar>>. Acesso em: 04 de julho de 2012.

determinar futuras carreiras e caminhos de vida”.⁶⁸ Está clara, portanto, mesmo do outro lado do mundo, a “pressão social para atuar” que marca os modos de vida na contemporaneidade.



[Figura 10]

Este imperativo de alta performance – ou esta “pressão social para atuar” (Ortega et al., 2010) – não só é algo disseminado globalmente mas, de um modo mais preocupante, está sendo cada vez mais antecipado na vida de crianças e adolescentes. As dezenas ou centenas de escolas que já exigem aprovação em processos seletivos – os chamados ‘vestibulinhos’ – para a entrada nos cursos de alfabetização, por exemplo, ilustram essa tendência. Para aumentar as chances de êxito, em países como o Brasil, os pais matriculam seus filhos de aproximadamente seis anos de idade em cursos preparatórios, antecipando assim o já naturalizado “estresse pré-vestibular”.

Notoriamente, constata-se em várias das reportagens estudadas para esta dissertação, que o ideal da alta performance se edifica numa temporalidade cada vez mais prematura na vida dos sujeitos contemporâneos. Com isso, podemos sugerir que tal precocidade na injunção ao alto desempenho é apenas mais um aspecto da ampla tendência de antecipação da

⁶⁸ Livre tradução a partir do seguinte original: “The June exams are widely considered to be a make-or-break test that can determine future careers and life paths”. Disponível em <<http://www.mirror.co.uk/news/world-news/students-in-china-hooked-up-to-iv-824323>>. Acesso em 05 de novembro de 2012.

experiência adulta no universo infanto-juvenil, que ocorre na atualidade nos mais diversos campos (Tomaz, 2011). Essa precipitação da busca pelo alto rendimento traz consigo um aumento das tensões e ansiedades, motivando o consumo cada vez mais desregrado de medicamentos, problemas que estão se acentuando com muita velocidade embora ainda sejam pouco problematizados ou discutidos pela nossa sociedade.

3.2 Medicalizar trabalhadores, prescrever performances: os profissionais tarja preta

Numa época em que são estimulados o empreendedorismo e o gerenciamento de si sob a égide do “espírito empresarial”, bem como o “culto ao corpo” e a medicalização da vida sob uma permanente gestão dos riscos, cabe-nos entendermos o que os discursos sociais nos apontam acerca dessas tendências tipicamente contemporâneas. Para isso, foi realizado um conjunto de entrevistas em profundidade, de cunho qualitativo, através de um roteiro semi-estruturado. Esses diálogos envolveram doze trabalhadores, sendo seis professores universitários da área de Comunicação, cinco profissionais liberais e um policial civil. A unidade dos perfis foi dada pelo fato de serem todos trabalhadores consumidores de medicamentos controlados; ou seja, aqueles que são mais propícios a causar dependências químicas e efeitos colaterais, cuja compra apenas pode ser efetuada através de prescrição médica.

Cabe esclarecer, ainda, que a escolha de analisar acadêmicos – os professores universitários, no caso – se deveu à conveniência da pesquisa. Por pertencer, de certa forma, ao grupo social referido, pude acompanhar de perto um pouco da realidade de alguns que ali se inserem. Ao falar informalmente sobre a minha pesquisa com alguns deles, percebi que quando não revelavam que faziam uso do medicamento ou que conheciam alguém que o fizesse, mostravam-se particularmente interessados em obter mais informações sobre o consumo, bem como sobre o acesso aos produtos e a funcionalidade dos aditivos químicos.

Por outro lado, metade dos entrevistados neste trabalho são pessoas com quem pude conviver e que pude acompanhar alguns momentos de suas rotinas, tanto pessoalmente quanto através das redes sociais. A outra metade dos integrantes do corpus foi selecionada a partir da indicação de amigos ou conhecidos, o que impediu uma maior interação e um aprofundamento das questões. Apesar da familiaridade com esse universo, tentei ter um distanciamento crítico e busquei analisar apenas pessoas que não fossem muito próximas a

mim, no intuito de ter um olhar de “estranhamento”, desnaturalizando o que já era conhecido. Além disso, a fim de estabelecer uma análise a partir dos elementos culturais e sociológicos pesquisados, procurei compreender a particularidade de cada caso e constituir uma teia de significações, para assim captar certos valores e certas lógicas que permeiam os discursos sociais e midiáticos na era atual. Afinal, segundo o antropólogo estadunidense Clifford Geertz, em seu livro *A Interpretação das culturas*, “a tarefa essencial da construção teórica não é codificar regularidades abstratas, mas tornar possíveis descrições minuciosas; não generalizar através dos casos, mas generalizar dentro deles” (2008, p. 18).

À procura de outros profissionais que tinham como prática o consumo de fármacos controlados, um outro grupo social pareceu se destacar neste quesito: o dos profissionais liberais. Este grupo não foi selecionado por intencionalidade, todavia, os elementos também não foram totalmente desconhecidos. Assim como no grupo de acadêmicos, as pessoas aqui estudadas ou já eram conhecidas por mim ou foram indicadas por colegas. Não houve nenhuma restrição de profissão ou cargos ocupados; no entanto, cinco deles eram profissionais liberais, sendo uma advogada, um médico, uma produtora cultural, uma assessora de imprensa e uma atriz. Isso aponta certa relação dessas subjetividades medicalizadas com profissões relacionadas às novas configurações do trabalho, conjunto no qual ambos os grupos analisados se inserem: o dos universitários e o dos trabalhadores autônomos. Dentre todos os entrevistados, apenas um deles não se enquadrava em nenhuma das duas categorias: o policial civil Luiz.

Esta parte mais empírica da pesquisa foi efetuada com base nos apontamentos de Clifford Geertz. Nas palavras do autor,

O objetivo é tirar grandes conclusões a partir de fatos pequenos, mas densamente entrelaçados; apoiar amplas afirmativas sobre o papel da cultura na construção da vida coletiva empenhando-as exatamente em especificações complexas (2008, p. 19-20).

A finalidade destas entrevistas, portanto, é a de obter subsídios capazes de complementar as análises realizadas em materiais midiáticos, enriquecendo as questões e a reflexão teórica. Por isso, aqui também se procurou compreender que tipos de subjetividades estão sendo solicitadas e produzidas hoje em dia, particularmente no mercado de trabalho mas não apenas nele, e quais são suas possíveis relações com o exacerbado consumo de medicamentos por pessoas saudáveis que visam a otimizar seus desempenhos em todos os

âmbitos da vida, bem como a aperfeiçoar suas condições humanas através de uma regulação biotecnológica dos malestares cotidianos.

As teorias estudadas e as hipóteses esboçadas nesta dissertação serviram de apoio para visualizar o campo, elaborar as questões e levantar suspeitas. No entanto, durante todo o percurso empírico, um cuidado especial foi dedicado para não encará-las como realidades absolutas e nem utilizá-las a fim de comprovar hipóteses previamente estabelecidas, deixando, assim, que a própria intuição da pesquisa e as falas dos entrevistados delineassem os caminhos e as particularidades da análise. Como disserta o antropólogo polonês Bronislaw Malinowski, no livro *Argonautas do Pacífico Ocidental*,

Se alguém empreende sua missão, determinado a comprovar certas hipóteses, e se é incapaz de a qualquer momento alterar as suas perspectivas e de abandonar de livre vontade perante as evidências, escusado é dizer que o seu trabalho será inútil. Mas quantos mais problemas ele levar para o campo, quanto mais habituado estiver a moldar as suas teorias aos factos e a observar estes últimos na sua relação com a teoria, em melhores condições se encontrará para trabalhar (1984, p. 23).

Por conta disso, para tentar evitar esses perigos, em muitos momentos foram privilegiadas as falas dos entrevistados como elas realmente se deram, sem maiores intervenções e fazendo bastante uso de citações diretas.

É necessário, aqui, destacar as dificuldades da própria pesquisa. Por ser um assunto muito delicado, uma das minhas percepções foi que o fato de confessar o uso de tais substâncias químicas "empoderadoras" era, por vezes, motivo de constrangimento. Isso fez com que algumas pessoas se recusassem a dar depoimentos, se ausentassem repentinamente das redes sociais ou ignorassem os pedidos por email, mesmo após terem aceitado participar da pesquisa. Já no caso daqueles que concederam entrevistas, seis deles só o fizeram na condição de que não seriam identificados; em função disso, resolvi atribuir nomes fictícios a todos, em busca de preservar suas identidades. Como este assunto normalmente não é motivo de confissão espontânea e pode despertar um sentimento de vergonha em algumas pessoas, a abordagem direta parecia ser um método indelicado e acusatório. Precisei contar, então, com a indicação de alguns amigos que conheciam pessoas que se enquadrassem na situação que eu buscava analisar, e com a sua intermediação para fazer os contatos.

Num caso mais extremo e muito revelador, uma das entrevistas só pôde ser realizada através da mediação de um amigo em comum, com a condição de que nem a mim fosse revelada a sua identidade. Tratava-se de um professor universitário de aparente renome,

paulista, de 40 anos, que faz uso de diversas substâncias químicas legalizadas, como veremos mais adiante. Embora os entrevistados não tenham admitido explicitamente, foi percebido, por meio das observações e interações presenciais, que em alguns casos a necessidade de recorrer às drogas legais pode chegar a despertar uma sensação de fracasso ou impotência diante dos rumos da própria vida, despertando constrangimento em admitir seu uso. Mas, tais pudores e ressalvas não são tão acentuados assim, pois, caso o fossem, provavelmente eu não teria conseguido tantas pessoas dispostas a dar entrevistas e a contar sobre seus problemas e hábitos. Em contrapartida, em alguns outros diálogos realizados, o uso de tais substâncias era celebrado e admitido com orgulho, como se aquelas pessoas fossem antenadas e abertas às novidades.

Outra limitação da pesquisa – exatamente por essa tendência a ocultar o consumo das substâncias, em alguns casos, e pelo caráter confidencial das revelações –, foi a impossibilidade de encontrar os diferentes usuários num mesmo local e interagindo entre si para discutir o assunto de um modo mais público. Esse agravante me impediu de fazer uma imersão direta numa comunidade específica e de analisar os comportamentos e os discursos em um contexto mais coletivo. A impossibilidade de estabelecer uma fronteira de análise também se deu pelo mesmo motivo: as pessoas estudadas não tinham conexões diretas entre si e nem pertenciam a um mesmo local ou instituição. Nestes casos, graças às facilidades oferecidas pela internet – mais precisamente, o email, o *Skype* e a rede social *Facebook* –, a pesquisa não precisou se restringir a barreiras geográficas mais limitadas e foi toda mediada pelo computador, contando com um participante de São Paulo (SP), cinco do Rio de Janeiro (RJ), dois de Niterói (RJ), três de Vitória (ES) e um de Juazeiro (BA). Tal facilidade tecnológica possibilitou uma interação “em que as perspectivas do usuário a respeito de determinado assunto podem ser instantaneamente compartilhadas com outras pessoas, independentemente de suas localizações físicas” (Campanella, 2012, p. 45). O recurso online foi uma opção também para os entrevistados locais, visto que todas as tentativas de realizar a entrevista pessoalmente foram fracassadas devido às rotinas atribuladas de cada um.

Mesmo considerando as diversidades e as particularidades de cada caso, todos os participantes apresentaram um elemento em comum: em todas as entrevistas, o consumo de medicamentos controlado – mesmo quando diagnosticado com transtornos mentais – estava associado, de alguma forma, a uma busca pela otimização dos desempenhos e/ou a uma tentativa de amenizar o mal-estar cotidiano. Ou seja, seus usos ou eram provenientes de uma

necessidade de aumentar a performance e/ou uma consequência das demandas e pressões do dia a dia. Segundo Geertz, “as ações sociais são comentários a respeito de mais do que elas mesmas”, assim, “fatos pequenos podem relacionar-se a grandes temas, as piscadelas, à epistemologia” (2008, p. 17). A lógica empresarial e a pressão para atuar, portanto, parecem permear o cotidiano e as cobranças pessoais de cada um desses sujeitos, mesmo que em suas formas singulares e complexas, confirmando sua pregnância como algo característico do atual momento histórico.

3.2.1 “A Rita faz emergir o poder da nossa mente”

Leila, 41 anos, moradora de Juazeiro, interior da Bahia, é advogada e mãe de um menino, o pequeno Davi de 6 anos, e está prestes a entrar em seu segundo casamento. Filha de uma família tradicional e bem-sucedida, a advogada, apesar de se considerar uma pessoa feliz e realizada, confessa que conta com a ajuda dos medicamentos *Ritalina*, *Rivotril* e *Fluoxetina*⁶⁹ para manter seu “estado de espírito”. Ela diz: “me acho burra por tomar remédios, uma vez que tenho motivos suficientes para ser feliz; o medicamento entra em nossa vida por tédio, falta de objetivos, vazio...”. No entanto, diferentemente de parte dos entrevistados, Leila revela não haver constrangimento em admitir o uso, nem em ser identificada como usuária:

Tenho pena dessas pessoas que têm vergonha de dizer que tomam ‘Rita’, ansiolítico, etc... pois não há nada de mau em você tomar algo que vai te livrar do estresse, estresse causa câncer... [a *Ritalina*] é um remédio como outro qualquer, até crianças de seis anos tomam. Para mim, é como tomar *Aspirina* para dor de cabeça.

Leila parece ser daquelas figuras emblemáticas da contemporaneidade, um protótipo do que poderíamos chamar uma subjetividade “pós-orgânica”, como a caracterizaria Paula Sibilia (2014), no sentido de desprezar todo limite diante das possibilidades de aprimoramento técnico. A entrevistada acredita que se “Deus colocou os medicamentos em nossas vidas para amenizar o sofrimento, seus usos são válidos”. No entanto, o seu consumo não se limita apenas à tentativa de diminuir as dores vitais. Sempre atenta aos avanços da medicina e aberta a experimentar as descobertas científicas em torno do aperfeiçoamento

⁶⁹ Fluoxetina é um medicamento antidepressivo da classe dos inibidores seletivos da recaptção da serotonina.

físico e psíquico, cada novidade da tecnociência – principalmente das indústrias farmacêuticas – nesse ramo, logo é acatada por ela.

Para manter a boa aparência, por exemplo, ela faz aplicações de *botox* e está sempre em busca de um remédio para emagrecer. Já para melhorar o humor ou para evitar a “monstruosa” TPM (tensão pré-menstrual), recorre a aplicações anuais de hormônios que evitam a menstruação e se apresentam como solução. Para dormir, anestesiando a tristeza e manter a tranquilidade, costuma ingerir dois ou três comprimidos noturnos de *Rivotril* ou *Fluoxetina*. Já quando a necessidade é de “ficar mais inteligente”, ter sucesso nos relacionamentos e otimizar a produtividade no trabalho, ela considera válido tomar, em média, entre dois e cinco comprimidos diários de *Ritalina*. A “Rita”, como chama o remédio em tom de intimidade e amizade, também é uma companheira em momentos de alegria e puro entretenimento: em uma noite de “farra com as amigas”, por exemplo, Leila confessa já ter tomado cerca de vinte comprimidos da droga, misturando-os com bebidas alcólicas. O objetivo? “Ficar ‘de barato’ e conversar besteira”.

A entrevista com Leila foi realizada em dois momentos: um através do serviço de chat na rede *Facebook* e outro por meio de videoconferência pelo sistema *Skype*, com duração total de seis horas. Durante a primeira conversa, ela revelou que teve um dia turbulento no trabalho e, por conta disso, havia tomado sete comprimidos de *Ritalina* para aguentar o ritmo. Já no segundo encontro, alegou ter ingerido uma quantidade menor: cinco cápsulas no total, sendo duas delas em decorrência da realização da entrevista para que, assim, obtivesse um melhor rendimento e se sentisse apta a dar melhores respostas. Ao ser perguntada sobre como teve acesso ao medicamento, revelou:

Eu estava querendo emagrecer e comentei em uma mesa de bar com um amigo psiquiatra. Ele me disse que a *Ritalina* além de emagrecer iria aumentar minha atividade mental e confiança, o que é verdade. Consigo produzir duas vezes mais quando estou tomando o remédio, além de me sentir muito bem.

A partir daí, sem apresentar indícios de qualquer transtorno mental, o mesmo psiquiatra prescreveu, segundo ela, a quantidade máxima de comprimidos permitida por mês: 180 cápsulas de 10mg, o que corresponde a nove caixas com vinte comprimidos cada uma. Após o uso contínuo do medicamento, o mesmo médico a diagnosticou como sendo portadora de TDAH, pois a “boa adaptação” ao fármaco teria sido a confirmação da existência do

distúrbio. Tal diagnóstico nos fez perceber que, neste caso, houve um fluxo inverso: o remédio não foi utilizado para “tratar a doença”, mas sim, para criá-la.

Sobre as principais mudanças detectadas após o uso do medicamento, a advogada destaca que o lado profissional foi o mais beneficiado com o aditivo psíquico. Se antes eram produzidas três petições pela manhã, sob o efeito da medicação o número conseguiu ser dobrado e, além disso, a qualidade do trabalho foi potencializada. O aproveitamento cerebral que ela revela sentir com a droga se aproxima daquele narrado no filme *Sem Limites* (2011), abordado em páginas precedentes, como veremos no seguinte depoimento:

Com a *Ritalina* me concentro e produzo muito mais e, te digo, fico mais inteligente, uso palavras mais difíceis e minhas petições ficam perfeitas. Inclusive, já fui elogiada por juízes acerca de alguns trabalhos. Por incrível que pareça, não esqueço de nada que aprendi, inclusive na faculdade, na especialização e na pós. *Parece que aquele conhecimento escondido no subconsciente aflora e nos deixa mais dinâmicos, inteligentes, desenrolados...* por aí... Creio que todas as pessoas têm essa capacidade, inteligência, etc, mas ficam adormecidas. O medicamento, *Rita*, faz emergir o poder da nossa mente.

No entanto, não apenas no trabalho ela adquire “alta performance” graças ao uso do remédio. A entrevistada relatou que, com o auxílio do fármaco, os relacionamentos também passaram por melhorias, visto que ela se tornou mais “desinibida”, “disposta”, “autoconfiante” e apta a “expressar o que sente sem reservas” àqueles que gosta. Leila contou também que o medicamento não deixa de ser consumido em momentos de alegria e de comemoração. No dia anterior à entrevista, por exemplo, ela conta que tomou alguns comprimidos para celebrar o recebimento de um bom honorário, referente a algumas causas antigas que havia ganhado.

Mas, embora faça um uso intenso e em grande quantidade da substância, a advogada se considera “mais ou menos” dependente dela. A respeito disso, afirma que, quando se sente impotente diante de algum afazer e só se acha capaz de realizá-lo recorrendo ao fármaco, ela “por conta própria” suspende temporariamente o uso, pois necessita provar a si mesma “quem está no poder” e “quem manda em quem”. Até mesmo nos dias em que toma vários comprimidos, ela considera que tem controle sobre o consumo e ressalta que “é preciso ter consciência para não cair na tentação do exagero”:

Tem uma hora que eu digo: tá bom por hoje, mesmo tendo vontade de tomar mais. Aí, me sinto mais confiante em ver que tenho autocontrole, isso me deixa forte e dona de mim, por saber que quem manda sou eu e não ela [a *Ritalina*].

Tal autocontrole apareceu em diversos momentos da fala desta entrevistada, inclusive ao demonstrar preocupação com aqueles que, ao contrário dela, não teriam essa “força de vontade e autodisciplina”. Por isso, ressaltou a importância de um controle mais rígido tanto na prescrição quanto na venda do remédio, a fim de evitar que as pessoas cometam excessos e façam um mau uso da substância, o que ela própria considera lamentável. Inclusive, no decorrer do diálogo, contou que recentemente tinha feito uma promessa: assim que terminasse suas doze caixas de *Ritalina* (ou seja, os 240 comprimidos), iria ficar dois meses com o consumo suspenso. Não consumir, entretanto, não significa se privar da posse do produto:

Mesmo quando não estou usando, eu gosto de saber que eu tenho uma caixa ali guardada, entende? É como você preferir morar na cidade em vez da roça por ter shopping. Não precisa ir ao shopping todo dia, mas sabemos que tem um shopping bem ali e que quando eu quiser ir, ele tá lá.

Segundo ela, o segredo para não se tornar dependente de *Ritalina* é não tomá-la quando está triste, pois, neste caso, as boas sensações e o grande prazer proporcionado pela substância poderiam se tornar altamente viciantes e incontroláveis. Por isso, Leila considera que, para fazer uso do fármaco, é necessário ter muita autoestima e confiança. No entanto, em outro trecho da entrevista, ela confessa que também costuma ter acesso a tais sentimentos recorrendo a meios artificiais, através de outros dois medicamentos “tarja preta” que consome: *Rivotril* e *Fluoxetina*. No que se refere a esses medicamentos, ela revela que não busca ter o mesmo autocontrole que afirma ter a respeito da *Ritalina*, pois acredita que realmente necessita deles. Sobre as razões para tais consumos, a advogada baiana conta o seguinte:

O *Rivotril* (ou *Lexotan*) e *Fluoxetina*, eu tomo desde 2011, pois com a perda de meu pai, o divórcio e a novidade de ser mãe, me senti pressionada, perdida e *a um triz da depressão*; esses medicamentos diminuem minha ansiedade e, diferentemente de pessoas que necessitam de ansiolíticos, eles não me fazem dormir, só tiram aquele 'bolo' no estômago, me deixam relaxada e melhoram minha autoestima, só assim posso dormir sem ficar remoendo bobagens à noite.

Assim, seguindo a lógica da cultura somática e do espírito empresarial, Leila, prevenindo-se dos riscos e dos possíveis desdobramentos de tais sintomas, começou a fazer o uso de antidepressivos não por ter sido diagnosticada como portadora de tal transtorno mental, mas sim porque acreditava estar “a um triz” de ser atingida pela dita depressão. Ou seja, podemos detectar não mais o uso de medicamentos para tratar doenças, mas sim para evitá-las

a partir de um autodiagnóstico, uma vez que, nos dias atuais, “desconfortos, tristezas, desesperanças, desilusões, infelicidades viraram doenças que precisam ser combatidas, muitas vezes antes mesmo de se manifestarem” (Souza Couto, 2009, p.49).

Em alguns momentos da conversa, a advogada também deixou transparecer a influência da mídia em seus posicionamentos e hábitos medicamentosos. Sempre buscando se mostrar atenta e informada acerca das últimas novidades, justificou-se assim: “vários profissionais tomam. A *Globo*, inclusive, já fez uma reportagem sobre isso”. A intenção era deixar claro que ela faz um uso consciente das drogas e que se trata de uma atitude considerada normal na sociedade contemporânea. Sobre o uso de *Rivotril*, a entrevistada conta que “de cinquenta pessoas” que conhece, “só uma não toma *Rivotril*, por exemplo”. Já sobre o *Fluoxetina*, ela diz que “a depressão é a doença do século... isso já é uma unanimidade”. Os motivos de tal “epidemia” ela atribui à “ditadura do corpo e da moda”, bem como à “pressão social da perfeição, de ser melhor, se superar”, uma vez que isso gera “uma grande ansiedade e uma falta de autoestima”. A ansiedade, inclusive, é considerada por ela como um problema de saúde, que precisa de uma intervenção em busca de uma cura:

As pessoas são hipócritas, todo mundo hoje em dia toma alguma coisa. Remédio é para curar: se você tem dor de cabeça, toma *Aspirina*, *Neosaldina*... Se tem dor de garganta, toma *Amoxicilina* e se tem ansiedade, toma *Lexotan*, *Rivotril*.

3.2.2 “Sonos azuis”

Dos doze entrevistados, seis deles alegaram algum indício ou diagnóstico de depressão. Os motivos apresentados, na maioria das vezes, estavam associados a insatisfações com suas vidas, tristeza pelos acontecimentos indesejados, melancolias ou desânimo com o trabalho. Tais apontamentos nos revelam mais um importante sintoma cultural: a banalização e a proliferação da noção de depressão. Sendo muito polêmica e sempre passível de várias interpretações devido a seu diagnóstico por vezes considerado subjetivo, a depressão, como bem ressaltou Leila, é apontada como a “doença do século”.⁷⁰ Mas não se trata de uma

⁷⁰ Segundo pesquisa realizada pela OMS (Organização Mundial da Saúde), divulgada no dia 09 de outubro de 2012 no site de notícias da *Globo.com*, o *GI*, “mais de 350 milhões sofrem de depressão no mundo”. Disponível em: <http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2012/10/mais-de-350-milhoes-sofrem-de-depressao-no-mundo-diz-oms.html>. Acesso em 01 de março de 2013.

exclusividade desse problema em particular: dentre os preocupantes indícios contemporâneos a serem analisados, o primeiro a ser destacado é a popularização e disseminação dos termos médicos nas práticas discursivas atuais, fazendo com que cada um possa se sentir minimamente capacitado para diagnosticar uma variedade de transtornos mentais e se automedicar.

Outro ponto importante é a expansão dos diagnósticos, que vem “trazendo para o campo da psicopatologia traços, emoções e estados subjetivos anteriormente experimentados e tratados como inerentes à existência comum” (Bezerra, 2010, p. 121). Tal fato acaba por contribuir, também, para um borramento das fronteiras entre o que pode ser considerado normal e o que se caracteriza como patológico. Nesse sentido, podemos destacar as transformações na própria psiquiatria, que vem gradativamente apagando o limiar entre tratamento e aperfeiçoamento, ocupando-se de aliviar o sofrimento inerente à vida cotidiana e de proporcionar, através de suportes biotecnológicos, um desejável e produtivo estado de bem-estar e felicidade.

Por último, porém não menos importante, cabe destacar a ação das indústrias farmacêuticas, que, através de um intenso trabalho de *marketing* e de relações públicas, “vendem” doenças tanto para os leigos como para os profissionais de saúde e, posteriormente, oferecem os produtos para tratar esses novos transtornos (Sharpe, 2013; Vaz e Portugal, 2012b; Rose, 2013). As companhias farmacêuticas, portanto, tem “grande interesse em influenciar os processos sociais de subjetivação de modo a ampliar o número de indivíduos que emprestam sentido às suas vidas, e especialmente a seus sofrimentos, com base na categoria biomédica de 'doença'”, como ressaltam Paulo Vaz e Daniel Portugal em seu artigo *A nova boa nova* (2012b, p. 41).

Como alguns dos meios para alcançar tais objetivos, conforme assinalam esses autores, as empresas de medicamentos agem primeiramente sobre aqueles que fazem os diagnósticos: os profissionais de saúde. Para isso, elas atuam diretamente na formação continuada dos médicos, financiando cursos e congressos. Outra estratégia utilizada pelos laboratórios é a de recrutar profissionais da medicina que operem como formadores de opinião para assinar artigos elaborados por *ghostwriters*, apresentando novas doenças e as possíveis soluções para curá-las. Além disso, por meio de representantes comerciais, as empresas oferecem brindes e amostras grátis, acompanhados de atraentes explicações acerca das vantagens científicas dos seus produtos em detrimentos daqueles das firmas concorrentes.

Outro meio importante de disseminar as doenças, ainda segundo os mesmos autores, é influenciando diretamente os indivíduos. Para isso, os *media* têm um papel fundamental. Através de uma ação direta ou indireta sobre a publicidade e o jornalismo científico – por meio da divulgação de mitos científicistas –, o objetivo das indústrias farmacêutica é fazer com que os sujeitos se percebam como doentes em potencial, que se diagnostiquem e procurem um médico a fim de confirmar os sentidos anteriormente atribuídos aos seus sofrimentos; e, em suma, que terminem se medicalizando. Ou seja, essas companhias atuam, através de estratégias diversas, fazendo com que os discursos midiáticos ajam em consonância com seus objetivos. Não é à toa que, entre os anos de 1995 e 2010, a receita da indústria farmacêutica no mundo cresceu de 300 bilhões para 800 bilhões de dólares (Vaz e Portugal, 2012b). “Essas empresas estão criando um estigma com uma das mãos, removendo-o com lucro com a outra”, alerta a antropóloga Katherine Sharpe, em seu livro *A cura da infelicidade*, e complementa assim:

Ao explorar novos territórios para doenças, [as indústrias farmacêuticas] estão estigmatizando o que não era estigmatizado antes, e então – voilà! – declarando que a doença que definiram é real e, portanto, não deveria ser estigmatizada. Com um gesto, as indústrias nos adoecem; com outro, se viram e nos lembram magnanimamente de que não é nossa culpa o fato de estarmos doentes – e nos perguntam, a propósito, se gostaríamos de comprar determinado remédio (Sharpe, 2013, p. 276).

Ao que depender do polêmico DSM-V (*Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*), lançado em 2013, que conta com cerca de quatrocentas categorias diagnósticas catalogadas – e que, portanto, precisam ser medicalizadas –, esta realidade tende a se agravar. Segundo a nova versão do Manual,

duas semanas de humor deprimido, perda de interesse em atividades cotidianas, insônia, perda de apetite e problemas de concentração – mesmo que sucedendo imediatamente a perda de um marido, um filho ou um emprego – bastariam para legitimar o diagnóstico de um transtorno mental (Bezerra, 2011, p. 127).

Outra das entrevistadas nesta pesquisa, Camila, capixaba de 26 anos, assessora de imprensa e produtora cultural, é um desses casos: ela não conseguiu se reestabelecer nesse breve intervalo de tempo e precisou recorrer a medicamentos para se adequar às demandas sociais. Após sofrer crises diárias de ansiedade devido à impossibilidade de elaborar a tristeza e os acontecimentos recentes em sua vida – incluindo diversas trocas de emprego num mesmo ano – recorreu à ajuda especializada de um psiquiatra, que a diagnosticou como portadora de

crises generalizadas, e iniciou um tratamento à base de doses diárias do medicamento *Neural* (antiepilético), em comprimidos de 100mg.

Do nada terminei um relacionamento de cinco anos com uma pessoa que estudou a faculdade toda comigo, então tínhamos os mesmos amigos, até realizávamos uns projetos de trabalho juntos, e aí fiquei sem chão, sem planos de futuro, tive que mudar completamente a rotina. Eu tinha entrado em um emprego novo havia um mês e, em 2012, eu passei por quatro empregos diferentes e isso me deixou ansiosa. Eu não aguentava mais a pressão de ter que tomar decisões importantes pra mim, queria ficar quieta no meu canto, deixando "a poeira baixar", e vinha algo que eu tinha que tomar decisão.

Me vi em uma situação que não estava conseguindo ter um controle emocional que me era requisitado pelas obrigações cotidianas normais, como convívio familiar e trabalho. Eu estava me recuperando de algumas decepções e passando por muitas mudanças naquele momento da vida e, infelizmente, não poderia pedir ao mundo que parasse para eu viver do modo que queria. Não podia pedir que o mundo esperasse por mim.

Ao relatar sua situação ao psiquiatra, ela conta que o médico lhe disse o seguinte: “hoje ninguém precisa ‘sofrer da alma’ ... tem que dar tempo para o luto, viver as coisas, as dores, mas não parar a vida por conta disso!”. Como forma de fazê-la continuar vivendo, respeitando suas dores e elaborando suas novas experiências, ele lhe receitou o medicamento controlado. Camila, que até então estava um tanto ressabiada com a prescrição médica, teve naquele momento a justificativa de que precisava para iniciar o seu tratamento e a certeza de que, ao fazer isso, estava escolhendo o melhor caminho para sair da crise. O discurso do médico, que poderia ser visto com desconfiança já que parece apresentar informações conflitantes, rapidamente foi aceito por ela, que, no momento da entrevista, o reproduziu com satisfação e admiração, visto que a solução farmacológica lhe possibilitou reencontrar o estado de conforto que havia perdido, voltando a projetar uma imagem de normalidade aos olhos sociais.

Outro caso relatado na pesquisa empírica foi o de Luís, carioca de 50 anos, policial civil separado e pai de uma moça de 18 anos. Ao ser diagnosticado pelo psiquiatra com depressão profunda e com síndrome do pânico, que ele atribui ao grande estresse proporcionado pelo ambiente laboral e aos problemas familiares que estava enfrentando, começou a fazer uso diário dos fármacos controlados *Rivotril* e *Oxalato de Escitalopran*⁷¹.

⁷¹ Segundo a bula, o medicamento é indicado para o “tratamento e prevenção da recaída ou recorrência da depressão; Tratamento do transtorno do pânico, com ou sem agorafobia; Tratamento do transtorno de ansiedade generalizada (TAG); Tratamento do transtorno de ansiedade social (fobia social); Tratamento do transtorno

Por conta de tais transtornos, segundo revelou na conversa, foi afastado do trabalho, onde passava por situações de risco e convivia em ambientes em que a presença de armamentos era habitual, submetendo-o a momentos de grande tensão e desespero. Olhando rapidamente seu perfil na rede *Facebook*, pude detectar muitos posts de cunho reflexivo sobre a vida, com visões pessimistas e com poucos comentários ou interações de colegas. Durante a entrevista, os motivos logo vieram à tona: se não bastassem o estigma e o sofrimento causado pelos transtornos mentais e pela necessidade de usar os medicamentos prescritos, Luís conta que sofre preconceito na família e no grupo de amigos, que julgam que “quem usa estes medicamentos é fraco, dependente e não consegue resolver problemas”.

Se, por um lado, a falta de apoio familiar pode ser um agravante, por outro lado, a recomendação do uso do medicamento pode vir da própria casa. É o que aconteceu com outra das entrevistadas. Casada com um psiquiatra desde os 17 anos, Lúcia, atualmente com 50 anos, também é capixaba, produtora cultural e diretora de cinema. Ela começou a trabalhar ainda na escola, no início da adolescência, sempre produzindo festas, movimentos culturais e peças de teatro. Logo que se casou, mudou-se para o interior, onde assumiu a direção da APAE (Associação de Pais e Amigos de Excepcionais) e deu continuidade ao seu trabalho como produtora de eventos. Aos 19 anos, ela engravidou de sua única filha e, passada quase uma década, voltou a morar na capital do Estado, onde começou a trabalhar com obras audiovisuais. Depois de uma relação intensa e de muita dedicação profissional, Lúcia sentia-se melancólica, sem ânimo e com muito sono durante o dia. A partir daí, seu próprio marido lhe receitou o ansiolítico *Rivotril*, mesmo a considerando saudável.

Sempre adorei trabalhar no que trabalho até hoje, mas chegou um momento em que me senti sem vontade para fazer o que me alegrava e me realizava. Então, recorri ao *Rivo*, como o trato carinhosamente e tenho *sonos azuis*, acordo super bem e muito feliz.

Lúcia não bebe nenhum tipo de bebida alcoólica e não consome drogas ilícitas, como fez questão de ressaltar na entrevista; por isso, o *Rivotril* também tornou-se um companheiro nas baladas e confraternizações entre amigos, fazendo-a “curtir” uma “noite inteira de festa sem ficar entediada”. Sobre as possíveis mudanças que o remédio trouxe à sua vida, ela atribui somente melhorias a ele, incluindo na lista até mesmo aquelas que em nada costumam se relacionar aos efeitos do ansiolítico. Em suas palavras: “melhorei muito depois que

comecei a usar o medicamento, eu era uma pessoa insuportável, sempre de mau humor, grossa...aff, a verdadeira treva; ninguém me suportava, minha pele era feia, meu cabelo... melhorei 100%”.

Ao ser questionada acerca dos fatores que considera negativos e que também teriam sido proporcionados pelo uso do fármaco, Lúcia é enfática: “nenhum”, respondeu. Além disso, admite não se preocupar com os possíveis efeitos colaterais e com as eventuais consequências futuras provenientes do consumo diário do medicamento. “Não quero ficar sem o remédio nunca mais, já tentei essa mudança e não deu certo”, diz; e, conclui: “com o *Rivo* me sinto feliz, até nas horas impossíveis de ser feliz”. Já quando o assunto é a dependência com relação à substância, revela o seguinte: “Já parei de tomar por dois meses, me senti muito mal, a depressão bateu e tive que voltar a tomar. Às vezes quando chego muito tarde em casa, nem tomo. Agora... se não tiver o *Rivo* na bolsa, fico muito insegura”. Assim, ela assume ter medos similares aos de Leila, a advogada baiana. Além disso, a entrevistada diz ser uma pessoa feliz, mas ressalta que o medicamento contribui muito para a sensação de bem-estar. Mesmo com as “maravilhas” proporcionadas pelo fármaco, Lúcia revela um importante motivo que a leva a evitar o consumo do calmante: o neto, de 3 anos: “Meu neto fica comigo três vezes na semana, quando ele está comigo, não tomo. Fico com medo dele chorar e eu não acordar”.

Outra entrevistada foi Isadora, carioca de 21 anos, estudante de comunicação e atriz profissional. Ela conta que, devido à indicação médica, começou a tomar o antidepressivo *Fluoxetina* em doses de 20mg. O objetivo era reduzir o sono e o cansaço para poder dar conta de todas as demandas produtivas. Além disso, aproveitando-se dos efeitos colaterais do remédio – que neste caso, pareciam-lhe bastante positivos –, buscava perder o apetite e emagrecer. Na época, ela estava em cartaz com uma peça, além de estagiar e estudar, e portanto precisava de um auxílio extra para dar conta dos afazeres, como relata:

Estava em cartaz com uma peça longe de casa, isso ocupava praticamente todo o meu fim de semana por conta do trânsito e do período de preparo e realização do espetáculo. Não tinha carro, então fazia tudo de ônibus agravando a distância e o tempo de deslocamento. Somando a isso, passei por um período de provas na faculdade (estudo no turno da noite), estagiava durante a semana e tinha alguns afazeres domésticos. Como tudo isso tinha um tempo finito, decidimos, eu e o médico, que seria possível fazer uso de um agente externo para auxiliar a ‘segurar a barra’ nesse período.

Sobre o caso do professor que não quis ser identificado, ressaltado no início da análise, não tivemos nenhum tipo de interação, já que ele não se sentia confortável em se expor e não queria falar sobre o assunto abertamente com uma pessoa desconhecida. Ciente desta condição, tive que repassar o questionário da entrevista para um amigo em comum, que mediou todo o contato. A entrevista foi mais pontual e superficial, não permitindo revelar outras características do entrevistado. Roberto tem 40 anos, mora em São Paulo e é professor universitário, solteiro, sem filhos. Há cinco anos foi diagnosticado com um quadro depressivo vinculado à abulia, ansiedade e dispersão. Desde então, faz uso de *Metilfelidato (Ritalina)*, *Clonazepam (Rivotril)*, *Venlafaxina (Efexor)* e *Bupropiona (Bup)*. Os dois primeiros são usados em ocasiões específicas: a *Ritalina* em momentos de falta de concentração para o trabalho e o *Rivotril* quando tem dificuldade para dormir. Já os dois últimos, são tomados diariamente. Roberto atribui esses problemas à “má educação, vinculada sobretudo à falta de disciplina”, criando nele uma personalidade “marcada pela insegurança e pelo medo”, emoções estas que o “paralisam diante dos desafios”. Quanto aos efeitos não previstos do uso das drogas, o professor confessou ter ficado menos sociável com a família e com os amigos depois que começou a tomar tais psicoestimulantes; por outro lado, revelou que seu desempenho no trabalho melhorou bastante. Sob efeito dos fármacos, afirmou se sentir menos angustiado, triste e ansioso. Já quando não consome os medicamentos, tem “períodos de profunda depressão, negatividade, dor no peito e na garganta, vontade de chorar e outras sensações tortuosas”.

Por sua vez, a história de Angela, de 38 anos, destaca-se entre as dos demais acadêmicos entrevistados. Baiana, casada e mãe de um menino de 7 anos, ela é mestranda e professora universitária. Diferentemente dos outros entrevistados, no caso dela não foi a atividade acadêmica que a estimulou a se medicar, mas sim o seu emprego anterior. Angela foi funcionária, durante alguns anos, num importante banco nacional, e conta que ao “sofrer anos de estresse e pressão constante no trabalho, já realizava as atividades sem vontade e a demanda de trabalho era tão grande que não tinha tempo para a família”. Diante disso, revela:

Não aguentava mais aquela vida louca, corrida, cheia de pressão, pessoas falsas, sem sentimentos... Quando se trabalha em banco só existem duas espécies de clientes: o rico e o pobre. A pessoa se reduz a números. Tudo é muito interesseiro. Não existe parceria que não seja comercial, financeira. Eu desconfiava de tudo e de todos. Parecia uma investigadora. Tudo era suspeito. Percebi que estava perdendo a fé nos outros... Até o dia em que tive uma crise de pânico dirigindo na Ponte Rio-Niterói.

Após a crise, teve que ser socorrida por paramédicos e, na entrevista, contou o que mudou na sua vida desde esse dia:

Nunca mais dirigi na Ponte Rio-Niterói. Não dirijo com frequência. Já cheguei a ter medo de sair de casa, chorar desesperadamente porque não sabia que roupa vestir para ir ao trabalho. Deixava de ir a aula, festas, reuniões, passeios por medo de ter ataques de pânico novamente.

Ao ser diagnosticada com síndrome do pânico e iniciar um tratamento à base do antidepressivo *Citalopram*, Angela conta que foi demitida do banco em que trabalhava. O que poderia ter sido uma situação de desespero, porém, transformou-se para ela num grande alívio, pois embora soubesse das dificuldades que implica ficar desempregada, tinha o grande apoio do marido e “estava agradecida por não sofrer mais para ir trabalhar”. Depois, contudo, ao perceber que o medicamento estava começando a mudar o seu comportamento, tornando-a lenta e deixando-a sempre num aparente estado de *doping mental*, interrompeu o consumo e começou um tratamento terapêutico. Desde então, ela diz que resolveu ir em busca dos seus sonhos, começou a se dedicar à carreira acadêmica e agora se sente uma pessoa feliz e não mais pressionada:

Hoje não me preocupo tanto com a “busca obstinada pela realização”. Sou feliz porque trabalho com o que gosto, sem pressão de terceiros, cuido da minha casa, da minha família e de mim. Claro que não tenho mais os rendimentos dos tempos de bancária, mas a compensação é exatamente na felicidade e na união de minha família e amigos.

3.2.3 O Rivotril esconde o que você não quer ter

*Eu vou pagar a conta do analista
Pra nunca mais ter que saber quem eu sou (...)
Pois aquele garoto que ia mudar o mundo
Agora assiste a tudo em cima do muro*

Cazuza

Rafael tem 30 anos, é carioca, publicitário e atualmente faz mestrado em Comunicação. Ele conta que, desde a adolescência, em sua caixa de primeiros-socorros não faltam medicamentos para "otimizar" várias instâncias da sua vida. Já passaram por lá remédios controlados como *Ritalina*, anfetaminas, *Midazolan* e, há algum tempo, também

Rivotril e Zolpidem. Tais substâncias inseriram-se no íntimo de seu cotidiano, transformando sua visão do mundo, suas experiências e, principalmente, seus modos de ser e de viver, de acordo com seus próprios depoimentos. A história de Rafael merece uma atenção especial nesta dissertação, sobretudo porque revela um lado menos luminoso da busca artificial pela performance e pela felicidade obrigatória, muitas vezes invisibilizados e pouco problematizados nos discursos midiáticos. Este depoimento, portanto, que seu deu através de uma longa conversa por *Skype* e por *Facebook*, oferece-nos algumas possíveis pistas para refletir acerca das consequências de tais práticas, sobretudo quando o consumo dessas substâncias se dá de forma arbitrária, irrefletida e sem acompanhamento médico.

O entrevistado conta que tudo começou quando ele tinha 17 anos. Percebia-se, na época, com muita dificuldade para se concentrar em atividades que não eram de seu interesse e que não lhe davam prazer, mesmo que fossem necessárias e que estivessem presentes em seu cotidiano. Embora tal dispersão sempre o tivesse acompanhado em sua vida, ela soava como algo estranho e ele sabia que era da ordem do "incorreto". Com o incentivo de sua mãe, portanto, tomou a decisão de procurar um psiquiatra, que logo o diagnosticou com TDAH e lhe prescreveu uma receita de *Ritalina*. Após iniciar a medicalização, Rafael relatou que nada mais o incomodava nem atrapalhava seus afazeres nos momentos em que a concentração era exigida: sob efeito do fármaco, ele conseguia ler livros e realizar diversos trabalhos, sem se render às distrações oferecidas pela internet, pela televisão ou pelas conversas alheias que ocorriam em seu entorno. “Depois que comecei a tomar o remédio, consegui fazer as coisas chatas de que eu não gostava com mais foco. Quando você toma o remédio uma vez e vê a capacidade de foco que ele traz, aceitar o desinteresse fica difícil”, disse ele ao relatar sua experiência.

Ao ser diagnosticado, ele conta que se sentiu "feliz", pois até então se achava "burro e incapaz de fazer as coisas". Embora sofresse diversos apelos familiares para mudar seu estilo de vida e tivesse consciência da importância de tentar trilhar seu próprio caminho de modo a conquistar sucesso profissional e financeiro, nada o fazia sair daquele estado de “hibernação”. Tal comportamento, que poderia ser interpretado como um traço próprio da idade – uma vez que ele ainda era relativamente novo para ter que suportar com tanta responsabilidade o peso dos compromissos e a obrigação de ter que ser bem-sucedido –, na sua família era motivo de muita preocupação e incômodo. A mãe, por exemplo, valeu-se de diversas técnicas para tentar "reprogramar" aquele corpo e aquela subjetividade que não pareciam compatíveis com a

lógica contemporânea. Ela percebeu, então, que, somente os auxílios dos mecanismos das instituições modernas – como a escola, a psicanálise e os sermões familiares – não seriam suficientes para adequá-lo às demandas produtivas do capitalismo mais atual. Diante disso, resolveram recorrer à psiquiatria, em busca de soluções biotecnológicas consideradas mais eficazes e de uma explicação científica para aqueles "desvios" que tanto os perturbavam.

A única coisa que me fez entender que eu tinha que fazer coisas que eu não queria foi o remédio. Nenhum discurso nunca me convenceu. Todo mundo falava que eu estava errado e eu me sentia vagabundo [...] Com o diagnóstico me senti bem, pois pensei: eu não faço as coisas porque eu sou *vagabundo*, eu não faço porque eu sou *hiperativo*.

Com a biologização do sintoma, portanto, o comportamento de Rafael se tornou cientificamente justificado, revelando-se como algo que ocorria para além de seu controle. Isso fez com que suas condutas fossem naturalizadas, com raiz biológica, e deixassem de ser um problema de sua responsabilidade, ou mesmo um alerta que deveria ser explorado e mais bem compreendido, porque a ciência já tinha um diagnóstico preciso e até um tratamento para casos como o dele. Assim, a falta de atenção e de interesse tornaram-se uma patologia, um desequilíbrio químico que deveria ser tratado, "desprogramado" e "reprogramado" por vias farmacológicas.

Como nos outros casos aqui relatados, a possibilidade de pensar nos próprios conflitos como algo concreto e de ordem física ou biológica confere ao sujeito um sentido ao sofrimento outrora inexplicável, tirando parte da culpa por não conseguir mudar aquele comportamento por todos considerado negativo. Ao mesmo tempo, o diagnóstico psiquiátrico dá esperanças de que, através de um objeto técnico, a conduta daquele que sofre pode vir a se modificar. Receber um rótulo patológico, portanto, neste novo quadro, torna-se um passo importante pois, assim, tanto introduz o diagnosticado no universo medicamentoso – alimentando os interesses da indústria farmacêutica – quanto confere a ele uma noção de identidade (Sharpe, 2013). Tudo isso é perfeitamente compatível com as torções mais recentes do capitalismo, encarnado em seu novo "espírito".

Contudo, mesmo com o alívio que se obtém ao receber o diagnóstico, e embora se valendo disso para justificar seu comportamento para os outros, Rafael disse na entrevista que em nenhum momento encarou a sua "hiperatividade" como uma espécie de doença, e que portanto nunca considerou o remédio como um tratamento viável para combater o problema. Ele ainda confessou que, na época, tinha certa resistência a tomar qualquer tipo de medicação

e, mesmo receitado, não fazia uso contínuo da *Ritalina*. Limitava-se apenas a consumi-la como uma forma de suplemento energético que poderia ajudá-lo em seus trabalhos. Mais do que a via médica para a correção de um possível transtorno, o medicamento tornou-se uma prótese que o habilitava a se adequar, sem relutância, ao mundo e às expectativas da sociedade, conforme ele próprio relata:

Eu vi o medicamento como uma coisa para me ajudar a ser o que as pessoas queriam que eu fosse, mas não enxergava aquilo como medicamento, enxergava como: vocês querem que eu faça isso? Então vou tomar o remédio, porque aí eu vou ficar direitinho e vou agradecer as pessoas. Tomava pra poder agradecer e poder realizar o trabalho. Eu queria me formar, queria fazer as coisas bem feitas e o remédio era como se fosse um energético, dava um foco como se fosse um suplemento para ajudar a realizar uma atividade, uma orientação mental. Igual quando eu tomo um *Red Bull* para ir para festa, eu tomava o remédio para trabalhar. E o suplemento você toma feliz, você não encara isso como um problema.

Embora a *Ritalina* tenha sido importante para o seu desempenho, o entrevistado conta que não chegou a se viciar tanto na droga e, após cinco anos de consumo mais ou menos regular, interrompeu o tratamento, pois à medida que foi realizando atividades do seu interesse, o remédio foi deixando de ser necessário e de fazer sentido – o que torna o diagnóstico psiquiátrico ainda mais contestável. Contudo, ele relatou que, quando se viu diante de uma emergência no trabalho e precisou editar oitenta páginas de uma revista em apenas um dia, acatou a dica dos amigos e recorreu a uma outra droga estimulante: a anfetamina.⁷² Dessa vez, apenas um comprimido foi o suficiente para que ele conseguisse dar conta da alta demanda produtiva, finalizando o trabalho dentro do prazo. Depois da experiência “bem-sucedida”, Rafael resolveu repetir a dose para uma outra finalidade: ter um “carnaval perfeito”. Ele e os colegas, que até então só consumiam o medicamento para estudar e trabalhar, resolveram tomar a anfetamina durante todos os dias de folia, misturando-a com álcool e outros aditivos. A intenção era ter disposição para participar de todos os blocos de rua do carnaval carioca, sem se incomodar com o sol e com o cansaço. Em sua opinião, a droga tornava-se a ferramenta ideal para ajudar nisso, pois ela “deixa ligadão na medida certa” e ainda possibilita, depois, uma ótima noite de sono, diferentemente do que ocorre com os energéticos vendidos em supermercado, que “atrapalham o sono e proporcionam uma agitação estranha no fim do dia”. Tal experiência, segundo ele, não apenas foi um sucesso e inesquecível, como também proporcionou o “melhor carnaval” de sua vida.

⁷² Em 2011 a venda de anfetamina foi proibida no Brasil.

Percebe-se, portanto, que, com as possibilidades de otimização do desempenho e de “estar mais do que bem” oferecidas pelos psicotrópicos (Bezerra, 2002), o “bom” deixa de ser satisfatório, passando a haver uma busca desenfreada e certa obrigatoriedade pela excelência, ou por uma constante superação dos limites em todas as instâncias da vida. Todas características que são próprias do espírito empresarial, aliás. Diante da fala de Rafael, bem como de boa parte dos entrevistados, em alguns momentos ficava clara a insatisfação com qualquer prática ou ação que se distancie de um estado de “perfeição” e de felicidade em qualquer âmbito. Assim, portanto, cabe deduzir que, quando a possibilidade farmacológica de reprogramar os humores e os processos vitais se apresenta, cabe a cada um a responsabilidade de tomar as iniciativas necessárias para buscar o aprimoramento do jeito que for. Por outro lado, se o estado ideal de bem-estar não for alcançado, pode se instalar uma sensação de fracasso, revelando-se como uma deficiência e uma incapacidade de agir por si próprio (Binkley, 2010).

A terceira experiência de Rafael com fármacos controlados ocorreu quando ele tinha 23 anos de idade e mudou radicalmente a sua vida. Mais uma vez, a busca pela medicação não se justificava pelos seus fins oficiais, ou seja, pela possível cura ou correção de um transtorno, mas sim pela otimização de uma conduta que se encontrava abaixo do que ele considerava ideal e desejável. “Depois da anfetamina, comecei a tomar 0,5 mg de *Rivotril*. Eu tomava pra poder dormir, só para dormir, não era por ansiedade, por insônia, por nada. Era porque o *Rivotril* me fazia ter um sono maravilhoso, um sono *perfeito*”, confessa o entrevistado. Ele diz ainda que o acesso à droga foi fácil, pois o seu namorado dividia o apartamento com um psiquiatra que fazia o uso da substância para dormir e logo lhe forneceu uma receita para que ele também pudesse experimentar a sensação. Embora não tivesse problemas com o sono, ele queria emagrecer e regular seus horários para conseguir dormir cedo e ter um estilo de vida mais saudável. Assim, “depois de uma noite perfeita”, acordava no início da manhã disposto a praticar atividades físicas e se sentindo “feliz”, algo que teria sido raro antes do calmante.

Também neste caso, então, a prática medicamentosa deixa de ocorrer por um problema de saúde – que, nestas circunstâncias, não está perigosamente ameaçada – e passa a se dar por um excesso de busca dela. Ou seja, por “uma acentuação das capacidades de reação ou de resistência de funções orgânicas com as quais o indivíduo não mais se satisfaz”, conforme afirma David Le Breton, em seu livro *Adeus ao corpo* (2003, p. 60). Assim, o novo hábito

"visa à criação de um ângulo de mira sobre o mundo, um ajuste melhor, e não ao restabelecimento de um equilíbrio vital comprometido" (idem).

Aos poucos, portanto, Rafael foi percebendo outras funções importantes proporcionadas pelo psicofármaco e, quando se deu conta, não conseguiu esconder que estava viciado e que dependia totalmente da ação do medicamento para garantir seu equilíbrio mental e emocional. Segundo suas próprias palavras, o ansiolítico era uma espécie de "pílula mágica da felicidade", à qual ele atribui, hoje, grande parte dos méritos pelo seu bem-estar durante o período de uso.

O Rivotril faz o que você quer. Se você quiser o *Rivotril* pra estudar, você vai estudar bem. Se você quer o *Rivotril* pra ficar feliz com o seu namoro, você fica feliz. Se você quer o Rivotril pra dormir, você dorme bem. Você foca no efeito dele e ele acontece. Pra mim o Rivotril funciona assim, ele age do jeito que eu quero. Tipo, se eu estou preocupado com alguma dívida e tomo um Rivotril, eu esqueço que tenho a dívida. *O Rivotril esconde o que você não quer ter, ele é perfeito.*

De fato, segundo a reportagem "Nação Rivotril", veiculada na Revista *Superinteressante* em julho de 2010, para muitos usuários o medicamento deveria se chamar "paz em drágeas" ou "xarope da paz".⁷³ Sobre o efeito aparentemente milagroso da substância, a matéria explica o seguinte:

Quando somos pressionados, algumas áreas do cérebro passam a trabalhar mais. Vem a ansiedade. O *Rivotril* age estimulando justamente os mecanismos que equilibram esse estado de tensão – inibindo o que estava funcionando demais. A pessoa passa a responder menos aos estímulos externos. Fica tranquila. Ainda que o bicho esteja pegando no trabalho, o casamento indo de mal a pior e as contas se acumulando na porta.

E, em seguida, o texto endossa essas sensações através de alguns depoimentos positivos de usuários do remédio, sempre reforçando a sua eficácia. Entre eles, aparece o testemunho da carioca Bruna Paixão, de 32 anos, que diz o seguinte: "Um dia tomei uma bronca do meu chefe e fiquei péssima. Só pensava nisso. Aí resolvi tomar *Rivotril* para dormir. Tinha uma caixa em casa, dada por um amigo médico. Assisti um pouco de TV, conversei com um amigo no telefone e fui ficando bem". Na mesma direção, a Revista *Trip* lançou em 14 de abril de 2010 a matéria intitulada "Super-normal: o *Rivotril* é a droga com a cara dos dias de hoje, em que temos sempre que estar bem".

⁷³ Disponível em: <<http://super.abril.com.br/saude/nacao-rivotril-587755.shtml>> Acesso em: 10 de julho de 2014.

Já no ano anterior a essas publicações, em 2009, o ator global Selton Mello foi eleito a personalidade do ano através de uma votação popular realizada pela revista *Bravo*, devido aos diversos filmes que havia dirigido e atuado naquele período, concorrendo com artistas consagrados como Chico Buarque, Fernanda Montenegro e Ferreira Gullar. Ao subir no palco, diante de um auditório lotado e de diversos meios de comunicação – que, inclusive, estavam transmitindo o evento ao vivo –, o ator dispensou os agradecimentos tradicionais e fez o seguinte discurso: “Agradeço a quem votou em mim, agradeço a toda indústria farmacêutica e à psicanálise. Faço também uma menção honrosa ao *Cipramil* e ao *Rivotril*, amigos fabulosos que ajudam as pessoas em momentos difíceis. Remédios que deixam você assim: Bem!”.⁷⁴

Utilizado para aplacar os sentimentos ruins dos jovens, das donas de casa e dos trabalhadores, o *Rivotril*, mesmo sendo um medicamento tarja preta, de venda controlada, é o segundo remédio mais vendido no Brasil. Essa popularidade em diferentes classes sociais se dá devido ao intenso trabalho de marketing realizado pela empresa farmacêutica Roche, que o produz, que recai em dois principais fatores. O primeiro deles é o baixo custo: uma caixa de trinta comprimidos custa, em média, R\$ 5,00. Assim, por um baixíssimo valor, pode-se adquirir uma tranquilidade artificial, tornando essa solução muito mais barata e, aparentemente, mais saudável e correta do que outros mecanismos de fuga, como bebidas alcoólicas e outros tipos de drogas. Tomar um comprimido para aguentar a pressão, portanto, tem sido tão trivial (e bem mais eficiente) quanto tomar água com açúcar para “acalmar os nervos”, como se dizia antigamente, ou um copinho de “pinga” para afogar as mágoas. Além disso, o tratamento torna-se muito mais econômico do que, por exemplo, os eventuais gastos com consultas médicas, terapias e outros tratamentos alternativos, sendo assim uma solução econômica encontrada inclusive pelas redes públicas de saúde.

O segundo fator que contribui para o inusitado sucesso do ansiolítico se relaciona com essa última questão mencionada: a prescrição indiscriminada do medicamento, já que ele não é mais administrado apenas pelos psiquiatras, mas por toda sorte de especializações do ramo da saúde. Assim, para qualquer fato comum hoje em dia, que pareça ter minimamente relação com a ansiedade no paciente que faz uma consulta médica, logo o *Rivotril* aparece como uma possível solução. Desde tensão menstrual, enxaqueca e pressão alta até problemas gastrointestinais e disfunções odontológicas, como o bruxismo, por exemplo. Qualquer

⁷⁴ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=4Hz--VYCUUw>>

médico hoje em dia pode prescrever esse tipo de medicamento para seus pacientes, em busca de controlar ou amenizar um leque imenso de sintomas.

Além disso, de acordo com o psiquiatra André Gustavo Silva Costa, especialista em tratamento de dependentes químicos, os “jovens têm tomado o *Rivotril* para cortar o efeito de drogas como cocaína”. E ainda: “eles querem dormir bem para conseguir trabalhar no dia seguinte”, conforme o depoimento do médico à revista *Superinteressante*. Com os diversos usos possíveis sendo propagados desse modo, o benzodiazepínico está na boca do povo. Através da indicação de um consumidor, de pesquisas no *Google* e de reportagens midiáticas, cada vez mais pessoas têm acesso às informações sobre o *Rivotril* e são, portanto, estimuladas a recorrer a ele em busca de aliviar o estresse do dia a dia, aguentar as demandas e anestesiarem as dificuldades da vida cotidiana. Conseguir a receita não tem sido nada difícil e isso contribui para o sucesso da droga, como revelou outro dos entrevistados, Marcos, que é médico e atualmente está se especializando para ser anestesiologista. Ele também faz uso do medicamento, sobretudo para ter disposição na hora de suportar os intensos turnos de trabalho que a profissão requer.

Durante os seus plantões em hospitais do Rio de Janeiro, Marcos conta que muitos pacientes vão ao consultório no intuito de obter uma válvula de escape dos problemas, ou seja, de uma solução farmacológica para “facilitar” suas vidas. Sobre as mulheres, que são maioria, o entrevistado conta que elas chegam reclamando dos filhos ou de brigas com o marido, ou então relatam que não estão felizes com o trabalho, ou mesmo lamuriavam-se por todos esses desgostos ao mesmo tempo. Embora ele diga para elas que esses problemas são comuns, que fazem parte da existência e que um remédio neste caso não se faz necessário ou que seria inadequado, elas rebatem dizendo que não, que elas sabem que estão doentes, que sofrem de depressão, por exemplo, e alegam que precisam do medicamento para continuar a viver. O “não” do médico, neste caso, não é convincente e satisfatório pra elas. Se houver recusa no fornecimento da receita para a compra do produto, elas saem contrariadas e ficam indignadas com o médico, pondo em xeque suas competências, como se ele fosse antiquado e desinformado acerca dos transtornos e dos melhores tratamentos disponíveis. E, em seguida, vão procurar outro profissional de saúde, até conseguirem o que querem. Com base nesse exemplo ministrado por um dos entrevistados, portanto, percebemos que as drogas, muitas vezes, atuam na vida das pessoas como um instrumento que lhes permite *ser* um indivíduo, amansando a dor de viver (Le Breton, 2009).

Com o entrevistado anteriormente mencionado, Rafael, não era diferente: o consumo do ansiolítico se dava como uma espécie de muleta para aliviar a sua dor cotidiana, além de sustentar uma crença de que, dali por diante e graças a ele, todos os seus problemas desapareceriam. Rafael conta que passou por um período difícil em sua vida, envolvendo brigas com a mãe, pressões familiares e ansiedades diversas, sobretudo relacionadas ao trabalho e a seu relacionamento amoroso. Como não poderia deixar de ser, diz que o *Rivotril* ia consolando todos aqueles problemas, antes que eles se acumulassem e se manifestassem de forma mais perturbadora. Assim, quando brigava com o namorado, por exemplo, a solução era se “entupir” de remédio para conseguir lidar com a situação. Mas as discussões estavam se tornando constantes e, em busca de reduzir suas ocorrências, ele resolveu aderir ao ansiolítico com ainda mais intensidade. Ele diz que o *Rivotril* se tornou um grande aliado na relação, pois o deixava menos neurótico e inseguro.

Eu ficava achando que ele estava me traindo, que estava fazendo alguma coisa errada, que tava conversando com alguém e eu tomava *Rivotril* para não achar isso, para não perturbar ele [sic]. Todo mundo tem neurose, mas o *Rivotril* faz você controlar a neurose mais facilmente. Você não perturba a pessoa, não fica perguntando onde ela está, não manda mensagem o tempo todo. Com o *Rivotril* você não faz todas essas perguntas, *você só fala de coisas legais*.

Neste caso, portanto, percebe-se que não é uma doença que está sendo medicada, mas sim uma característica da personalidade que se quer domar e alterar. Entretanto, para o desespero deste entrevistado, após três anos de uso, o remédio foi gradativamente deixando de fazer o efeito desejado e, em busca de obter o resultado ideal, ele foi aumentando a dosagem por conta própria. Assim, passou de 0,5mg para 1mg e, posteriormente, para 2mg. Depois de três anos de uso, já estava tomando três caixas de 30 comprimidos num mês, chegando ao extremo de consumir 12mg em um só dia de grande ansiedade, o que é uma dose imensa, correspondente a seis comprimidos de 2mg. Ele conta ainda que, nessa fase, estava passando por transformações profundas na sua carreira, pois decidiu vender sua agência de publicidade, largar tudo e estudar para entrar num programa de pós-graduação. Nessa situação, o *Rivotril*, que até então costumava ajudá-lo nas indecisões, já não se mostrava como um aliado, pois parecia não mais fazer efeito, deixando-o perdido e desesperado, sem saber se o que estava fazendo era certo ou qual seria a melhor opção.

Numa mistura de pânico e de esperança de reverter aquele quadro, Rafael tomava os comprimidos de forma quase compulsiva, na expectativa de que o efeito viria; mas, mesmo

assim, nada acontecia. O preço daquele exagero, evidentemente, logo se manifestou: além de não fazer mais efeito, o remédio começou a dar ressaca e a causar esquecimentos, insônias, pesadelos, taquicardia, deixando-o perturbado e depressivo. “Parecia que todo aquele TDAH que eu tinha tratado tinha voltado todo depois de três anos de *Rivotril*”, confessou o entrevistado. “Comecei a ficar totalmente perturbado, ficava sem dormir e comecei a fumar muito, porque a ansiedade com o *Rivotril* não passava mais e eu o substituí pelo cigarro”. Acrescentou: “virou uma coisa horrível”. Além disso, Rafael contou que até hoje, sete anos depois, tem muitos lapsos de memória, esquece de palavras fáceis e fatos corriqueiros, mas ainda assim recorre, vez ou outra, ao comprimido, na esperança de que ele vai funcionar um dia.

Neste caso, constata-se que, se o bem-estar e a felicidade eram atribuídos ao psicofármaco, o medicamento também se tornou o responsável por todos os problemas e malestares ocorridos depois que ele deixou de cumprir com o seu papel. “Quando funcionava, achava que as coisas iam acontecer, que tudo ia dar certo... no começo era isso, depois ele não ajudou mais e eu comecei a colocar a culpa nele”, diz. Rafael acreditava que a droga o estava “deixando maluco” e tornando-o uma pessoa pior do que era. Chorava por horas seguidas e, num momento de pânico com a falta de efeito do medicamento, chegou a pensar em suicídio, pois a abstinência da substância juntamente com a perspectiva de que teria que lidar sozinho com seus problemas dali em diante tornavam-se insuportáveis. Como única saída dessa situação desesperadora, pensava em recorrer a outros ansiolíticos que lhe permitissem, finalmente, voltar a fazer as coisas em paz e com alegria. Afinal, como pontua Le Breton (2009, p. 60), “a resolução farmacológica das tensões tem primazia sobre qualquer outra conduta de compreensão ou de restauração”. Assim, conclui o autor: priorizar esse recurso “manifesta a intolerância maior das sensibilidades contemporâneas a qualquer forma de dissabor”.

No caso do entrevistado Rafael, depois de três anos dependendo do benzodiazepínico para controlar todos os seus humores e ansiedades, os incômodos cotidianos, assim como os embates e os sofrimentos, deixaram de fazer sentido e se tornaram intoleráveis. Pois sabendo que havia uma solução química que poderia contribuir para evitá-los, ter que aceitar qualquer outra condição que não a felicidade, o bem-estar e a satisfação tinha se tornado algo inconcebível pra ele, como se tivesse desaprendido a lidar com as pequenas tarefas e imposições cotidianas sem a ajuda daquela prótese química.

Qualquer situação cotidiana simples, são situações que me tiram do sério completamente... Se eu tiver que ir ao banco eu fico completamente puto, se eu tiver que esperar numa fila de restaurante, eu não admito. Por exemplo, o pager [de espera do restaurante] *Outback* é uma coisa que me deixa totalmente transtornado. Essas coisas estimulam a minha vontade de tomar o medicamento. Eu não era assim, isso é pós-*Rivotril*. Depois que eu viquei no *Rivotril* e diminuí o ritmo, eu fiquei muito rabugento, muito chato pras essas situações cotidianas. Ir ao banco, ficar numa fila de um restaurante, pegar um ônibus. Qualquer situação que demande coisas que eu tenho que ficar parado, eu me irrita. Tenho a sensação que o mundo é ridículo, que eu não quero ficar nele, que eu quero voltar pra minha casa, quero ficar na minha cama, acho as pessoas ridículas, isso me estressa... Me dá uma completa sensação de perda de tempo, me acho inútil e acho todas as pessoas horríveis e inúteis também. Gosto de ir a lugares em que as pessoas não estão, porque as pessoas me incomodam. Quando eu bato de frente com coisas do dia a dia, eu fico muito mal mesmo e isso está me levando a uma postura de isolamento muito grande. Eu só saio pra festa, pra festa eu quero ir, porque na festa a multidão não me incomoda, a multidão está se divertindo. Na festa eu não tenho medo das pessoas.

Tendo em vista esse quadro, Rafael passou a se isolar cada vez mais por não se sentir parte do mundo e da sociedade. “Quando eu tomava o remédio, eu era compatível com o mundo, deixei de tomar o remédio, fiquei incompatível”, diz. Passou a ter medo das pessoas, achando que a qualquer momento poderia lhe acontecer alguma coisa mais trágica e, segundo ele próprio relatou, tudo o que pensa nessas circunstâncias é que já não terá mais o remédio como suporte. Cabe ressaltar, portanto, que seu temor não é pela tragédia em si, pois com o medicamento isso sequer se tornaria uma preocupação; por isso, o consumo da substância química acabou se tornando mais importante que qualquer perda ou dor, como ele mesmo revela: “o remédio é superior à causa do sofrimento. O efeito é o que interessa, a causa podia ser combatida, ela fica menor perto do remédio, pois o remédio acaba com ela”. Portanto, para este entrevistado, não havia grande problema em perder uma “batalha” ou um afeto, como ele próprio complementou: “eu podia perder... perder um enfrentamento, um dano qualquer, uma coisa que não dá certo... um amor, um parente”.

Mas, ainda assim, Rafael contou que ele nunca se valeu dos remédios para superar uma morte sentida, como, por exemplo, a de seu avô, que foi quem o criou. Como essa é uma condição humana, inevitável e natural, o entrevistado disse acreditar que, nesses momentos da vida, é preciso saber lidar com a perda também. Portanto, nessas horas se permite sofrer, de acordo com seus próprios depoimentos, mas ele ressaltou que gosta de saber que o sofrimento é uma opção que pode ser interrompida quando assim o desejar. Com isso ele revela que há certa cota de incômodos diários que são toleráveis, a partir de um filtro que avalia o que pode ser suportável ou não, mas tal critério não é qualitativo, apenas quantitativo. Se ele se

estressou com o trânsito naquele dia, a cota já foi preenchida e ele não está disposto a chegar em casa e ter uma discussão de relacionamento, por exemplo. Entretanto, na entrevista, ele contou que não se permite (ou evita ao máximo) viver os aborrecimentos de ordem mais pragmática, como a impaciência com as filas e com as esperas em geral, pois tem consciência de que isso não precisa mais ser vivido, já que pode ser evitado e anestesiado por um medicamento. Sobressai-se, assim, uma vontade de se libertar do acaso e da ambivalência do mundo, sendo estas substituídas por uma vontade agora percebida como autônoma e soberana (Le Breton, 2009).

O remédio alterou meu comportamento em relação à vida, não minha ideia sobre ela. Eu sei que "estou errado", que são "futilidades", "mimos", mas, durante o período em que funcionava, o conforto era grande. Não é uma questão de não saber enfrentar os problemas, é uma questão de saber que existe (ou existia) uma solução. Se existe uma solução, por que eu devo enfrentar? É confortável... era confortável, né? A partir do momento em que o efeito acabou, tudo ficou muito pior. Os problemas pequenos se tornaram enormes, tive esse isolamento, insônia, pesadelos, pânico, acho que vou enfartar. Isso acontece com frequência atualmente. Isso não existia, isso é pós-medicação, todos esses medos. Então às vezes me sinto sem alternativa e tomo o remédio, mas é uma droga, né? Então é só a lembrança de uma sensação que ele proporcionava, por isso eu acho que eu gosto de ter o remédio, é uma esperança de que ele vai funcionar...

Como os efeitos do Rivotril deixaram de se manifestar em seu corpo, Rafael se tornou refém de uma sensação que não existe mais e, portanto, não é mais sentida. Ele ficou atrelado a uma ideia de felicidade e de perfeição que a “vida real” não pode lhe proporcionar através de meios naturais e incontroláveis. Há quatro anos, então, desde que o remédio parou de funcionar, sua vida gira em torno de uma tentativa enlouquecida de se blindar de todo e qualquer aborrecimento, pois ele não tem confiança em seus próprios recursos para encará-los sozinho e necessita sempre de uma solução técnica de efeito previsível e imediato para tal. Na ausência dela, tornou-se incapaz de encarar qualquer frustração, inclusive a própria expectativa da frustração. Nessa tentativa de autoproteção, ele diz que tenta, ao máximo, prever e controlar todo o acaso, em busca de evitar passar por situações de pânico e de aflição, uma vez que diante desses sentimentos fica paralisado e sem ação.

Só acho que tenho que viver coisas boas, não me permito viver experiências ruins de jeito nenhum. Pra eu poder sair de casa, tem que estar tudo planejado pra tudo ser lindo, perfeito, pras pessoas serem super legais, pra tudo dar certo. Não pode acontecer nenhum imprevisto, tem que ser tudo planejado pra eu não precisar do remédio. Se alguma coisa sair do foco no meio do caminho, eu vou ter que precisar do

remédio e eu não quero isso. Portanto, tem que ter toda uma estrutura pra funcionar, pra eu poder conseguir viver sem ele.

Se acontecer alguma coisa de errado e eu me vir numa situação de combate, vou saber que agora vou ter que superar isso, vou ter que superar a pessoa que me irritou, vou ter que superar o avião que eu perdi, vou ter que superar o texto que não escrevi, o trabalho que não fiz direito... Quando me vejo em qualquer situação de embate, eu fico muito depressivo, porque eu sei que vou tomar o remédio, que o remédio não vai fazer efeito e que o embate não vai ser resolvido e eu fico com vontade de desistir de tudo e me isolo.

Para ir encerrando esta reflexão sobre a produção farmacológica de si, valendo-nos dos autores e das entrevistas realizadas na pesquisa que alicerça esta dissertação – sobretudo esta última aqui narrada, que parece ser um caso mais sério e preocupante –, podemos ressaltar que as drogas se apresentam aos sujeitos contemporâneos como uma maneira de se livrar do doloroso peso da liberdade e da autonomia que, por sua vez, acena para “o perigo de se virar um nada, caso não se consiga produzir o perfil requerido para gravitar em alguma órbita do mercado”, fazendo com que “os vazios de sentido sejam insuportáveis”, como ressalta a psicanalista Suely Rolnik, em seu artigo *Toxicômanos de identidade* (1992, p. 2). A medicalização, portanto, apresenta-se como um recurso para aqueles que não conseguiram conquistar a si mesmos ou produzir uma imagem de si conforme o que se considera desejável e, então, se perderam na tentativa. Assim, reconhecendo-se incapazes de alcançar autonomia, afastam-se gradativamente de uma independência em relação a si mesmos e à realidade social (Ehrenberg, 2010).

Isso ocorre também porque, em tempos em que o sofrimento não tem mais o sentido de uma provação a ser superada, generaliza-se a necessidade de apagar, quimicamente e o quanto antes, os transtornos que causam aflição e se apresentam como uma disfunção, uma anomalia “tanto mais insuportável quanto se impõe o bem-estar como ideal de vida preeminente”, como sublinha Gilles Lipovetsky em seu livro *A felicidade paradoxal* (2007, p. 289). Com o declínio da interioridade psicológica, balizada pela noção de conflito enraizado nas próprias essências, há um favorecimento por “uma espécie de gerente e empresário de si, adequado aos ritmos velozes que modulam e dissolvem qualquer fixação, tanto identitária quanto afetiva” (Franco Ferraz, 2012, p. 153). O sofrimento se mostra, assim, sem razão aparente de ser nutrido e compreendido, tendo que ser descartado de imediato por sua falta de sentido, uma vez que seu aparecimento explicita e dedura, aos olhos de si e dos outros, que a

performance daquele que sofre é falha, fracassada e insuficiente. Essa noção aparece de forma muito clara na fala de Rafael, como se constata a seguir:

Não entendo esses embates como uma experiência de amadurecimento, mas como uma experiência de não ter dado certo. Esse erro não me traz uma maturidade, mas uma falta de esperança. Não é amadurecimento, é perda... Pra mim, eu estou perdendo, não estou amadurecendo nada, não deu certo, não me faz bem. É uma sensação de impotência. Aprender com erro nada, amadurecer nada, é só uma experiência de lamentação, sei lá, uma sensação de que você não pode, de que não é capaz... 'Aprender que a vida é feita de desencontros'... pra mim desencontrar não é nada legal, não tem nenhuma experiência maneira nos desencontros e no sofrimento. Não acredito que uma experiência de sofrimento pode fazer com que você cresça de alguma maneira, acho que não, acho que você fica pior, não cresce em nada.

Os psicoestimulantes, dessa forma, se mostram como um atalho para a suspensão de um tempo que não é mais necessário de ser vivido (e nem sequer admitido) para apaziguar as dores e as insatisfações. Os remédios têm que estar à disposição de todos os indivíduos que desejam ou necessitam mudar de estado de humor ou de vigilância, sem precisarem se entregar ao algoz "passar do tempo" para conquistar uma condição psicológica mais desejável ou para se condicionar a desenvolver uma "disciplina para a qual não têm paciência" (Le Breton, 2009, p. 61). Por meio desses recursos técnicos, quando eles funcionam, a duração é abolida, o que é extremamente útil num contexto em que a necessidade de urgência povoa o imaginário social em todos os sentidos, até naqueles mais banais, transformando qualquer simples insatisfação numa blasfêmia imperdoável.

No caso de Rafael, apesar de todos os relatos acerca dos incômodos que ele diz sentir, ele também confessa que antes de tomar *Rivotril* não se perturbava tanto com as situações cotidianas. Ele era uma pessoa tranquila, bem humorada e com boas relações afetivas. Contudo, diz que o remédio o mimou de tal forma que ele se perdeu dele mesmo durante o tempo de uso mais intenso, que durou três anos. Agora, mesmo com o consumo relativamente suspenso, sente-se cada vez mais confuso, ao passo que o isolamento que ele começou a se impor não permite a troca e o diálogo, atividades que são fundamentais para a produção das subjetividades contemporâneas, cada vez mais voltadas para o olhar do outro e desprovidas de uma ancoragem "interiorizada" (Riesman, 1995). Sobre isso, ele relata: "Essa falta de relação faz você se perder dentro de você mesmo, porque você passa a não ter um *feedback*, uma troca, e começa a ficar confuso sobre opiniões e decisões. O isolamento faz isso, faz com que você fique alheio, que você não se descubra, porque não há troca". Com o remédio, no entanto, ele revela que a presença do outro não se fazia necessária para a produção e a

concepção de si, pois essa necessidade de tentar saber quem ele era nem chegava a ser uma questão. “Com o remédio a troca não era exigida, eu não precisava estar imerso, não precisava troca ou aceitar, não precisava jogar, o remédio me dava o ‘direito’ de somente contemplar e isso parecia legal, mas hoje eu descobri que não era”.

Sem que ele tivesse se dado conta, portanto, o medicamento serviu como um refúgio da realidade para Rafael, levando-o, em muitos momentos, a um estado contemplativo de tudo e de todos, como se ele não fizesse parte integralmente das situações vividas. O conflito não mais se encontrava presente em sua vida: os sofrimentos, as pressões e as cobranças pareciam não existir durante este tempo. Não porque eles tivessem, de fato, deixado de se apresentar, mas porque eles não se configuravam mais como um problema, enquanto ele via tudo com passividade, aceitação e conformismo: simplesmente não se afetava mais com as situações de modo negativo, pelo menos não por muito tempo, pois quando algum sinal ruim aparecia, o remédio logo o salvava, anestesiando-o de tudo.

Quando trabalhava na editoria de um jornal, por exemplo, este entrevistado relatou que ele odiava escrever matérias para a seção policial por conta do teor das notícias, mas quando estava sob efeito do fármaco, aquilo não o incomodava mais, ele simplesmente fazia o trabalho e pronto. Inclusive, revelou que chegava até a achar graça de muitas das pautas, pois não via mais as tragédias com estranhamento, mas sim como mais um entretenimento. Nesse mesmo sentido, ele contou que vários amigos dele que são recém-médicos, fazem o uso constante de *Rivotril* tanto para dormir quanto para aguentar as graves ocorrências nos hospitais. E, o que o impressiona quando conversa com eles, é que eles contam rindo sobre as mortes, sobre pacientes esfaqueados e outras ocorrências, como se fossem situações divertidas e até mesmo um pouco prazerosas, já que tem certa sensação de aventura e de novidade naquelas experiências. Essa noção de conformismo e de falta de senso crítico, no entanto, não era percebida por Rafael na época em que desfrutava das benesses do remédio; em vez disso, sentia-se livre de qualquer confronto.

Não me sentia no mundo paralelo quando eu tomava, hoje eu sei q era um mundo paralelo, mas quando eu tomava era legal, era diferente do álcool, que você sabe que bebe pra esquecer e no dia seguinte, você lembra. Com o remédio você não lembra mesmo, aquela crítica, assunto desagradável ou sofrimento não atravessa. O remédio me consolava numa espécie de autismo justificado, um "autismo" sem problemas. Achava perfeito, só que hoje eu vejo que isso me deixou um vazio, me deu uma falha que me gerou essa intolerância, o remédio me trouxe isso.

Sobre esse estado de contemplação e de “autismo justificado”, ele exemplifica:

Uma situação que me incomoda: a barca Rio-Niterói. Eu odeio a barca, odeio a maneira como as pessoas andam na barca, saem da barca, a velocidade delas. Não entendo porque elas são tão rápidas. Com o remédio eu achava tudo lindo. Eu via as pessoas saindo rápido da barca, eu falava: ‘que beleza!’, eu via aquilo como uma paisagem. Não me sentia imerso naquilo, me sentia contemplativo só. Quando eu tomo remédio, eu passo somente a contemplar, então aquelas pessoas, naquele ritmo de trabalho não me incomodam... achava aquilo digno, hoje não acho digno mais e acredito que o problema foi o remédio. Quando eu não tomo o remédio, eu sou igual àquelas pessoas saindo da barca e aquilo me perturba de uma tal maneira que eu nunca mais quero andar de barca.

Ao contrário do que possa parecer, não são os problemas sociais e mundanos que parecem absurdos ao entrevistado e que, portanto, ele considera que deveriam ser resolvidos. O que lhe incomoda mesmo (e mais uma vez) é a impossibilidade de contar com o remédio para que aquela sensação que soa como desagradável deixe de se manifestar e se converta em algo positivo. Em outras palavras: Rafael não atribui aos problemas sociais ou pessoais os fatos que lhe causam incômodo atualmente, mas a ele mesmo, ou mais precisamente, ao *Rivotril*. Devido ao “efeito colateral” do remédio, ele sente como se tivesse tido suas “vistas embaçadas”, não sendo mais capaz de enxergar o mundo de forma leve e positiva, já que o medicamento “tirou” isso dele – sobretudo porque desnaturalizou muitos dos incômodos cotidianos que sempre se apresentavam como algo normal, intrínseco à vida, mas que deixaram de ser assim quando uma solução técnica se apresentou. Por tudo isso que foi relatado na entrevista, ele admitiu que se sente, hoje, seriamente doente.

Para além dos reais problemas que a dependência com relação a drogas como *Rivotril* pode ter de fato causado neste entrevistado, e das sequelas que essa situação tenha deixado nele, esse sentimento de adoecimento devido a um sofrimento sentido torna-se justificado e coerente na sociedade atual. Isso porque a noção de saúde e de felicidade se aproximam a tal ponto, agora, que terminam se tornando a mesma coisa. Nesta “razão farmacêutica” que predomina, o sofrimento passa a ser uma doença e a doença torna-se um efeito do sofrimento, como pontuam Paulo Vaz e Daniel Portugal (2012b). No entanto, cabe perguntar: será que há doença maior, e em maior estado de alerta, do que a passividade e o conformismo irrefletido?

Esse choque de realidade sentido por Rafael poderia, inclusive, ter sido benéfico, se tivesse se deslocado de um estado passivo para uma participação no mundo de forma mais presente e militante, seja lutando em busca de combater as injustiças que tanto lhe afligem, ou tentando converter os pequenos e grandes desagrados em melhorias. Mas ele acabou tendo uma sequela ainda mais preocupante: o medicamento se tornou o grande protagonista de sua

vida, até mesmo em sua ausência, como ele mesmo fez questão de mencionar, pois embora já não tenha mais suas capacidades de outrora, o tempo todo ele pensa no *Rivotril* e em como as coisas seriam melhores se a substância ainda fizesse efeito. Conforme ele próprio relata:

Penso no remédio sempre, toda vez que estou triste, passando por problemas, eu só penso no remédio, isso não acontecia. E fico pior ainda quando imagino que o medicamento não vai fazer mais efeito, essa é a pior parte, é o que mais me incomoda. Saber que eu não tenho mais o remédio me assombra, sabe? É muito triste, porque eu encarava o *Rivotril* como um amigo, uma coisa, um companheiro que vai me ajudar, que vai me fazer ver as coisas de uma maneira legal.

O problema é que, com o remédio tomando as rédeas da sua vida e balizando seus pensamentos, Rafael deixou de ter discernimento a respeito de se o que o desagrada é por conta da ausência do produto químico ou porque a sua subjetividade mudou e está em constante transformação. É como se ele tivesse vivido até os 23 anos sendo “ele mesmo” e, de repente, três anos depois de um uso intenso de *Rivotril* e após uma perda total de si, ele estivesse sempre em busca daquela mesma personalidade que tinha antes do medicamento, acreditando que ela deveria estar ali, estável e intocável, à espera de ele voltar à “realidade” para resgatá-la. Agora, já com 30 anos de idade, parece que essa mesma busca ainda se faz presente. Como ele não a encontra mais, acredita que foi o benzodiazepínico que tirou tudo dele e, por isso, culpa-o novamente.

Um exemplo é a sua relação com o pai, de acordo com seu próprio relato na entrevista. A vida toda, eles tiveram um relacionamento bom, mas depois que o ansiolítico deixou de fazer efeito em Rafael, várias peculiaridades do pai passaram a incomodá-lo profundamente, a ponto de ele resolver interromper a relação e não mais conversar com ele. O entrevistado confessa, porém, sentir-se mimado e infantil por isso. Afinal, como se explica que ele notasse tantos defeitos no pai “de uma hora pra outra”? Isso lhe parece inconcebível, e a única explicação que lhe cabe é que o remédio afetou o seu discernimento, tornando-o uma pessoa amarga e ranzinza. Como diz não saber até que ponto essas condutas e comportamentos são dele ou são ainda sequelas do uso intensivo do remédio agindo sobre ele – se é que essa dissociação é possível de ser feita –, pelas dúvidas, agora Rafael atribui tudo ao medicamento de forma impensada. Entre outros motivos, talvez, porque assim o peso da culpa ou da própria responsabilidade se torna menor.

Hoje em dia, no entanto, o entrevistado conta que a fase de maior crise já passou e a sua vida está começando a fazer mais sentido. Diz que finalmente está estudando e

trabalhando com o que realmente gosta e, aos poucos, está reaprendendo a viver por si só. Ainda assim, Rafael conta que está constantemente em busca de um novo medicamento e, volta e meia, recorre ao *Rivotril* como uma esperança, nunca correspondida, para aliviar seus sofrimentos e ajudá-lo em questões diversas. Afinal, como ele mesmo relata: “Tenho problemas até hoje por conta do uso, e mesmo assim falo com carinho do remédio, é um amor. Mesmo sabendo que ele me faz mal, eu amo o *Rivotril!*”.

Como o medicamento não faz mais o efeito desejado, porém, é importante ressaltar que todas essas experiências narradas configuram a memória do entrevistado que, por sua vez, vale-se de muitos de seus filtros atuais para atribuir sentido ao vivido e ao sofrimento de outrora. Há, assim, uma narrativa nostálgica, juntamente com o ímpeto de supervalorizar aquele tempo que não volta mais, no qual a vida parecia muito mais leve, agradável e feliz.

O esforço de Rafael, o tempo todo durante a entrevista, era o de passar a imagem do remédio como sendo a solução para todos os problemas. Isso se torna ainda mais revelador, justamente pelo endeusamento da substância que ele criou em seu imaginário, que pode ser real ou não. Diante disso, será que o remédio não faz mesmo efeito ou simplesmente deixou de corresponder às expectativas onipotentes que ele criou, ao se acostumar com a assistência permanente dessa prótese química?

3.2.4 “É que Narciso acha feio o que não é espelho”

Por fim, para concluir esta dissertação, cabe notar que, ao perguntar aos entrevistados sobre os motivos que têm levado as pessoas a tomarem medicamentos controlados na sociedade atual, de forma mais generalizada, o que pude perceber foi que as respostas retratavam suas próprias vidas. Apareciam nos relatos as suas buscas e insatisfações, ou seja, cada qual tratava o problema social a partir do ponto de vista de seus próprios enfrentamentos, como se eles também fossem compartilhados por todos. Em outras palavras, foi detectado que o discurso dos usuários destas drogas sobre o mundo e a sociedade representa uma dimensão da realidade de cada um e de sua experiência (Fonseca, 1999). Nessa pluralidade discursiva, ao mesmo tempo em que encontramos características singulares, detectamos que elas conformavam eixos condutores invariáveis, ou seja, apresentavam ideias em comum e

complementares, revelando alguns aspectos gerais da cultura atual, como poderemos ver nos diversos depoimentos seguintes:

Eu diria que vem em parte dessa cobrança social da felicidade, como se hoje tivéssemos perdido o direito à infelicidade. Então, se estou passando por um sofrimento, um momento triste, é mais fácil e "digno" tomar remédio, "engolir o choro", que a coisa vai passar. Viver o luto é uma coisa que tá difícil para as pessoas. Elas não se permitem isso e acham que têm que ser feliz o tempo todo, ter a maior quantidade de amigos, ter o trabalho mais bacana, as festas mais agitadas, e ainda emitem o comprovante social, como digo, que é no dia seguinte ter muitas e muitas fotos na rede social (Camila, capixaba, 26 anos, assessora de imprensa e produtora cultural, solteira, sem filhos).

Necessidades da vida moderna, sobretudo para as mulheres que exercem tantos papéis e se cobram tanto (Carine, capixaba, 37 anos, professora universitária e empresária, casada, dois filhos).

Hoje em dia acho que as pessoas usam esses artifícios para ‘otimizar’ seu tempo sem que tenham muito trabalho para isso. É como um ‘atalho’ para atingirem seus objetivos sem terem que esperar o tempo normal e fazerem esforço (Isadora, 21 anos, carioca, atriz e estudante, solteira, sem filhos).

Apesar de o uso de drogas ser algo recorrente na história da cultura, o que acho que acontece hoje em nossa sociedade, quando essa forma do capitalismo promove uma “servidão voluntária”, é um deslocamento do uso de drogas para a adequação ao mundo do trabalho (Gabriel, carioca, doutorando e professor universitário, 27 anos, solteiro, sem filhos).

É um sintoma de toda uma solicitação social produtivista, e somada à vivência do tempo “online, non-stop, on-demand” que temos na atualidade (Roberto, 40 anos, paulista, professor universitário, solteiro, sem filhos).

A meu ver o aumento dos “males da alma” surgiu do afastamento do homem dos seus limites naturais e da desconstrução do “homem individual natural” para subordiná-lo às diversas regras sociais, produtivas e de mercado, que nem sempre se coadunam integralmente com o “ser individual” que as adota e acaba por gerar um conflito de ordem psicológica, chegando até mesmo aos problemas psiquiátricos (Luiz, 53 anos, policial civil, solteiro, uma filha).

As pessoas querem ser felizes, não querem entrar em confronto, querem ser agradáveis e tolerantes, bem humoradas, tudo isso... As pessoas também não querem depender das outras e essa dependência é inevitável. Todos nós dependemos de alguém: ou do nosso patrão, ou do nosso amor ou dos nossos pais, dependemos de alguma coisa, em todos os sentidos, emocionalmente e financeiramente também. O medicamento não traz essa pressão por independência. O medicamento te deixa livre dessas pressões (Rafael, 30 anos, mestrando e publicitário, namorando, sem filhos).

Embora as reverberações do espírito empresarial sejam múltiplas, amplas e complexas, as pessoas enxergam, sobretudo, aquelas que as afetam diretamente, como podemos notar nos

depoimentos acima. No entanto, essas percepções relatadas por alguns dos entrevistados não parecem apresentar motivos suficientes para indignações profundas ou para fazê-los reagir de forma mais efetiva e coletiva em relação aos problemas do mundo e, particularmente, aos que os afligem. Em vez disso, conformam-se, tratam a situação como algo a ser aceito e vivido, mas não confrontado. Assim, cabe a cada um apenas (o que não é pouca coisa), o papel de tentar se enquadrar neste jogo social, onde, em muitos casos, as substâncias químicas se apresentam como única alternativa possível para que eles consigam (sobre)viver.

4. CONCLUSÕES

A partir de alguns deslocamentos ocorridos nas últimas décadas no campo do poder e do saber na sociedade globalizada, brevemente delineados no decorrer desta dissertação, conclui-se que, o capitalismo, a biopolítica e os roteiros de subjetivação sofreram (e continuam a sofrer) profundas transformações. Os modos de ser e estar no mundo continuam abertos, em constante redefinição, passando por mudanças intensas ao serem afetados por complexas disputas políticas. Esses jogos de poderes, por sua vez, parecem cada vez mais diversificados, além de ambíguos ou mesmo contraditórios, difíceis de serem captados.

Considerando esse quadro, este estudo se propôs a realizar uma árdua tarefa: atentar para alguns dos sentidos e intenções dessas lutas, com a finalidade de delinear um pano de fundo que permitisse identificar algumas pistas acerca do que estamos nos tornando. A intenção dessa empreitada era detectar o que está em jogo nas demandas e vontades mais atuais no campo das subjetividades, sobretudo no que concerne ao mercado de trabalho. Assim, buscou-se analisar alguns dos assujeitamentos vigentes nas sociedades pós-industriais – pautadas e norteadas pelo espírito empresarial, sobretudo, através de uma aliança tácita entre a mídia, o mercado e a tecnociência –, visando a compreender como se dão atualmente as construções de si, principalmente no que se refere aos profissionais mais requisitados.

Cabe ressaltar, contudo, que o objetivo desta dissertação não foi a de denunciar essas três instâncias (mídia, mercado e tecnociência) como as grandes vilãs do mundo globalizado, pois, certamente, essa interpretação, além de ser leviana e simplificadora, reduziria a complexidade de todas as argumentações esboçadas nas páginas precedentes. Este estudo também não almejou oferecer respostas, nem mesmo soluções; tampouco buscou estabelecer verdades ou fazer um juízo de valor acerca dos mecanismos de poder hoje vigentes em favor daqueles operantes em séculos anteriores. Em vez disso, a questão que se tentou problematizar e evidenciar foi a seguinte: que tipo de arcabouço moral é privilegiado pelo atual regime de poder e, em decorrência disso, quais modelos de corpos e subjetividades ele estimula ou ajuda a consolidar. Em contrapartida, coube-nos examinar também quais modos de ser e de viver são rejeitados atualmente, considerados como indesejáveis ou deficitários. Tudo isso foi realizado aqui, sempre, no intuito de "desnaturalizar" certas concepções contemporâneas ao examiná-las criticamente sob a perspectiva genealógica.

Dentre as condutas desvalorizadas, principalmente a partir dos anos 1990, podemos destacar a aptidão para os trabalhos mecânicos e serializados, a estabilidade, a discricção, o comedimento, a valorização da experiência e do longo prazo, de um modo geral, bem como os valores associados à "essência interior" de cada um, outrora considerada fixa e estável, além de verdadeira e oculta, tais como a lealdade, o compromisso mútuo, o respeito, a honra e a honestidade. Todo esse conjunto de atributos, por sua vez, fora fundamental para o correto andamento e o sucesso do projeto de mundo moderno, pois essas qualidades dos trabalhadores eram compatíveis com as demandas mecânicas e analógicas da sociedade industrial, daí sua insistência nas subjetividades que então se pretendia edificar, tendo em vista a necessidade de alavancar as engrenagens capitalistas da época.

No entanto, sob o império da atual "ética neoliberal", essas características tornaram-se obsoletas e ultrapassadas, sendo até mesmo estigmatizadas ou consideradas como sinônimos de fracasso e de descrédito. Com o progressivo dismantelamento do Estado de bem-estar social e com a ascensão do "novo espírito do capitalismo", espera-se dos sujeitos contemporâneos que ostentem outras características: aptidão aos riscos, boa aparência, felicidade visível e constante. Para além disso, estimula-se um gerenciamento visando à uma construção de si que seja vendável, em constante adaptação às flexíveis demandas mercadológicas e aos fluxos de consumo. E, ainda, encoraja-se a responsabilização individual pelas condutas e uma atitude empreendedora, extrovertida, autônoma e competitiva. Assim, sob a égide desta lógica empresarial, os sujeitos tornaram-se uma sorte de "biocapitais"; por isso, eles precisam de constantes investimentos e estímulos – cada vez mais racionais e quantificáveis – para se adequarem às demandas produtivas em voga e para participarem com sucesso da atmosfera consumista. Tais imperativos valem tanto para que eles consigam se alocar no mercado de trabalho como para que sejam considerados “alguém” diante dos exigentes e punitivos olhares alheios.

Com o deslocamento do “eu psicológico” para um “eu neurológico”, tanto o aspecto visual do corpo como a performance visível passaram a constituir o núcleo fundamental das subjetividades. Nesse movimento, a importância do corpo é central, porém na sua condição de imagem. É nele que cada um deve mostrar, à flor da pele, o que se é e, ao mesmo tempo, é através dele que cada um pode (ou deveria) manipular e reprogramar quem se “deseja” e precisa ser. Com os avanços das neurociências e das tecnologias de visualização médica, o indivíduo é modelado não apenas "de fora para dentro", como ocorria na sociedade

disciplinar, através de técnicas mecânicas e analógicas de correção e ortopedia corporal; mas, também, "de dentro para fora", por meio de métodos bio-informáticos e digitais de aprimoramento da estrutura humana e da reprogramação de falhas que possam comprometer a boa performance (Sibilia, 2014).

Nesse sentido, embora o âmago de cada sujeito tenha se deslocado da velha alma analógica para se concentrar no interior de cada célula, a aparência parece haver triunfado: também por isso, então, hoje “somos um corpo”. Contudo, não se trata mais daquele corpo encantado e habitado pelos mistérios da magia, pelo estranhamento do orgânico, pelas crenças da moral religiosa e pelo desconhecimento das ciências humanas. Em vez disso, trata-se de um corpo atravessado pelo seu desencantamento, pelo esvaziamento da alma e pelo aniquilamento do acaso. E, ainda, pela gradativa "exteriorização" da subjetividade e por uma crescente materialização da existência, duas tendências que acompanham a crescente legitimação dos discursos cientificistas e o triunfo da lógica do mercado em todos os âmbitos. Nunca antes foi possível penetrar tão profundamente nas entranhas corporais e nunca antes nos reduzimos tanto ao visível, seja em sua carcaça ou em suas profundezas.

O avanço tecnológico, particularmente no campo das ciências da vida, tem nos levado a patamares e competências cada vez mais complexos, concedendo-nos capacidades quase-divinas, ao nos permitir tomar as rédeas dos nossos destinos, individuais e coletivos, e das nossas vicissitudes e limitações orgânicas. Tais transformações da espécie humana, que também atingem toda a biosfera, promoveram um embaçamento nas fronteiras entre o natural e o artificial, o humano e a máquina, o normal e o patológico, o orgânico e o inorgânico. Um movimento que tem nos transformado gradativamente em espécies de “ciborgues” (Haraway, 1991). Os limites biológicos tradicionalmente impostos pelos nossos corpos estão sendo cada vez mais desafiados e superados pelos mecanismos de biorregulação das experiências, pelas próteses, pelas substâncias químicas "empoderadoras" e pelas tecnologias digitais que possibilitam novas formas de ser e estar no mundo. Sobre isso, Ieda Tucherman elucida:

A entrada num século governado pelas políticas biotecnológicas faz imaginar que pessoas cujas qualidades e capacidades se fizessem necessárias poderiam ser fabricadas por demanda, assim como faz esperar que a nova geração de psicofármacos venha a poder rapidamente nos habilitar a desenhar, segundo nossos desejos, nossos humores, emoções e inteligência. Desnecessário frisar que esse novo mundo não seria acessível a todos. Também convém lembrar o risco de concentrar poderes de decisão sobre quem deve ou merece existir nas mãos de técnicos, reformadores ou políticos (Tucherman, 2010, p.39).

Cabe-nos atentar, portanto, que o uso de biotecnologias medicamentosas para se livrar dos problemas e reprogramar um desempenho considerado falho ou insuficiente não é uma necessidade apenas do sujeito que rejeita qualquer noção de conflito. Trata-se de uma demanda que é social e mercadológica, não meramente individual. Isso se confirma ao constatar que aqueles que não estão aptos a suprir os altos padrões de excelência atualmente exigidos ou que não apresentam um cuidado de si compatível com os valores em voga são vistos com descrédito ou chegam a ser excluídos do mercado de trabalho e de outras dinâmicas sociais. Dessa forma, as limitações orgânicas e os sofrimentos que são intrínsecos à vida tornam-se cada vez mais intoleráveis e inconcebíveis na era atual.

Nesse contexto, os fármacos servem tanto para atender à tirania de perfeição quanto às demandas de consumo, sobretudo, das indústrias farmacêuticas, que incitam a ideia de que qualquer mal-estar ou "falha" seria sintoma de um transtorno mental. Assim, embora o acesso aos medicamentos "tarja preta" seja controlado por médicos visando a tratar patologias específicas, o incentivo de procurar um especialista ou meios alternativos para buscar uma resolução técnica para os problemas cotidianos ou para dar sentido ao sofrimento, é comercial e não cessa de ser disseminado midiaticamente, atendendo a interesses específicos do projeto de mundo vigente.

Por um lado, então, reprogramar as condutas e os humores em busca de se "estar mais do que bem" é considerado desejável e até mesmo uma obrigação nos dias atuais; por outro lado, esses imperativos tornam-se um tanto assustadores. A ideia de saber que todos os aspectos da personalidade são susceptíveis de revisão técnica e podem se tornar opcionais, de acordo com o menu oferecido no mercado, não deixa de ser preocupante. Afinal, o que seria o mundo sem o mau humor, a timidez, o sofrimento, a violência e o inconformismo?

Nesse sentido, Katherine Sharpe, em seu livro *A cura da infelicidade*, lembra de uma tira publicada em meados da década de 1990 na revista *New Yorker*, que aborda de forma cômica algo da fatalidade desses acontecimentos. A historinha se dividia em três partes e o título geral era: "Se eles tivessem *Prozac* no século XIX" (2013, p. 112). Em cada uma das partes havia um retrato de um importante pensador, sempre sorridente, falando algo bobo como resultado de uma sensação celebratória e conformista proporcionada pelo medicamento. Entre eles, aparecia o sociólogo Karl Marx, irradiando felicidade e dizendo: "O capitalismo pode resolver seus próprios problemas!". Se Marx tivesse se valido de tais recursos em sua época, em busca da tão almejada felicidade dos tempos atuais, provavelmente nunca haveria

existido o seu clássico *Manifesto Comunista* e a sociedade não teria tido acesso a muitas de suas reflexões, que contribuíram para forjar o século XX. Eis um dos dilemas da razão farmacêutica: ao mesmo tempo em que se deseja ser feliz e se busca uma adequação às demandas contemporâneas, há um grande risco de se estar abrindo mão de algo que poderia ser ainda mais importante do que a felicidade e a alta performance produtiva.

As análises dos discursos midiáticos e sociais aqui realizadas, portanto, possibilitou-nos enxergar alguns desdobramentos das práticas atuais que, de um modo geral, não ganham a atenção e o devido cuidado dos meios de comunicação, sendo muitas vezes omitidos ou sequer problematizados nas pautas jornalísticas. No caso da medicalização, as reportagens costumam tratar os efeitos colaterais e as consequências do consumo de psicofármacos apenas como um alerta misterioso de que algo desagradável pode vir a acontecer, pois os remédios não são “tarja preta por acaso” e, portanto, podem resultar em dependências. No entanto, diante de todos os benefícios apresentados nas reportagens – seja através das promessas promulgadas pelos cientistas ou dos depoimentos de usuários e especialistas – essas pequenas advertências tornam-se meros detalhes, sendo elas até mesmo insignificantes diante das verdadeiras panaceias, que não deixam de ser apresentadas como a grande salvação para aqueles que querem aplacar uma dor ou otimizar um desempenho.

Isso ocorre porque, desde que o mundo é mundo – ao menos sob os preceitos da moral cristã –, algum preço precisa ser pago para obter a redenção dos males da própria existência. Neste caso, portanto, não é diferente. A possibilidade de pagar a dívida a longo prazo ou mesmo em suaves prestações, faz da oferta farmacológica uma solução ainda mais atraente. Ao passo que o futuro se torna cada vez mais distante e incerto, a tecnociência promete apreendê-lo e solucionar todas as suas imprevisibilidades. Assim, se ainda não há cura para os problemas que virão, certamente ela há de encontrá-la e, com fé, a inadimplência logo deixará de existir. Afinal, “o futuro a Deus pertence” ou, com uma precisão mais contemporânea: “o futuro à Ciência pertence”. Não é por acaso, então, que hoje o “mito cientificista” tenha ganho o poder aqui constatado.

Para os gladiadores do mundo contemporâneo, talvez a pior e a mais insuportável das “doenças” seja aceitar e encarar, de frente, o sentimento de incompatibilidade com o mundo que os contém; ou seja, a impressão de inadequação, de incapacidade e de impotência para estar à altura do que deles se espera. Essas sim, parecem-lhes enfermidades mortais e incuráveis. Isso se deve, em boa medida, ao fato de que a visibilidade e o reconhecimento

através do olhar alheio tornaram-se fundamentais para se definir quem se é na contemporaneidade, enquanto a esfera "interior" continua perdendo seu valor como âncora e refúgio da subjetividade.

Em suma, trata-se de uma luta solitária e árdua, contra um sistema que parece ter absorvido todos os corpos, almas, instituições e lógicas imagináveis. O medo de se tornar invisível e descartável, portanto, acaba por privar os sujeitos de verem outras possibilidades de mundo, bem como possíveis alternativas de vida e formas de resistir. Mais do que isso, gera um conformismo e uma necessidade de pertencimento a tal ponto que os indivíduos, em vez de refletirem criticamente acerca das práticas atualmente em voga e das próprias maneiras de viver, acabam por se culpabilizar pelas suas condutas. Não raro, eles buscam explicações em seus próprios corpos – de cunho biomédico e inspiração digital, tudo irmanado pelo "mito cientificista" – para justificar seus sofrimentos e suas incompetências. Assim, estes são tratados como se fossem patológicos, falhas inerentes à própria "programação" biológica, e não parte de um sintoma que também é social.

As consequências de tudo isso existem e não são dignas de desprezo. Portanto, há uma urgente reflexão a ser desdobrada, tanto no plano político como social e ético, sobre os efeitos desse impulso em direção ao ultrapassamento dos limites do corpo. Esta dissertação procurou contribuir para esse objetivo, na tentativa de problematizar a que estamos sendo levados a servir na atual configuração social, como propusera Gilles Deleuze em 1992, convidando-nos a pensar em possíveis armas e novas formas de resistência a esses mecanismos de poder hoje vigentes.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor; Horkheimer, Max. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

BARBOSA, Livia. *Igualdade e meritocracia*. A ética do desempenho nas sociedades modernas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

BAUMAN. Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

BEZERRA, Benilton. "O ocaso da interioridade e suas repercussões sobre a clínica". In: PLASTINO, C. A. (org.). *Transgressões*. Rio: Contracapa, 2002: 229-239.

BEZERRA, Benilton. "A psiquiatria e a gestão tecnológica do bem-estar". In: FREIRE FILHO, João (org.). *Ser feliz hoje*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

BEZERRA, Benilton. "Haverá condições que fermentarão transformações profundas..". Entrevista de Benilton Bezerra Jr por Paula Sibilía. In: *50 anos da história da loucura*. Rio de Janeiro: 2014 (no prelo).

BINKLEY, Sam. "A felicidade e o programa de governamentalidade neoliberal". In: FREIRE FILHO, João (org.). *Ser feliz hoje*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

BIRMAN, Joel. "Muitas felicidades?! O imperativo de ser feliz na contemporaneidade". In: FREIRE FILHO, João. (Org.). *Ser feliz hoje: reflexões sobre o imperativo da felicidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

BIRMAN, Joel. "Medicalização, subjetividade e performance". In: SIBILIA, Paula (org.), JORGE, Marianna Ferreira (org), OLIVEIRA, Thaian. (org.). *A escola em crise: subjetividade, medicalização, tecnologias e avaliação*. Rio de Janeiro, 2014. (no prelo)

BOLTANSKI, Luc, CHIAPELLO, Ève. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

CAMPANELLA, Bruno. *Os olhos do grande irmão: uma etnografia dos fãs do Big Brother Brasil*. Porto Alegre: Sulina, 2012.

CRARY, Jonathan. *24/7 – Late capitalism and the end of sleep*. Londres/Nova York: Verso, 2013.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

- EHRENBERG, Alain. *O culto da performance*. São Paulo: Ed Idéias & Letras, 2010.
- FRANCO FERRAZ, Maria Cristina. “Avaliação e performance: a era do homem avaliado”. In: XXIII Encontro Anual da Compós. Pará, 2014.
- FRANCO FERRAZ, Maria Cristina. *Homo Deletabilis – corpo, percepção, esquecimento: do século XIX ao XXI*. XXI. Rio de Janeiro: Garamond/FAPERJ, 2010.
- FRANCO FERRAZ, Maria Cristina. “Transformações biopolíticas: estranhamento e cultura somática”. *Revista Ecopolítica*, 4: 71-86, 2012a.
- FRANCO FERRAZ, Maria Cristina. “Variações atmosféricas da atual cultura somática”. In: FERRAZ, M. C. F. (Org.); BARON, L. C. (Org.). In: FERRAZ, M. C. F; BARON, L. C. (Orgs.). *Potências e práticas do acaso: o acaso na filosofia, na cultura e nas artes ocidentais*. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2012b.
- FERRER, Christian. “Consumo de espetáculos e felicidade obrigatória: técnica e bem-estar na vida moderna”. In: FREIRE FILHO, João. *Ser feliz hoje: reflexões sobre o imperativo da felicidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p.165-180.
- FONSECA, Cláudia. “Quando cada caso não é um caso: pesquisa etnográfica e educação”. In: *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo, 1999. p. 58-78.
- FOUCAULT, Michel. *A história da sexualidade: a vontade de saber*, v. 1. Rio de Janeiro: Graal, 2012.
- FOUCAULT, Michel. *O nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 2008b.
- FOUCAULT, Michel. *Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975)*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- FREIRE FILHO, João. (org.) *Ser feliz hoje: reflexão sobre o imperativo da felicidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV: 2010.
- FREIRE FILHO, João; COELHO, Graça Pinto. (Orgs.). *A promoção do capital humano: mídia, subjetividade e o novo espírito do capitalismo*. Porto Alegre: Sulina, 2011.
- GAUTIÉ, J. “Da invenção do desemprego à sua desconstrução”. *Revista MANA – Estudos de Antropologia Social*. Vol. 4, n° 2, outubro 1998.
- GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das culturas*. 1 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- GIL, José. *Em busca da identidade – o desnorte*. Lisboa: Relógio d’Água, 2013.
- GORZ, André, *Misérias do Presente, Riqueza do Possível*. São Paulo: Annablume, 2004.

- GORZ, André. *O imaterial: conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Annablume, 2005.
- Hakim, Catherine. *Honey Money: The Power of Erotic Capital*. London: Allen Lane, 2011.
- HARAWAY, Donna. *Simians, cyborgs and women: the reinvention of nature*. New York: Routledge, 1991.
- KLEIN, Naomi. *Sem Logo: a tirania das marcas em um planeta vendido*. Trad. Ryta Vinagre. 6 ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- LA BOÉTIE, Étienne. *Discurso da servidão voluntária: texto integral*. Tradução Casemiro Línarth. São Paulo: Martin Claret, 2009.
- LASCH, Christopher. *A cultura do narcisismo*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1983.
- LE BRETON, David. *Adeus ao corpo*. Antropologia e Sociedade. 4ª ed. Campinas: Papirus, 2009.
- LIPOVETSKY, Gilles. *A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Abril, 1984.
- MASLOW, Abraham. *Motivation and personality*. Harper and Row. New York, New York, 1954.
- ORTEGA, Francisco. et al. “A ritalina no Brasil: produções, discursos e práticas”. *Interface* (Botucatu) [online]. 2010, vol. 14, n. 34, pp. 499-512. Epub Sep 17, 2010.
- ORTEGA, Francisco. *O corpo incerto: corporeidade, tecnologias médicas e cultura contemporânea*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.
- PELBART, Peter Pál. *Vida Capital: Ensaio de biopolítica*. São Paulo. Ed. Iluminuras, 2003.
- RABINOW, Paul. *Antropologia da razão*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.
- RIESMAN, David. *A multidão solitária*. São Paulo: Perspectiva, 1995.
- ROLNIK, Suely. “Toxicômanos da identidade: subjetividade em tempo de globalização”. In: LINS, Daniel. (org.). *Cultura e Subjetividade: saberes nômade*s. Campinas, SP: Papirus Editora, 1997.
- ROSE, Nikolas. *A política da própria vida: biomedicina, poder e subjetividade no século XXI*. São Paulo: Paulus, 2013.
- SALGADO, Julia. “A cultura do empreendedorismo nos discursos sobre a juventude”. In: *XX Encontro da Compós*. Porto Alegre, 2011. Vol. 1, pp. 1-15.

SALGADO, Julia; PORTUGAL, Daniel. “A corrida pela alta performance: convergências entre esporte, trabalho e consumo nos discursos midiáticos”. In: *Revista Animus*, UFSM, Santa Catarina, vol 11, n 22, 2012.

SALGADO, Julia; JORGE, Marianna Ferreira. “Em busca da alta performance: a remediação dos malestares nos discursos de consumo”. In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de; LIMA, Fernanda (Orgs.). *Juventude, subjetividade e performance*. 1ed. Rio de Janeiro: Gramma Editora, 2014, v.5, p. 69-92

SCHECHNER, Richard. "O que é performance?", *O Percevejo: Revista de Teatro, Crítica e Estética*, UNIRIO, Rio de Janeiro, Ano 11, n. 12; p. 25-50.

SELIGMANN-SILVA, Edith. “Os riscos da insensibilidade”. In: ARAÚJO, Anísio et al. *Cenários do trabalho: subjetividade, movimento, enigma*. DP&A, Rio de Janeiro, 2004; p. 51-72.

SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 1998.

SHARPE, Catherine. *A cura da infelicidade: Como os antidepressivos melhoram, pioram e moldam a vida de milhões de pessoas*. Belo Horizonte: Editora Gutenberg, 2013.

SIBILIA, Paula. “A técnica contra o acaso: Os corpos inter-hiper-ativos da contemporaneidade”. In: FERRAZ, Maria Cristina Franco e BARON, Lia. (Org.). *Potências e práticas do acaso: o acaso na filosofia, na cultura e nas artes ocidentais*. 1ed. Rio de Janeiro: Garamond / FAPERJ, 2012, v. 1, p. 177-192.

SIBILIA, Paula. “Autenticidade e performance: a construção de si como personagem visível”. In: MAIA, Alessandra; JORGE, Marianna Ferreira; OLIVEIRA, Thaiane. *Performance, corpo e subjetividade*. Rio de Janeiro, 2014 (no prelo).

SIBILIA, Paula. “O corpo velho como uma imagem com falhas: A moral da pele lisa e a censura midiática da velhice”. *Revista Comunicação, Mídia e Consumo*. São Paulo: ESPM, ano 9, vol. 9, no. 26, Nov. 2012; p. 83-114.

SIBILIA, Paula. *O homem pós-orgânico: Corpo, subjetividade e tecnologias digitais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

SIBILIA, Paula. *O homem pós-orgânico: Corpo, subjetividade e tecnologias digitais* (Nova edição atualizada). Rio de Janeiro: Contracampo, 2014 (no prelo).

SIBILIA, Paula. *O pavor da carne: Riscos da pureza e do sacrifício no corpo-imagem contemporâneo*. 198f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2007.

SIBILIA, Paula. “O sonho da reprogramação corporal: Biotecnologias, ciências da vida e produção de subjetividade na sociedade contemporânea”. In: NEUTZLING, I e RUIZ, C. (orgs.). *O (des)governo biopolítico da vida humana*. São Leopoldo, RS: Unisinos, 2011.

SIBILIA, Paula. *O show do eu: A intimidade como espetáculo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

SOUZA COUTO, Edvaldo. “Corpos dopados: Medicalização e vida feliz”. In: RIBEIRO, Paula (Org.). *Corpo, gênero e sexualidade*. Rio Grande: FURB, 2009; p. 43-53.

SPINOZA, Baruch. *Tratado teológico-político*. Tradução de Diogo Pires Aurélio. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

TOMAZ, Renata. *Da negação da infância à invenção dos tweens: imperativos de autonomia na sociedade contemporânea*. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Escola de Comunicação – ECO, 2011.

TUCHERMAN, Ieda. “Biopolítica, mídia e autoajuda: segredo ou sintoma?”. *Galáxia*. São Paulo, n. 20, p. 32-43, 2010.

VAZ, Paulo. “A vida feliz das vítimas”. In: FREIRE FILHO, João. *Ser feliz hoje: reflexões sobre o imperativo da felicidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p. 135-164.

VAZ, Paulo e PORTUGAL, Daniel. A felicidade é química e pode ser vendida? *Anais do XXI Evento anual da Compós*, Juiz de Fora, 2012a.

VAZ, Paulo; PORTUGAL, Daniel. “A nova 'boa-nova': marketing de medicamentos e jornalismo científico nas páginas da revista brasileira Veja”. *Comunicação, Mídia e Consumo*, v. 9, n. 26, p. 37-60, 2012b.

VIGARELLO, Georges. *As metamorfoses do gordo: história da obesidade no ocidente*. Tradução de Marcus Penchel. Petrópolis: Vozes, 2012.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.